O REI AUSENTE

**IMAGEM E MEMÓRIA DA MONARQUIA FILIPINA NAS
JORNADAS E ENTRADAS RÉGIAS DE PORTUGAL, 1581 E 1619**

Ana Paula Torres Megiani

HISTÓRIA SOCIAL / FFLCH / USP / 2000

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutor. São Paulo, dezembro de 2000.

Orientação: Profa. Dra. Laura de Mello e Souza

RESUMO

Entre 1580 e 1640, período em que vigorou a União das Coroas Ibéricas, Portugal foi uma monarquia de rei ausente; situação interrompida apenas duas vezes pelas Jornadas de Filipe II - 1581 a 1583 - e Filipe III - 1619 - ao reino. Esta tese trata das expectativas na construção da imagem e da memória do rei nessas Jornadas, expressas nas festas organizadas pelas cidades portuguesas e nas publicações que surgiram a partir desses acontecimentos. Pretendeu-se elaborar uma interpretação das condições da política através de manifestações culturais do período, no intuito de discutir os mecanismos de representação da realeza, as apropriações desses mecanismos pelos indivíduos aos quais ela se destinava e as formas de sobrevivência de sistemas tradicionais de relações de poder entre indivíduos e grupos locais, no universo de formação da cultura barroca ibérica.

ABSTRACT

In the period of the Iberian Crowns' Union (1580-1640), Portugal was a monarchy with an absent king. Only two times, when Philip II (1581-1583) and Philip III (1619) journeyed to Portugal, the situation was momentarily changed. This thesis deals with the expectations involved in the construction of the kings' image and memory during those journeys, as seen in the celebrations organized by the Portuguese cities and in the publications that appeared after those events. The purpose of this thesis is to elaborate an interpretation of the political conditions based on the cultural practices of the period – the formation of the Iberic baroque culture - , in order to discuss the representation mechanisms of the kingship, the appropriations of such mechanisms by the public, and the survival of traditional power relations among individuals and local groups.

“O que não sei fazer desmancho em frases.
Eu fiz o nada aparecer (...)
Perder o nada é um empobrecimento”.

Manoel de Barros, *Livro sobre Nada*

À memória de Tobias Bueno Torres e Antonio Megiani,
cujos encontros me impregnaram.

SUMÁRIO

Agradecimentos	6
Introdução	8
1. Os Poderes em União e as Coroas Ibéricas	19
1.1. A Paixão por Portugal Independente: para esquecer a União das Coroas	19
1.2. A Unificação dos Reinos Ibéricos: tradição imperial e poderes locais	26
1.3. Reinos Ibéricos Unidos: semelhanças que fizeram a diferença	33
2. Lisboa <i>Ubilicus Mundī</i>: ou o desejo de ser a capital do Império	41
2.1. Os Olhos da Europa: vantagens de se fazer corte em Lisboa	41
2.2. Fidalgos nas Aldeias: cortejar sem Corte e sem rei	49
2.3. Antes que tudo se acabe	54
3. As Jornadas de 1581 e 1619: esperar o rei e preparar a festa	60
3.1. Dados e trajetos das visitas	60
3.2. Os preparativos da Jornada de 1580-81	64
3.3. Enquanto o rei não volta...	70
3.4. Os preparativos para a Jornada de 1619	77
4. Do Diálogo ao Espetáculo: ver e mostrar o rei nas Entradas Filipinas	84
4.1. A <i>Joyeuse Entrée</i> : o pacto assinado na rua	84
4.2. Práticas de corte e rituais régios filipinos	90
4.3. Festejar os reis em Portugal	99
4.4. O Diálogo possível nas Entradas Filipinas em Lisboa	102
5. A Festa em Papel e Tinta: memória das Entradas Régias	124
5.1. Imprensa e cerimônias régias	124
5.2. Os dois conjuntos de relatos: uma idéia geral	132
5.3. Censura e impressores	141
6. O Público e o Pessoal: relatos das Jornadas Filipinas	145
6.1. Autores e obras da Jornada de 1581	146
6.2. Autores e obras da Jornada de 1619	153
6.3. Relatos pessoais	176
Considerações Finais	184
Fontes e bibliografia	190
1. Fontes	190
2. Bibliografia	197

Abreviatura de Bibliotecas e Arquivos Pesquisados

BNRio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Brasil
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa - Portugal
BAjuda	Biblioteca do Palácio da Ajuda - Lisboa - Portugal
ACML	Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa - Portugal
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa - Portugal
AHMT	Arquivo do Município de Tomar - Portugal
BPE	Biblioteca Pública de Évora - Portugal
BNM	Biblioteca Nacional de Madrid - Espanha

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é enfrentar um percurso inevitavelmente pessoal e ambíguo, que ao mesmo tempo pode responder ou aumentar nossas questões mais íntimas e, na maioria das vezes, parece levar ao nada. Felizmente o trajeto está repleto de uns e outros que passam, que vão e que voltam, de muitos que ficam, deixando pequenos e grandes sinais, e amenizam a solidão. É a todos os que ficaram e deixaram os grandes sinais que vou agradecer e dedicar o resultado do meu trabalho.

Inicialmente agradeço à FAPESP pelos quatro anos de Bolsa concedida sob rigorosa avaliação, e pelo financiamento das pesquisas em Portugal e Espanha, essenciais na construção desta tese.

Devo grande parte do que fiz e do que penso hoje à admirada professora e orientadora Laura de Mello e Souza, que me descobriu aos poucos, e revelou-me a segurança do trabalho partilhado com extrema generosidade.

Sou profundamente grata também àqueles que, com erudição e perspicácia, ajudaram-me a construir idéias e enfrentar o problema, Dr. Diogo Ramada Curto, Dr. Fernando J. Bouza-Álvares, Dr. Robert Rowland, Dr. Tiago dos Reis Miranda e, especialmente, ao Dr. Pedro Cardim, por me ensinar os atalhos dos arquivos em Lisboa, com quem tive as boas conversas sobre a História de Portugal e tantos outros assuntos. Também ao mestre de todos nós, Fernando Novais, que dedicou atenta e refinada leitura ao texto do Exame de Qualificação, quando a interpretação das fontes ainda era um esboço relutante.

Aos amigos queridos, assíduos freqüentadores dos meus mais variados dilemas, Lilian Starobinas, Lucília Santos Siqueira, Maria Luiza Ferreira de Oliveira, Néri de Almeida Souza, Rodrigo Bentes Monteiro, aliados na vocação de aprender e ensinar a História; e a Cláudia Ferraz, Roberto Moisés, Luita Kobashi, Ricardo Garroux, Mauro Hegenberg e Carlos Fernando, companheiros de outras idéias. Também aos que encontrei e convivi nos meses de pesquisa em Lisboa, Silvana Aguiar, Maura e Stéphanie Chauvel, que com carinho e acolhida suavizaram a saudade de casa. Mas foi sobretudo o incentivo intelectual, o talento e a teimosia do querido Pedro Puntoni, que fez com que a tese chegasse ao seu fim.

Aos amados Laert, Angélica, Fernando, Débora, Ana Angélica e Daniela, que souberam perder a filha e irmã para a paixão pelo estudo da História.

E finalmente, quero lembrar para sempre daquela que estava nesta história desde o início e partiu, minha querida Cláudia Regina Callari, amiga da vida e companheira dos estudos, deixou adoradas lembranças e saudades infinitas.

INTRODUÇÃO

“O nosso umbigo lusitano tem de ser o centro de gravidade dos estudos brasileiros de História”.

Eduardo d'Oliveira França, *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*, 1946

Os tratados e textos dos principais teóricos da política das monarquias modernas européias usaram como uma de suas metáforas mais correntes e difundidas a associação do corpo do reino ao corpo físico do rei, ligando seus braços, pernas, cabeça e coração às partes vitais da administração, da gerência do poder e mesmo à própria corte.¹ Essa equivalência de sentido não foi uma invenção dos pensadores da política no Renascimento, pois como se sabe, uma associação similar entre o corpo da Igreja na Terra e a Ordem Celestial vigorava há séculos no Ocidente, assim como o dogma da transubstanciação transformava o corpo sobrenatural de Cristo em alimento de matéria natural feita de pão e vinho.² Compreender essas relações parece ser, à primeira vista, relativamente fácil para quem investiga os modos e as práticas da cultura política do Antigo Regime, já que a metáfora do corpo físico, com suas orelhas, olhos, ouvidos e umbigo, ancorada nos princípios da natureza, continuou a ser até bem pouco tempo profundamente elucidativa da composição dos elementos implicados na razão do Estado e do Governo.³

Mas, se a metáfora do corpo era a forma mais perfeita de associar a existência de uma política naturalmente criada para e sobre os homens, foi também necessário considerar que um monarca do Antigo Regime, embora *incorporasse* e significasse com isso a existência do seu reino, tinha a limitação parcial de ser um corpo físico, e nessa limitação estava sempre ausente dos lugares do seu governo. Daí sua presença ser

¹ A bibliografia sobre a questão da metáfora do corpo político e do corpo físico do rei é volumosa. Algumas das principais obras e autores que dela trataram serão referidos durante o texto da tese, por isso não consideramos necessário listá-los aqui.

² A relação entre o papel do dogma da transubstanciação e a representação do corpo político em corpo físico do rei nas monarquias modernas européias está sugerida em Carlo GUINZBURG, *Représentation: le mot, l'idée, la chose*, *Annales ESC*, novembre décembre, nº 6, 1991, pp. 1219-1234,

³ "(...) a representação organicista da sociedade permaneceu um tema constante do pensamento político até o século XIX (ainda que seja necessário distinguir, a partir do século XVIII, entre o organicismo artificialista da escola do direito natural e o organicismo naturalista da escola histórica: contrato contra história) e serviu de referência maior às máximas da razão do Estado." Michel SENELLART, *Machiavélisme et raison d'Etat XII^e - XVIII^e siècle*, Paris, PUF, 1989, p.21 (tradução nossa)

efetivamente percebida somente através dos mecanismos criados para se fazer *representar* onde não estava, isto é, por meio do seu corpo político. Por isso, embora já muito banalizado e remexido, queremos resgatar o sentido original do vocábulo *representação*, que segundo Carlo Ginzburg surge da necessidade de “fazer presente aquilo que não está”⁴, tornando-se dessa maneira um dos elementos fundamentais para a composição e sustentação do aparecimento das Monarquias Modernas.

Esta tese resulta de um empenho de aproximação e aprofundamento dos estudos de História Ibérica Moderna, que também é a nossa em termos institucionais e culturais, no sentido de buscar novos elementos para compreender os significados das representações do poder da realeza na cultura política da Alta Idade Moderna em Portugal. Para tanto, partiu-se de um problema aparentemente elementar mas ainda pouco discutido entre nós, isto é, ao se pensar a construção das representações da, ou na presença do rei, foi necessário entender principalmente o seu contraponto, ou seja, como se construiu esta representação nos estados de ausência do rei, e quais as práticas e formas específicas que a cultura barroca nascente produziu nessas condições. Na segunda metade do século XVI as representações da figura do rei e do poder monárquico na Península Ibérica multiplicaram-se em número e formas, especialmente a partir do reinado de Filipe II de Espanha (1556-1598), ganhando todos os espaços possíveis e deflagrando um fenômeno político que resultou no maior “ocultamento da pessoa do rei à medida que aumentava sua onipresença simbólica”.⁵ Quanto menos aparecia mais ganhava forma de representação o corpo do rei ausente, tornando-se essencial para a construção da idéia política de um reino naqueles tempos

O trabalho de pesquisa iniciou-se em 1996, baseado na proposta de conhecer e discutir os significados simbólicos da imagem e da memória do rei ausente em Portugal durante a União da Coroas Ibéricas ou, como também é conhecido, o Período Filipino de 1580 a 1640. O projeto original pretendia dar certa continuidade ao estudo que resultou da pesquisa para a dissertação de mestrado, intitulada *O Jovem Rei Encantado: aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FFLCH da USP em abril de 1995, cujo objetivo era compreender alguns dos elementos que compuseram o processo de construção do mito do rei messias em Portugal, que tem no Sebastianismo sua mais explícita

⁴ Carlo GUINZBURG, op. cit.; para o debate com este autor ver também Roger CHARTIER, *Le monde comme représentation*, *Annales ESC*, novembre-décembre, 1989, n. 6, pp.1505-1520; do mesmo autor, *La Representación Regia: entre mostrar y mediar* - prólogo ao livro de Fernando BOUZA, *Imagen y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Filipe II*, Madrid-Tres Cantos, Akal, 1998 e MARIN, Louis, *De la Représentation*, Paris, Gallimard/Le Seuil, 1994

manifestação.⁶ Partindo desse ponto, optou-se por um estudo comparativo das Visitas Régias dos Filipes a Portugal em 1581 e 1619, e das formas de expressão e representação do poder desses reis ausentes no tempo decorrido entre as duas visitas.

A Alta Idade Moderna foi o tempo da formação das chamadas, por uns de Monarquias Clássicas, por outros de Monarquias Absolutas.⁷ Foi nesse período que a Espanha se consolidou como reino centralizado e protagonizou um fenômeno político-institucional único - a construção de um duplo império, formado pelos domínios dos Habsburgo no continente e pelas conquistas no ultramar. Tal complexo, sediado em Madri durante cerca de três séculos foi, ao mesmo tempo, o aglutinador das forças locais e o administrador das colônias do Novo Mundo. Essa forma político-administrativa exigiu a redefinição dos laços entre o rei e as instâncias de poder locais, impossibilitadas pela distância de serem visitadas pessoalmente por ele na forma como se praticara durante toda a Idade Média. O estudo da incorporação de Portugal à esfera de dominação da monarquia dos Áustrias, com todas as especificidades que a União das Coroas exigia, que vão desde a conservação do português como língua oficial, até os direitos políticos tradicionais preservados pelo estatuto acordado em Tomar, pode auxiliar a compreender o processo de gestação dessa nova relação entre o rei e seus domínios, particularmente desenvolvida nesse contexto.

Para entender, em linhas gerais, o período da União das Coroas Ibéricas diferenciamos três momentos, definidos segundo o estado de relação entre a corte madrilenha e o reino de Portugal incorporado. Cada um deles teve a duração de aproximadamente duas décadas, o que corresponderia, grosso modo, a cada um dos três reinados; o primeiro tempo vai de 1580 a 1598 e se define pelas grandes expectativas de Portugal sob o reinado de Filipe II, quando o acordo de Tomar impunha-se soberano e intocável; o segundo entre 1598 e 1621 caracteriza-se como um tempo de desgaste entre o Conselho de Portugal e a Corte, quando os portugueses

⁵ Roger CHARTIER, *La Representación Regia: entre mostrar y mediar*, op. cit., p. 09

⁶ Desta primeira pesquisa resultaram dois artigos publicados, além da dissertação: Ana Paula T. MEGIANI, *Crença e esperança no poder do jovem rei encantado*, in: *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*, IEA/USP, v.I, n.I, 1997, pp. 54-66; e *Messianismo nas Novelas de Cavalaria Portuguesas*, *Con(s)ciência* Revista Cultural Técnica e Científica da UESB - Vitória da Conquista, nº7, 1997, pp.105-125

⁷ "Os Estados absolutistas ocidentais fundamentavam seus novos objetivos em precedentes clássicos: o direito romano era a mais poderosa arma intelectual disponível para o seu programa característico de integração territorial e centralismo administrativo." Perry ANDERSON, *As Linhagens do Estado Absolutista*, São Paulo, Brasiliense, 1995, p.27; "A monarquia sob sua forma clássica, liga-se ao funcionamento de uma Corte, centrada em torno do soberano. (...) Fora da Corte a sede governamental, a monarquia clássica se distingue por um sistema de administração que é apenas em parte, por vezes fracamente, centralizado. Emmanuel Lê Roy LADURIE, *O Estado Monárquico: França 1460-1610*, trad., São Paulo, Cia. das Letras, 1994, pp.14-15

parecem depositar na Jornada de Filipe III as esperanças de solução das crises da União, mas com ela se decepcionam; o terceiro, de 1621 a 1640, foi marcado pelas sedições regionais e definitivamente, pela ruptura com Filipe IV, desencadeando o processo de separação que aclamou como rei de Portugal o Duque de Bragança - D.João IV.

Os tempos em que Filipe II reinou sobre a Espanha e sua parcela do Império (1556-1598) é um período bastante vasculhado da historiografia, objeto de estudo e análise de alguns dos mais produtivos e importantes historiadores europeus deste século, seja em seus aspectos específicos ou em suas relações com as demais monarquias européias e com o império ultramarino; é também um reinado visto como um tempo de consolidação das bases da monarquia clássica.⁸ As linhas de abordagem da historiografia sobre a época de Filipe II são extremamente variadas, assim como os enfoques, devido à própria abrangência que este reinado alcançou em termos geográficos.⁹ Depois desse período, nota-se um decréscimo do volume e das pesquisas, que relegam a um nível inferior os estudos sobre os tempos de Filipe III em relação a seu pai, para acontecer uma nova intensificação dos estudos sobre a época de Filipe IV e sua corte teatral.

No tocante ao caso da relação entre Espanha e Portugal, percebemos a efervescência recente de um debate que critica a visão historiográfica nacionalista da Restauração de 1640, especialmente a partir dos trabalhos de António Oliveira e Luís Reis Torgal, que inauguraram um certo revisionismo das análises tradicionais da União das Coras Ibéricas, promovendo mesmo uma retomada da importância atribuída a esta composição política na construção de um novo referencial político-administrativo para Portugal e suas colônias no século XVII.¹⁰ A tendência revisionista não chega ao ponto de afirmar o contrário do que fora dito e escrito pelos historiadores nacionalistas do

⁸ Para citar apenas os autores mais consagrados lembramos a importância dos estudos de Fernand BRAUDEL, Perry ANDERSON, John LYNCH, Geoffrey PARKER e J.H. ELLIOTT, a cujos estudos nos dirigiremos ao longo da tese.

⁹ As comemorações do quarto centenário da morte de Filipe II ocorridas em 1998 deram ao período uma nova onda de visibilidade. A produção editorial na Espanha se multiplicou em todos os níveis, seja de caráter mais exaltador, seja de conteúdo revisionista. As publicações vão desde o lançamento de atas de congressos e simpósios sobre o reinado, passando pelo aparecimento de novas biografias ou reimpressão de tantas já existentes, até as exposições de coleções de arte do rei e sua corte que resultaram em belíssimos catálogos organizados pela curadoria. Nada disso chegou ao Brasil, sequer notícia, o que comprova também a grande distância existente entre a nossa historiografia e a produção dos historiadores da cultura espanhola, e dos especialistas em história da Espanha, ingleses, franceses e norte-americanos.

¹⁰ António OLIVEIRA, *Poder e oposição política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, DIFEL, 1991 e Luís Reis TORRAL, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Lisboa, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, 2 vs.

século XIX, mas a partir dessa discussão os pesquisadores têm se preocupado, sobremaneira, em indicar a existência de diferentes posições, ou partidos, em relação à aliança firmada entre as monarquias ibéricas, o que nos levou a tomar as Jornadas Filipinas a Portugal como um momento privilegiado análise da manifestação dessas posições.

Num sentido mais amplo, é necessário considerar que a ausência do rei e da corte ao longo dos sessenta anos em Portugal torna-se um fenômeno de extremo interesse para os estudos da cultura política da Época Moderna, pois se por um lado se caracteriza pelo processo de afastamento da figura que simbolizava, e mesmo encarnava a existência de um corpo político e da corte, por outro a distância não se verifica tão intensamente em relação às instituições da prática do poder e do governo, que de sua parte mostraram grande atividade, seja daquelas já existentes ou das que foram implantadas pelo regime de União à Coroa Espanhola. Esse aparente paradoxo é, antes de tudo, a essência das monarquias européias dos séculos XVI e XVII, onde as diversas instâncias de governo existentes não estavam totalmente identificadas à Coroa. A figura do rei, ou suas *representações*, é importante que se diga mais uma vez, asseguravam as ligações simbólicas estabelecidas entre essas instâncias e os súditos.

Por isso, não é estranho que durante toda a vigência da União tenha continuado a funcionar em Portugal um sistema burocrático-administrativo, exercido por órgãos ligados simbolicamente pela figura de um monarca, mas que com o retorno de Filipe II a Madri em 1583 se vêem obrigados a existir sem ele. Estas instituições, embora tenham dificuldades de seguir atuando em consonância com a Coroa pela distância em relação à corte de Madri, parecem conhecer bem suas funções e prerrogativas, reclamando freqüentemente seus direitos quando percebem o afastamento, por parte dos espanhóis, das cláusulas do juramento de Tomar. Caso contrário, se não o fizessem, teriam permitido que Portugal fosse completamente invadido pelo sistema administrativo espanhol, e seus cargos ocupados pela nobreza vizinha, especialmente na fase mais crítica do reinado de Filipe III. Em razão dessa tensão intrigante, causada pela ausência do rei, que resulta numa oscilação entre o desejo, ora de adaptação, ora de autonomia por parte das instituições que governaram Portugal na União das Coroas, optou-se aqui por uma discussão sobre alguns pontos que aproximaram e outros que distanciaram o sistema monárquico português do espanhol nesse período.

Para além dessa comparação, pretende-se perceber em que medida a ausência do rei teria aberto, ou não, um espaço a ser preenchido, sendo inevitável destacar ainda a ênfase sobre a existência de um legado institucional-administrativo deixado pela

monarquia espanhola, enquanto cabeça do Império Habsburgo, à cultura política portuguesa e que permaneceu depois da Restauração de 1640. Não é de hoje que se afirma o papel importante que esses sessenta anos de Reino Unido tiveram para o amadurecimento das estruturas jurídico-políticas que vigoraram nos séculos XVII e XVIII em Portugal. Afinal, pertencer ao Império de Filipe II era entrar no cenário das maiores disputas do poder no mundo europeu.

A propósito do interesse que as tensões dessa União provocaram, encontram-se na historiografia posições muito significativas; para V. M. Godinho, “1580 foi muito mais um ponto de chegada do que de partida”¹¹; também o historiador francês Jean Frédéric Schaub considera que a “crise de 1640 é uma ocasião para se refletir sobre dois tipos de questões: como funcionam as estruturas políticas, jurídicas e administrativas do Império Espanhol na época de sua máxima extensão territorial, e como se organizam os jogos de memória em um conjunto que se desfaz freqüentemente em termos de explosão nacional”.¹² Extrapolando a afirmação, diríamos que, também na perspectiva dos estudos da história do Império Espanhol, o melhor conhecimento do processo ocorrido entre a incorporação e a independência do reino português pode elucidar dinâmicas internas do funcionamento do próprio Império. Mas, antes de entrar no campo das conjecturas será necessário apresentar nossa leitura da trajetória de formação do Império Espanhol e sua ligação com o Império Habsburgo, seguida do advento da União das Coroas.

Quanto à situação das Jornadas e Entradas Filipinas ocorridas como forma de consolidação da União das Coroas, é importante tecer algumas considerações iniciais. De um lado, temos a monarquia espanhola que se desloca para o reino submisso, determinando as regras para cortejos e cerimônias públicas e mandando imprimir as relações oficiais como meio de preservar a memória do evento; de outro, as cidades e municipalidades que recebem a visita dos imperadores do Ocidente, que se preparam e se enfeitam a fim de mostrarem-se dignas de tamanha grandeza e, quiçá, convencê-los a permanecer no reino. Em meio a esse diálogo surgem vozes destoantes, pessoas que, embora seduzidas pelo encanto do espetáculo, queixam-se, inconformadas com a

¹¹ “Na segunda metade de Quinhentos o império espanhol atinge o seu apogeu terrestre e marítimo e tornou-se poderoso pólo de atracção para o império português, a braços com crescentes dificuldades”. Vitorino M. GODINHO, *Ensaio II – Sobre a História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, s/d, p.258

¹² Jean-Frédéric SCHAUB, *La Crise Hispanique de 1640. Le modèle des révolutions périphériques en question (note critique)*, in. *Annales. HSS*, 1, Jan-Fev, 1994, p. 221. Tradução nossa. Este historiador é autor ainda do estudo que resultou na tese *La vice-royauté espagnole au Portugal au temps du conte-duc d’Olivares (1621-1640). Le conflit de juridiction comme exercice de la politique*, Thèse pour le Doctorat, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995 e de *La Península Iberica nei secoli XVI e XVII: la questione dello Stato*, in. *Studi Storici*, anno 36, 1 (Jan-Mar. 1995)

demora da visita, com o desprezo e tirania dos representantes da monarquia hispânica, delegados de um poder ausente. Trataremos assim de posições que se chocam, no desejo de relativizar as leituras esquemáticas da história dessas Jornadas, num contexto da cultura barroca e cortesã.

A partir dessa discussão, buscar-se-á conhecer e confrontar a construção da memória dos dois acontecimentos revelada pelos objetos impressos em forma de Panfletos Encomiásticos, Romances e Relações de Jornada, que relataram as viagens dos reis e suas cortes de Madri a Lisboa enfocando a aclamação dos monarcas, o juramento dos príncipes herdeiros, a reunião das Cortes, as Entradas Régias em Lisboa e outras cidades portuguesas, festas, cortejos e o retorno à Espanha. Dadas as complexas condições políticas e culturais que envolveram a União das Coroas Ibéricas, suspeitávamos que esses impressos fossem o resultado, senão de um projeto bem articulado, ao menos de um programa de exaltação da monarquia filipina em território português, especialmente no caso da breve visita de Filipe III em 1619, quando as relações acordadas entre Portugal e Filipe II em 1581 encontravam-se em estado de degradação.

Além disso, por terem surgido na passagem do século XVI para o XVII, esses panfletos representam ainda o início de uma história da utilização da imprensa como um dos principais veículos da cultura barroca, que na definição de J.A. Maravall foi uma cultura “dirigida, massiva, urbana e conservadora”.¹³ Nas festas e nos Impressos dedicados às Visitas Filipinas a Portugal - guardadas as diferenças que pretendemos analisar - encontramos essas quatro características, o que as define como plenas manifestações dessa cultura barroca em formação naquele momento.

Para proceder à interpretação e análise dos impressos, recorreu-se ainda à documentação referente ao processo de negociação e montagem das Jornadas e a manuscritos de teor particular, que servirão de contraponto aos relatos oficiais e submetidos às censuras régia e do santo ofício. A pesquisa de fontes foi desenvolvida em três etapas ocorridas ao longo dos cinco anos. A primeira consistiu na localização e leitura do material existente no Brasil, constituído basicamente por um volume da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que reúne alguns desses relatos das festas de 1581 e 1619, organizado no século XVIII pelo clérigo arquivista Diogo Barbosa Machado, além de algumas obras publicadas no século XVII sobre a monarquia das Duas Coroas. A segunda etapa foi a pesquisa desenvolvida em arquivos portugueses e

¹³ J. A. MARAVALL, *A Cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*, trad., São Paulo, 1997

espanhóis entre março e setembro de 1998, com recursos da Reserva Técnica da FAPESP, que se deu nos seguintes arquivos: Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca do Palácio da Ajuda, Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Arquivo Municipal de Tomar e Biblioteca Nacional de Madri. Finalmente em janeiro de 2000 retornamos a Madri e Lisboa para um último levantamento bibliográfico e a incorporação de novas fontes que se fizeram necessárias. As três fases de levantamento e recolha das fontes resultou um conjunto documental múltiplo, composto por impressos e manuscritos sobre as visitas reais, legislação de etiqueta e cerimonial, correspondência entre a corte de Madri e as cidades que fizeram parte do itinerário das Jornadas de 1581 e 1619, e correspondências particulares de súditos portugueses relatando os eventos para pessoas que não os presenciaram.

Toda a documentação reunida foi organizada em categorias, cujos critérios tornaram-se determinantes para o encaminhamento da reflexão que norteia a tese. As categorias definidas surgiram da necessidade que tivemos de identificar diferentes meios de elaboração de textos na passagem do século XVI para o XVII, pois antes de partir para a leitura foi preciso conhecer melhor a forma e a função que tais textos adquiriram na época em que foram materializados. A primeira divisão dessa documentação é objetivamente cronológica. Há textos que foram escritos durante o reinado de Filipe II (1580-1598) e sobre a sua Jornada a Portugal, e outros no tempo de Filipe III (1598-1621), sendo este o primeiro método de compreensão dos padrões intrínsecos à documentação localizada. A partir dela estabelecemos a segunda categoria de divisão - Impressos e Manuscritos - que, embora seja uma prática dada e essencial no procedimento historiográfico, mereceu aqui uma discussão específica em função do empenho de reconstrução da memória das festas preparadas para as visitas régias Filipinas em Portugal.

O resultado da interpretação e análise das fontes configura um texto dividido em três partes, que foram determinadas pela presença e pela ausência do rei em Portugal durante a União das Coroas. **O Rei se Ausenta** procura problematizar as condições da incorporação de Portugal e contextualizá-la no universo da Monarquia dos Áustrias, discutindo especificamente a demanda nascida em Portugal de transferência da sede da Corte dos Habsburgo de Madri para o sítio considerado infinitamente superior de Lisboa, segundo seus ferrenhos advogados. **O Rei se Apresenta** é uma reflexão sobre a espera, a demora dos preparativos e a chegada, além das situações em que, na ausência do rei, se colocavam outras representações políticas; discute-se ainda o

diálogo que acontece nas ruas de Lisboa no momento da Entrada Triunfal e as implicações políticas que esse espetáculo ganha nas duas ocasiões. Finalmente, **Imprimir e Contar a Festa do Rei** trata da construção da memória dos eventos pelos impressos oficiais, os encomendados e os manuscritos particulares, cotejando idéias, padrões retóricos e expectativas particulares dos seus autores na concessão de mercês e privilégios, a partir de um estudo do papel da imprensa na cultura política ibérica da época filipina.

Ainda a título de introdução, é necessário observar que este estudo deve sua inspiração, em grande parte, aos trabalhos do historiador português Diogo Ramada Curto, cujas obras *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)* seguida da tese de doutorado *A Cultura Política em Portugal (1578-1642) - comportamentos, ritos e negócios*, constituem-se para nós uma ampla fonte de questões que apontam para todos os aspectos da cultura política na passagem do século XVI para o XVII. Dono de um estilo particular de escrita, onde se sucedem perguntas formuladas a partir de um grande conhecimento de fontes da época, seguidas de hipóteses para desenvolvimento de novas pesquisas, o pensamento de Ramada Curto possibilita ao pesquisador que pretende se deixar levar pelos caminhos da História Ibérica Moderna uma ampla gama de possibilidades de investigação. Desse modo, ele incentiva que se tome um fio por ele encontrado, indicando os primeiros passos em relação aos arquivos e às fontes primárias, numa atitude pouco usual entre os historiadores de nossos tempos.¹⁴ Foi tomando uma dessas veredas que desembocamos no rico conjunto de relatos das Entradas Filipinas em Lisboa.

Outro pensamento que percorremos em grande parte do processo de elaboração deste trabalho, embora não desde o início como no caso da obra de Ramada Curto, foi o do espanhol Fernando J. Bouza-Álvarez, autor de um invejável conjunto de textos e artigos, aulas e estudos sobre o ambiente cultural e a imagem do rei na monarquia de Filipe II. Sua intensa produção e profundo conhecimento dos arquivos da época são também fonte inesgotável de idéias que, como poderá o leitor perceber, estão presentes em todas as partes desta tese.¹⁵

Para além dessa declarada inspiração de origem ibérica, tornou-se lugar comum entre os representantes da atual geração de historiadores brasileiros do período

¹⁴ As obras de Diogo R. CURTO utilizadas neste trabalho estão relacionadas na bibliografia geral e serão referidas em notas ao texto à medida que forem sendo utilizadas.

¹⁵ Também é longa a relação de obras deste autor, que se encontra listada na Bibliografia geral e referida nas notas ao texto.

colonial, e mesmo entre os especialistas da história do Brasil independente, exaltar a importância da obra, da pesquisa documental e do pensamento de Evaldo Cabral de Mello. Que seu trabalho incansável nos inspira também já é de praxe afirmar. Mas ainda parece pouco, pois durante todos estes anos, que somados já passam de uma década, em que temos nos dedicado ao aprendizado do ofício da pesquisa da História de Portugal, não houve estímulo maior do que as palavras do enfático prefácio do mestre a sua obra mais recente: “Ainda hoje resulta incompreensível que os departamentos de história das nossas universidades não ofereçam regularmente cursos de história portuguesa, que permitam aos brasileiros conhecerem um passado que até a Independência é tão deles quanto dos portugueses”.¹⁶

A veemente constatação parece-nos hoje uma espécie de profecia que anunciava a fragilidade da nossa formação, e que resultaria na avalanche de polêmicas superficiais, infundadas e ultrapassadas que nos assolou recentemente por ocasião da comemoração dos quinhentos anos da viagem de Cabral. A inexistência de um permanente debate nacional, vivo, em torno da história do nosso passado português decorre, obviamente, do reduzido espaço disponível para atuação pública desses especialistas, que às vésperas do evento foram chamados às pressas para disponibilizar suas idéias nos meios de comunicação, e satisfazer assim uma enorme demanda da grande maioria da população brasileira, desde sempre impedida de ter acesso às suas reflexões. Este estudo tem a pretensão de discutir não só a história desses tempos em que éramos a colônia de Portugal, mas além disso, tratar de um tempo em que nem puramente portuguesa era a matriz política que dominava o que hoje chamamos de Brasil.

Por fim, esta pesquisa pretende contribuir para a discussão da problemática social da festa pública, seja ela ligada ao poder monárquico, ou a de significado religioso. O fato é que este tema vem ganhando maior destaque na historiografia brasileira sobre os séculos XVIII e XIX, o que justifica a necessidade de um trabalho voltado para as origens e formação de cerimônias públicas em Portugal. Nesse sentido, consideramos que um estudo preocupado em revelar os meandros que envolveram a preparação das festas e a retórica dos discursos das Jornadas Filipinas a Portugal só pode acrescentar mais elementos aos estudos dessas práticas culturais na nossa América Portuguesa.

¹⁶ Evaldo Cabral de MELLO, *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669*, 2ªed.,

1. OS PODERES EM UNIÃO E AS COROAS IBÉRICAS

“Se Filipe II falecesse, a União de Portugal à Espanha (...) romper-se-ia imediatamente”.

Antônio Queiroz Velloso na *História de Portugal*, 1933

1.1. A Paixão por Portugal Independente: para esquecer a União das Coroas

Muitos afirmaram, e provaram, que a União das Coroas Ibéricas era uma possibilidade para evitar o risco de um vácuo no caso de uma repentina ausência de herdeiros, tanto para o trono espanhol quanto para a Coroa portuguesa. Os casamentos entre príncipes dos dois reinos eram freqüentes desde o final do século XV, como recurso de preservação da autonomia política das coroas peninsulares em relação a outros reinos da Europa. A expansão do Império Habsburgo em direção a Portugal e Espanha naquela época colocou o problema num prisma diferente, e marcando profundamente o contexto em que a união ocorreu, pois desde o início a melhor política era deixar a União das Coroas como possibilidade, mas evitá-la de todas as formas possíveis.

Na metade do século XVI, o trono de Portugal estava ameaçado de vagar sem um herdeiro legítimo que o pudesse assumir com segurança. A morte de todos os herdeiros do casamento entre D. João III e D. Catarina era uma fatalidade dinástica, colocando o próprio reinado de D. Sebastião sob o pânico da ausência de um rei. Entre o trágico desaparecimento do *Desejado* em Alcácer Quibir, em agosto de 1578, e a tomada de Lisboa pelas tropas do Duque de Alba em agosto de 1580 passaram-se exatos dois anos, tempo curto diante dos sessenta anos que viriam pela frente, mas suficiente para causar grande convulsão nas instâncias de poder em Portugal. Especialmente para a Coroa portuguesa, aqueles foram meses de extrema insegurança e muitas negociações, na tentativa de preservar a autonomia e de impedir que se lançasse mão do último recurso de preservação da segurança - a aclamação de Filipe II como rei de Portugal. O reinado do idoso Cardeal D. Henrique, embora tenha garantido a autonomia temporária, não resultou na continuidade da linhagem dos reis

de Avis, pelo contrário, aumentou o vazio, possibilitando o aparecimento de sublevações que tentavam ocupar o trono por outras vias.¹

Por um lado, nesses dois anos, fortaleceram-se os partidários de D. António, que passaram a reivindicar de todas as maneiras viáveis seu pertencimento à gloriosa dinastia, já que seu líder era neto ilegítimo do Venturoso; por outro lado foi o tempo necessário para que Filipe II consolidasse as negociações que concretizariam a União das Coroas. Havia ainda uma possibilidade alternativa, a sucessão pela linhagem de D. Catarina, Duquesa de Bragança, já que D. Antonio não era visto como legítimo herdeiro, além de outros candidatos.² Pouco sangrento, se o compararmos com processos mais violentos ocorridos na França na mesma época, o interregno que antecedeu a União das Coroas despertou paixões na historiografia, pois não restam dúvidas de que a ousadia de D. Antonio ao tentar evitar a entrada de Filipe II em Portugal, é um acontecimento digno dos melhores autores de ficção histórica, e que começa a ser valorizado pela atual historiografia ibérica.³

A historiografia sobre o período compreendido entre a morte do Cardeal D. Henrique em 1580 e a Aclamação de D. João IV em 1640 iniciou-se ainda no século XVII, e segundo Fernando Bouza, a primeira obra historiográfica sobre este período é do Abbé Vertot *Révolutions du Portugal*, cuja edição inglesa antecede em uma década a francesa – de 1700 é a inglesa (*The History of the Revolution in Portugal*, Gilliflower) e de 1710 a francesa.⁴

Mas, foi no século XIX que surgiram as versões nacionalistas da crise que desencadeou a União das Coroas. Percebendo o raro interesse que esse período e as

¹ “A União das Coroas Peninsulares não deixou, no entanto de constituir um dos desfechos previsíveis, se não mesmo desejados, da política de alianças matrimoniais entre as casas de Avis e a dos Habsburgo. Inaugurou-se de modo sistemático com D. Afonso, filho de D. João II, revelou-se quase obsessiva nos três casamentos de D. Manuel e prosseguiu com D. João III, as infantas D. Isabel e D. Maria, o príncipe D. João e as insistentes, mas falhadas, tentativas de casar d. Sebastião com a mais nova das filhas de Filipe II. Ou seja, dos onze casamentos realizados pela casa real portuguesa ao longo de três gerações, oito concretizaram-se em Castela (...)” Mafalda Soares da CUNHA, *A Questão Jurídica na Crise Dinástica*, in José MATTOSO (dir.), *História de Portugal*, vol. III - *No Alvorecer da Modernidade - 1480/1620*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p.552

² Tirando os três candidatos que receberam maior visibilidade na polémica dinástica - D. Catarina, D. António e Filipe II - , os outros eram Ranúcio Farnese, Duque de Parma e neto de D. Duarte que invocava a primogenitura de sua mãe D. Maria sobre D. Catarina; Manuel Felisberto, Duque de Sabóia, filho da infanta D. Beatriz; e D. Catarina de Médicis, filiada num hipotética descendência do primeiro casamento de D. Afonso III. *ibidem*, p.554

³ Exemplo disso é a publicação que acaba de sair, Fernando BOUZA, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações. (1580-1668)*, trad. Pedro Cardim e Ângela B. Xavier, Lisboa, Cosmos, 2000

⁴ cf. Fernando BOUZA, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640). Filipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, Madrid, Editorial de la Universidade Complutense, fotocópia, 1987, p.3, nota 1. Não pudemos encontrar essas edições, que certamente nos teriam fornecido importantes elementos

problemáticas que o envolveram despertaram até recentemente, procuramos lançar uma discussão a respeito de uma das interpretações mais comprometidas que se tem até hoje sobre esses acontecimentos, expressão de uma visão e de uma memória, ou mesmo do desejo de esquecimento deles, tanto em Portugal como no Brasil. Indiscutivelmente, um dos mais significativos discursos produzidos a partir dessa ótica apareceu na primeira metade do século XX; trata-se da obra hoje conhecida como *História de Portugal de Barcelos*, organizada por Damião Peres e editada em comemoração ao Oitavo Centenário da Fundação da Nacionalidade Portuguesa - publicação de 1933 -, e que por seu caráter revisionista da História de Portugal merece atenta observação a propósito do período que discutiremos aqui. A opção por utilizar essa obra comemorativa como referência inicial da discussão sobre a relação surgida entre os súditos portugueses e os reis Filipes durante as Jornadas a Portugal, resulta do seu teor contrário à visão que se tem buscado construir atualmente da história desse período, da qual partilhamos e que pretendemos alargar.

Na obra, o autor encarregado do texto sobre o período que vai da crise de Alcácer Quibir até a Aclamação de D. João IV foi o historiador J. M. de Queiroz Velloso. Sua primeira hipótese para desenrolar o novelo do vazio dinástico consiste em uma suposta aliança feita entre a rainha Elizabeth I e Henrique III de França contra Filipe II em apoio a D. Catarina.⁵ Sabemos que D. Catarina era forte candidata à sucessão de D. Henrique, mas que D. Teodósio, o Duque de Bragança, teria preferido apoiar os direitos de Filipe II a entrar em confronto com as forças da monarquia vizinha e parente. Por isso, a aliança não chegou a se concretizar, o que teria levado a rainha Elizabeth I a defender D. Antonio - Prior do Crato, mais ousado e anti-filipino, e que passou assim a viver uma verdadeira epopéia na tentativa de fazer valer seu direito ao trono português.⁶

Nesse sentido, para Velloso o desacerto resultante dessas negociações levaram a três importantes conseqüências, consideradas também as causas da independência. Em primeiro lugar abriu-se uma fase de “corrupção habilmente espalhada em longos meses pelos agentes espanhóis”, na tentativa de conseguir apoio para a ocupação pacífica e a

para reconstrução desse percurso.

⁵ J.M. Queiroz VELLOSO, *Cap. XVI - O Interregno* - in: Damião PERES (dir), *História de Portugal*. Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, Barcelos, Portucalense Editora, MCMXXXIII, Terceira Época - 1557/1640- História Política, p.209

⁶ Queiroz Velloso foi talvez o maior dentre os especialistas do período que antecedeu a União Ibérica na primeira metade do século XX. Suas principais obras são: *A perda da independência: fatores internos e externos que para ela contribuíram*, in: *Publicações do Congresso Mundo Português*, tomo I, vol.VI, 1940; *O reinado do Cardeal D.Henrique: a perda da independência*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946; *O Interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D.António*, Lisboa, Sociedade Industrial Tipográfica João Pinto, 1956

Entrada Triunfal de Filipe II em Lisboa; a corrupção, por sua vez, encontrou terreno fértil na “falta de isenção e de patriotismo dos cinco governadores” que assumiram as instituições administrativas enquanto não havia rei; e por fim “a não união entre o Duque de Bragança e o Prior do Crato” acabaram por dividir as forças e vontades, fortalecendo obviamente o monarca que tinha a seu favor um reinado de conquistas e domínio sobre o mundo.⁷

Velloso foi, provavelmente, o historiador mais apaixonado e defensor do Prior do Crato como herdeiro do trono em 1581.⁸ Localizamos alguns trechos significativos que revelam a força de seus argumentos e opção. Em primeiro lugar a comprovação de que tudo o que ele escreve vem de uma documentação ainda inédita na sua época, e de que o desconhecimento dessas fontes resulta em preconceito e desrespeito ao seu protagonista, pois da “atenta leitura dos documentos impressos, do cuidadoso e reflectido exame, sem qualquer preconceito, da correspondência, em grande parte inédita, guardada nos arquivos, chegamos à conclusão de que a história julga com demasiado rigor esse infeliz pretendente, que só nos deve merecer respeito e estima”. Quando trata da Aclamação de D. António em Santarém escreve, no melhor estilo da historiografia apologética do Estado português, que “em centenas de peitos, esse grito encontrou eco. Era o amor da independência, o forte sentimento da nacionalidade, que impulsionava aquela gente e dava grandeza ao acto”. E finalmente, sobre a morte de D. Antonio, reforça que “com sessenta e quatro anos, em 26 de agosto de 1595, quando se aparelhava uma nova expedição a seu favor, falecia em Paris este príncipe, tam injustamente acusado de oferecer ao invasor, por alto preço, a desistência dos seus direitos. Teve grandes defeitos, mas o seu coração bateu sempre, ardentemente, pela independência de Portugal”.⁹

Evidentemente, seu discurso eloquente dizia mais de um país que buscava seus “verdadeiros” heróis ao comemorar os oitocentos anos de existência, do que da “vã glória de mandar” que movia o ilegítimo aspirante ao trono. Mas, para além da paixão que nutre o historiador pela figura heróica do Prior do Crato, encontramos também alguns aspectos importantes que praticamente desapareceram da historiografia mais recente sobre a União das Coroas, daí a relevância em retomar sua leitura. Uma delas foi a questão da negociação que antecedeu a entrada dos espanhóis - tratada por ele de

⁷ Querioz VELLOSO, op. cit., p.208

⁸ Além dele a principal referência sobre as ousadias e desventuras de D.António é Joaquim Veríssimo SERRÃO, *O Reinado de D.António, Prior do Crato*, Coimbra, 1956

⁹ Queiroz VELLOSO, op. cit., respectivamente pp. 214, 218 e 252

corrupção -, que está suficientemente documentada, assim como a referência a episódios pouco ortodoxos e comuns em momentos de insegurança política, tal como a fuga dos governadores com o cofre de Lisboa, considerada anacronicamente como falta de patriotismo, no momento caótico dos combates entre as tropas de D. António e as do Duque de Alba,

Avisados da conjura, com receio de que os próprios soldados da guarda os abandonassem, mandaram aprontar uma caravela; e na madrugada de 27, depois de ouvirem, até altas horas da noite, sangrentas injúrias e vitupérios, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa, saltando pelas janelas do palácio, em companhia de alguns criados, embarcaram. Na mesma caravela fugiram também: o veador da Fazenda, D. Duarte de Castello Branco, com todo o dinheiro, que pôde reunir, e valiosas jóias da Coroa (...).¹⁰

Em seu volume Velloso denomina o período da União de *Dominação Filipina*, o que nos parece expressar uma determinada visão da situação. Entretanto, procura enfatizar, sempre que possível, que Portugal conservou todas as características da soberania – “leis, governo, administração e justiça, moeda e língua, entendendo que a autonomia administrativa mantinha-se absolutamente, e que os dois reinos da Península ficavam constituindo uma monarquia dualista, ligados apenas pelo laço de um monarca comum”.¹¹ Essa explicação teria grande proximidade com uma visão menos nacionalista da União das Coroas, se não fosse a incompatibilidade que ela representa em Velloso com a idéia dada pelo título *Dominação Filipina*, que jamais poderia corresponder a um governo dualista. Levado, provavelmente, pela Lenda Negra que se formou em torno da figura de Filipe II, e pela vontade de ver no passado as raízes do nascimento de um Estado Nacional concebido nos moldes do século XIX, sua leitura dos acontecimentos quase coincide com os argumentos que sustentam a atual abordagem relativista, segundo a qual o poder do rei era concomitante aos tradicionais poderes locais, bastante vinculados às instituições administrativas e governativas também locais, realizando uma espécie de aglutinado de forças - a polissinodia dos poderes. Isso demonstra que, mesmo numa obra que marcada pela visão historiográfica nacionalista, as características das composições políticas do Antigo Regime se sobrepõem, numa dialética quase inconsciente.

Impossibilitado de conceber a multiplicidade de forças e poderes que compuseram a União das Coroas, Velloso trata muito pouco da administração espanhola que funcionou junto ao reino de Portugal, não enfoca as questões de

¹⁰ ibidem, p.219

¹¹ ibidem, p.240

política e governo, preferindo desviar suas descrições e interpretações para os episódios de resistência, tais como a continuação da epopéia de D.António até sua morte em Paris em agosto de 1595, ou o Sebastianismo - que sofria grande onda revisionista na historiografia portuguesa das décadas de 1930 e 1940. Para ele, o Sebastianismo foi uma alternativa ao desastre do Prior do Crato e à União das Coroas, partilhando amplamente com João Lúcio de Azevedo e Sampaio Bruno do interesse pela história do aparecimento dos falsos D.Sebastião, que recentemente voltaram a atrair os investigadores da História da Cultura do período.¹² Contudo, Velloso reconhece brevemente que a administração filipina deixou frutos em Portugal, frutos que ele entende como providências úteis, mas sempre com prejuízos: “melhorou a administração da justiça; limitou a acumulação da propriedade vinculada; regulamentou a venda de sal; tomou medidas severas para obstar à destruição do pinhal de Leiria; procurou aumentar a segurança pública; mas na sua política externa empobreceu o reino”.¹³ Sobre o reinado de Filipe III prefere passar rapidamente, destacando o papel dos Vice-Reis e suas negociações, sem grandes detalhes.

A propósito das festas realizadas por ocasião das Jornadas de 1581 e 1619, episódios que interessam particularmente a este estudo e para onde convergem as nossas reflexões, o autor também economiza o trabalho de sua pena. Sugere sempre grande desconfiança em relação a toda a riqueza e admiração devotada pelos portugueses ao rei, pois não acredita que eles pudessem adorar um monarca ilegítimo. Assim, justifica pelo medo de represálias o empenho da preparação dos eventos dizendo que

No caminho de Tomar para a capital, Santarém recebera-o [Filipe II] com bandeiras e galhardetes, colchas nas janelas, as ruas juncadas de flores. Não era o entusiasmo por um rei castelhano que provocava aquelas manifestações exteriores; os santarenos apenas pretendiam que o monarca esquecesse que ali nascera o levantamento de D.António.

Também a Jornada de Filipe III é vista como um acontecimento acessório a todo o processo político que se passava entre Madri e o Conselho de Portugal, resultado da vitória do Duque de Uceda sobre Lerma nas disputas dentro da corte filipina. Vê sobretudo grande desperdício de dinheiro da fazenda real e da Câmara de Lisboa no investimento das cerimônias, assumindo enfoque bastante comum aos

¹² Diogo R. CURTO, *Ó Bastião! Ó Bastião! (Actos políticos e modalidades de crença, 1578-1603)*. in Yvette K.CENTENO, *Portugal: Mitos Revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra, 1993; *A cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, ritos e negócios*, op. cit.; e Jacqueline HERMANN, *No Reino do Desejado: a construção do Sebastianismo em Portugal - séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998

¹³ Queiroz VELLOSO, op. cit., p.263

cronistas e historiadores que se preocuparam em construir a visão nacionalista da Aclamação de D.João IV. Diante de tal ponto de vista não se colocava o problema do significado de ver o rei no momento da crise, quando o próprio rei não conseguia se impor à disputa entre os seus ministros. Interessante é sua observação sobre Évora, destacando o Auto-de-Fé em homenagem ao Rei como “horrífico espetáculo que, começando pela manhã, só terminou ao pôr-do-sol”, como se a causa do horror fosse a visita do rei, e não ocorressem autos-de-fé em homenagem aos reis portugueses que ele bem conhece. Mas, embora posicione-se contrariamente a toda a parafernália, Velloso acaba por se render à beleza da festa barroca, e comenta o desejo de concessão de mercês explícitos na construção das alegorias ao soberano. Mais uma vez, sem atentar para a importância do que coloca, acaba sugerindo que a festa de 1619 era a grande possibilidade de diálogo entre a Coroa espanhola e Portugal, al como veremos adiante, mas não aprofunda o problema. Afirma, somente, que com a partida apressada Filipe III ajudou a cavar um fosso mais fundo do que o existente entre os dois reinos.

As ornamentações eram, na realidade, magníficas. Nas ruas principais até a Sé e desta ao palácio da Ribeira, havia arcos de triunfo, qual mais rico ou mais aparatoso, outros eram imponentes pela sua grandiosidade. Todos esperavam algum benefício; alguma melhoria na aflitiva situação do reino, mas tudo ficou na mesma depois de tanto dinheiro gasto.¹⁴

Como dissemos, essa empreitada de Velloso, e por conseguinte da *História de Portugal* de Damião Peres, é emblemática para nosso estudo porque nela estão dados todos os elementos que envolveram a história da União das Coroas que buscamos rediscutir. Contudo, sua versão, impregnada da paixão por Portugal independente da Espanha resvala por um caminho que efetivamente despreza qualquer possibilidade de compreensão das formas de manifestação e representação do poder político monárquico na Alta Idade Moderna. O tom comemorativo da publicação sugere que era esse o pensamento predominante nos meios intelectuais portugueses, e que perduraram até décadas mais recentes, sendo necessário, para supera-lo, um árduo esforço de ruptura das linhas de análise assentadas na crença da existência de uma nacionalidade que antecedia a própria existência dessa nação como tal.

Diante do risco de incorrer no anacronismo ao abordar uma problemática tão complexa, decidimos voltar às origens da União das Coroas, tomando-a como parte do processo de formação da unidade espanhola e posteriormente ibérica, para em seguida formular uma questão crucial. É possível conhecer hoje os sentimentos que os súditos

portugueses, em suas diversas composições sociais, políticas e intelectuais, depositaram em relação às Jornadas Filipinas?

1.2. A Unificação dos Reinos Ibéricos: tradição imperial e poderes locais

Quando D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela se casaram em 19 de novembro de 1469, estava longe a formulação de qualquer projeto de construção de um Império europeu e ultramarino sob o domínio de Madri, cidade que naquele momento sequer ostentava o *status* de corte.¹⁵ Quando morreram, Isabel em novembro de 1504, e Fernando em janeiro de 1516, deixaram uma grande transformação na situação das alianças internas e externas entre as instâncias de poder nos reinos ibéricos. Em primeiro lugar, concluíram a Reconquista com a tomada de Granada. No mesmo ano era realizada a travessia do Atlântico e a chegada à América pela esquadra de Colombo. Paralelamente, são aproveitadas as duas filhas do casal, através da política matrimonial levada adiante pelo rei, com o intuito de unir a Espanha à Inglaterra de Henrique VIII - que desposa a malfadada Catarina de Aragão -, e ao Império Austríaco de Filipe I - que leva a mão da perturbada Joana. Finalmente, numa empreitada decisiva contra as forças francesas, as tropas espanholas conquistaram o reino de Nápoles, conservando honradamente o poderio espanhol sobre o centro-sul da Península Itálica, e daí sobre o Mediterrâneo. Para completar o fenômeno de criação das bases da monarquia centralizada, Fernando e Isabel receberam o título de Reis Católicos das mãos de Alexandre VI, um Bórgia, feito papa também pela influência do casal. Diante deste quadro não há como evitar a idéia sedutora de que os fundamentos do grande Império Espanhol dos séculos XVI e XVII, comandado por um imperador Habsburgo, foram lançados na união dos reinos de Castela e Aragão.¹⁶

Embora sejam indiscutíveis o oportunismo e a eficácia das políticas expulsionista e expansionista adotadas pela monarquia espanhola a partir da unificação dos reinos em uma só Coroa, no momento seguinte a ela se nota a corrosiva presença de uma fragilidade política no que parecia um sólido bloco, quando em 1517 os espanhóis reagem negativamente à chegada do príncipe Carlos ao reino, acompanhado de sua

¹⁴ *ibidem*, p.266

¹⁵ Madri foi oficialmente considerada Corte por Filipe II em 1561

¹⁶ John LYNCH, *Espanha bajo los Austrias/1 - Imperio y absolutismo (1516-1598)*, 7ª ed., Madrid, Ediciones Península, 1993, pp 42-46. Numa posição um pouco diferente se coloca Perry Anderson, que afirma ter fracassado a tentativa de União e formação de um Estado pelos Reis Católicos. Para ele, somente a Inquisição Espanhola pode ser considerada uma instituição realmente unificada neste contexto. Perry ANDERSON, *op. cit.*, p.65

corte borguinã, que em princípio não o reconheceram como Imperador em terras espanholas.¹⁷ Mesmo sendo neto dos Reis Católicos, Carlos era um estrangeiro que ameaçava a difícil convivência entre as instituições castelhanas, de tendência unificadora, e o sistema aragonês, de caráter mais pluralista. Mas, por outro lado, o que os espanhóis não poderiam suspeitar era que a opção de Carlos por reinar a partir da Espanha “foi o fim brilhante e imprevisto, de uma política de alianças matrimoniais destinada a reforçar a presença dos Reis Católicos no cenário Europeu”.¹⁸

Durante as três décadas seguintes Carlos V sustentou a coroa unificada do Império Habsburgo, tendo como meta primeira a manutenção e defesa de sua herança, relegando ao segundo plano sua ampliação. No âmbito da Europa central, o enfrentamento com as forças francesas de Francisco I foram a razão principal dessa tendência de preservação, buscando até o fim, mas sem êxito, a recuperação do Franco-Condado que lhe pertencia por tradição. Dois anos depois de seus generais terem mantido prisioneiro por meses o próprio monarca francês, a rivalidade franco-austriaca levou ainda o Imperador a cometer uma das manobras mais ousadas de toda história da cristandade, o Saque de Roma de 1527, mesmo ano em que nascia o príncipe Filipe. Era uma reação deliberada à aliança firmada entre Francisco I e Clemente VII. Para além do Mediterrâneo a forte presença dos turcos e muçulmanos continuava sendo o principal desafio do Sacro Imperador.

A identificação de Carlos V com seus avós ibéricos, ao lado da ferrenha oposição ao protestantismo, fizeram com que o ramo austríaco da família imperial lhe impedisse de transmitir ao herdeiro Filipe a parcela nordeste do Império. A irreparável perda resultante da fragmentação levou a uma nova definição das forças políticas européias; de um lado tentaram aliar-se novamente Espanha e Inglaterra através do desastroso casamento de Filipe com Maria Tudor, que dominariam juntos a Itália e os Países Baixos, e de outro juntaram forças a França de Henrique II com a parcela do Império herdada por Fernando de Habsburgo. Entretanto, a infrutífera união de Filipe e Maria I levou ao profundo desgaste das relações entre os ingleses e a Coroa espanhola de Carlos V até a ruptura, tendo ainda como consequência o início dos

¹⁷ “... la opinión española propiciaba una política nacional, no imperial y los administradores españoles de Carlos consideraban a su señor ante todo como rey de España y no como emperador de Europa. (...) sus contemporáneos no utilizaron la palabra “imperial” para aludir a la política de sus monarcas; se trata de un concepto forjado por los historiadores posteriores y asigna una coherencia y conciencia reflexiva a la política de Carlos que ésta nunca tuvo.” John LYNCH, p.93. Referindo-se à argumentação de, J.M. DOUSSINAGUE, *La política exterior de España en el siglo XVI*, Madrid, 1949, pp.123-290

¹⁸ C. BERNAND, e S. GRUZINKI, *A Europa Imperial*, in. *História do Novo Mundo: da Descoberta à Conquista, uma Experiência Européia 1492-1550*, trad., São Paulo, Edusp, 1997, p.233

prolongados conflitos entre Espanha e Países Baixos, que se arrastaram pelos cento e cinquenta anos subseqüentes.

Durante a primeira metade do século XVI, que corresponde praticamente à era de Carlos V, fortaleceu-se a idéia de um único rei dentro e para a Espanha, embora os constantes conflitos associados à posição de Imperador Habsburgo o tivessem levado muitas vezes para longe. Neste caso não se poderia considerar ainda como uma ausência régia, já que é uma situação em que o rei comanda os exércitos em nome de seu reino e a ele sempre retorna nos períodos de trégua. Em carta a Maria de Hungria de 1537, o Imperador já lamentava sua situação itinerante: “Eu sou uma só pessoa e não posso estar em todos os lugares. Eu estou onde devo e posso estar, e isso é freqüentemente onde eu posso estar e não onde eu gostaria de estar”.¹⁹ Para muitos historiadores, a guerra externa talvez tenha sido o fator mais forte que impeliu as monarquias européias modernas a deixar para trás seu invólucro feudal. Entretanto, na Espanha, a existência desse foco central de poder não correspondeu, em última instância, a uma total unificação das instituições e das outras esferas do poder, estas sim continuaram ainda impregnadas de resquícios do sistema pluralista durante todo o século XVI, mostrando sinais efetivos de esgotamento somente no final do reinado de Filipe II.

Carlos V, prematuramente envelhecido e doente, abdicou de seu título em favor do filho Filipe em Bruxelas a 25 de outubro de 1555. Seu recolhimento ao singelo Mosteiro de Yuste na Extremadura é, ao mesmo tempo, a prova definitiva do vínculo que estabeleceu com o reino espanhol, e a atitude que determinou a opção de Filipe II de governar o Império a partir de Madri. Para John Lynch, “havia algo de simbólico na volta de Filipe à Espanha em setembro de 1559. Desde então o rei de Espanha permaneceria na Península Ibérica, vigiando a Europa detrás dos Pirineus”.²⁰ A partir desse momento o rei deixou de estar ausente de Espanha em períodos de guerra, para se ausentar efetivamente de seus outros domínios.

Filipe II recebeu, com a Coroa Espanhola, a herança de uma administração falida e desgastada pelas décadas de guerras. Mesmo com toda a riqueza proveniente da exploração da América, as condições econômicas e humanas eram precárias, por isso sua política foi marcada desde o início pela prudência, tal como expressa o seu codinome original, nunca atribuído a outro rei. Se optasse pela manutenção das guerras nos moldes empreendidos pelo seu pai, seguramente teria conduzido à ruína

¹⁹ Apud, Jean-Michel SALLMAN, *Charles Quint: L'Empire éphémère*, Paris, Ed. Payot, 2000, p.189.

definitiva o que restava do edifício fragilmente construído pelos Reis Católicos, além das incompatibilidades da família Habsburgo com a monarquia espanhola.

Todo este processo de unificação da monarquia espanhola teve como uma de suas principais realizações a criação do Conselho Real a partir de Castela. Mas, no momento da unificação, e ao longo de todo o século XVI, esta tendência aglutinadora, essencialmente moderna, foi constantemente neutralizada pela tradição aragonesa pluralista e poli-territorial, marcando até mesmo as instituições administrativas da América Espanhola. Durante o reinado de Carlos V a boa composição entre o Conselho Real e a polissinodia foi ainda aplicada fora da Espanha, em outras possessões do imperador, através da instituição dos *vice-reinados de sangue*.²¹ Pela sua eficácia o Conselho é mantido por Filipe II, e são criados os de Portugal em 1580, o de Flandres em 1588 e o das Finanças em 1593, mas no final do seu reinado começam a apresentar sinais de envelhecimento, reforçando definitivamente a tendência centralizadora.²² O desgaste da organização polissinodal em tempos de Filipe II foi interpretado por Antonio M. Hespanha como resultado de seu “estilo centralizador, que cultivava a parcelização do governo, escondendo na mão esquerda o que resolvia com a direita”.²³

A convivência de formas de poder aparentemente conflitantes - um monarca/imperador centralizador e instâncias de poder local fortes - fez da monarquia espanhola um importante referencial para os estudos acerca da formação, ou formações, das monarquias clássicas européias. De acordo com E. Le Roy Ladurie esta convivência, que resulta numa dupla significação do poder, deve mesmo ser incorporada à definição do conceito da monarquia clássica.²⁴ À semelhança do que ocorre na Espanha, a monarquia francesa em sua soberania é “multiplicadora do poder local”.

²⁰ John LYNCH, op. cit., p.223

²¹ "Neste sentido, importa lembrar que um antecedente claro dos *vice-reinados de sangue* se pode encontrar nas diferentes regências que Carlos V começou a entregar a membros de sua família, por volta da segunda e terceira décadas do século XVI (...) como complemento territorial a acrescentar à política dos conselhos e das secretarias. Naqueles momentos, *comme représentant* a própria pessoa do Imperador, exerceram o governo em seu nome e nos diferentes domínios dos quais Carlos V não podia residir." Fernando BOUZA, *A 'saudade' dos reinos e a 'semelhança do rei'. Os vice-reinados de príncipes no Portugal dos Filipes*, in: *Portugal no Tempo dos Filipes*, op. cit., p.120

²² John LYNCH, op. cit., pp.215-218.

²³ António M. HESPANHA, *As Vésperas do Leviatã: instituições e poder político em Portugal - séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, p.289

²⁴ “(...) o conceito de monarquia clássica deve incorporar a si os efeitos induzidos que engendra fora de seu próprio domínio e no campo econômico e social. Esses efeitos repercutem, por sua vez, nas estruturas políticas do poder local, difusas no conjunto da sociedade: elas subjazem ao fato estreito das instituições monárquicas.” E. Le Roy LADURIE, op. cit., p.25

Para Vicens Vives, em tempos do Renascimento e do Barroco a autoridade é exercida pelo menos em três âmbitos diferentes. Em primeiro lugar vê-se o governo direto das massas dos camponeses pelos senhores jurisdicionais; em segundo estão os grupos das jurisdições autônomas, correspondentes aos corpos, organismos e colégios oriundos da revolução comercial e formados pela burguesia urbana; em um terceiro plano estava o estrato correspondente ao nível principesco, formado pelos membros do grupo administrativo e definidores do poder do príncipe. Dos três níveis apontados, o autor destaca o primeiro como o responsável pela principal contradição das monarquias dos séculos XVI e XVII nos países mediterrâneos, e especialmente para o caso da monarquia espanhola, “baseada sobre a máxima concentração do poder no vértice e sobre a mínima irradiação na direção da base”.²⁵ Isso significa que o poder real estava longe de conseguir atingir os níveis mais distantes do seu campo de atuação, níveis esses que se encontravam ainda, em pleno século XVII, profundamente vinculados aos sistemas de relações constituídos no feudalismo. Vives considera ainda que, devido à existência de um duplo fenômeno – “confrontos militares no Mediterrâneo e expansão colonial no Atlântico” - a monarquia espanhola teria se constituído “no centro de interesses daqueles que estudam o desenvolvimento da burocracia moderna”.²⁶

Também para Fernando Bouza, o próprio *modus gobernandi* da Casa de Áustria pode ser tomado como a forma característica de organizar a relação Rei/Reino dos séculos XVI e XVII, baseado no “reconhecimento de uma essencial diversidade jurisdicional” que tinha de lidar com inúmeros particularismos corporativos, cuja articulação só pode ser estabelecida por meio de alianças, das quais uma das mais importantes foi a União dos Reinos de Portugal e Espanha em 1580.²⁷ Do mesmo ponto de vista partilha J.H. Elliot, para quem a Espanha dos Habsburgos foi pioneira do moderno estado burocrático, sobretudo no que diz respeito ao controle das possessões ultramarinas.²⁸

²⁵ J. Vicens VIVES, *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*, in. A.M.HESPANHA, (org), *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, sd., pp.206-208

²⁶ *ibidem*, p.214

²⁷ “Talvez por isso a Monarquia Hispânica, que durante muito tempo foi considerada pouco mais de uma forma política monstruosa quando comparada com os modelos francês ou inglês, se tenha convertido em objecto de especial interesse para a historiografia que estuda o aparecimento da forma centralizada do Estado Moderno.” Fernando BOUZA (org. e notas), *Cartas para Duas Infantas Meninas, Portugal na Correspondência de D.Filipe I para as Suas Filhas (1581-1583)*, Lisboa, Anais da Biblioteca de História/ Publicações D.Quixote, 1999, pp.19-20

²⁸ John H. ELLIOT, *Espanha e su Mundo. 1500-1700*, trad., Madrid, Alianza Editorial, 1991, p.14

Ora, diante de tantas posições convergentes torna-se inegável o reconhecimento do peso dessa opinião da historiografia recente acerca da formação das modernas monarquias européias, que afirma ser a monarquia espanhola, na sua composição com o Império Habsburgo, a mais importante referência para compreensão do processo de criação da estrutura burocrático-administrativa do poder na Europa e nas Colônias Ibéricas.²⁹ Acreditamos e tentaremos demonstrar, assim, que a coexistência de três âmbitos fortes do poder no Reino Espanhol e no Império Habsburgo - a monarquia, as tradicionais estruturas locais e as forças da municipalidade -, tiveram nas cerimônias de Entradas Régias momentos privilegiados do encontro público dos seus discursos, representados pelo rei, pelos senhores e pelas cidades. Daí a importância de valorizar a sobrevivência da itinerância régia durante o reinado de Filipe II e do seu significado na construção da aliança com o Reino de Portugal.

Mas, não se pode olhar somente para o norte. A monarquia dos Filipes tinha ainda diante de si as regiões dominadas pela cultura islâmica recém-conquistadas, e que se tornaram um mundo a ser submetido. Os processos de conversão e submissão da população de mouriscos foi prioridade para a constituição da unidade política desejada, em parceria obviamente com as forças do catolicismo, mas que não eliminaram de modo completo as diferenças. Os fortes antagonismos resultantes da conversão, à força da lei e da fogueira, deram um caráter ainda mais complexo a essa monarquia que se pretendia universal, cujas instituições tinham de incorporar também estruturas oriundas da cultura médio-oriental. Mencionamos este fator como um elemento a mais dessa complexidade, mas seria necessário um outro estudo para se pensar as relações entre a eliminação das tradições islâmicas e o fortalecimento da imagem do poder monárquico na Espanha.

Com a morte de Filipe II em setembro de 1598 operou-se uma nova grande virada no sistema de articulação do poder e das forças do Estado na Espanha; durante o reinado de Filipe III (1598-1621) verifica-se o aparecimento e crescimento da figura do *valido* ou *privado*, e com ele o sistema de Consultas.³⁰ Pelo sistema de Consultas passa a vigorar um novo conceito de relações entre o rei e seus conselheiros imediatos,

²⁹ Em um balanço recente sobre a historiografia do Estado na Península Ibérica Jean-Frédéric SCHAUB completa que existe uma forte corrente iniciada por J. A. MARAVALL, para quem “lo sviluppo dell’amministrazione della giustizia monarchica, l’indebolimento delle strutture rappresentative dei corpi politici, il diritto regio di grazia, l’affermazione legale della sovranità, el ritorno alla pace civile e l’organizzazione territoriale contribuiscono a delineare la genesi dello Stato moderno”, Jean-F. SCHAUB, *La Penisola Iberica nei secoli XVI e XVII*, op. cit., pp.14-16. Cf. também Perry ANDERSON, op. cit.

³⁰ J. Vicens VIVES, op. cit., p.218

ampliando o poder daqueles que tinham acesso a ele e diminuindo a força dos Conselhos como instituição do poder delegado. Ou seja, o poder centraliza-se mais na figura do monarca, mas especialmente engrandece os conselheiros próximos, e o *valido*. Para A.M. Hespanha, esta prática que nasceu durante o reinado de Filipe II, mas teve seu amplo uso difundido por Filipe III e o Duque de Lerma, permitia “parcelizar o conselho, dividir a informação, mantendo-a em setores estanques”.³¹ Seria o momento da efetiva centralização do poder real espanhol?

O *validimiento* inaugurou uma nova forma de poder e administração da Coroa Espanhola, interferindo diretamente nas relações entre as Coroas Ibéricas que queremos aqui discutir. O fortalecimento do Duque de Lerma, a partir de 1612, esteve diretamente relacionado à crise que prontamente infectou as relações entre a monarquia filipina e o Conselho de Portugal, crise esta que se revelou na urgência e no caráter espetacular da apressada visita que Filipe III fez a Lisboa em 1619, e que analisaremos mais adiante.³² A delegação do poder ao valido sobreviveu à morte de Filipe III, quando, após cair em descrédito, o Duque de Lerma foi sucedido pelo todo poderoso Conde de Olivares, o *privado* de Filipe IV. Obviamente que o papel de um só homem, ou dois neste caso, não foi o fator elementar para o desencadeamento da avalanche de problemas que o Império Espanhol passou a enfrentar no início do século XVII, mas o aumento da concentração de poderes nas mãos de um conselheiro foi proporcional ao maior afastamento do rei, transformando cada vez mais a sua rede burocrática e institucional no corpo de um rei ausente.³³

³¹ “(...) perante uma Consulta escrita, pode prescindir-se da presença do seu autor; que nem tem que ser confrontado com as resistências pessoais dos interlocutores, nem se corre o risco de que todos eles partilhem mutuamente os seus conhecimentos.” A.M. HESPANHA, *As Vésperas do Leviatã*, op. cit., p.292

³² “O Duque de Lerma concentrou, nos primeiros anos de reinado, todos os despachos e papéis reais sob seu poder. O trabalho era tanto que muitas vezes mostrava saúde debilitada, pois quando não estava despachando, estava lendo cartas, ou estava com o rei.” Bernardo J.GARCÍA GARCÍA, *La Pax Hispanica: política exterior del Duque de Lerma*, Leuven, Leuven University Press, 1996 pp.19-20. “Depuis 1612, le duc de Lerma détient, d’une manière très officielle, la réalité du pouvoir monarchique. Jusque-là, il était étroitement lié à l’activité de tout l’appareil bureaucratique qui avait été mis en place sous le règne de Philippe II, mais il ne s’agissait que d’une convention tacite entre le monarque et lui-même. Jouissant de l’entière confiance de Philippe III, il était le conseiller privé très écouté, le seul, et pouvait déjà orienter à sa guise les décisions politiques du roi.” Claude GAILLARD, *Le Portugal sous Philippe III D’Espagne. L’action de Diego de Silva y Mendonça*, Grenoble, Ministère de l’Education Nationale, sd, p.107

³³ A extensa bibliografia sobre a decadência da Espanha dos Habsburgos localiza o período crítico na passagem do reinado de Filipe II para o de Filipe III, isto é, entre 1598 e 1620. Os motivos encontrados são tantos que torna-se difícil apontar alguns. Dentre os que nos parecem mais significativos relacionamos o decréscimo de população, o aumento de preços, a diminuição do rico intercâmbio com as Índias, a extrema desigualdade social, transformação do reino no reduto da verdadeira fé e radicalização da perseguição aos protestantes, judeus e mouriscos, a decadência do pensamento científico e da intelectualidade. Para uma visão sintética desses problemas são interessantes dois artigos: Pierre VILAR, *El Tiempo del Quijote*, e John ELLIOTT, *La decadência de España*, cf. Carlo CIPOLLA, *La decadencia económica de los Imperios*, trad., Madrid, Alianza Editorial, quinta reimpressão, 1989, pp.113-127 e

Assim, entre a Unificação iniciada pelos Reis Católicos e o advento do sistema de Consultas promovido por Lerma, observamos uma trajetória de extrema tensão entre a centralização do poder sob as instituições burocrático-administrativas, e a resistência das forças locais, sobreviventes da ordem social tradicional. Essa mesma tensão, revelada pelos historiadores no nível político, pode também ser apreendida nas instâncias de manifestação da cultura de corte, tais como as festas do rei e suas descrições, como queremos demonstrar neste estudo.

1.3. Reinos Ibéricos Unidos: semelhanças que fizeram a diferença

Orbitando esse conjunto de poderes, que aos poucos tendem a se configurar como um centro irradiador de soberania e autoridade, estava o Reino de Portugal com suas estruturas centrais e locais de poder e governo convivendo há mais tempo do que as espanholas. Na altura de 1580 Portugal compunha, com os reinos de Nápoles e da Catalunha, a parte de territórios em disputa pelas monarquias francesa, inglesa, espanhola e austríaca, representando, cada um à sua maneira, pontos chave para o desenvolvimento das conquistas desses impérios em expansão.

Embora menos valorizado pela historiografia das monarquias clássicas européias, o estudo da monarquia portuguesa, com sua presença relativamente tímida na composição das forças políticas que moveram os conflitos religiosos, dinásticos e territoriais na Alta Idade Moderna³⁴, nos fornece elementos bastante específicos e originais quando se trata de compreender o processo de construção do poder real em relação à formação de um Estado centralizado.³⁵ As raízes de sua formação precisam ser entendidas num processo mais antigo, ligado aos outros reinos ibéricos mais tarde unificados.

Para Eduardo França, a concepção de realeza na Península Ibérica, originalmente comum a todos os reinos dela, passou por três fases antes da formação de Portugal. Inicialmente constituiu-se a partir da tradição do direito visigótico, pela

pp.129-155, respectivamente.

³⁴ Adotamos esta subdivisão da Idade Moderna sugerida por Fernando BOUZA, que corresponde aos séculos XV, XVI e XVII.

³⁵ É importante destacar que não se pretende reproduzir aqui o mito do Portugal - Primeiro Estado Centralizado da Europa, livre das guerras que assolaram a Europa central e mediterrânica entre os séculos XIV e XVII. É indiscutível que durante esse período os portugueses viveram mais em paz do que os outros reinos europeus, mas não acreditamos que foi devido ao não envolvimento nos conflitos que suas instituições modernas se constituíram. Tampouco se pensa no outro mito corrente, o da "ausência de feudalismo". Todas essas tentativas de particularização dos processos da história da monarquia portuguesa em relação aos outros reinos europeus a partir de suas especificidades estão bastante relativizadas, e não é o caso de voltar a discutí-las agora.

qual o rei era um chefe militar eleito entre os guerreiros mais capazes. A sobrevivência do princípio da *eletividade*, em oposição ao de hereditariedade nesta primeira fase, foi possível em razão da frágil presença do direito público romano nesta zona. O segundo momento destacado foi o do fortalecimento da *hereditariedade*, consolidada por volta do século VII como meio de controle das rebeliões e usurpações ao poder, e respaldada pelos Concílios como meio de garantir a estabilidade ao trono. Da mesma maneira, com a invasão muçulmana no século VIII, teria aumentado a necessidade de consolidação da hereditariedade nos reinos católicos como uma forma de resistência.³⁶ A *patrimonialidade* caracterizou a terceira etapa, e sobreveio com o processo da Reconquista, quando os préstamos - usufruto vitalício dos territórios recuperados -, ou as herdades - certas funções jurídicas e administrativas - eram concedidos pelo rei em troca de defesa. Para França, “à idéia de patrimonialidade não tardou a se associar a idéia de patrimonialidade da autoridade”³⁷, ou seja, a superioridade da soberania do monarca em relação aos patrimônios hereditários dos guerreiros.

Numa outra vertente mais tradicional, Vitorino M. Godinho vê a iminência do poder régio sobre o senhorial em Portugal já no século XI, “pois o príncipe – rei ou conde – ‘reina’ (regnare), ao passo que os senhores apenas exercem o dominare – apenas ‘senhoreiam’”.³⁸ Bem mais tarde, já no início do século XIV, Godinho localiza um aprimoramento do estatuto do poder real português na obra de frei Álvaro Pais, para quem “os reis não são proprietários do seu reino, mas sim seus defensores, administradores e acrescentadores (...); ao rei pertence todo o poder, defesa e governação, aos indivíduos singularmente considerados a propriedade. Que é pois o rei? É aquele que rege a multidão de uma cidade ou província com vista ao bem comum”.³⁹

Também é antigo, segundo Godinho, o nascimento da idéia de um Estado português, que o encontra associado à criação do Imposto das Sisas, por volta de 1370, “incidindo sobre a compra e venda de toda a sorte de bens”. A condição de existência desse imposto vem da sua característica essencial em igualar os súditos do rei a partir do desenvolvimento da concepção de *comunidade*, que para o autor se revela especialmente no vocabulário jurídico-administrativo do ambiente pré-humanista da

³⁶ Eduardo d'Oliveira FRANÇA, *O Poder Real em Portugal e as origens do Absolutismo*, São Paulo, USP, 1946, pp. 71-72

³⁷ *ibidem*, pp. 72-73

³⁸ Vitorino M. GODINHO, *Ensaio II*, op. cit, p. 27

³⁹ Frei Álvaro PAIS, *Especulum Regum*, citado por V.M. GODINHO, op. cit. p. 38

corte de D. João I e seus filhos.⁴⁰ Neste caso, a figura do rei (príncipe) é determinante para a constituição da idéia da *coisa pública*, porque é ele quem possibilita a sua existência. Para reger e garantir a *coisa pública* fortalece-se também o corpo de leis como instrumento de conservação da concórdia, e com ele a sua máquina burocrática, composta pelos funcionários letrados e oficiais.⁴¹ Da mesma posição partilha Eduardo França, que nos mostrou como em Portugal a ascensão da elite letrada ao poder está diretamente relacionada ao processo de fortalecimento do poder real, a partir do século XIV.⁴² Outro elemento detectado, e que inversamente conduz à quebra do paradigma estadualista, é a forma de organização do poder local em Portugal, marcado pela “inexistência de grandes unidades territoriais com jurisdição diferenciada que não propicia o aparecimento de regiões, ao contrário do que se vê no reino vizinho. A organização concelhia é arregional e anti-regional”, e muitas vezes as cidades e vilas mais importantes não possuem primazia legal.⁴³

O incremento da atividade marítimo-comercial durante o período da Dinastia de Avis (sécs. XIV-XVI) foi ainda mais significativo para a definição desse papel do Estado, que através de seu controle torna-se armador, mercador, explorador de monopólios e controlador das companhias concessionárias das quais participam o rei, a família real e a nobreza. “A ordem jurídica emanando do poder central organiza-se, precisa-se, codifica-se”.⁴⁴ Entretanto, este Estado mercantil, que se sustenta a partir das atividades externas ao reino, conserva uma estrutura social tradicional, “baseada nas ordens que detêm o produto dessa atividade, resultando na contradição que emperra o desenvolvimento de uma concepção mais moderna tanto no âmbito social quanto no político”.⁴⁵

Recentemente, um novo enfoque tem sido dado para esse problema que Godinho chamou de “contradição estrutural”. A nova abordagem defende que na Época Moderna não se pode garantir que tenha existido em Portugal um Estado, mas apenas “processos independentes coordenados pelo rei”, que em nenhum momento,

⁴⁰ “Temos, portanto, como noção-chave a de 'comunidade', ou até de 'política comunidade', sendo o comum o que se opõe ao particular. Por isso o rei exerce um 'ofício', cujo fim é o bem comum, e que consiste na justiça e na governança segundo o direito, respeitando os foros da comunidad.” *ibidem*, p.42.

⁴¹ *ibidem*, pp.43-44

⁴² “Graças às leis gerais que os legistas inspiravam, o patrimônio jurídico da nação ia se uniformizando, e, o que era mais grave, essa equiparação dos direitos se processava em torno do rei. De fonte de justiça que era, ele se tornava, cada vez mais, fonte do direito, porque autor da lei.” Eduardo FRANÇA, *op. cit.*, p.150

⁴³ V.M. GODINHO, *op. cit.*, p.41

⁴⁴ *ibidem*, pp.45-46

ao longo desses três séculos, teria conseguido atingir um nível de centralização ideal que visasse a organização das coisas públicas.⁴⁶ Esses processos consistiriam, em primeiro lugar, na fixação da residência do rei em Lisboa, que a partir do século XVI torna-se a *cabeça do reino*, uma referência política espacial até então inexistente. Tal fixação vem acompanhada da constituição de um grupo dirigente, formado por indivíduos e famílias com as quais o rei constitui uma relação pautada em laços de colaboração. Esses laços, por sua vez, foram extremamente favorecidos pela expansão dos mercados ultramarinos, na medida em que esta permitiu os recursos materiais que sustentaram o vínculo entre o rei e os membros do clero e da nobreza, que lhe prestavam os serviços administrativos. Na prática, o rei passou a dispor de um vasto patrimônio de terras no Novo Mundo que, transformado em postos e cargos nos governos coloniais, possibilitava a construção de uma teia de dependências internas. Paralelamente a este processo, a Coroa teria procurado definir um corpo para as suas leis, na tentativa de sobrepô-las às normas existentes nos estatutos das entidades eclesiásticas e das ordens militares. Essa tentativa de normatização resulta no aparecimento das *Ordenações Manuelinas* de 1514 e das *Ordenações Filipinas* de 1603, fundadoras do princípio legislativo em Portugal, mas que estão longe de apresentar, segundo esta visão, a força institucional de uma Constituição nos moldes atuais, pois elas continuaram convivendo com as outras formas tradicionais, consuetudinárias, oriundas de tempos mais antigos.⁴⁷

A relativização da idéia de um Estado português, precocemente centralizado, tende a aproximar a estrutura e funcionamento do poder em Portugal com um contexto ibérico mais amplo, idéia que parece fazer muito sentido. É na utilização do conceito de polissonodia, aprofundado por A.M. Hespanha, que os parentescos afloram e, sem dúvida, as diferenças e semelhanças ficam mais perceptíveis a partir do reinado de Fernando e Isabel, quando também a Espanha começa a experimentar um sistema monárquico de tendência unificadora.

⁴⁵ ibidem, p.61

⁴⁶ Pedro CARDIM, *Centralização Política e Estado na Recente Historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime, Nação e Defesa*, outubro de 1998, nº 87, 2ª série, 129-158. Também Jean-Frédéric Schaub enfatiza que “Usare indifferentemente il concetto di Stato per evocare l’antico regime e l’epoca contemporanea equivale a non considerare la rivoluzione e l’introduzione del regime giuridico liberale come fenomeni rivoluzionari, tranne che miticamente.”, Jean-F. SCHAUB, *La Penisola Iberica nei secoli XVI e XVII: la questione dello Stato*, op. cit., p.14

⁴⁷ Pedro CARDIM, op. cit., p.136. Para Romero de Magalhães, “as Ordenações Manuelinas (...) são mais alguns passos para a morosa e trabalhosa delimitação do território, de confinamento e apreensão do espaço em que deve actuar o poder político. Apropriação e construção de um espaço singular e não partilhado.” J. Romero de MAGALHÃES, *O enquadramento do espaço nacional*, in J. MATTOSO, *História de Portugal/III*, op. cit., p.14

Passemos então para a questão da União das Coroas, quando a incorporação da monarquia portuguesa pela espanhola traz para a cena principal as históricas diferenças e semelhanças que marcaram a passagem do XVI para o XVII na Península. Nesse sentido, uma dessas idéias que se fortalece é a de que as instituições e a política assumidas por D. João IV, e também pelos seus sucessores, devam mais ao domínio filipino do que se imaginava. A rigor, essa influência pode ser notada pelo uso comum, ao longo do século XVII, da expressão *governar à castelhana*.⁴⁸ Tal mudança de enfoque, que ainda encontra resistência ferrenha nos meios acadêmicos portugueses, começa a produzir frutos bastante satisfatórios, pois trata-se de uma hipótese que vem interferir no ponto melindroso da História de Portugal – novamente a questão da nacionalidade. Por se calcarem na defesa desta idéia, que é posterior ao momento que tentam lhe atribuir, os estudos sobre o período da União das Coroas estiveram, durante muito tempo, concentrados no problema da resistência à dominação, que sabemos foi legítima, mas que acabou por apagar a possibilidade de compreensão dos aspectos da administração filipina apropriados pela monarquia portuguesa a partir de 1640, como é o caso da abordagem de Queiroz Velloso.

Atentando para o perigo que representa enveredar pelos caminhos que levam ao terreno onde está enraizada a visão nacionalista da Restauração de 1640, optamos por uma vertente que defende a “dimensão universalista” do poder da Dinastia dos Habsburgo, dimensão esta que para A. M. Hespanha teria possibilitado até uma certa modernização política, administrativa e cultural ao reino português. De fato, a forma “espanhola” do poder apresentava características estruturalmente distintas da forma “portuguesa”, esta última mais próxima das matrizes tradicionais do sistema político europeu-ocidental, a primeira apontando para um poder mais centralizado, que articula os particularismos e corporativismos, e por isso, mais eficaz. Enfim mais “moderno”.⁴⁹

O momento em que esta modernização torna-se mais nítida talvez seja o da reunião das Cortes dos Estados Gerais, quando a monarquia e os Conselhos colocam-se frente a frente. Entre 1580 e 1640 as Cortes foram convocadas três vezes, a primeira em 1581 com a presença de Filipe II em Tomar, a segunda em 1583 para jurar Felipe III, e a terceira em 1619, diante do próprio Filipe III em Lisboa. As inovações trazidas pelo modo espanhol convergem para um “novo modelo de representação e trato com

⁴⁸ “(...) 'governar à castelhana' era uma expressão corrente na segunda metade do século XVII, e designava um modo de governação que era cada vez mais encarado como diferente dos estilos e considerados mais tradicionais e específicos de Portugal.” Pedro CARDIM, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p.29

⁴⁹ A. M. HESPANHA, *O Governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa*, Penélope.

o reino”. Trata-se da criação de um sistema de encabeçamento nas consultas de contribuição e de aplicação de fintas, por meio do qual se hierarquiza o universo daqueles que contribuem. Também são passíveis de audição para fins de tributação somente aqueles que devem contribuir, e não mais as três ordens. Este modelo - de influência castelhana - “proporciona a imagem da unidade do reino como um corpo político, dotado de uma cabeça e de extensões territoriais também encabeçadas pelas cidades e vilas mais notáveis”.⁵⁰ Entretanto, se em sua forma o sistema se mostrava inovador, o acordo de Tomar decidira que as Cortes só se reuniriam na presença do rei, o que acarretou a impossibilidade de exercerem suas funções no período em que o rei ficou ausente. Para Claude Galliard, clero, nobreza, povo e municipalidades não puderam discutir seus direitos, nem apresentar suas aspirações e proposições, amarrados pela distância da autoridade régia que atrelou esses direitos de manifestação.⁵¹

Nessas condições, destacou-se uma outra instituição que também sobreviveu as Restauração de 1640 - o já referido Conselho de Portugal. Criado assim que se consolidou a União das Coroas, o Conselho teve ação ininterrupta, tornando-se palco de disputas acirradas entre portugueses e espanhóis durante os tempos de ausência régia; tinha no seu topo hierárquico a figura de um Vice-Rei e exerceu papel importante nas esferas de manipulação política do *valimiento*, tanto nos tempos de Lerma quanto nos de Olivares. Em suas oito décadas de existência o Conselho de Portugal enfrentou, obviamente, altos e baixos, mas sobreviveu, sendo extinto definitivamente com as pazes de 1668. “Son cerca de ochenta años de vida en los que el tribunal portugués ha tenido que irse adaptando a las cambiantes circunstancias de la monarquía española”.⁵²

No topo da hierarquia em Portugal estava o Vice-Rei, função que deveria ser exercida somente por portugueses ou membros da família real, regra que foi algumas vezes negligenciada, e nesses casos era razão de grande insegurança para a nobreza portuguesa. Segundo António Oliveira, o poder das vice-realezas consistia em uma

Fazer e Desfazer História, nº 2, fev., 1989, p. 51

⁵⁰ *ibidem*, pp. 52-53

⁵¹ “N’ayant pas de représentants élus habilités à présenter personnellement leurs *proposições*, qui étaient examinées pendant la durée de la session des cortes et recevaient une réponse presque immédiate, les Trois Etats doivent se résigner à n’avoir plus aucun rôle politique. Le monarque voit son autorité renforcée et ne répond qu’aux demandes particulières - et encore cela dépend-t-il de son bon vouloir - par la voie bureaucratique.” Claude GAILLARD, *op. cit.*, p.61

⁵² Santiago de LÚXAN MELÉNDEZ, *Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640*, in. *Cuadernos de Investigación Histórica*, nº 12, 1989, pp.197. Este também é autor de uma tese intitulada *La revolución de 1640 en Portugal. Sus fundamentos sociales y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal 1580-1640*,

“dignidade com jurisdição delegada”, semelhante ao sistema adotado na Catalunha; comunicava-se com o rei indiretamente e tinha como assessores para o despacho diário um *conselho restrito* que variou de número durante o período da União.⁵³ Dois vice-reis alcançaram maior visibilidade no período devido a suas estreitas relações com o alto poder na corte filipina. O primeiro deles foi D.Cristóvão de Moura - o Marquês de Castello Rodrigo - que exerceu o cargo entre 1593 e 1605, sucedendo o Arquiduque Alberto, que por sua vez fora deixado por Filipe II em Lisboa no lugar do príncipe herdeiro quando da sua partida em 1583. O outro foi e D. Diego de Silva - Conde de Salinas e Marquês de Alenquer -, que ocupou a posição entre 1605 e 1615, quando D.Cristóvão de Moura começou a sofrer as perseguições que lhe impingiu o Duque de Lerma.

A União das Coroas Ibéricas foi um período irregular politicamente, mas de efetiva importância nas formas de composição das relações de poder em Portugal. Nela fica evidente a tensão entre a monarquia imperial dos Habsburgos, na sua manifestação filipina, de caráter mais universal e com pretensões de sê-lo, e uma estrutura tradicional que busca preservar suas características mais autênticas, mesmo aspirando a participação nas vantagens que essa monarquia universal traria. A crise da opção pela unificação das Coroas pode ser percebida já por volta dos primeiros anos do século XVII, através da exacerbação de variadas expectativas alojadas em outros níveis da cultura política que escapavam à esfera da administração e do governo. Uma delas foi o sentimento de ausência da corte e do rei, bem como das formas simbólicas que deles emanavam, constituindo-se numa tópica literária amplamente difundida na fase de questionamento do significado da união de Portugal à Espanha, e que discutiremos a seguir.

Também a montagem das festas e cerimônias ligadas à monarquia filipina, na qual se envolveram as ordens da sociedade e os representantes da Coroa espanhola, revelam os jogos de poderes e disputas explícitas entre portugueses e os delegados da Corte e do rei em Lisboa. Na análise que procedemos desse período nem sempre fica claro que Portugal resistia à União, e por enquanto poder-se-ia afirmar que essa resistência variava, mudava de acordo com a maior ou menor atenção que o rei prestava aos problemas levantados pelos seus súditos portugueses. Nelas podemos perceber diversos níveis de relação entre os súditos e o rei, o que resulta em composições do tipo: a cidade dialoga com o rei através da Entrada Régia; as

apresentada en la Facultad de Historia de la Universidad Complutense de Madrid, diciembre de 1986

⁵³ António OLIVEIRA, op. cit., DIFEL, 1991, p.12

corporações de ofício dialogam com a cidade e com o rei através dos seus arcos de triunfo montados para a Entrada Régia; os súditos encontram-se presentes de inúmeras formas nesse evento, ora como espectadores do poder, ora como elementos do jogo; e até mesmo como criadores da memória quando, elaboram seus textos de exaltação da festa, da cidade e do rei.

Todos esses níveis de relações expressam uma dinâmica muito intensa, e as inúmeras possibilidades de expressão de interesses coletivos e individuais que, muitas vezes, somente o estudo das instituições oficiais de poder não consegue demonstrar.

2. LISBOA *UBILICUS MUNDI*: OU O DESEJO DE SER A CAPITAL DO IMPÉRIO

“E assim, parece que Deus criou esta terra para ter o império do Mundo, pois a preservou de tudo o que lhe podia fazer dano, e lhe deu tudo o que a podia engrandecer. E isto se vê”.

Luís Mendes de Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa*, 1608

2.1. Os Olhos da Europa: vantagens de se fazer corte em Lisboa

Filipe II viveu o suficiente para fazer da União das Coroas mais do que um interregno político, mais do que uma condição momentânea de reino ligado ao seu poder. Os direitos de autonomia política assegurados pelo juramento de Tomar vigoraram plenamente até sua morte em setembro de 1598, resultando num certo equilíbrio entre as partes do “acordo”. A situação pode ser percebida com mais clareza quando se observa a situação sob o prisma de alívio dos conflitos que colocavam o Prior do Crato no centro das atenções; assim os portugueses viveriam a experiência de ser súditos do Imperador do Mundo Católico, coroando as expectativas de serem eles os verdadeiros mensageiros da palavra de Deus sobre o mundo pagão. Afastada a situação de ameaça, amornaram-se os ânimos.

Contudo, diante da calmaria é importante sondar qual teria sido, na opinião dos contemporâneos, a postura mais sensata para o momento: aceitar a aliança certa a um rei ausente com promessas de manutenção da autonomia político-administrativa, ou lutar pela manutenção da independência sob um poder incerto? Os dois caminhos pareciam arriscados, pois em nenhuma das duas situações a autonomia absoluta do reino estava efetivamente garantida. Pode-se afirmar que estavam garantidos os direitos de Portugal em termos de instituições, leis, língua, mas o mesmo não se pode dizer da composição do governo, ou da junta de governadores que permaneceu em Lisboa depois da partida da Corte em 1583, que a cada mudança ameaçava acrescentar aos seus quadros mais indivíduos nascidos em Espanha, ou filhos de fidalgos espanhóis. Esse problema preocupava os portugueses, que manifestavam suas decepções em meio às expectativas de transferência da sede da Corte de Madri para Lisboa durante todo o período da União das Coroas.

Exceto pelo crescimento do Sebastianismo, tido como ameaça por arregimentar grupos de cristãos-novos e que envolvia uma outra problemática sócio-cultural no Portugal da passagem do século XVI para o XVII ¹, os portugueses pareciam convencidos da necessidade da supremacia do Império Habsburgo sobre o Reino de Portugal como meio de restabelecer a ordem perdida com o episódio de Alcácer Quibir, convicção que levou ao aparecimento de muitos textos de natureza política, alguns de caráter mais literário, criados a partir da reflexão sobre a vivência do sistema de Unificação das Coroas. Trata-se de um conjunto de obras marcadas pelo tom apologético/exaltador do reino português em seu momento de ligação à monarquia filipina, e especialmente voltadas para a expectativa de fazer de Lisboa sede da corte e capital do extenso Império Ultramarino, favorecida que era pela sua localização litorânea, e em detrimento de Madri continental, para onde Filipe II se retirara desde 1561.² Tidas durante muito tempo como favoráveis à União por não expressarem um teor de idéias declaradamente anti-filipinas, essas obras caíram em quase total esquecimento a partir de 1640.

A leitura desses textos hoje revela, em primeiro lugar, o desejo de restabelecimento de uma ordem perdida, a busca da recuperação contra um estado de degradação e descontrole. Por isso, na visão de muitos contemporâneos, a União das Coroas despertava a esperança da transferência da corte como meio para tornar-se o centro das atenções do Imperador e do mundo - já que Filipe II era o eixo das grandes questões que envolveram os movimentos políticos e religiosos naquele final de século - pondo fim à condição de reino periférico da Europa a que Portugal parecia estar relegado depois de tantas glórias e conquistas. Nesse sentido, os discursos a favor da União são, em vários aspectos, muito semelhantes aos dos Sebastianistas, pois em ambos encontramos a expectativa do retorno à Idade de Ouro da monarquia portuguesa.

Em segundo lugar, mas não menos importante, existe um desejo de resolver a *saudade da vida de corte*, que já se começava sentir, passada meia década de ausência dos

¹ Sobre a questão ver nossa já referida dissertação de mestrado Ana Paula T. MEGIANI, *O Jovem Rei Encantado: aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*, e o artigo *Crença e esperança no poder do jovem rei encantado*, in: *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*, IEA/USP, v.I, n.I, 1997, pp. 54-66; e principalmente o trabalho de HERMANN, Jacqueline, *No Reino do Desejado*, op. cit.

² A escolha de Madri como capital da parcela do Império feita por Filipe II em 1561 expressou, segundo Elliott, uma das mais marcantes características desse reinado - a invisibilidade do rei - que se ocultava no centro da Península, e mais tarde sob a proteção do Mosteiro de São Lourenço de Escorial, cuja construção encerrou-se em 1583. J.H.ELLIOTT, *op. cit.*, p.192

hábitos e práticas a ela associados, desde que Filipe II deixou o reino em 1593.³ E para além disso, esses textos demonstram a constatação de um mundo em crise, idéia recorrente nos discursos impressos da passagem do século XVI para o XVII, em um certo prenúncio dos conflitos que se manifestaram no âmago da cultura barroca. Especificamente neste último caso, para J. A. Maravall “desde que se inicia o século XVII, começará também uma consciência, mais turva a princípio do que três séculos mais tarde, de que há períodos na vida da sociedade nos quais surgem dificuldades quanto à estrutura e ao desenvolvimento da vida coletiva, em decorrência das quais as coisas não caminham como deveriam”.⁴ Esta parece ser uma tônica forte dos discursos construídos em pleno período filipino, mais até do que a própria crítica à dominação espanhola. Não há evidências, em nenhum momento, de que esses autores apoiassem a supremacia de Espanha sobre Portugal, tampouco criticavam a União.

Dos autores e textos que chegaram até nós, embora haja muitos, tomaremos alguns discursos que nos parecem representativos, cujos argumentos giram em torno das questões acima apontadas. Dentre os defensores da transferência da capital temos um dos mais eloqüentes de sua época, o economista neoplatônico Luís Mendes de Vasconcelos, autor do conhecido *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*, publicado no ano de 1608, já durante o reinado de Filipe III.⁵ Dentro da mesma temática da ausência da corte destaca-se o já também difundido fidalgo de expressão do período da União, e mais ainda do reinado de D.João IV, António Rodrigues Lobo, com o célebre *Corte na Aldeia, Noites de Inverno*, impresso em português em 1619 e vertido para o castelhano no ano de 1623.⁶ E uma terceira publicação que acompanha a tendência desse conjunto a

³ A propósito da *Saudade da Corte* consideramos indispensável a referência, e reverência, ao originalíssimo artigo de Fernando BOUZA, *Lisboa Sozinha, Quase Viúva. A Cidade e a Mudança da Corte no Portugal dos Filipes, Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 13, 1994, pp.71-93, de ampla erudição e que muito nos inspirou para esta reflexão. Nele o autor percebe que até mesmo os opositores de Filipe II para o trono português acreditavam que se ele assumisse transferir-se-ia, obviamente, para Lisboa. p.81. Atualmente o texto encontra-se disponível também em uma versão espanhola, compondo a obra do mesmo autor, *Imagen y Propaganda. Capítulos de História Cultural del Reinado de Filipe II*, op. cit.

⁴ J. A. MARAVALL, *A Cultura do Barroco*, op. cit., p.66

⁵ Luís Mendes de VASCONCELOS, *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*, (org. e notas de José Felicidade Alves), Lisboa, Livros Horizonte, 1990. Segundo Fernando Bouza, o rei Filipe IV chegou a possuir um exemplar desta obra, que hoje se encontra na Biblioteca Nacional de Madri. *Lisboa Sozinha*, p.89, nota 17

⁶ A obra tem muitas edições desde que foi publicada pela primeira vez. A mais recente é Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na Aldeia*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa, Presença, 1991. A primeira edição em versão castelhana saiu em 1623, e contém modificações significativas em relação ao original, como pudemos pessoalmente verificar em um exemplar da Biblioteca Nacional de Madri, não apresentando o texto de dedicatória. Vem assim intitulado: *Corte en Aldea, y Noches de Invierno*, de português em castellano, por Iuan Baptista de Morales. A D. Ana Porto Carrero y Cardenas, Marquesa de Montaluã, y de Alcalá, Señora de Lobõ, & c. Com privilegio. En Cordoua . Por Saluador de Cea Tesa . A costa de Diego de Leon , Mercader de libros. Año 1623 (Impresso en Montilla . Por Iuan Baptista de Morales, su avtor En la Calle Imprenta. Año de MDCXXII)

merecer uma análise mais cuidadosa é *Avisos do Ceo, Sucessos de Portugal*, de Luís Torres de Lima,⁷ que apareceu pela primeira vez em publicação de Pedro Craesbeck no ano de 1630, tendo recebido várias edições posteriores, das quais a considerada mais completa é a de 1733.⁸

A tese da superioridade de Lisboa, e conseqüentemente a idéia da transferência da corte para lá, perpassou inúmeros discursos de portugueses durante o período da União das Coroas, sendo um de seus mais evidentes defensores o economista L. Mendes de Vasconcelos. Foi de sua obra *Do Sítio de Lisboa* que retiramos uma das alegorias mais significativas até então criadas para a cidade em relação ao mundo conhecido e imaginado. No texto, escrito na forma clássica do Diálogo entre um filósofo, um soldado e um político, a partir dos conhecimentos de um dito fidalgo eborense, que segundo o autor freqüentava a corte de D.João III, a cidade é representada como os olhos da Europa - olhos que refletem à maneira de faróis o grande império ultramarino por ela comandado.

(...) E considerando os Filósofos, e Geógrafos, a esta similhaça o Mundo, fazem do Oriente a mão direita, do Occidente a esquerda, e do Polo Arctico a cabeça; e a este respeito, Europa está na parte superior, presidindo às mais, como cabeça de todas.(...) E separando Europa delas, os que assim a considerão, a fazem semelhante a hum Dragão, segundo a situação das suas partes, do qual Hespanha he a cabeça, e nella está Lisboa, no lugar dos olhos, mostrando que ella deve ser guia, e luz das mais partes da Europa ⁹

Na construção da alegoria Vasconcelos utiliza a simbologia dos órgãos do corpo humano, como era característica na retórica de representação do poder das monarquias ocidentais. Mesmo sendo Espanha a cabeça que tem a faculdade de pensar, distinguir e decidir, é por Lisboa - os olhos - que chegam as cores, as formas e a luz que ilumina todas as outras partes, e que jamais seriam percebidas sem a existências desses faróis. Nesse sentido, é importante considerar que *o ver* começava a ganhar nesses tempos de final do século XVI o estatuto de sentido principal, superando *o ouvir* que até então comandava a percepção para os fenômenos da natureza e da cultura.¹⁰ Temos aqui,

⁷ Luís Torres de LIMA, *Avisos do Ceo, sucessos de Portugal. Compendio das mais notáveis cousas, que no reyno de Portugal aconteceram desde a perda del-Rey D.Sebastiam até o anno de 1627, com outras cousas tocantes ao bom governo, e diversidades de Estados*, Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1722. “Sahio nesta ultima edição com a segunda parte que se não publicara por o não consentir o governo de Castella”, D. Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana*, Tomo III, p.154

⁸ Outros textos da mesma linha e que não serão analisados aqui são: Duarte Nunes de LEÃO, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610; António de SOUZA E MACEDO, *Flores de España. Excelencias de Portugal en que brevemente se trata lo mejor de sus historias*, Lisboa, 1631; Nicolau de OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa*, 1620, destes apenas o primeiro, assim como o de Vasconcelos, é anterior à visita de Filipe III.

⁹ Luís Mendes de VASCONCELOS, op. cit., p.33

¹⁰ Laura de Mello e SOUZA, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, pp.21-

portanto, um autor moderno e extremamente perspicaz em relação ao ambiente mental de sua época, defensor de Lisboa como a capital da Europa e do mundo.¹¹

Mas além de ser os olhos da Europa, a Ulissipo ou Ulissipona - fundada segundo a lenda por Ulisses, que ali desembarcara durante sua Odisséia - tinha tantas outras vantagens em relação às demais do mundo para Vasconcelos. O diálogo dos representantes de três diferentes categorias sociais e intelectuais leigas vai enumerando uma relação das belezas e grandezas de Lisboa que são, de modo geral, as seguintes: localização privilegiada para o comércio no mundo, superior às localizações de Roma, Cápuia, Corinto, Constantinopla e Jerusalém; salubridade e bondade de ares, boa água para beber; boas condições de abastecimento, habitação, vestuário, repouso; bom lugar para prática de atividades lúdicas e exercícios do corpo, como é o caso da caça e da arte militar; e finalmente a segurança. Na conclusão a idéia que predomina é a de semelhança como forma de conservação da unidade que gera o universo, sem ela tudo se dissolverá.

Mas para neste corpo se unirem uniformemente todas essas coisas, é necessário, para permanecer conforme a sua natureza, que todas sejam, e em todas as suas partes, semelhantes, porque as dessemelhantes facilmente se dissolvem: e assim, se a natureza e a arte circularmente se movem com semelhantes movimentos (a natureza gerando e influindo, e a arte obrando e entendendo) é necessário que a cidade também faça outro círculo, movendo-se nele uniformemente à semelhança dos outros a que está unido; e ficando deste modo fazendo um corpo com proporção distintamente unida, misturando-se os movimentos, de necessidade há-se fazer um só a todos três semelhante: e não sendo assim, cada uma das partes se separará, e desunida esta composição, tudo se dissolvirá.¹²

Segundo Joaquim Romero de Magalhães, a importância de Lisboa-capital cresceu ainda mais, quando o rei nela já não residia nem a visitava com frequência, isto é, a partir de 1583, o que pode ter dimensionado sua importância em substituição ao monarca longínquo, tal como se observa na ênfase dada pelas obras que aqui analisamos.¹³ Dessa maneira, faltando o rei, que se exaltasse incansavelmente sua

22, nota 4

¹¹ O talento e a perspicácia de Vasconcelos não foram dirigidos somente à causa de Lisboa. Também o Brasil foi visto por ele como vantajoso em relação à situação do oriente. "Segundo pensava, fora a colonização do Brasil, não a expansão no Oriente, que resultara vantajosa, donde propor que se seguisse aí o precedente brasileiro, abrindo o comércio a todos os vassalos." Evaldo Cabral de MELLO, *O Negócio do Brasil*, op. cit., p.22. E nas palavras do próprio: "Pois o Brasil não é estéril de prata e ouro; e eu sei de pessoas que o têm visto e atentamente considerado que lhe não faltam estas cousas, sendo a terra fertilíssima e de boníssimos ares; de modo que, se tratarmos dele como pedem as suas qualidades, pode-se fazer nele um grande reino, que a este fora utilíssimo, estando em distância que se poderá um a outro dar a mão nas necessidades que ocorrerem." L. M. VASCONCELOS, op. cit., p. 41

¹² L. M. VASCONCELOS, op.cit., p.162.

¹³ J. Romero de MAGALHÃES, *O enquadramento do espaço nacional*, in. José MATTOSO, (org.), *História de Portugal - vol III*, op. cit., p.59

esposa Lisboa, até que o marido voltasse a viver ao seu lado para sempre, lançando mão de uma outra metáfora comum aos tratados políticos modernos: a do matrimônio entre o rei e sua capital.¹⁴

Mapa Europa-Rainha de Heinrich Bünting, 1581

Especialmente no caso da monarquia espanhola, a escolha ou não de uma capital-sede esteve sempre ligada à personalidade do rei. Nos tempos de Fernando e Isabel, devido ao evidente caráter conjugal da Coroa, Toledo foi escolhida como sede oficial a despeito de Zaragoza, mas ainda as outras sedes de reino guardavam suas supremacias locais.¹⁵ Filipe I não chegou a reinar, portanto não escolheu sede. Já Carlos V, que como vimos viveu mais fora da Espanha do que nela, reinou sem capital, pois não precisava de uma já que tinha tantas... Filipe II, mais enraizado que o

¹⁴ Mais uma vez segundo F. BOUZA, as metáforas matrimoniais usadas em referência à ligação entre um rei e sua capital eram produto de uma longa tradição. "(...) no seu horizonte surgiram os ecos da criação alegórica dos juristas tardo-medievais, a influência de um humanista tão importante como Francesco Petrarca ou a sacrossanta revelação do texto bíblico dos *Threni* de Jeremias." *Lisboa Sozinha*, op. cit., p.78.

¹⁵ "En la concertación de la unión de Coronas el rey aragonés prometió vivir en Castilla y no salir del reino sin la conformidad de su esposa; rey ausente, gobierna su propio reino directamente, por virreyes o, desde 1494, por el Consejo de Aragón que tendría su sede en la Corte. El reino pierde virtualmente a su rey que sólo passa en él 1118 días en sus treinta y siete años de reinado; Zaragoza, la 'capital de los reinos', olvida las solemnnes ceremonias rituales de unciones, investiduras, coroaciones y (con Filipe II) de juras regias; autoridad y poder pasan de la Corona de Aragón a la de Castilla y la Diputación del reino se convierte en un escenario sin primer actor." Carmelo LISÓN TOLOSANA, *La Imagen del Rey. Monarquía, realciza y poder ritual en la Casa de los Austrias*, Madrid, Espasa Calpe, 1991, pp.29-30

pai, elegeu Madri em 1561, renegando Toledo, que todavia se mantinha como a capital sobrevivente na memória. A irregularidade da relação monarquia/capital dava aos portugueses o direito de reivindicar uma nova escolha, que entretanto o rei não fez. Finalmente, Filipe III saiu de Madri e criou corte em Valladolid, onde reinou quase oculto pela etiqueta até 1608, quando volta a desposar Madri escolhida por seu pai.

Em Portugal, foi a partir do reinado de D.João II que a corte portuguesa despontou como elemento constitutivo do poder real, a ele submetido por meio de privilégios e favoritismo. Também D. Manuel soube utilizar a corte formada pelos senhores da alta nobreza como forma de sustentação social do seu poder, nunca permitindo que ela se posicionasse contra o monarca.¹⁶ Essa cumplicidade entre o rei e sua corte sofreu fissuras durante o reinado de D.Sebastião, que preferia os amigos aos senhores que esperavam servi-lo e acompanhá-lo. Quando se chega ao período filipino, as lembranças das cortes dos reinados de D.João II e D.Manuel já começam a ficar distantes, vindo a se refugiar numa tópica literária, fato que parece justificar, antes mesmo da União das Coroas, a grande necessidade de cortes nas aldeias que discutiremos a seguir.

Para Eduardo França, até mesmo como reação ao desprezo, desenvolve-se entre os portugueses uma clara distinção entre ausência da corte e a admiração pela figura do rei, “o fidalgo tinha que ser contra a corte espanhola. Mais contra a corte do que contra o rei.”¹⁷ O desgosto era contra Madri. Contra a corte. Era despeito contra o *golfo de passatempos*. Porque a corte guardava o príncipe que os portugueses não podiam ver mais”.¹⁸ O *golfo de passatempos* tornou-se Valladolid, na fase mais crítica das reivindicações da visita de Filipe III. A mágoa resulta da ausência do rei e da corte, implicando sobretudo no progressivo distanciamento dos fidalgos dos principais círculos de influência e na perda de mercês e privilégios régios sempre conquistados com mais facilidade quando se pode freqüentar a corte, ser visto pelo rei. Supõe-se mesmo que esta distância em relação aos afetos régios tenha sido uma das causas elementares que levaram à aclamação de D.João IV em 1640 e ao fim da União das Coroas.

O alargamento da reivindicação da superioridade de Lisboa em relação a Madri fica mais explícito quando se observa a grande incidência do tema também na

¹⁶ Isso pode ser claramente percebido pelo ato de mandar pintar os brasões do Paço de Sintra, onde estão representadas as linhagens de fidalgos de Portugal. J.Romero de MAGALHÃES, *As Estruturas Políticas de Dominação*, in. José MATTOSO, (org), *História de Portugal - vol III*, op.cit., p.68

¹⁷ Eduardo d'O. FRANÇA, *Portugal na Época da Restauração*, op. cit., p.135

elaboração dos Arcos de Triunfo da Entrada de Filipe III em Lisboa em 1619. Tanto no programa alegórico dos arcos das corporações locais, quanto no dos mercadores estrangeiros - flamengos, ingleses, alemães e italianos - a exaltação de Lisboa como a grande capital do Império é vivificada pelas esculturas, emblemas, divisas e até nos discursos proferidos. No Arco dos Mercadores de Lisboa, por exemplo, localizado no Cais da Ribeira, a idéia foi privilegiada. O edifício foi construído de forma a possuir quatro fachadas representando os continentes, das quais a primeira a ser vista pelo rei quando desembarcasse era uma alegoria da América, e no centro desse universo quadripartido estava Lisboa como *Ubilicus Mundi*. Também os italianos aliaram-se aos lisboetas na tentativa de convencer o rei a ficar, e inscreveram em seu arco frases que aconselhavam prudência no governar e admiração à cidade.¹⁹ Os impressos originados da Entrada de 1619, e que serão melhor discutidos na terceira parte deste estudo, tratam de maneira privilegiada as belezas e grandezas de Lisboa. Não há dúvida de que seus autores foram tocados pela reivindicação, explicitando as idéias e desejos diante do rei, que entretanto insiste em ignorá-los.

Também no entender de um outro contemporâneo da Jornada de 1619, as belezas de Lisboa tinham o poder de alterar até mesmo o caráter de um príncipe, fato relatado no seguinte episódio.

O Príncipe admirado do q via, perguntou a seu Mestre se vira couza semelhante: Vendo o Mestre esta ocasião p^a seu intento lhe respondeo: que Lisboa era singular no Mundo; e q não havia cidade que com ella se podesse comparar; donde podia ver a grande cousa em q podia ter os Portugueses, por cujo respeito era senhor do melhor do Mundo, e que assim mesmo considerasse q pois Deos lhe dera tão grande senhorio, tinha tambem obrigação de levar a mesma vantagem nos ornamentos da alma aos outros Princepes, como lhe levava na grandeza do Estado; porq seria grande culpa sua ficar inferior nesta parte àquelles q quem Deos, e a Natureza fizerão seus menores.

Era o principe até este tempo tão pouco applicado ás letras, ainda q de excellente engenho, q nunca teve tempo certo de lição e quando o tomava, era pouco espaço, e com menos fructo. Porem estas palavras de seu Mestre o penetrarão tanto, q todo aquele dia o trouxerão pensativo, até q vinha a noite, se resolveo e mandando-o chamar lhe disse: Maestro, yo quiero saber, ponganse luego las lecciones en orden. Foi de tanto effeito esta rezolução do Principe que daquelle dia até sahir de Lix^a não perdeo lição, e com tanto fructo, que mais lhe aproveitarão aqueles poucos meses, q todos os annos passados. Se isto só fez a vista de Lix^a, bem se deixa entender os maravilhosos effeitos da estada do Principe nella.²⁰

¹⁸ Ibidem, p.137

¹⁹ George KUBLER, *A Arquitetura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706*, trad. José Henrique Pais da Silva, Lisboa, Vega, s.d., pp.113-114.

²⁰ Manoel Severim de FARIA, *História Portuguesa e de outras Provincias do Occidente. Desde o anno de 1610 até o de 1640. Da felice Acclamação de ElRey Dom João o 4º* Escrita em trinta e huma relações pelo Chantre da Sé de Évora - BNL códice 241fls. 133v-134

Com esta história o Chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, começa a contar para o Vice-rei da Índia, Diogo de Couto, a estadia de Filipe III em Almada, enquanto aguardava os preparativos de Lisboa para sua Entrada Triunfal ocorrida em 29 de junho de 1619. Pelo que se nota explicitamente, a visão da beleza de Lisboa mudaria definitivamente a vida do jovem príncipe, até então pouco aplicado às letras e disperso para os estudos. Esse príncipe, que acompanhava o pai na Jornada a Portugal ao lado de suas irmãs, seria o futuro Filipe IV, rei mecenas de um dos períodos mais profícuos das artes e da literatura espanholas. Não se trata de acreditar que a visão de Lisboa tivesse realmente mudado a relação do príncipe com o conhecimento, mas de perceber que para um dos mais importantes eruditos portugueses do período, uma simples visão de Lisboa tomada da banda oriental, era capaz de transformar um futuro rei, que pela natureza deveria ter nascido com aptidão para as belezas celestiais e terrenas.

Enfim, não se pode deixar de sugerir a íntima relação que esta expectativa da *Lisboa Ubilicus Mundi* tem com a tradição profética de teor joaquimita de realização do Quinto Império pelos lusitanos, que segundo Jean Delumeau começa a se tornar um projeto português na época de D.Manuel, tornando-se mais tarde a bandeira maior do Padre António Vieira ao defender D. João IV como o verdadeiro rei messias português.²¹ É bastante significativo que sejam as mesmas expectativas que justifiquem a presença filipina e a transferência da corte para Lisboa, reforçando valores tão semelhantes e que até hoje não foram percebidos nesses discursos.

2.2. Fidalgos nas Aldeias: cortejar sem Corte e sem rei

Além da localização da corte, também os hábitos e práticas nela envolvidos eram elementos evidenciadores da presença do monarca e das atribuições de seu poder. A ausência do rei correspondia à ausência da corte, e vice-versa, e se Lisboa era a capital também deveria ser o lugar onde se cultivavam as práticas cerimoniais, os códigos de etiqueta, as regras de preeminência da nobreza, a cultura das aparências e do que precisava ser visto, como nos ensinaram Norbert Elias e António Maravall. A *Corte na Aldeia, Noites de Inverno* de António Rodrigues Lobo foi dedicada ao Senhor D.Duarte, Marquês de Frechilha e de Malagam, irmão de D. Teodósio, príncipe de Portugal, ambos bisnetos de D.João III. Impressa pelo livreiro Pedro Crasbeeck, com as licenças

²¹ Jean DELUMEAU, *Mil Anos de Felicidade. Uma História do Paraíso*, trad. Paulo Neves, São Paulo, Cia das Letras, 1997, Cap. O milenarismo português.

régias datando desde 1617, nela podemos observar o caráter sugestivo da obra e a intenção do autor em conservar os hábitos da corte entre os lusitanos já na dedicatória,

Depois que faltou a Portugal a Corte dos Sereníssimos Reis, ascendentes de V. Excelência (da qual as nações estrangeiras tinham tão grande satisfação, e as vizinhas tão igual inveja), retirados os títulos polas vilas, e lugares do Reino, e os fidalgos e cortesãos por suas quintãs e casais, vieram a fazer corte nas aldeias, renovando as saudades da passada, com lembranças devidas àquela dourada idade dos portugueses.²²

Se tomarmos a obra sob o ponto de vista da resistência à dominação espanhola, como muitas vezes ela tem sido lida, encontraremos uma intencionalidade explícita, pois no trecho se nota uma busca do retorno à *dourada idade* em que os portugueses reinavam independentes e respeitados pelos reinos vizinhos. Entretanto, parece-nos mais coerente observar um traço mais nítido de conservadorismo dos costumes do que de resistência política, ligado à necessidade de preservação dos códigos relativos à cortesia em uma monarquia, que, se não existia na capital representada pela figura de um príncipe ou de um vice-rei, que estivesse presente então nas aldeias, onde estavam os fidalgos em suas quintas.

É oportuno observar que, diferentemente do pai, Filipe III não aprendera o português para a visita de 1619, mostrando pouco interesse pelo chamado dos portugueses, recusando-se a visitar cidades que lhe prepararam festas e recepções. O texto de Rodrigues Lobo saiu publicado justamente em 1619, ano da visita triunfal de Filipe III à cidade de Lisboa, sobre a qual o mesmo autor escreveu um romance apologético que analisaremos adiante.²³ Nesse sentido, *Corte na Aldeia* é a expressão da saudade de um tempo em que o rei inspirava e praticava em Portugal uma cultura cortesã, denunciando a displicência do tratamento dado aos portugueses no momento em que a obra aparece.²⁴

²² Francisco Rodrigues LOBO, op. cit., p.51. Esta edição que aqui utilizamos vem acompanhada de um estudo detalhado de José Adriano de Carvalho onde se trata profundamente das questões ligadas à composição literária e seu pertencimento a uma tópica cortesã/humanista que vigorou nos séculos XVI e XVII

²³ José MATTOSO, (org.), *História de Portugal - vol III*, op cit., pp. 73 e 416. A propósito da preocupação de Filipe II com o aprendizado do português pelo herdeiro e pelas filhas, observa-se na sua correspondência com elas inclusive a sugestão de um método, fato que demonstra a importância dessa relação bilíngüe no início da União das Coroas: “Deveis entender bem o português, pois dizeis que haveis entendido o papel da procissão, o que não é pouco porque havia nele algumas palavras que eu não percebia, até que me foram explicadas (...)” Carta XXV, 17/12/1582, e “ Parece-me muito bem que entendais o português tão bem como dizeis, e assim procurai que o entenda o vosso irmão [Filipe III] (...) Julgo que já deve colorir letras, pelo que vos envio algumas que deverão chegar para muito tempo e ainda fico cá com mais; fazei assim com que as vá pintando, mas pouco a pouco, de maneira que não se canse e fazei também com que, algumas vezes, as vá copiando, porque desta maneira aprenderá ainda mais e espero que com isto fique com boa letra.” Carta XXVI, 1º/10/1582, Fernando BOUZA, (org.), *Cartas para Duas Infantas Meninas*, op.cit. p.163 e p.167, respectivamente.

²⁴ Uma abordagem diferente da obra foi apresentada por Diogo R. Curto. Para Curto, a *Corte na Aldeia*

Em *Corte na Aldeia*, cinco personagens fixas e outras que entram e saem de cena, exercitam todas as noites os hábitos de uma pequena corte. São eles, o dono da casa onde se estabeleceu a corte - antigo membro da casa dos reis; um letrado, ex-membro da Casa da Justiça da Cidade; um fidalgo mancebo, cuja atividade preferida era a caça; um estudante, poeta e intelectual, conhecedor da literatura clássica e um velho não muito rico, que servira a um dos grandes da corte.

O caráter conservador dos debates se explicita nos temas eleitos pelo grupo, a respeito dos quais um dos participantes deve discursar cortesmente na noite seguinte, sendo interpelado pelos demais. Todos os temas são exemplificados com citações que incidem principalmente sobre a história clássica, medieval e a história de Portugal. As referências são eminentemente políticas e literárias, ocorrendo em menor número as religiosas. Em certa noite, por exemplo, discute-se o significado dos Escudos de Armas e Tenções em uma monarquia. O dono da casa onde se estabeleceu a corte - Leonardo - explica que as Armas foram usadas pela primeira vez na História pelos heróis da mitologia grega como forma de identificação. Funda-se assim a fonte clássica de um dos elementos mais importantes da representação das famílias e da monarquia dentro do código da época. Na sequência, Leonardo descreve detalhadamente as armas dos seguintes monarcas, explicando seu significado nesta ordem: Imperador Romano, El-Rei de França, El-Rei de Portugal, El-Rei de Inglaterra, El-Rei de Espanha, El-Rei de Frísia, El-Rei de Jerusalém, El-Rei de Polônia, El-Rei de Irlanda e o Preste-João da Índia.²⁵ Como grande conhecedor de heráldica, o fidalgo se apresenta com destaque diante de seus companheiros, elencando os principais reinos da história de todos os tempos. Conhece com detalhes ainda a simbologia dos emblemas, tal como se exigia para um homem da sua posição. Dentre eles está o Preste João, como não poderíamos deixar de notar, demonstrando que o universo mental do início do século XVII ainda agrupava na categoria de verdade histórica, tanto as narrativas da mitologia grega, como os relatos fantásticos dos viajantes da Baixa Idade Média.

Uma das definições de Corte apresentada por Norbert Elias diz tratarem-se “de pessoas que podiam exibir seu *status*, enquanto observavam também as sutilezas do intercâmbio social, definindo sua relação exata com todos acima e abaixo através da

se inscreve numa tópica literária surgida no século XVI. “Um dos pontos desta articulação há que procurá-lo na moda das quintas de fidalgos, que se desenvolve em particular desde a segunda metade do século XVI nos arredores de Lisboa, a qual representa uma modelação dos campos pela cidade e um modo de difusão de estilos cortesãos.” Diogo R. CURTO, *A Cultura Política - A Formação dos Agentes*, in: José MATTOSO, (org.), *História de Portugal - vol III*, op. cit., p.117 Também Fernando BOUZA reitera essa idéia em *Imagen y Propaganda*, op. cit., pp. 210-211

²⁵ A. Rodrigues LOBO, op.cit., p.86, Diálogo II

maneira de cumprimentar e de escolher as palavras”.²⁶ Ora, nesta visão, o livro de Rodrigues Lobo quer restabelecer justamente esse *status* perdido com a retirada da corte para Madri. A cada noite reinstaura-se a ordem anterior por meio de uma conversação, ou seja, a linguagem e os gestos estão presentes na lembrança dos portugueses que querem exercitar suas práticas. O seu esquecimento poderia resultar num caos social, pois cada elemento já não saberia qual lugar ocupar.

A falta da corte ligada à capital, e mais do que isso, o desaparecimento dos hábitos cortesãos denunciado pelos companheiros de discussão, revela ainda que eles percebem uma desordem em seu universo, um dismantelamento da relação harmônica que teria existido entre o micro e o macro-cosmos constituído, pois “pelo simples fato de fornecer um modelo, um protótipo, uma imagem impecável da existência civilizada, a corte molda o mundo à sua volta numa aproximação, mesmo que rudimentar, da sua própria perfeição”.²⁷ Moldando define, ao definir dá sentido, o sentido possibilita a existência. Em última instância, portugueses como Luís Mendes de Vasconcelos e Francisco Rodrigues Lobo, que clamam insistentemente pela presença do rei e de sua corte, embora não ignorem a discussão acerca da legitimidade da monarquia filipina, pedem que se reconstitua o centro, de onde se origina a forma de conhecer o grande mundo.

Numa das noites os cortesãos discutem a superioridade da língua escrita sobre a língua falada, ou vice versa. Um partidário de cada opinião apresenta seus argumentos, que são aceitos ou contestados pelos outros. Entretanto, apesar das discordâncias, chegam a um consenso - de que a língua portuguesa estaria sofrendo um processo de empobrecimento pela boca ou pela mão -, e afirmam que “a pronúncia não obriga a ferir o céu da boca com aspereza, nem a arrancar as palavras com veemência do gargalo. Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala”.²⁸

Desde finais do século XV o castelhano se difunde por toda a Península e até pela Europa, como demonstra o teatro de Gil Vicente, resultado da “castelhanização não só de um extrato letrado, mas também de camadas populares. Durante o período filipino essa tendência se mantém, longe de qualquer caráter impositivo.”²⁹ Assim, a preocupação da *Corte na Aldeia* revelaria um primeiro sinal de valorização do português como um distintivo cultural dentro da Península? Ou, por outro lado, tratar-se-ia de

²⁶ Norbert ELIAS, *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993, vol.II, p.17

²⁷ Clifford GEERTZ, *Negara. O Estado Teatro no Século XIX*, trad., Lisboa DIFEL, p.26

²⁸ A. Rodrigues LOBO, op. cit., Diálogo III

uma crítica ao empobrecimento da eloquência e da retórica devido à ausência da corte, onde elas são praticadas cotidianamente pelos homens fidalgos? As personagens fortalecem seus argumentos com citações de erros recorrentes em cartas e missivas, todos muito curiosos e com refinada ironia. Criticam o uso de floreios e os longos trechos sem significado algum, hábito equivocado de homens despreparados e mal instruídos.

Outro debate em torno das questões específicas do mundo da corte ocorre acerca da necessidade de um bom alcoviteiro para os fidalgos:

O alcoviteiro descreve, enfeita e encarece melhor que um escritor; persuade, aconselha e convence como um retórico; finge disfarça e representa com figuras, espantos, meneios e hipocrisias nos gestos e palavras como um comediante; pinta, veste, touca, acomoda, guarnece, doura argenteia toucados e vestidos, e retrata os rostos e feições melhor que um pintor; sabe mais da natureza das pessoas com que trata que um filósofo; vende o falso por verdadeiro, como lógico; conhece as enfermidades e achaques dos que lisonjeia, como médico; obriga e engana no interesse como um legista; adivinha os tempos, ocasiões e vontades melhor que um astrólogo. Não há finalmente arte liberal, nem mecânica, de que se não valha e em que não vença a seus professores.³⁰

Enfim, como muitos já afirmaram, a obra consiste num verdadeiro tratado de comportamento de corte pouco usual em Portugal naquele século, importante porque vinda de um autor fidalgo que não se encontrava a serviço do rei na altura. A existência desse livro indica o quanto a corte era determinante para o grupo do qual fazia parte o seu autor, se o tomamos como o representante de um determinado segmento da sociedade. Para nós, sua intenção não era contestar a autoridade de Filipe III propriamente dita, como quiseram outros autores enxergar, mas o fato de em seu reinado ter sido extinta a vida de corte em Portugal.

Os três últimos capítulos nos parecem ainda mais explícitos, pois neles o autor trata *Da Criação da Corte, Da Criação da Milícia e da Criação da Escola*, três instâncias formadoras do espírito do fidalgo seiscentista. Especialmente no que se refere aos exercícios da corte, Lobo sugere quatro maneiras para “fazer um homem político, cortês e agradável : a) o trato dos príncipes e a comunicação das pessoas que andam junto a eles; b) o decoro e a veneração com que se servem as damas; c) a comunicação dos estrangeiros; e finalmente d) o sofrimento e diligência dos pretendentes”.³¹ O parentesco desta obra com a muito conhecida *Il Libro del Cortegiano*, de Baltazar Castiglione, aproxima-a do mesmo ambiente cultural de elite cortesã, ultrapassando as

²⁹ Diogo R. CURTO, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, op. cit., p.15

³⁰ A. Rodrigues LOBO, op. cit., p.92

³¹ Francisco R. LOBO, op. cit., pp.256-257

fronteiras de Portugal e da própria Península Ibérica.³² O tema abrangente não pode ser interpretado Apenas como um desejo localizado de independência em relação à Espanha. Seu significado é muito mais amplo.

2.3. Antes que tudo se acabe

O terceiro e último intérprete que escolhemos é Luís Torres de Lima, um Comendador da Ordem de Cristo e senhor do morgado da Lardeira. São desconhecidos os locais e datas de nascimento e morte, e tampouco foi possível constatar se chegou a obter algum privilégio durante período filipino.³³ Encontra-se em terceiro lugar por ser o discurso mais mordaz no julgamento das responsabilidades dos homens em relação aos seus enganos e frivolidades; é também menos literário, representando um contraponto aos outros dois autores que enquadraram suas obras ao padrão de diálogo.

O texto integral *Avisos do Ceo, Sucessos de Portugal*, com base na edição de 1733, tem cinquenta capítulos. Em linhas gerais, o autor discute, ora em tom de lamento, ora de escárnio, o que ele considera serem as terríveis condições do Reino de Portugal após a derrota em Alcácer Quibir. Nesse sentido, é extremamente rígido em seu julgamento a respeito de D. Sebastião, acusando-o de ser o responsável pelas desgraças que se seguiram, rumando na contra-corrente das expectativas messiânicas do período. “Que hum Principe dos nossos tempos dizia que vencia a fraqueza de homem com o poder de Rey, e o poder de Rey com a lembrança de homem.(...) Bem se vio na jornada de Africa, que por querer ser muyto, veyo o Reyno a não ser nada”.³⁴

O livro não possui dedicatória a uma pessoa e sim ao Reino de Portugal, atitude incomum na época, quando escritos dessa natureza geralmente eram dedicados ao rei, ou a algum membro das câmaras ou da nobreza, com vistas aos privilégios e mercês. Também não parece lançar-se à busca de qualquer proteção, ou que tenha sido tolhido pela censura, como pode ter sido o problema de outras obras que analisaremos mais adiante. Especificamente sobre a condição de União das Coroas, nosso autor parece ter partilhado do sentimento de desrespeito com que se via o não cumprimento ao

³² Para uma compreensão mais aprofundada dessa questão da tópica da cortesia na literatura dos séculos XVI e XVII, e especialmente sobre a recepção de *Il Cortegiano* ver, Peter BURKE, *As Fortunas d'O Cortesão*, trad., São Paulo, Editora da Unesp, 1997, e Carlo OSSOLA, *Dal Cortegiano all Uomo di Mondo. Storia di un libro e di un modello sociale*, Torino, Einaudi, 1987

³³ Innocencio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, edição de 1860, tomo V, p. 332

³⁴ Luís Torres de LIMA, op. cit., p.32 e p.77

juramento de Filipe II em Tomar em 1581, aos quais já nos referimos anteriormente, e aos abusos de poder que favorecem certos nobres oportunistas; Torres de Lima não advoga em defesa da independência portuguesa, mas é um crítico do estado das coisas em Lisboa. Sua escrita abusa das anedotas para atacar principalmente as pessoas da corte, e exaltar Filipe II, que surge aqui como uma espécie de redentor, tratando os fidalgos portugueses com fina ironia, especialmente aqueles que assumiram o controle - ou descontrolo - do reino após Alcácer Quibir e a morte do Rei D. Henrique, considerando-os também responsáveis pelas dificuldades em que se encontrava a administração dos negócios da Coroa.

(...) estando mais pobre o Rey, mais pobre o Reyno, mais pobres os vassallos, e tudo mais pobre, e só os interessados ficarão ricos; porque jogão o paffe, paffe, está dentro, está fora: o que esteve fóra, está dentro, e o que esteve dentro, está fora: um porque zelou, e outro porque se callou. (...)

Em Lisboa foy hum homem pobre pedir esmola a hum fidalgo rico, e encarecendolhe sua necessidade, lhe falou por senhoria; deulhe hum tostão, dizendo: Hum vintem dou por Deos, quatro pela senhoria; e não cuydeis que vai mal paga, que na Corte se acha mais barata.³⁵

Diferentemente dos dois anteriores, *Avisos do Ceo* não foi concebido em forma de diálogo, mas de uma espécie de ensaio de interpretação histórico-política, acompanhado de reflexões sobre a arte de bem, ou mal, governar e da incertezas dos reinados em todos os tempos da história. Com isso, Torres de Lima se filia à idéia barroca de estado de degradação, ou de *crise*, aparecendo novamente o ataque ao *golfo de passatempos*. Este é seu maior atestado de pertencimento aos tempos modernos, pois “é um tempo no qual se especula sem descanso sobre os fenômenos críticos testemunhados, escrevendo-se constantemente sobre eles acerca da maneira de recolocar em melhor caminho os negócios da monarquia”.³⁶ Para recuperar todo o descontrolo que marca o momento em questão, o autor indica aquele que lhe parece ser o caminho certo - o bom governo no lugar da guerra -, apresentando exemplos bíblicos e clássicos, tendência desse tipo de literatura de conselhos ao reino e ao príncipe. Até o capítulo XXIX não usa a narrativa histórica, estilo assumido a partir do capítulo XXX, intitulado *Breve relação da Jornada de Africa, perda d’El Rey Dom Sebastião com algumas particularidades não muito escritas*. Daí em diante passa a comentar os principais acontecimentos, naturais e políticos, sucedidos no reino, entre os quais estão a Guerra contra os Holandeses na Bahia, Entradas e Festas em homenagem a Filipe II, Praga de Gafanhotos em Lisboa em 1601.

³⁵ ibidem, p. 40-41 e p.130

As tragédias que ele vislumbra não resultam da dominação espanhola, mas da morte de grande parte da nobreza, da posse do velho Cardeal D.Henrique e da ameaça de usurpação do trono por D. António - Prior do Crato. A chegada da armada espanhola, comandada pelo Duque de Alba é vista como salvação, pois a principal ameaça que acompanhava D.António era a ocupação de Portugal pela armada inglesa, que ele e todo o reino temiam por ser herege. “Foy marchando o Exercito por Torres Vedras, e pelos mais lugares. Tudo achavão despejado, e a gente fugida, que era bastante sinal que o não querião por Rey, nem por defensor, nem por amigo”.³⁷

A posição favorável que Torres de Lima tem em relação à ocupação de Portugal por Filipe II nasce das seguintes constatações. Inicialmente, deve-se ao fracasso de D.Sebastião, orientado por maus conselheiros que o teriam induzido à decisão de lutar no norte da África. A imprudência foi castigada por Deus com pestes, incêndios e desastres marítimos, todos descritos como penas. Por outro lado, a derrota levou o reino a uma situação de inseguranças e incertezas, logo aproveitada pela Inglaterra, que tentava aproximar-se de Portugal através do apoio dado a D.António. Partindo deste ponto de vista, realmente só o rei da Espanha poderia preservar a linhagem real e a religião católica, ambas ameaçadas pelo usurpador. Esta parece ter sido a posição de muitos portugueses naquele momento, caso não estivessem envolvidos com as idéias Sebastianistas mais messiânicas. A alternativa colocada pelos espanhóis parecia ser para muitos a mais segura, e Torres de Lima quer convencer seu leitor disso.

Dentre as descrições apresentadas pelo autor, talvez a mais detalhada seja a que conta a chegada de Filipe II a Lisboa e seu coroamento, o que demonstra a euforia de se ter um rei de verdade.³⁸ Comenta brevemente a passagem do monarca por várias cidades do reino, distribuindo comendas e honrarias, e buscando uma aproximação em relação aos portugueses, imitando-os em gestos e roupas, para ele demonstrar de respeito às especificidades dos costumes portugueses. *Procedeu como português assim no traje, como no mais. Foy prudentíssimo, amigo dos portugueses, e sempre valerão com elle.*³⁹ Em seguida retoma acontecimentos trágicos, derrotas e catástrofes para justificar o elogio que vem a seguir.

No capítulo XXXXV a grande exaltação aos reis da Espanha se acentua. Intitulado *Da vinda do Príncipe de Gales de Inglaterra à Corte de Madrid, e como compete aos*

³⁶ J.A MARAVALL, op. cit., p. 67

³⁷ L. Torres de LIMA, op. cit., p.305

³⁸ ibidem, pp.271-277

³⁹ ibidem, p.276

Reys de Hespanha o titulo de Catholicos,⁴⁰ Luís Torres de Lima destaca as atitudes de defesa da fé católica desde Fernando e Isabel até Filipe IV. Para cada reinado uma investida contra protestantes e muçulmanos é elogiada, e são essas as atitudes que realmente interessam ao autor - a investida contra a heresia. O trecho é extremamente interessante, pois mostra a preocupação do português, na passagem do século XVI para o XVII, com as ameaças contra a Igreja Católica e sua confiança no poder de reis que se empenharam em defendê-la. Em nenhum momento se refere à usurpação do trono ou às penas impostas aos súditos portugueses. Parece realmente satisfeito com o fato de ter como reis senhores católicos de várias gerações.

À União da Coroa de Portugal a de Hespanha não havia de faltar inimigos, nem emulos, e invejosos da potencia Catholica, para maquinarem os ardis que pudessem, e para defraudarem, e perverterem os Reynos, e Vassallos delles: e convinha com o tempo ordenarse mais conveniente modo, que se pudesse buscar, para atalhar algumas novidades que os inimigos levantarião; além dos que ja tinha Hespanha poderião confederarse, e ligarse contra ella.⁴¹

Na conclusão, Torres de Lima reflete sobre a morte, a vanidade da vida e a certeza de que ela acometerá a todos sem distinção, tópica que marca mais uma vez sua ligação com o universo mental da cultura barroca. Por todo o seu conjunto, este texto parece apontar já para a incorporação dessa visão, descrevendo um reino constantemente acometido de catástrofes que só poderá ser salvo por reis muito católicos e prudentes. Em sua análise nada do que os portugueses fizeram nesses tempos foi motivo de orgulho, e nesse sentido é um texto de extremo pessimismo, onde os castigos divinos provam a necessidade de uma mudança nos rumos da monarquia. É, assim, uma posição de verdadeiro desencantamento em relação à expectativas que sustentam o messianismo régio.

Finalmente, compete-nos comparar os três discursos escolhidos como representantes desses tempos de ajustes da União das Coroas.⁴² A comparação que queremos realizar entre *Do Sitio de Lisboa*, *Avisos do Ceo* e *Corte na Aldeia* permanece no nível das idéias abordadas e do seu conteúdo mais explícito. Independentemente de suas orientações, as três obras revelam o sentimento de um grupo de intelectuais e cortesãos em sua época. São três portugueses fidalgos, homens de letras e de privilégios - embora uns mais do que outros - que revelam em suas obras uma extrema

⁴⁰ ibidem, pp. 391-396

⁴¹ ibidem, pp. 400-401

⁴² Não temos condições de proceder a uma análise comparativa dos códigos estilístico-literários destas obras, embora um trabalho desse tipo fosse extremamente revelador de tantos outros aspectos não percebidos.

preocupação com o já referido *estado de degradação* da sociedade, da cultura e da política de seu tempo. As saídas por eles apontadas são aparentemente discrepantes, mas foi a partir da reflexão sobre elas que chegamos a algumas hipóteses.

Para Luís Mendes de Vasconcelos, a saída é perceber todas as vantagens de Lisboa enquanto local privilegiado no mundo para a sede do Império, fiando-se especialmente nos privilégios dados por Deus e pela natureza. Encontramos aí um desejo de conservação, tomando-se como ponto de partida o bom governo, principalmente as condições da natureza e as metáforas que ela fornece. Para Francisco Rodrigues Lobo, o caminho das boas coisas está na conservação dos hábitos de corte, mesmo que seja nas aldeias, já que não é possível que ela esteja em Lisboa. Quando constata a degradação dos hábitos fidalgos e do uso da língua, isto se dá no plano da ética dos comportamentos, um grau acima da natureza, portanto. Já Luís Torres de Lima discute a complexa relação entre os desígnios do céu e os desenganos dos homens, num plano mais político. Seus homens de corte encontram-se em um estado de degradação e corrupção que parece irreversível, exceto pela intervenção de um poder divino que pode ser exercido por meio de um monarca.

Na mesma época encontra-se em grande voga a publicação dos Romances de Cavalaria, que mesmo desenvolvendo um estilo totalmente incompatível com esses que tratamos aqui, lançam-se em busca de uma época heróica perdida, baseada na ressurreição de personagens lendárias como o Imperador Clarimundo, o Amadis de Gaula, Galaaz e os cavaleiros da Távola Redonda.⁴³

Concluímos, assim, que esses autores não poderiam estar preocupados essencialmente com o estado de dependência ou independência de Portugal, mas em relação à monarquia filipina, com uma ordem mais transcendente ameaçada, que já não se pode conservar. E escrevem para tentar reverter isso, pois naquele século XVII as palavras têm a função de traduzir a verdade, de revelá-la de maneira evidente e indistinta.⁴⁴ Três autores, três obras e duas festas reais. Antes, durante e depois das visitas régias as idéias parecem representar um mesmo pensamento que, se por um lado revela o estreito vínculo que esses fidalgos conservam em relação à vida de corte e à presença do rei em cerimônias públicas de rua, no mais puro espírito cortesão do Antigo Regime; por outro, estão a nos conduzir diretamente para o que há de mais

⁴³ Mais uma vez queremos remeter para a dissertação de mestrado que procurou refletir sobre a voga das novelas de cavalaria portuguesas durante a época da União Ibérica. Ana Paula T. MEGIANI, *O Jovem Rei Encantado*, op. cit., cap. 2 e o artigo *Messianismo nas Novelas de Cavalaria Portuguesas*, op. cit.

⁴⁴ Michel FOUCAULT, *As Palavras e as Coisas*, trad., 6ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1992, p.71

certo das idéias e sentimentos da cultura barroca: que algo não andava bem, e não era só no reino da Dinamarca. Para resolver esta crise a saída seria voltar atrás e transformar Lisboa no umbigo do mundo, posição que ela conseguiu ocupar certamente nas ocasiões das duas Jornadas Filipinas de 1581 e 1619.

3. AS JORNADAS DE 1581 E 1619: ESPERAR O REI E PREPARAR A FESTA

“Son los portugueses muy curiosos del culto divino aun questo se avia de poner primero y de quela capilla real se sirvan com gran orden ponpa y deçencia y buena y mucha musica y assi enesto no debria, a cortar su M^d, outra cosa de lo que tiene sino el numero de los capellanes llevandole bastante, y aun se podria reforçar la musica com quatro, o cinco cantores prestados o tomados delas yglesias que fuessen particulares”.

La orden que S M [Filipe II] há de tener en la jornada a Portugal, 1580

3.1. Dados e trajetos das Visitas

Tomando-se o conjunto das descrições que nos chegaram, as duas Jornadas Filipinas parecem ter sido muito semelhantes, e é mais ou menos essa também a idéia que elas nos passam dos sessenta anos da União das Coroas - a de que houve pouca mudança ou movimentação enquanto Portugal e Espanha se mantiveram juntos. Grosso modo, em cada cidade do reino em que o rei ia passar foram criados esquemas de montagem das cerimônias tradicionais de entrega das chaves e visita, seguidas de bênção na Sé Catedral. Geralmente, a Jornada era também precedida por uma reforma da arquitetura perene que compunha os paços e pela correção do traçado das ruas por onde o rei ia passar; além da execução dos edifícios de arquitetura efêmera, como arcos de triunfo e painéis pintados, também danças, torneios e mascaradas eram ensaiadas em homenagem à Corte que vinha chegando. Na voz dos cronistas esse era o conjunto dos empreendimentos, e eles corresponderiam a um formato padrão de visitas reais nos reinos da Europa, na passagem do século XVI para o XVII.

Passada a visita, ao longo do caminho percorrido ambas comitivas deixaram um rastro de festas e comemorações, preocupando-se sempre em marcar a memória da população com imagens de reis vitoriosos, com plenos poderes simbolizados pelas figuras da mitologia, da bíblia e da história das monarquias européias, cercados de prosperidade, temor e submissão a Deus, tanto em território espanhol quanto em terras portuguesas, onde era necessário afirmar e reforçar os símbolos da soberania dos Filipes e da manutenção da União. As festas eram acompanhadas de espetáculos

que iam da pirotecnia às tradicionais corridas de touros em praça pública, passando por momentos mais introspectivos quando o rei visitava conventos, mosteiros e adorava relíquias do lugar. Essas são, enfim, os dados e informações mais gerais que retiramos das alegorias barrocas descritas pelos autores, pois é basicamente a partir desses relatos que se pode chegar ao conhecimento dos dois eventos. Contudo, nasce daí a pergunta sobre como seria possível conhecer essas festas quanto a suas especificidades, seja em relação aos seus preparativos, à sua recepção, quanto à construção da memória, partindo de uma concepção linear de tempo dividida em antes, durante e depois das Jornadas.

Ao contrário da aparência dada pelos impressos, as Jornadas Filipinas a Portugal representam momentos distintos e bem marcados dos sessenta anos de União das Coroas Ibéricas. Filipe II - I de Portugal - reinou entre 1580 e 1598, permanecendo naquele reino de dezembro de 1580 a março de 1583, aproximadamente vinte e seis meses. Já Filipe III - II de Portugal - esteve no poder entre 1598 e 1621, tendo uma breve passagem pelo reino entre abril e setembro de 1619, quando realizou sua visita marcada por entradas solenes e cerimônias de corte, depois de muitas ameaças e desistências. Esses tempos somados mostram que, no período de sessenta anos, Portugal contou com a presença efetiva do rei e da corte durante pouco mais de dois anos e meio. Por isso as apresentações dos reis são muito pontuais e específicas, na sua grande maioria festivas, e impregnadas de um rígido cerimonial poucas vezes interrompido.

Como temos afirmado, a ausência do rei não significou ausência da imagem do rei, já que entre uma e outra visita muitos eventos e comemorações ligadas ao poder da monarquia filipina, unida à Coroa portuguesa, foram realizadas, e especialmente em Lisboa, onde se manteve a expectativa de tornar-se a sede da Corte do Império. Perguntamo-nos ainda quando teriam ocorrido essas comemorações, quais foram os eventos mais festejados; e de que maneira eram feitas as comunicações e exigências por parte da Corte? Como eram elas recebidas, cumpridas ou desobedecidas pelas câmaras das vilas e cidades de Portugal e especialmente pela de Lisboa? Gostaríamos que esta pesquisa tivesse chegado a responder, com dados e fatos oriundos das fontes, a todas estas perguntas, que nos parecem elementares para construir uma idéia mais coerente das atitudes e sentimentos que tinham os portugueses em relação ao seu rei ausente. Mas isso não aconteceu em razão da grande dispersão das fontes burocráticas. Chegamos, entretanto, a esboçar alguma reflexão e análise sobre essas indagações, e acreditamos que dessa forma se possa mais tarde ir além.

A propósito dos trajetos, Filipe II, em 1581, percorreu o caminho de Madri a Lisboa passando por Aranjuez ou Guadalupe, Badajoz, Elvas, Portalegre, Crato, Abrantes, Tomar, Santarém, Almerim, Salvaterra, Almada, Belém e Lisboa. Em 1619, depois de inúmeras hesitações, Filipe III tomou um caminho mais ao sul, realizando o trajeto de ida por Mósteles, Casarrubios, Calzada, Valparaíso, Almaraz, Jaraicejo, Trujillo, Valdefuentes, Alcuéscar, Mérida, Lobón e Badajoz no território espanhol; seguindo por Elvas, Estremoz, Évora, Montemor, Almada, Belém e Lisboa. Na volta passou pelas localidades de Setúbal, Palmela, Salvaterra, Almerim, Santarém, aposentando-se em Tomar onde ocorreram festas, regressando à Espanha novamente por Badajoz, Mérida e Trujillo, seguindo a Madri por Guadalupe.¹ Em Évora Filipe II foi recebido com, além das costumeiras festas, um auto de fé onde foram queimados quatro homens e oito mulheres.²

Os dois monarcas escolheram entrar em Lisboa na mesma data, o dia de São Pedro – 29 de junho –, após meses de viagem e de inúmeras entradas solenes nas vilas e cidades do caminho. A data foi interpretada como uma alusão à tradição bíblica, segundo a qual era São Pedro o guardião das chaves do céu, estando assim a cidade de Lisboa associada ao Paraíso e os reis à figura de São Pedro, pois dela recebiam a chave.³ A opção pelo dia de São Pedro, entretanto, não foi de todo programada, pois embora em 1619 Filipe III quisesse fazer uma reverência à autoridade do pai, e indiretamente aos acordos firmados entre ele e a cidade de Lisboa na Entrada de 1581, foi o atraso na execução dos ornamentos e na montagem da festa que segurou o rei por mais tempo em Almada.

A existência de um maior número de relatos encomiásticos da Jornada de Filipe III resultou num maior número de estudos e obras sobre esta viagem. Quanto à visita de Filipe II, consideramos menos estudada porque é também menos esperada, embora mais definitiva em seus objetivos. Em geral os pesquisadores das Entradas Filipinas se detêm em descrever os trajetos e as festas preparadas em algumas cidades, enfatizando a análise do significado da arquitetura efêmera. Não é esse o objetivo deste estudo, pois já são muito conhecidos e suas interpretações nos pareceram satisfatórias para o momento. Procuramos neste capítulo, a partir dessas pesquisas anteriores, colocar

¹ Sobre os caminhos percorridos pelos reis e suas comitivas ver, F.J. Pizarro GÓMES, *La Jornada de Filipe III a Portugal en 1619 y la arquitectura efêmera* in. Pedro DIAS, *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época das Descobertas – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p.123

² José Ares MONTES, *Los poetas portugueses, cronistas de la Jornada de Filipe III a Portugal*, *Filología Románica*, nº7, Madrid, Editorial Universidad Complutense, 1990, p.12.

novos elementos e levantar uma documentação ainda pouco explorada, especialmente aquela que trata dos antecedentes das Jornadas, seus preparativos, para tentar compará-las e assim discutir até que ponto poderíamos supor a existência de um sistema logístico associado a esses eventos. De certa maneira, isso significa dizer que os embaixadores e o exército de Filipe II, e mais tarde os cobradores de impostos de Filipe III, não foram os únicos responsáveis pela concretização da monarquia dual. Também cumpriram esse papel os encarregados da montagem das Jornadas que definiram o caminho, trilharam vila por vila reconhecendo as casas, as praças, as igrejas, negociando com os moradores a concessão de suas moradas para aposentar o rei e sua corte foram fundamentais para garantir a imagem que ia se apresentar. Como se tratou anteriormente, são pouco conhecidos os programas de elaboração das Jornadas Filipinas a Portugal, apesar de muitos pesquisadores terem buscado documentação sobre elas. A maior parte das fontes constitui-se da correspondência entre o rei e as câmaras municipais, especialmente a Câmara de Lisboa, que todavia teve boa parte de seus arquivos destruídos por ocasião do terremoto de 1755 e de outros incidentes. A documentação que sobreviveu é elementar e amplamente conhecida por integrar a vasta obra de compilação realizada por Eduardo F. Oliveira que, além de reunir, comentou todas as fontes existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. O grande mérito de Freire de Oliveira foi ter organizado cronologicamente os registros constantes neste arquivo, aproximando para o pesquisador documentos dispersos em tomos e classificações diferentes.⁴

Não há dados numéricos, quantitativos nem monetários desses preparativos. Também não existem informações sobre como se organizaram as corporações de ofício na montagem dos arcos e na decoração das cidades. Tudo o que se conseguiu reunir trata basicamente das negociações das Jornadas, e é sobre elas que sustentamos as comparações que se seguem.

³ Esta hipótese foi levantada por José de Ares MONTES, op. cit, p.22

⁴ Eduardo Freire OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typografia Universal, 1887 Período Filipino: Tomos II e III. Verifiquei, cotejando a obra com a documentação do arquivo, que Freire Oliveira, apesar de fazer questão de deixar sempre muito clara sua posição de resistência acerca da União das Coroas, reproduziu com rigor e fidelidade os textos originais que tratam da negociação das Visitas Filipinas à capital, possibilitando o fácil acesso ao conteúdo dos códices que se encontram em péssimas condições para consulta.

3.2. Os preparativos da Jornada de 1581

Para além das fontes já bastante utilizadas pelos pesquisadores desde o século XIX, há algumas raramente mencionadas e que tratam especificamente da preparação da Jornada de Filipe II a Portugal. São textos práticos, sem teor encomiástico, que discutem as questões mais cotidianas da viagem, do pagamento das reformas e da composição dos membros da comitiva, redigidos por funcionários portugueses ou espanhóis, representantes que servem o rei à distância e preparam sua chegada de acordo com suas orientações. Nesse sentido é esclarecedor e pouco explorado um conjunto de cartas trocadas entre Filipe II e D.Duarte de Castelo Branco - o Conde de Sabugal, meirinho-mór do reino - , entre as datas de 14 de janeiro a 19 de abril de 1581.⁵ A correspondência acontece no período em que Filipe II já se encontrava a caminho de Portugal ou em pleno reino, e iniciam-se quando o rei guardava luto pelo falecimento de sua esposa, a rainha D.Ana de Áustria, que o acompanhava na Jornada e que faleceu em 26 de outubro de 1580 na cidade de Badajoz, e continuam a ser enviadas de Elvas e Tomar. Em geral tratam das providências que o meirinho-mór deveria tomar para as Entradas, sendo as reformas dos Paços da Ribeira de Lisboa, de Sintra e Almeirim discutidas com bastante pertinência pelo rei, que parece ter domínio de tudo o que se passa em relação ao seu programa de visita.

Em todas as cartas fica explícita a confiança de Filipe II em D.Duarte de Castelo Branco, que tinha obrigação conhecer todos os custos das obras e garantir os devidos registros dos seus responsáveis. Na maioria das cartas o rei assegura que arcará com o pagamento das despesas, mostrando-se preocupado com o rumo das reformas,

“demanr^a q por falta de dinheiro não deixe de correr a obra de Lixboa, ne~ se deixe de fazer co~ toda deligencia o concerto de Almeiri~ (...) e tambem se entenderá logo na obra dos Paços da Ribeira, e inda que isto toque ao offiço de Provedor das obras dos Paços, que Alvaro Pirez agora serve, me avisareis vos sempre di que se fizer, porque folgarei deo saber”.⁶

Na mesma carta também anuncia que o arquiteto responsável pelo projeto de reforma do Paço da Ribeira de Lisboa seria o italiano Filipe Terzi, como já se sabia.⁷ E mais tarde insiste;

⁵ BAjuda, códices 49-X-1, 49-X-2, 49-X-4

⁶ BAjuda, códice 49-X-1, fols 299r

⁷ Filipe Terzi (1520-1597) foi o arquiteto italiano responsável por boa parte das obras empreendidas durante o reinado de Filipe II. Anteriormente já trabalhara em Portugal a serviço de D.Sebastião, tendo acompanhado O Desejado na Jornada de África em 1578. Nessa empreitada foi ferido em Alcácer Quibir e tornado prisioneiro, resgatado pelo Cardeal D.Henrique. Parceiro de Baltazar Álvarez em muitos projetos, o seu papel diante do programa arquitetônico de Filipe II e como conselheiro régio na

“Phelippo terço escreve q se deixa de correr co a obra dos Pços por falta de Dinheiro e porque eu pretendo com ajuda deos’ ser nessa cidade muito em breve e he neçessario q se acabem primeiro o conçoerto delles vos encomendo muito que saibas o que pera isso he necessário”.⁸

Quando ocorre a mudança do programa, transferindo-se a reunião das Cortes de Lisboa para Tomar devido à peste que assolava a capital, também é o próprio rei quem encomenda que seja feita a cobertura da Sala do Capítulo no Convento da Ordem de Cristo daquela cidade, onde seriam recebidas as Três Ordens,

“e porque o dito Capº he descuberto, e sehá de cobrir co~vellas eforrar o tecto por baixo dellas co~tapeçaria, ou panos de seda se os ouver na Tapeçaria ou no tisouro”.⁹

Além de dominar os gastos e conhecer obrigações de cada um dos responsáveis pelas obras, Filipe II tinha um impressionante conhecimento da etiqueta e do protocolo da reunião de Cortes, dando orientações precisas e objetivas, tais como “E ordinareis q se leve a Tomar o Ceptro de ouro q deve estar no tisouro e mandareis chamar Rey d’armas Portugal, e lhe direis q de informação a Alvº pirez do forneciº sobre os bancos das Cortes “. ¹⁰

É indiscutível a importância de D.Duarte de Castelo Branco, assim como tantos outros em todo o Império, para o acerto dos negócios à distância¹¹. Além de discutirem os preparativos para Jornada e Entrada Régia, e a montagem da sala do Capítulo de Tomar, outra cerimônia também ocupou espaço nas cartas trocadas entre o rei e seu meirinho-mór. Trata-se da grande transferência dos corpos dos reis D.Sebastião e D.Henrique, e do infante D.Fernando que estava sepultado em Abrantes; os três levados para o Mosteiro de Belém nos arredores da capital. O evento merece atenção particular dentro do contexto da Jornada de Filipe II, pois ao mesmo tempo que se colocava como monarca detentor das duas Coroas, ele engrandecia e

educação arquitetônica dos mestres portugueses foi assunto de muitos estudos, constando também de inúmeros dicionários arquitetônicos e de artistas do Antigo Regime em Portugal e na Itália. Dentre eles, George KUBLER, *A Arquitetura Portuguesa Chã*, op. cit., pp.79-80; Souza VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 3 vols; Fernando CASTELO-BRANCO, *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.195-226; Miguel SOROMENHO, *Classicismo, italianismo e “estilo chão”*. *O ciclo filipino*, in. Paulo PEREIRA, *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Col. Temas e Debates, Ciclo de Leitores, 1995, vol.2, pp. 377-403.

⁸ BAjuda, códice 49-X-1, fols 372r

⁹ BAjuda, códice 49-X-1, fols 314r

¹⁰ ibidem.

¹¹ “De hecho, los nobles se convirtieron en grandes epistológrafos, en especial los que residían en la corte y los que, como se decía entonces, servían al rey *de lejos*, es decir, en algún gobierno u oficio periféricos. A la hora de trazar su *cursus honorum* - o, como se decía, la *hebra de los empleos* - la distancia constituía un obstáculo especial para los que se veían condenados a la ausencia del rey ...” in. Fernando BOUZA, *Imagen y propaganda*, op. cit., pp.41-42

exaltava a memória de três símbolos da fragilidade da Coroa Portuguesa, consolidando assim os laços que sustentariam a União. Filipe II jamais pretendeu desprezar os reis portugueses, parentes seus inclusive, mas a criação de um panteão para três desafortunados parece ser uma maneira de eliminar quaisquer dúvidas que pairassem sobre a legitimidade do seu ato, inclusive aquelas respeitantes ao possível retorno de D.Sebastião - expectativa corrente nesses tempos, como se sabe.

Nesse caso, também D.Duarte de Castelo Branco foi o responsável pela definição do caminho a ser percorrido, foi o controlador dos gastos, além de selecionar os capelães e os moços da câmara que serviram de estribeiros dos corpos, bem como os mantimentos, vestidos e cavalgaduras que usariam nos trajetos e cerimônias, devendo tudo ser registrado em um caderno de despesas ao qual ele se refere repetidas vezes.¹²

Mas o meirinho-mór não foi o único. Entre Tomar e Lisboa a Jornada de Filipe II também foi antecédida por um aposentador, ou mais de um, que deveriam localizar, registrar, descrever todos os aposentos disponíveis nas cidades, bem como as condições de saúde delas, por onde passaria o rei e sua comitiva em território português. Embora não identificados nos registros, os aposentadores¹³ tinham como função especial preparar as condições para acomodação do rei, dos cortesãos e de todo o séquito de homens de serviço, com os animais e carros que usariam, além de sugerir eventuais reformas necessárias para a recepção do cortejo.¹⁴ Acima de tudo, chama-nos a atenção a facilidade e praticidade que caracterizaram a escolha de aposentos sem causar grandes transtornos, demonstrando mais uma vez a adaptabilidade de Filipe II a essas situações de deslocamentos em função do hábito herdado de Carlos V. A escolha das casas em Salvaterra revela esta simplicidade do Rei,

(...) en Salvatierra esta hecho el aposento porq en Palacio solo há de posar su Mag^{de} y Principe Cardenal y sumiller de corps, aunque adereçando unas peçenilas pequeñas de unos entresuelos podrian posar ali algunos: Escriviose alos oficiales de Almeyrim y a Baltazar Alvarez que embiassem quien las adereçasse, otros aposentos ay entre elas la Casa del Ortelano de Palacio y la Capilla del en los quales quede posar alguna gente, que son razonables: los demas aposentos que estan alandar despacio, son menester para los

¹² BAjuda, códice 49-X-2, fols. 330 a 331v

¹³ Em carta enviada à Câmara de Lisboa o Rei menciona que seus aposentadores eram Luis Gonçalvez Ferreira e Diogo Lopez. Não sabemos se eram os mesmos para toda a jornada ou se tinham sido destacados para a preparação da estadia na capital. ACML, Carta de 8 de maio de 1581 - Livro d'El Rei Filipe I nº 58, fols.20.

¹⁴ Todos esses registros constam de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Madri *Relacion del viagem que parece deve fazer su Mag.^{de} desde la villa de Tomar hasta la ciudad de Lisboa y dellaposento que en ella avra Libro IIII de la Embajada sobre la subcession del Reino de Portugal desde 1º de Febrero de MDLXXX hasta su Magestad entrar em Portugal* códice 2062, fls. 516-520

ofícios de su Mag. Y Principe cardenal, la traça de la casa de Salvatierra quedo en Almeirin en poder de Benavides, com la de los Palacios de Almeyrim.¹⁵

Desde as cortes itinerantes da Baixa Idade Média os portugueses estavam habituados à existência de dois departamentos cortesãos que antecediavam a chegada da comitiva régia: o aposentador e a estrebaria. Em função da frequência com que se requisitavam moradias para os cortesãos e acompanhantes, e do esquema de privilégios da sociedade senhorial, surgiu uma imensa rede de preceitos que definiam a relação entre o estatuto hierárquico dos aposentados e a categoria das casas que deveriam ocupar, bem como os direitos à isenção dos proprietários clérigos e fidalgos em ceder suas moradias. As dificuldades em encontrar alojamento para o séquito real, que crescia a cada reinado acabou resultando, mais tarde, na criação de um espaço especial com este fim - os Estaus - existentes em Lisboa e Santarém. “Eram edifícios de propriedade régia ou particular, onde os homens do séquito cortesão podiam instalar-se (...), sendo-lhe facultadas camas, roupas, alfaia doméstica e cavaliças”. Por isso, nas grandes cidades não era necessário que o aposentador de Filipe II se preocupasse com o alojamento da comitiva, o que se tornava um problema quando se tratava de pernoitar nas menores.¹⁶

O cuidado com os caminhos e as bagagens é uma das preocupações evidentes do aposentador experiente, que sabe dos problemas que podem decorrer do desaparecimento de volumes e objetos. O excessivo cuidado com as coisas do rei contrasta aqui com a pompa que aparece mais tarde nas descrições impressas das Jornadas, onde esse tipo de problema obviamente não é mencionado. Além disso, os atrasos provocados pelo transporte dos volumes poderia ser muito prejudicial ao bom andamento da Jornada.

Devese mirar mucho estas Jornadas, y embarcaciones q su Mg^{de} hade hazer la orden que se da en el traer del Bagage, y pordonde han de venir los coches y cavallos, y Açemilas y las demas cavalgaduras porque si esto se há deembarcar muchas vezes, no dexede averenello mucho embaraço, y perdida de tiempo, q mucha prevençion de barcos, la qual conviene hazerse con tiempo, pero todo lo que desto sepudiere embiar dende la Cardiga por tierra hazta Lisboa seria bien q seembarcasse.¹⁷

Para o tempo que o rei deveria passar em Almada, enquanto aguardava que ficassem prontas as obras e concluídos os preparativos de sua *Entrada Solene* em

¹⁵ BNM, *Libro de la Enbajada de Filipe II*, fols. 517r

¹⁶ Sobre o alojamento das comitivas régias na Baixa Idade Média e a criação e funcionamento dos Estaus, ver o estudo de Rita Maria F.C. GOMES, *A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp.275-285

¹⁷ BNM, *Libro de la Enbajada de Filipe II*, fols 517v

Lisboa, o aposentador escolheu a casa de um tal João Lobo, onde já tinha pousado um dia D.Sebastião – “e enesta aunq no es tan abastada de Aposentos como la de Fran^{co} de Andrada, y tener tan buena vista como tiene es mejor para q S.M. pose enela”.¹⁸ Para adaptar a casa às condições necessárias aos despachos e outras atividades que seriam ali realizadas, o aposentador propôs reformas que aumentariam os espaços e abririam uma grande janela, da qual o rei teria uma vista privilegiada de Lisboa e do rio Tejo, bela vista tão anunciada pelos cronistas. Em todos os lugares o aposentador verifica que, apesar da simplicidade dos sítios é possível assentar a comitiva ali sem grandes transtornos. Filipe II opinava a respeito das reformas, chegando ao detalhe de responder se queria ou não a alteração das janelas da casa de João Lobo. Suas observações estão anotadas ao lado das descrições do aposentador, o que torna o documento muito mais completo e complexo.¹⁹

As condições de saúde do reino, e especialmente da Corte, eram outro problema que preocupava a equipe, e o próprio Filipe II se encarrega de aconselhar que se convocassem os físicos de Portugal para cuidarem do problema da peste e verificarem o estado das casas fechadas e interditadas durante o surto, colocando numa atitude bastante direta e quase pessoal as seguintes exigências aos Vereadores e Procuradores de Lisboa.

Pela carta que vos escrevi sobre o aposento da Corte, que mando fazer nessa cidade, vos encomendey que com dobrado cuidado assistissey a tudo o q~ fosse necessario para confirmação da saude della. E me avisasseis do que nisso se fazia.(...) E dado a execução; me pareceo tornarvolo a encomendar, por ser de tanta importancia a essa cidade, como vedes: mayormente estando eu de caminho para ella. E tratasy de se alimparem, cayarem, e desimpedirem de todo as casas, que inda estiverem fechadas, por ter auido nellas rebates. E nisto, e em tudo o mais que tocar à saude, fareis todas as diligencias, q~ sabeis, q~comum, de q~ me avisareis. Escrita em Thomar em XIV de Mayo de MDLXXXI. El Rey.²⁰

Observando-se ainda um aspecto menos evidente, estes documentos revelam com riqueza de detalhes a grande precariedade das vilas e lugarejos de Portugal no

¹⁸ idem, fols.518r

¹⁹ As idéias de Filipe II sobre arquitetura e urbanismo também já resultaram em imenso volume de estudos. Algumas referências podem ser encontradas em: Fernando CHECA CREMADES, *Las Casas del Rey: casas de campo, cazaderos y jardines, siglos XVI y XVII*, Madrid, El Viso, 1986 e *Filipe II - Mecenas de las Artes*, 2ª ed., Madrid, Nerea, 1993; Consuelo Gomes LÓPEZ, *Orden, teoría y realidad. Intervenciones del rey Filipe II en las ciudades*, in. *Reales Sítios*, Revista del Patrimonio Nacional, Año XXXIV, nº134, 4º trimestre 1997, pp.50-59; Fernando MARÍAS, *Realidad e imagen decorosa: Las ciudades españolas de Filipe II*, in. *Reales Sítios*, Revista del Patrimonio Nacional, Año XXXIV, nº 134, 4º trimestre 1997, pp.40-49; Para Fernando BOUZA "a ascensão de Filipe II ao trono português não fez mais do que ratificar a tradição portuguesa de monarcas arquitetos." *Política, Cultura e Representações no Portugal dos Filipes*, in. *Portugal no Tempo dos Filipes*, op. cit., p.28

²⁰ ACML, Livro D'El Rei Filipe I nº58, fols.22

final do século XVI, sendo poucos os sítios em que o Rei e sua comitiva tenham se hospedado em um palácio ou vivenda mais sofisticados.²¹ A situação era mais caótica porque desde a crise de 1578 os problemas com o resgate dos prisioneiros no Norte da África tomaram conta das preocupações de todos, desfavorecendo ainda mais os cuidados com as moradias e edifícios públicos e religiosos. A residência mais opulenta onde esteve Filipe II no interior de Portugal, embora não tenha se aposentado nela, foi a dos Duques de Bragança em Villaboim, onde o rei foi recebido solenemente e em respeito ao seu luto. A estadia em Villaboim corresponde a uma das etapas mais interessantes da Jornada.²²

Nesta visita, ocorrida em 27 de fevereiro de 1581, além da troca de cortesias necessárias no estabelecimento das boas relações entre Filipe II e a Casa de Bragança, estava em pauta o possível acerto do casamento do rei com uma das filhas do casal, que se apresentaram a ele com graça e delicadeza. O pedido não se oficializou, mas D.Catarina de Bragança e suas filhas visitaram o Rei algumas vezes em Lisboa, talvez na tentativa de ainda convencê-lo a realizar um quinto casamento. O encontro com D. Catarina e com o Duque D.João foi relatado detalhadamente pelo cronista espanhol Izidro Velasquez²³

Decidiu-se, enfim, concluir a Jornada com a *Entrada Solene ou Triunfal* em Lisboa, após certificarem-se de que não havia mais perigo de peste. Do evento propriamente dito trataremos em detalhes no próximo capítulo.

Durante os dois anos que Filipe II residiu em Lisboa -1581/1583- não houve itinerância, mas as cerimônias habituais continuaram ocorrendo, tais como visitas a igrejas e conventos, ou recepções no porto por ocasião da chegada de um navio das Índias ou da América. Por dois anos e meio permaneceu Filipe II em Lisboa, garantindo assim maior equilíbrio na fase de formação da União das Coroas e marcando um momento de consolidação do poder com a presença efetiva do rei na capital. Apesar da importância que a permanência do rei e da corte significavam

²¹ À mesma conclusão chega a historiadora Rita M. C. GOMES em relação a um período anterior - as residências régias portuguesas na Baixa Idade Média - , segundo ela " locais há que deixam de ser frequentados ou são alienados por monarcas sucessivos, precipitando-se, por vezes, no escasso período de uma ou duas gerações, em completa ruína". Não encontra também descrições sobre elas e tampouco ruínas que possam ser estudadas pelos arqueólogos. Isto significa que, realmente, em Portugal era muito escassa a rede de residências em condições de hospedar um rei e uma corte. Rita.M.C. GOMES, op. cit., pp.255-256

²² *Relação da Viçita q el Rey Phelipe Primeiro fes e q Veyo a este Reyno a D.Caterina Duqez de Bargaça*, códice 10.601, fols.143-145

²³ A visita de Filipe II a Villaboim ocupa os capítulos LXXX a LXXXIII do relato de VELAZQUEZ, *La entrada que en el reino de Portugal hizo la SCRm de Dom Philippe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi com su Real presencia, como com el exercito de su felice campo*, Ano 1583.

naquele momento, o próprio Filipe II demonstrou, freqüentemente, grande desejo de voltar a Madri, tal como revela em suas *Cartas* enviadas às infantas Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela, e que sobreviveram quase por obra do acaso à destruição habitual desse tipo de correspondência no oceano de papéis que era o império de Filipe II. Pela sorte de terem chegado até nós, são de importância incalculável para o conhecimento do cotidiano dessa permanência, não possuindo equivalente para a visita de Filipe III em 1619.²⁴ Nelas o rei mostra faces do homem comum quase incompatíveis com a imagem de grande imperador, que nunca aparece na documentação oficial do Império. Pai, irmão, esposo, piedoso, bem humorado, fatigado e finalmente saudoso de Madri.

Seu retorno à Espanha extinguiu as práticas que tinham o rei como centro, mas deixou outras no seu lugar, e não por acaso os portugueses iniciaram os pedidos para que se providenciasse ao menos a presença do herdeiro. As dificuldades de permanência do príncipe D.Diogo em Lisboa causaram grande decepção, principalmente entre aqueles que queriam acabar de vez com as ameaças de retomada do movimento de reivindicação do trono, comandado por D.António, prior do Crato, e inaugurou um estado de disputas por lugares e privilégios. Temporariamente, a necessidade dos portugueses foi sanada com a presença de um vice-rei - Alberto de Áustria, cardeal-arquiduque e bisneto de D.Manuel, pouco afeito a cerimônias e exposição públicas.

3.3. Enquanto o rei não volta...

Um dos aspectos que salta aos olhos quando verificamos as negociações para montagem de festividades destinadas a celebrar nascimentos, casamentos, mortes dos membros da família real, é que na falta física do monarca e da corte ficavam mais evidentes as questões de disputas políticas locais, quando outros corpos representados pelas Câmaras e pelo Conselho de Portugal tentavam efetivamente substituir o do rei. Por isso, confrontamos três situações ligadas às festas que envolveram a imagem da

²⁴ Para Fernando BOUZA a descoberta em Turim das *Cartas de Filipe II a suas Filhas*, publicadas por Gachard em 1884 são de importância fundamental para o aparecimento da crítica à *Lenda Negra* em torno de Filipe II. “De fato, desde que foram publicadas, os apologistas do Rei Prudente têm recorrido a este epistolário com o explícito objectivo de desmontar a desqualificada *imagem do seu príncipe* como um tirano que não hesita em sacrificar os membros da sua família no altar das razões do Estado.” p.35 O grande valor delas reside ainda no fato de ser um tipo de documentação que deveria ter sido destruído, tendo chegado até nós porque “Catarina Micaela, em 1585, levou consigo para o Piemonte as cartas do seu pai (...) que acabaram por integrar o Archivio di Stato di Turim como parte de um antigo fundo das *Lettere Principi Forestieri*.” in. *Cartas Para as Duas Infantas Meninas*, op. cit, pp.38-39.

monarquia filipina em Portugal. Inicialmente a preparação da Jornada e da Visita Triunfal de 1581, depois algumas celebrações e festas em homenagem a nascimentos, casamentos e exéquias ocorridas durante o longo tempo de espera compreendido entre 1583 e 1619, e finalmente a preparação da visita adiada e apressada de Filipe III em 1619. Durante o reinado de Filipe IV, iniciado em 1621 - que não está dentro do recorte temporal pelo qual optamos -, as festas e celebrações continuaram a acontecer, respeitando em geral o mesmo padrão do período da espera, mas neste caso consideramos que fogem ao nosso campo de reflexão, já que se encontram numa época de amplo descontentamento, que mais tarde desembocará na Aclamação de D.João IV.

Entre 1583 e 1619, além das previstas na Jornada envolvendo Portugal e a Monarquia dos Filipes, outras festas e cerimônias aconteceram. Essas festas têm razões diversas, nascimento do príncipe, infante e infanta, canonização da Rainha D.Isabel e Procissão do Corpo de Deus. Uma das que queremos considerar foi o cerimonial realizado por ocasião das exéquias de Filipe II celebradas em Belém a 22 de dezembro de 1599 e que se encontra relatada em texto impresso em português, publicado no ano seguinte.²⁵

A demora na realização do evento, pois Filipe II faleceu em setembro de 1598, deveu-se a um novo surto de peste iniciado em outubro que atrapalhou a preparação. Segundo o relato, os governadores chegaram a iniciar as obras para realizar as Exéquias em Alcochete, na outra margem do Tejo onde residiam temporariamente, mas o rei Filipe III não autorizou que as cerimônias e solenidades ocorressem fora de Lisboa. Assim que passou a peste houve muita pressa em se organizar a cerimônia, o que implicou em trabalho ininterrupto dos artesãos encarregados da obra, mesmo aos domingos e à noite.

A construção efêmera que fio montada dentro da Igreja do Mosteiro de Belém foi projetada pelo arquiteto Nicolau de Frias, e nela foram representados “todos os símbolos necessários sem que um exerça supremacia sobre os outros”, segundo o autor da descrição. Os símbolos eram do Reino de Portugal, da Monarquia Filipina, da Religião e os hieróglifos da morte. O conjunto muito complexo media 97 palmos de altura e 45 de quadrado, e a 27 palmos acima dele ainda havia um dossel de veludo

²⁵ *Relação das Exéquias D'El Rey Dom Filippe nosso senhor, primeiro deste nome dos Reys de Portugal. Com algumas semões que neste Reyno se fizeram. Com licença da S.Inquisição.* Em Lisboa. Impresso por Pedro Crasbeeck. MDC

preto de 20 palmos em quadrado. Todas as capelas, altares e colunas da igreja foram cobertas de preto, em veludo e damasco, e de faixas douradas.

Mas, além da descrição o autor acrescenta sua observação pessoal a respeito das dificuldades que o edifício apresentava para os que queriam ver a tumba, já que em Portugal o costume era diferente da maioria dos outros reinos, o que de certa forma ficava inadequado para o tipo de construção planejada por Frias.

Advirtese q o costume dos outros Reinos he por a tumba no primeiro corpo da essa levantada da terra 5 ou 6 palmos, & com poucos degraos se sobe per todas as partes àquella praça, em que os sacerdotes hão de fazer seu officio. E inda que estes tumulos tenham duas ou três ordens de columnas, & outros tantos sobrados, não he necessario sobir ao alto mais q aquellas pessoas que com escadas manuais sobem a cima pera ficarem tendo conta com as luzes; & assy com facilidade se fazem estas maquinas de ferosa vista, em figura de torres pyramidais, abertas nos intercolumnios, mais a semelhança de custodias, que d'edificios & alguas são cubertas de mea laranja no alto, & da figura, & lumes lhe chamão os Franceses capella ardente. Em Portugal se costuma o cõtrario, porque o estilo do reino he porse a tumba no lugar superior, & no alto do templo o docel, & bandeira: & por este respeito as èssas, que se fazião pera as exéquias dos Reis passados, ainda q sumptuosas, não tinham graça no desenho. Porq não se fazia mais que hum grande corpo solido, ao modo de pyramide ate se por a tumba no ultimo degrao, & todos erão forrados de veludo preto & allumiados com tochas postas em tocheiras de prata. E allem de serem estas formas desengraçadas, como todo o lume era de tochas, havia grãde fumaça, & muito empedimeto, porq de nenhua parte da igreja se descubria o altar, e inda dos lados do cruzeiro se via cõ trabalho.²⁶

A observação é sugestiva, e demonstra o quanto havia de dificuldade em se acertar as práticas cerimoniais entre os reinos unidos. O estilo chão da arquitetura portuguesa, que provavelmente se revelava também nos edifícios efêmeros com funções fúnebres, podia comportar no alto a tumba real sem prejudicar a visão dos súditos. Mas quando se tratava de uma construção destas dimensões a prática acabava ocultando o mais importante - o corpo do rei morto.

Outra situação significativa dessas incompatibilidades, encontramos nos conflitos resultantes das disputas de preeminência surgidas nessas ocasiões. No *Livro das Festas* conservado no Arquivo Municipal da Câmara de Lisboa, foram registradas várias polêmicas travadas em torno da regulamentação desses eventos, especialmente a respeito dos privilégios de posicionamento de palanques e da escolha dos lugares para a assistência. As discussões levaram várias sessões da Câmara Municipal.

A primeira grande polêmica veio à cena por ocasião das festas de comemoração do nascimento de Filipe IV ocorrido em 8 de abril de 1605 e anunciado em uma carta dirigida à Câmara em 9 de abril. A partir dessa data cresce uma disputa a respeito da regulamentação do uso dos palanques, dos locais destinados à ocupação pelos

vereadores e pelo vice-rei; enfim, um problema envolvendo a questão da preeminência, tão caro aos quadros políticos das monarquias e cortes do Antigo Regime. A questão central reside no fato de a Câmara não aceitar que o Provedor-mór das obras de sua Majestade, Gonçalo Paes de Carvalho, determinasse a ocupação dos palanques para a festa de exaltação do príncipe. Na ocasião das festas do nascimento da infanta, ocorridas anos antes, os palanques destinados à cidade ocupavam a posição do Mar do Forte em direção à Alfândega, a partir “da traça de sua Magestade e esta repartiçam fez Grigorio de Moraes como procurador da cidade que entam hera e Pedro de Pina da Fonseca, vereador de suas obras e o Architetto Theodozio de Frias, sem entrevir nenhuma pera por parte de Gonçallo Vaz de Carvalho”.²⁷ É importante reproduzir aqui o estado da disputa.

A polêmica tem início em 2 de maio de 1605, quando o Bispo D. Pedro determina a concorrência para a repartição dos palanques entre a Câmara e Gonçalo P. de Carvalho; enquanto esperam a determinação régia a respeito do problema, os membros da Câmara apresentam suas razões.²⁸ O primeiro a se manifestar é Francisco Cardoso, para quem deve ser conservado o direito da Câmara usar os palanques do Mar do Forte à Alfândega, porque já foi assim quando da corrida de touros pelo nascimento da Infanta e alegando o direito de *quasiposse* da cidade, isto é, com base na tradição. O segundo foi Cristóvão Soares, que defende o direito da cidade de ter a posse dos palanques do Forte para a Alfândega, em carta de 8 de maio de 1605.²⁹

Também no dia 8 de maio Gaspar Fernandes Ferreira coloca uma posição diferente, considerando que se a corrida de touros for custeada pelo rei, o direito de distribuição dos palanques deveria ser de Gonçalo P. de Carvalho que é o representante da realeza. Já se os custos forem da Câmara, então cabe a ela decidir a distribuição e arrecadar fundos com a venda dos palanques. Neste caso a Câmara poderia inclusive determinar que os touros corressem no Rossio e não na Ribeira, pendendo para uma outra polêmica também complicada sobre as Corrida de Touros em festas públicas, interditadas desta vez pelo papa.³⁰ Gaspar Fernandes relata o

²⁶ *ibidem*, fols 5v e 6r

²⁷ ACML, Livro de Festas, doc.146 de 30 de abril de 1605.

²⁸ *idem*, doc. 147

²⁹ *idem*, doc. 150

³⁰ Em 8 de maio de 1582 Filipe II enviara a Lisboa uma carta autorizando as corridas de touros, exceto nos domingos e dias santos, explicando que embora um breve do Papa Pio V tivesse proibido as corridas, estariam liberadas em Espanha e Portugal, desde que não ocorram nos ditos dias, nem que delas adviesse a morte de alguém. Refere-se ainda ao fato de que esta carta serve para informar os vereadores, caso algum arcebispo, usando o breve do papa, procurasse impedir a realização das corridas. ACML, Livro de Festas, doc. 69 fls.45v

processo de negociação ocorrido por ocasião das comemorações do nascimento da infanta, em que o então vice-rei Marques de Castello Rodrigo determinou os lugares restritos aos palanques da Câmara e os destinados à distribuição do Provedor das Fortificações. Com isso defende que se proceda da mesma maneira, baseado mais uma vez no direito de *quasiposse*.³¹

(...) e assim a cidade hora o mandousituar e demandar repartir os lugares pera os mais palanques pera os outros Tribunaes e nessa quazi posse deve a cidade ser conservada ate sua magestade mandar tomar no cazo a determinaçam que foi servido, porque nestas materias como he esta de que se trata ordenam há veradeyra posse há huma quazi posse que sam os termos porque se falla em direitos nas couzas que verdadeiramente se nam podem pessuir; E pera conservaçam desta quazi posse e pera se ella acquiri basta hum só acto de posse em direito como diz Bartin Larborius. ³²

Rui Gago, síndico da cidade, no mesmo 8 de maio reitera a antiguidade da prática da corrida de touros nas festas religiosas e da realza em Portugal, e esclarece que na ocasião anterior - 4 de dezembro de 1601 - ficou determinado pelo Marques de Castello Rodrigo, depois da contestação de Gonçalo P. de Carvalho, que os palanques da cidade se colocariam “entre o Forte e a Alfândega, e os distribuídos pelo Provedor das Fortificações ficariam entre o Arco dos Pregos e o Mar”. Baseia-se também no direito de *quasiposse* de Lisboa. Com poucas diferenças, todos os membros da Câmara concordam que na ausência de uma nova determinação régia deveria ser mantida a posição ocupada pelos palanques da cidade nas comemorações anteriores.

Um outro vereador, Jerônimo Vieira Pinto contabiliza os gastos de trinta mil cruzados com a construção do palanque da Câmara, e explica detalhadamente sua posição ao comparar o direito de *quasiposse* ao Padroado:

Ainda que nem os Paços Reaes, nem o terreyro delles nem as couzas publicas, nem sagradas, nem outras semelhantes se possam pessuir, podem se todavia pessuir, ou falando mais propriamente, quazipessuir nestas couzas algum direito incorporal como se ve no direito de Padroado que he muitas vezes quazipessuido pellos leigos nas Igrejas que elles nam podem pessuir.³³

Freqüentemente, nesses discursos aparece também a queixa sobre estar a cidade *esbulhada*, isto é, espoliada, privada da posse por fraude ou violência dos usurpadores, como neste de Jerônimo P. Vieira.

(...) he de muita emportancia e se o sobredito fora feito por pessoa particular ou por algum julgador ordinario, ficava a cidade esbulhada e competira seo interdito

³¹ idem, doc. 151

³² idem, doc. 152

³³ idem, doc.155 fls. 80-80v

restrinhoso conforme a direito claro o qual interdicto nam tam somente pertence pella posse das couzas corporaes mas tambem sera quaziposse das incorporeas

Em 10 de maio de 1605, o vice-rei pede que se faça silêncio sobre a questão, e decide que a forma dos assentos será a mesma utilizada anteriormente pelo Marquês de Castello Rodrigo para os eventos e festas do nascimento da infanta, o que corresponde à vitória da tradição da Câmara de Lisboa diante do poder do Provedor das Fortificações do Vice-Rei.³⁴

Saindo do nível da discussão aparentemente corriqueira em sessões de Câmaras Municipais, arriscamos algumas interpretações sobre quais seriam os elementos simbólicos presentes nesta polêmica e que não estão explicitados na fala dos vereadores. Para isso é fundamental verificar o significado dos espaços em discussão, ou seja, porque era mais importante construir os palanques no sentido do Forte à Alfândega, do que do Mar ao Arco dos Pregos, e daí recorrer ao argumento do direito de *quasipossi*. Segundo António Borges Coelho, no século XVI o edifício que abrigava a Alfândega/Casa de Suplicação formava com o Terreiro do Trigo e a Igreja da Misericórdia a nascente do Terreiro do Paço, espaço elevado à categoria de área nobre dos poderes da cidade/capital desde o reinado de D.Manuel. “Mole imensa de pedra, escorada com grandes traves, muito juntas espetadas a maço no mar, construída à custa e por ordem de D.João III”.³⁵ Nos altos desse edifício, funcionava a Casa de Suplicação que era o local de maior evidência da realeza, onde mais se praticava a relação entre os súditos e o rei; nos baixos estavam a Casa dos Vinhos, Casa dos Azeites, Casa das Carnes, Casa das Frutas, Casa do Carvão, Casa da Lenha e a Casa dos Escravos, onde “se arrecadavam os direitos pagos pelos produtos animados e inanimados”.³⁶ Portanto, posicionar os palanques diante desse edifício significava estar à sombra do poderes do rei e das riquezas do Império, representadas em espécie pelos seus produtos nomeados, posição de extremo privilégio reivindicada no direito de *quasiposse* da Câmara lisboeta. Numa outra descrição do final do XVII feita pelo viajante italiano Domenico de Laffi, a Alfândega é caracterizada como “soberbo edifício em que se despacham muitas contas pertencentes ao patrimônio real” e que se localiza no fundo da Praça da Ribeira e defronte do Palácio Real.³⁷ Era a Casa de Alfândega inequivocamente um dos locais de maior prestígio da cidade.

³⁴ idem, doc. 153

³⁵ Damião de GÓIS, *Urbis Olisiponis Descriptio*, p. 50, appud. António Borges COELHO, *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Caminho, 1986, p.26

³⁶ ibidem, p. 26

³⁷ Brunello de DE CUSATTIS, *O Portugal dos Seiscentos na "Viagem de Pádua a Lisboa" de Domenico Laffi*,

Quanto ao Arco dos Pregos, era um sítio de passagem, estabelecia a comunicação entre a Praça da Ribeira e as ruas Nova d'El Rei e da Madalena, região habitada por “mercadores de sobrado e de grosso trato” na Freguesia de São Julião, segundo o mesmo A. Borges Coelho. Espaço bastante estratégico em situações de festa pública, não apresentava, todavia, o *status* urbano do Edifício da Alfândega.³⁸ A diferença era explícita quando se tratava de posicionar palanques e balcões.

Extrapolando a análise do espaço físico dos edifícios e trajetos em praça pública para o espaço da política e dos poderes trata-se, evidentemente, da posição da Câmara de Lisboa em relação ao Reino representado por um vice-rei. Refere-se ao interesse na demonstração dos direitos da cidade e de seus representantes, e revela ainda o quanto havia de disputa entre eles e o vice-rei. A questão dos gastos com a festa - os palanques no caso -, que em outros momentos é um problema bastante relevante, aparece aqui como coadjuvante, servindo apenas como ratificadora do direito de *quasi*posse. Não se questiona a necessidade do acontecimento, não aparecem reclamações sobre as despesas, o que importa é garantir o direito ao bom posicionamento da Câmara no espaço público.

Para cada evento público exigido pela Corte e pelo rei vinham à tona novas rivalidades e competições; o que se nota, sobretudo, é que a ausência do rei é sempre o pano de fundo de todas elas, pois nas Visitas Régias a discussão não se colocava devido ao inquestionável privilégio dado à figura real e seus representantes. A comparação dessas duas situações comprova que era mais importante a ocupação de uma posição privilegiada numa festa em que o rei não estava presente, do que numa em que ele participasse. A cerimônia régia é o próprio rei quando ele não está visível ou não compareceu. Ocupar os palanques do Forte à Alfândega significava ser, naquele momento, uma parte de destaque do corpo - talvez o braço direito - do rei ausente. Também nos parece que estão explicitadas aí posturas de desobediência à autoridade do vice-rei e aos seus representantes, o que ajudava a "por lenha na fogueira", já que se os vereadores permitissem, teriam de se submeter em público a poderes que contrariavam freqüentemente o acordo de Tomar.

Esta não foi a única polêmica envolvendo vereadores de Lisboa e representantes da monarquia filipina nesse ínterim, pois cada vez que se mandava fazer uma festa na capital renascia a discussão sobre quem deveria pagar a roupa dos Vereadores para a

Lisboa, Presença, 1998, p.67

³⁸ A. Borges COELHO, op. cit., pp.54-55

pública exposição, além de casos mais específicos de discussões sobre construção de palanques que tapavam a visão e a exposição de determinadas figuras de prestígio.

Nenhum fato semelhante é conhecido em relação às Visitas Régias, quando as decisões eram tomadas em instâncias superiores, e não tinham espaço para virem à tona as pretensões da Câmara e do Vice-Rei, ou pelo menos não ficaram registradas nos documentos aos quais tivemos acesso. Quando o rei se mostrava os conflitos se escondiam, na sua ausência eram quase cotidianos. Assim, seja quando o cronista das Exéquias de Filipe II se queixa em 1599 da falta de visibilidade da tumba do rei devido à inadequação da construção fúnebre, seja quando os vereadores disputam o espaço de representação pública nas cerimônias do nascimento da Infanta em 1605, estamos diante de uma elite local que, não podendo ver o rei, luta para se mostrar.

3.4. Os preparativos para a Jornada de 1619

O longo período que separa as Jornadas de Filipe II e Filipe III não foi preenchido somente por polêmicas relacionadas às festas de comemoração do nascimento de príncipes, infantas, casamentos e datas religiosas. Os pedidos de vinda do rei para alevantamento em Portugal, e juramento do príncipe herdeiro ocuparam intensa correspondência do Conselho de Portugal, da Câmara de Lisboa e de outros órgãos, que viam nessa visita uma forma de amenizar as disputas e os descontentamentos. A demora deixa as cidades e seus habitantes empedernidos, enquanto dedicam-se a negociar espaços em palanques.

Em março de 1609 foi anunciada oficialmente a vinda de Filipe III ao reino de Portugal, notícia que resultou no estabelecimento de uma correspondência entre a Câmara de Lisboa e as de Santarém, Évora, Coimbra e Porto – as mesmas que ocupavam o primeiro banco por ocasião das cortes do Reino.³⁹ Na carta enviada por Lisboa fica declarada a vontade que tem o reino de ver sua Majestade, presença que colocaria Portugal no mesmo patamar de outros reinos já visitados, e os portugueses reconhecidos como vassalos merecedores de honras e favores, assunto longamente tratado no segundo capítulo.

Depois de muitas instâncias que esta cidade fes com sua M^{de} por pessoas e por Cartas, pedindolhe viesse honrar este Reino com sua Real presença como fazia às mais Coroas

³⁹ ver Pedro CARDIM, *Cortes e Cultura Política no Antigo Regime*, op. cit. , p.70

de seu estado de que com rezam podíamos ter grande discontentam^{to} a respeito de não ter vassallos que lhe melhor mereçam honras e favores.⁴⁰

Assim, marcada a Jornada para outubro, faltava pouco tempo para o cumprimento das obras necessárias, mas a urgência da visita real era tamanha que Lisboa dizia não se incomodar em pagar todas as despesas, a exemplo do que haviam feito os outros reinos vassallos de Filipe III. Cabia às cinco Câmaras decidir e deliberar acerca da maneira como seria feita a arrecadação das fintas para custear os gastos. Os termos dessa correspondência são interessantes porque revelam, por um lado, as expectativas desses órgãos em relação à visita real, e por outro explicita a posição diferenciada de Santarém que não pretende contribuir. Indignada com a recusa dos representantes do maior reduto do Prior do Crato, a Câmara de Lisboa pressiona no intuito de não perder os privilégios que possivelmente resultariam da visita real, “pois temos mizerias e trabalhos presentes que esperamos melhorar em bens grandes e aclarar muitas cousas e atalhar outras de que se pode esperar grande ruina o que tudo tera remedio que se deve esperar de seu guoverno e grandeza e se pera benefificio geral e de tanta importância”.⁴¹ Évora, Coimbra e Porto concordam com os termos da arrecadação e enviam procurações a Lisboa para que se estabeleça a cobrança da finta, mas o rei não vem em 1609.

Seguiram-se novas promessas e preparativos frustrados nos anos seguintes, cujos detalhes encontramos especialmente descritos pelas mãos de Manoel Severim de Faria⁴², um homem de alto posto eclesiástico - Chantre da Sé de Évora -, cuja biografia se equipara à de alguns dos intelectuais mais importantes da Península e de toda a Europa no início do Seiscentos, proprietário de uma biblioteca de cerca de 3.000 volumes, o mesmo que contara como a visita de Lisboa transformou o gosto do futuro Filipe IV pelos estudos.⁴³

Por suas relações privilegiadas, o Chantre teve acesso a informações preciosas a respeito dos preparativos da visita de Sua Majestade desde 1610, transmitindo-as ao Vice-Rei da Índia, D. Diogo de Couto. A função de seu manuscrito era basicamente informativa, de acordo com o título dado ao primeiro capítulo – *Do anno de 1610 até 28*

⁴⁰ BPE – código CIX/1-15 nº 7 fls. 48-59

⁴¹ BPE, idem, Carta de 13 de Abril de 1609

⁴² Manoel Severim de FARIA, op. cit.

⁴³ O Chantre de Évora foi "uma das figura centrais da cultura letrada desta primeira metade de seiscentos. A sua participação e sua iniciativa na constituição de meios de convívio intelectual - bibliotecas, academias - é paralela ao estabelecimento de uma rede de correspondentes à escala mundial. (...) sua obra é reveladora do máximo da consciência possível de uma visão do mundo, situada no período do tempo que vai de Montaigne a Descartes." Diogo R. CURTO, *O Discurso político*, op. cit.,

de fevereiro de 1611. Enviado a Diogo de Couto estando no Estado da Índia -, o que se pode observar também pelo estilo escolhido pelo autor, repetindo os mesmos temas ano a ano em praticamente todos os capítulos.⁴⁴

Manoel Severim de Faria começa a escrever justamente nos momento em que está sendo superada a frustração resultante do adiamento da jornada em 1609, mandando notícias ao seu interlocutor do estado do processo da vinda do rei Filipe III a Portugal, das obras de reforma dos Paços, ruas e palácios por onde deve passar e se hospedar o rei com a corte, das alegrias e das decepções com a cobrança das fintas para a realização da Jornada. Assim podemos conhecer uma versão menos burocrática dessas negociações, e até mesmo os abusos dos gastos com a preparação. Em 1610 ele escreve:

El rey desfirio [transfiriu] a jornada do Anno passado p^a a Primavera deste. Agora começam a refrescar estas novas, porque á custa dos 400 mil cruzados, que lhe remeter Lisboa, estão concertados os Paços de Cintra, e Almeyrim, e nos da Ribeyra se fizerão grandes obras, acabandose o Pateo da Capella, e a mesma Capella á moderna com grande Majestade, a só falta vir Elrey, cuja vinda muitos dezejão, esperando se restaure o Reyno com dinheyro da corte. Mas os que melhor entendem, receão, que se vier se acabarão de perder de todo alguns bons costumes do Reyno, se os ainda há, com que ficará arruinado de todo (...). Em Lisboa não faltarão ociozos que quizerão festejar a vinda de ElRey, que se esperava, com a Satira, que aqui envio – outra saio mais em comum, que tambem VM verá.⁴⁵

Uma nova promessa em 1612 incendeia as expectativas, provavelmente associadas à reforma que o duque de Lerma impusera ao Conselho de Portugal, suspendendo temporariamente suas atividades. É um momento de abalo nas estruturas das relações entre a Corte Filipina e o reino de Portugal, pois as decisões do valido poderiam levar à suspensão do acordo de Tomar, acarretando na perda dos direitos de reino unido.⁴⁶ Certamente a nova promessa vinha como um meio de acalmar mais uma vez os ânimos e expectativas, tal como percebe o eborense, que se apegava aos efeitos do combate da luz intensa produzida pelos fogos contra a escuridão da noite que recobria o reino.

Publicadas as novas do Correyo, e vinda de Elrey ouve geral contentamento no Povo, e grande de Lisboa e a Camara mandou fazer festas portodas as ruas, e que aquella noute ouvesse luminarias publicas. Foi fermoza couza de ver a Cid^e ardendo en varios lumes

pp.42-43 e 112

⁴⁴ O texto de Severim de Faria voltará a ser utilizado no capítulo próximo sobre a construção da memória das Visitas Filipinas, quando trataremos dos outros temas que ele aborda em seu anuário. Neste capítulo aproveitamos apenas a parte que trata dos preparativos da Visita de Filipe III.

⁴⁵ M. Severim de FARIA, op. cit., fls. 1 e 2

⁴⁶ Claude GAILLARD, op. cit., p.107

por todas as partes, assim os montes como os valles della com tanta claridade que competia a noute com o dia.⁴⁷

Além da percepção desses jogos de *ciaro/scuoro* efetuados pelo ritmo de "vai e vem" da notícia da visita régia, comenta o trabalho da população especialmente intensificado neste ano de 1612 como expressão do desejo da população e de Deus.

Pertendeuse tantas vezes a vinda de S.Mag^{de} neste Reyno, e sempre com tão contrarios sucessos, que não havia já em Portugal couza maes dezejada, nem menos pretendida. Porem como o coração dos Reys esteja na mão de Deus, foi elle servido de lhe dar estes desejos quando menos se esperavão.⁴⁸

O estado de preparação tomou conta das cidades, dos principais representantes da Coroa e da corte, que se envolvem na escolha das casas onde seriam alojados os acompanhantes da jornada e na cobrança dos cem mil cruzados de finta destinados à montagem da festa. Foi ordenada também, segundo Severim de Faria, a repartição da ornamentação das ruas pelos ofícios da cidade, de acordo com a importância de cada um. Não resta dúvida que neste aspecto da preparação e do envolvimento das corporações de ofício, a visita de Filipe III despertou maior preocupação.

Começouse a entender sobre a vinda de ElRey, e fazemse demonstraçoins publicas disso. Mandou o Marquez de CastelRodrigo despojar alguns aposentos do Paço, em que ficarão criados seus, e aos Ministros que nelle vivião, se avizou tomassem cazas. O mesmo mandarão fazer os que estavam em Castella. Deose recado á Camara p^a que repartisse o ornamento das ruas da Cidade pellos officios, e affirmandose de Castella a jornada por sem duvida, fizerão com que os da cida^{de} de Lx^a mandassem os cem mil cruzados, que lhe cabião á Corte p^a ajuda dos aparelhos do caminho.⁴⁹

Por outro lado, ele observa que apesar das expectativas tomarem conta da maior parte do reino, a certeza da vinda não era ainda uma unanimidade, pairando tamanha dúvida e insegurança que provocavam até mesmo apostas entre os fidalgos portugueses, relatadas com ironia ao distante interlocutor.

Com tudo nem portodas estas couzas se dava crédito á jornada, antes se entendia, que tudo erão maquiari, p^a com taes demonstraçoins searecadar o dinheiro do Reyno. Houve sobre isto tantas contendias que se chegarão a fazer largas apostas na mesma Corte, e principalmente entre certo Fidalgo, e D.Diogo de Menezes, o qual affirmava ser tudo o que se dizia da jornada ficção.⁵⁰

⁴⁷ M. Severim de FARIA, op. cit., fls 26v

⁴⁸ ibidem, op. cit., fls. 127

⁴⁹ ibidem, op. cit., fls. 27

⁵⁰ ibidem, fols.27r

Em 1612, numa atitude de resistência às ameaças de Madri o Duque de Vila Viçosa decide pagar a finta de sua região usando seu próprio tesouro, gesto que segundo S.Faria foi imitado por outros senhores daquela zona.

Foi grandem^{te} louvado este lanço do Duque porque alem de ser de grande liberalidade com seus vassallos, se ficou com isto libertando de se poder dizer, que o fintarão, o que vendo alguns senhores titullos, fizerão o mesmo nos seus lugares á sua imitação.⁵¹

Mas o rei não vem. Frustrados uma vez mais os preparativos é necessário que Portugal espere ainda sete anos até que a visita aconteça, e dessa vez às pressas, porque entre 1612 e 1619 muitas idas e vindas de fidalgos à corte de Madri ocorreram para tentar negociar os valores das fintas e o procedimento do pagamento, mesmo sem a Jornada.

Depois de tantos conflitos e negociações, Além da necessidade de acalmar os ânimos, decidiu-se por vincular o pagamento das fintas à visita real, que segundo o historiador português Francisco Ribeiro da Silva, teria sido o motivo principal que levou Filipe III a decidir-se pela Jornada em março de 1619, mesmo contrariado pelas opiniões dos conselheiros.⁵² A manifestação de repúdio mais explícita ficou por conta de um grupo de fidalgos que organizaram em 1613 uma junta, e se dirigiram a Madri com a intenção de pressionar na Corte a concretização das promessas da visita. Nesta polêmica esteve em pauta a recusa à exigência do pagamento das fintas, que segundo os portugueses deveriam ser entregues ao "rei em pessoa" e não a sua representação. Severim de Faria é prolixo nesta narração, avaliando várias manifestações dos fidalgos da junta na Corte. O fim do caso é a expulsão dos portugueses, que têm de sair de Madri às pressas, e como castigo não poderiam voltar a se juntar em Lisboa.

(...) em 1º de julho á meya noute foi o Alcayde Marquez a caza de cada hum dos sobreditos [membros da junta], e lhe notheficou da p^{te} de S.Mg^{de} que dentro de 24 horas se sahisses 20 legoas da Corte, e outras tantas de Portugal, e outras tantas cada hum diztante do outro.

Foi notavel o sobresalto que tiverão todos com tão extraordinario desterro. E vendo que o termo era tão breve, que não podião per suas couzas em ordem sem o excederem, alcanarão do confesor, que se lhe perlongasse o prazo até tres dias, que não pode ser maes, dentro nos quaes se partirão todos derramandose por todo a Castella. (,,).

Padecerão estes fidalgos m^{to} neste desterro, porque a alguns faltou o dinheiro, e não tinham com que poder partir da Corte, e assim acodio o Arcebispo de Braga aos que tinham mais necessidade.⁵³

⁵¹ ibidem, Fls.29v

⁵² Francisco Ribeiro da SILVA, *A Viagem de Filipe III a Portugal: itinerários e problemática*, in. *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense*, vol. II, 1987, pp. 223-260

⁵³ M. Severim de FARIA, op. cit., fols.36r-36v

Para dar maior realismo ao texto Severim de Faria abusa dos termos de conotação ligada à idéia de movimento, agitação, pressa e atropelo que dominaram a cidade durante os preparativos. Da sua leitura se depreende a rapidez com que tudo tinha de ser feito, a abertura de espaços mais amplos com a eliminação de estabelecimentos precários e esteticamente desagradáveis, e o grande empenho da maior parte dos habitantes, inclusive os oficiais. Também trata da reforma dos caminhos por onde passariam o rei e a comitiva - o frenético arrumar da casa para um visitante que se anuncia na última hora. E nosso autor parece partilhar inteiramente da idéia de que era preciso mostrar ao rei um Portugal organizado, próspero e merecedor da figura que recebia.

Com este recado se começou a fazer prestes em todas as partes e o vizo Rey mandou concertar os Paços de Lisboa dourando todos os tectos, e pintando todas as portas, e janelas e aperfeiçoando os Jardins. E porque a Cappela Real ficava em baixo, sendo de desconforto p^a Elrey, a fez edificar de novo no andar de cima, e por ser o tempo breve trabalharão nestas obras grande numero de officiaes. E p^a que ficasse fermoso o Terreiro do Paço mandou derrubar todas as tendas dos Fonileiros e vidreiros que ficavão de frente do Assouge. O mesmo cuidado havia nos Paços de Sintra, Almeirim, e Salvaterra. Começavão também logo em Lisboa as fabricas dos Arcos triunfais, que a cidade ordenava p^a o recebimento publico; com que em toda aparte se via hua confusão, e trafego grande. O mesmo era em Evora, Elvas, e nos maes lugares por onde Elrey havia de passar. Nem os campos ficavão izentos deste reboliço, porque andavão todos cubertos de gastadores, que aplanavam os Caminhos, e estradas publicas desde Evora até Aldeagalega, e dali até Almerim.⁵⁴

Também se preocupa com o ambiente de corte que voltava a se vislumbrar depois de tanta distância; conhece o preço das roupas, das jóias, dos cavalos e dos coches, inflacionados pela vaidade dos fidalgos que queriam se mostrar elegantes, ao gosto da corte espanhola e pelo espírito oportunista dos comerciantes, chegando ao ponto de serem proibidas pelo vice-rei as vendas de seda, “tendo por melhor não sahirem os fidalgos tão louções que serem publicamente roubados”.⁵⁵

O relato segue adiante, tornando-se mais detalhado à medida que se aproxima a visita. A descrição da Jornada feita por Severim de Faria supera em qualidade qualquer um dos panfletos laudatórios, em especial a parte que trata da estadia do rei em Lisboa, quando são descritos os conflitos de rua entre soldados portugueses e espanhóis. Essa parte, entretanto, deixaremos para um outro momento em que se confrontará a visão oficial dos relatos impressos da Jornada Filipina, e os episódios escolhidos pelo Chantre para compor sua missiva, relato manuscrito, de caráter mais íntimo e particular.

⁵⁴ ibidem, fls. 125v-126r

Por todos os problemas que envolveram a negociação da sua visita, temos a idéia de que Filipe III entrou em Portugal em condições mais precárias do que seu pai, mas em contrapartida a memória de sua visita é significativamente mais exaltadora e por isso mais artificial, beirando o exagero, mais ao gosto de uma cultura espetacular, especialmente quando se sabe que além de chegar às pressas o rei também saiu de Portugal quase sem avisar.

Entre a Jornada de 1581 e 1619 queremos destacar a diferença que nos parece ser a mais significativa dentre todas as que foram apontadas aqui. Diante do que se percebe, fica evidente que no segundo caso o envolvimento da pessoa do rei é muito menos efetivo, o que deixa os preparativos da Jornada e das festas implicadas nela nas mãos dos promotores locais, das corporações de ofício e dos representantes do vice-reinado. A inexistência de fontes que comprovem esses preparativos de maneira mais específica, tais como dados dos artistas e dos artesãos envolvidos, preços, etc., pode concorrer na direção contrária da nossa conclusão, mas é bastante evidente que para a Jornada de 1581 Filipe II envolveu-se de maneira considerável por meio do meirinhomór e da comitiva de aposentadores, fazendo de sua visita um pacto selado, decidindo pessoalmente sobre seus aposentos, sobre as formas de representação da sua imagem, além opinar diretamente sobre a ornamentação das cidades que estivessem envolvidas. Filipe III seguramente não se aproximou da mesma maneira dos portugueses, deixando-os confusos e inseguros, até mais resistentes a sua chegada.

Para aprofundar essa comparação será necessário refletir um pouco mais sobre o significado das Entradas Régias nas monarquias modernas, procurando compreender as formas específicas que elas ganharam em Portugal durante a situação da União das Coras.

⁵⁵ *ibidem*, fls.126v

4. DO DIÁLOGO AO ESPETÁCULO: VER E MOSTRAR O REI NAS ENTRADAS FILIPINAS

“(...) e no rosto e sorrisos da boca se enxergava um entranhável contentamento, com que [Filipe II] satisfazia a todos o amor com que o recebiam”.
Affonso Guerreiro, *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa, na entrada del Rey D.Philippe primeiro de Portugal*, 1581

4.1. A *Joyeuse Entrée*: o pacto assinado na rua

Quando surgiram, na Baixa Idade Média, as Entradas Régias eram pouco teatralizadas e nada espetaculares se comparadas aos grandes eventos que caracterizaram as festas da monarquia barroca do século XVII - casamentos, batizados, cerimônias fúnebres, etc. Naqueles tempos, entrar solenemente nas vilas e cidades do reino consistia numa prática regular da realeza tanto em situações de guerra quanto de paz, e simbolizava a renovação do pacto firmado entre o monarca e seus súditos, a afirmação dos compromissos estabelecidos no momento da coroação ou da aclamação, de acordo com a tradição ritual de cada região. Uma forma mais ou menos comum de um conjunto de ritos definiu-se para esse tipo de cerimônia nos reinos ocidentais cristãos desde o final do século XII, paralelamente ao processo de desenvolvimento urbano.

Por se tratar de uma tradição que surgiu no corpo das práticas políticas rituais dos reinos feudais, não há dados que comprovem uma data ou local exatos do nascimento ou origem do conjunto de práticas e representações que constituíram as Entradas Régias medievais. Sabe-se que, a partir do século XIII, elas começam a ganhar destaque nos relatos escritos, crônicas de reinados e em iluminuras na França, nos Países Baixos e na Itália, especialmente. Com base nessas fontes foi possível para alguns pesquisadores delimitar uma seqüência relativamente padronizada de atos e gestos que tinham de ser cumpridos formalmente durante o desenrolar do ritual.

Nos relatos dos contemporâneos as Entradas eram festas tímidas, com pouca ostentação e comedida parafernália, mas de intensa expressão simbólica ligada ao diálogo entre as instâncias de poder e seus vassalos. O primeiro desses gestos

simbólicos era a recepção ao rei pela população do lado de fora das muralhas, acompanhada da entrega das chaves do portão da cidade, atitude que representava o reconhecimento da autoridade e da validade do pacto que se renovava. Em seguida, o rei penetrava os muros e percorria em cortejo as principais ruas do burgo, sendo recebido no trajeto pelas corporações de ofício representadas em suas bandeiras e emblemas. Ao longo do percurso eram encenados alguns *tableaux vivants* suspensos por tablados, que consistiam em conjuntos de figuras vivas representando cenas de teor bíblico, mitológico ou histórico. O rei vinha sob um pátio acompanhado do séquito representativo da hierarquia da corte, cujas personagens se destacavam de acordo com a posição ocupada em relação a ele, - sempre o centro de todas as atenções. Nesse encontro simbólico do cortejo régio com as corporações representadas confirmava-se a segunda parte do pacto, pois eram aí expostas as reivindicações e desejos dos membros delas para o seu rei. Em certos casos o cortejo régio era seguido de uma procissão religiosa, com a presença do clero local, que originalmente não se misturava ao cortejo. O desfile culminava na igreja principal, onde se celebrava a missa, da qual participavam os membros do clero, da municipalidade, da corte visitante e o rei.

Nessa situação não havia propriamente um público ocupando uma posição passiva, pois o povo participava, ora como protagonista, ora como espectador, numa forma de relação com o poder que se assemelhava a uma via de mão dupla, metáfora que parece ser bastante adequada para caracterizar esse pacto selado na festa . Enquanto rezavam e cantavam o *Te Deum Laudamus* no interior do templo, do lado de fora se desenvolviam danças, comidas e cantorias da comunidade. O encerramento da jornada ocorria com um banquete, que restabelecia finalmente o rei ao seio do seu grupo de cortesãos. Pelo seu caráter de conjunto, onde cada parte se articulava e dava sentido à outra, a *Joyeuse Entrée* medieval era como a própria representação do corpo político dentro da cidade, e o rei era uma das partes desse corpo presente naquele momento.

Este formato que procuramos descrever em síntese foi muito comum quando os reinos europeus se mantinham relativamente pequenos, e seus reis faziam da itinerância sua principal prática de governo. Não se deve imaginar, contudo, que este tipo de esquema produzisse cerimônias repetitivas e padronizadas na época medieval, pois apesar da seqüência comum à grande maioria dos casos, as Entradas Régias eram enriquecidas pela criatividade e expressão do imaginário da comunidade urbana que colocava, lado a lado, elementos tradicionais da cultura oral, folclórica e popular com

imagens de santos e figuras da mitologia, além de referências a textos clássicos e canônicos. Tamanha riqueza, aliada à espontânea manifestação possibilitada pelo diálogo, explica as inovações constantes surgidas a cada novo ritual organizado para a recepção de um rei, segundo L.M. Bryant em trabalho sobre as Entradas Régias francesas.¹ A inovação era um dos elementos fundamentais para a retomada do acordo, pois ela introduzia no evento os particularismos de cada grupo que pretendia dialogar com o rei.² “Prisioneiro honrado em seu pálido, o rei assistia a esses espetáculos públicos como testemunha de múltiplas sensibilidades”.³

Durante o Renascimento, com o incremento da vida urbana e comercial, amplia-se também o significado da Entrada Régia e, numa espécie de retorno à glória imperial, as Entradas Solenes nas cidades italianas, incorporaram vários elementos dos Triunfos Romanos, incluindo os carros alegóricos, espetáculos de fogos de artifícios e os arcos de triunfo em substituição aos *tableaux vivants*. Foram formuladas também regras de etiqueta para o desfile da corte e do clero, que passam a desempenhar menos o papel de protagonistas do pacto e mais o de coadjuvantes do Triunfo. O príncipe também se desloca, ocupando ainda mais o centro de todas as atenções. Surge um público espectador composto de súditos cidadãos que nem estão no centro do desfile, nem atuam na elaboração da arquitetura efêmera, aqueles que apenas vêm passar diante de si os poderes distanciados e representados de forma espetacular. As festas e danças continuam, mas seus conteúdos não importam àqueles que se preocupam em registrar a memória do evento. Segundo Roy Strong, “os espectadores viam assim desfilar o microcosmo da sociedade que conheciam: o rei sob o pálido, acompanhado dos principais dignitários do Estado, da nobreza, dos notáveis e dos bispos, dos padres e das diversas ordens religiosas; o terceiro estado, por fim, composto de representantes das corporações e das confrarias”.⁴ O novo formato e seus acréscimos surgiram primeiramente na Itália, em torno de príncipes e doges, passando de lá para cortes de

¹ Lawrence M. BRYANT, *La cérémonie de l'Entrée à Paris au Moyen Age*, *Annales ESC*, mai-juin, 1986, nº3, pp.513-542 Neste artigo o autor analisa as diferenças, ou desvios, ocorridos nas Entradas Régias francesas num período de cinco séculos - do XIII ao XVII - , num esforço de demonstrar o gradual desaparecimento da principal relação que se cumpria entre as duas instituições em jogo na ocasião da Entrada - o diálogo da municipalidade com o monarca - presente na raiz medieval desses rituais. Ver também do mesmo autor *The French Royal Entry Ceremony: Politics, Society and Art in Renaissance*, Paris, Ann Arbor, 1978

² Bernard GUENÉE, e Françoise LEHOUX, *Les Entrées Royales Françaises de 1329 à 1515*, Paris, 1968

³ L.M. BRYANT, op. cit, p.523

⁴ Roy STRONG, *Les Fêtes de la Renaissance: Art et Pouvoir (1450-1640)*, trad., Arles, Editions Solin, 1991, p.15

alguns dos reinos ibéricos, entre eles Portugal e Catalunha, influenciando também a forma e o conteúdo das Entradas Régias na França, Inglaterra e Alemanha.

A transformação da cerimônia de Entrada Régia ocorre em paralelo ao processo de fortalecimento da monarquia na Alta Idade Moderna, em consonância com a transformação do caráter dos poderes que ela representa. Em algumas partes reflete a comunicação existente entre as cortes européias e seus funcionários da etiqueta, em outras adapta-se às características e tradições do lugar e do evento a ser celebrado de forma artificial, o que faz dela um espetáculo grandioso, formalista e despersonalizado, que petrifica e artificializa as partes do cerimonial, distanciando a população das etapas do processo da organização. Nesse sentido, vamos encontrar a fixação da corte em uma capital favorecendo, por um lado, o aumento da invisibilidade régia, pois o rei passa a se mostrar ao público com menor frequência; por outro lado retira das vilas e cidades o direito de dialogarem em símbolos com seu senhor. Assim, na Alta Idade Moderna a *Joyeuse Entrée* medieval quase que desaparece para dar lugar à *Entrée Royale* moderna.

As mudanças mais significativas acontecidas na França deram-se, segundo Bryant, a partir do século XVI durante o reinado de Francisco I, contemporâneo de Carlos V no Império Habsburgo. Aos ritos tradicionais da entrega das chaves e da bênção na Sé foram adicionadas outras partes, tais como torneios entre os nobres e os autos-de-fé, momentos que passaram a fazer parte comum da Entrada Régia e que se mantiveram por todo o século seguinte. Outra evidência dessas transformações foi a valorização do papel de uma série de cargos associados às viagens da corte e da monarquia, cujas funções consistiam em preparar a espera e a chegada do rei. Embora existissem desde a Baixa Idade Média, em tempos de espetáculos régios renascentistas e maneiristas, essas funções passaram a ser mais centralizadoras, seguindo regras bem definidas de etiqueta régia e de corte, e levando para as províncias os novos modos de se viver perto do rei. Assim, os programas cenográficos que envolviam a preparação das ruas, dos arcos de triunfo, das salas destinadas às cerimônias fechadas, etc., passam a ser previamente elaborados por um oficial responsável, retirando da municipalidade e das corporações de ofício a espontaneidade que caracterizava a *Joyeuse Entrée* medieval.

No final do século XVI essas cerimônias haviam adquirido uma abrangência ainda maior, e por isso mais complexa. As Entradas Régias e procissões, bem como os autos-de-fé, tornaram-se eventos longos, que apresentavam várias partes e envolviam o trabalho de toda a sorte de artistas do reino e estrangeiros. Arquitetos, pintores, atores,

músicos, cenógrafos e coreógrafos conseguiam dar aos súditos um espetáculo de intensa teatralidade, do qual a imagem real era o centro. As máquinas e engenharias utilizadas na construção dos carros ou naves que participavam do desfile demonstram que não só as artes plásticas estavam engajadas nesses projetos, mas também matemáticos e engenheiros.⁵ Começa a se formar a concepção da festa barroca, que se torna um dos mais importantes momentos de exaltação da figura do príncipe e evidencia seu processo de descolamento do corpo da sociedade. “Longe de constituir um obscuro hieróglifo de intrincado significado, a festa barroca deve-se a si mesma e esgota-se no seu próprio fruir, na urgente fruição do fogo, da água, do ruído, do brilho, dos cheiros e da cor”. Lembramos que para a massa popular, a percepção dada pela visão era privilegiada nesses acontecimentos que tinham a rua como palco, firmando-se mais uma vez como sentido desencadeador das sensibilidades coletivas. Para Fernando Bouza, “o caráter exemplar que se concede ao visual nestas cerimônias (...) era o melhor método para se conseguir que o conhecimento que se queria adquirir ou transmitir ficasse fixado de forma imorredoura”, em outras palavras, a memória visual possibilitava a manutenção da ordem e da submissão ao rei e às instâncias de poder a ele associadas. Em segundo lugar estava o sentido da audição, especialmente aguçado pelo som da música, do estrondo dos fogos e artilharias que se tornavam freqüentes enquanto estivessem o rei e a corte aposentados no local.⁶

A problemática da crise do diálogo como elemento essencial e organizador da Entrada Régia medieval, levantada por M.Bryant, e da ascensão das formas de representação barrocas que se desenvolveram na França no século XVII, vem na esteira de uma discussão mais ampla e bastante difundida acerca do papel da imagem do rei e dos ritos régios entre a Baixa Idade Média e o século XVIII. Esse debate teve origem no aparecimento da obra de Marc Bloch e foi levado adiante pelos estudos do grupo dos neo-cerimonialistas norte-americanos, que por sua vez partiram dos trabalhos de E. Kantorowicz.⁷ Ralph Giesey, um dos mais profícuos discípulos de

⁵ “Mais que um simples passatempo, essas festas devem ser consideradas – segundo a fórmula do padre Ménestrier, o teórico das festas de corte do século XVI – como verdadeiras *Alegorias do estado do tempo*. ibidem, p.10

⁶ F. BOUZA, *Retórica da Imagem Real*, op. cit., p.22 e *Memória visual dos afectos na política barroca*, op. cit., p.15

⁷ As referências elementares para esta reflexão são Marc BLOCH, *Os Reis Taumaturgos*, trad., São Paulo, Cia das Letras, 1ª reimpressão, 1998; Ernest KANTOROWICZ, *Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*, trad., São Paulo, Cia das Letras, 1998; Ralph GIESEY, *Le roi ne meurt jamais*, Paris, Flammarion, 1987; , Alain BOUREAU, *Le Simple Corps du Roi. L'impossible sacralité des souverains français XV^e – XVIII^e siècles*, Paris, Éditions de Paris, 1988., além da obra de Bryant referida. Uma síntese consistente dos estudos desse grupo sobre as representações da imagem do rei na França, desde a Idade

Kantorowicz, argumenta que o processo de decadência que levou ao desaparecimento dos significados elementares das formas rituais que sustentavam a renovação do pacto tradicional através do diálogo rei-cidade no caso francês, teve seu termo durante o reinado de Luís XIV, portanto, na segunda metade do século XVII, no auge da monarquia centralizada na imagem do rei-espetáculo, que enfatizou os ritos pessoais da comida, do banho, do vestir, do dormir, enfim, do cotidiano real teatralizado, em detrimento daqueles que representavam o acordo.⁸ Evidentemente, nessa época não havia mais um acordo a ser confirmado, já que as formas da relação entre o rei e seus súditos tinham se modificado consideravelmente desde o século XIII.⁹ No lugar do diálogo promovia-se o espetáculo do poder, e a cerimônia que representava o corpo político formado pelas várias instâncias foi substituída, em casos extremos, pelo próprio corpo do rei.

Nos Países Baixos católicos assistiu-se a um processo diferente nas mudanças sofridas pela *Joyeuse Entrée*, na passagem da Idade Média para o Renascimento. Segundo as análises comparativas de George Kubler, em Flandres esta cerimônia continuou sendo custeada pelos próprios cidadãos, e tornou-se desde o século XIV “um instrumento para a definição da lei pública que regia as relações entre cidades e monarcas”¹⁰, o que equivale dizer que tomou o caminho do diálogo. Entre as etapas da transformação que descrevemos acima, nas cidades flamengas o rei comprometia-se a respeitar os direitos municipais consuetudinários por meio de um juramento denominado *Blijde Inkomst*, “cujos objetivos políticos estavam, de forma clara, presentes para todos os envolvidos”.¹¹ Desse modo, em situações extremas de dominação estrangeira, ou de trocas constantes da cabeça que ostentava a coroa, as municipalidades flamengas conseguiam garantir a soberania de sua tradição em relação aos rumos dados pela dinastia reinante, e do novo rei era exigido o respeito ao cumprimento do juramento anterior. Na ausência de um rei nativo e residente fortaleceu-se, em oposição ao processo francês, o lado da cidade.

Média até o século XVIII, está em Marina VALENSISE, *Le Sacre du Roi: stratégie symbolique et doctrine politique de la Monarchie Française*, *Annales ESC*, mai-juin, 1986, n° 3, pp.543-577.

⁸ Ralph GEISEY, *Modèles de Pouvoir dans les Rites Royaux en France*, *Annales ESC*, mai-juin n° 3, 1986, p. 594

⁹ Não se fará aqui uma discussão mais específica sobre a história da Entrada Régia na monarquia francesa, tendo em vista a pouca influência que ela exerceu sobre o caso das Entradas Filipinas. Contudo, é importante que se diga que esses autores referidos desenvolveram análises bastante pertinentes e amadurecidas acerca dessa problemática, graças ao debate constante que surgiu em torno dessa questão desde os tempos das pesquisas de Marc Bloch para *Os Reis Taumaturgos*, op. cit.

¹⁰ George KUBLER, op. cit., p.110

¹¹ ibidem, p.113

Foi nesse espírito que Carlos V entrou em Bruges em 1515, e seu filho Filipe em Antuérpia em 1549. Para esses eventos são suficientemente conhecidos os principais artistas que participaram na preparação e coordenação das cenografias, que vinculados diretamente à municipalidade e não ao Império, construíram um programa rigoroso, colocando em desfile várias referências à mitologia, história bíblica e política em que um rei pai transmitia o poder ao seu filho cumprindo assim os pactos acordados. Também a composição e publicação dos textos produzidos para a conservação da memória dos eventos das cidades flamengas ficaram a cargo do secretário do Conselho Municipal, e não do Império.¹² Para Kubler, esta forma de acordo público era desconhecida na Espanha do século XVI, tornando-se um modelo a ser seguido em todo Império Habsburgo a partir das duas Entradas referidas.¹³ Um outro pesquisador das Entradas Régias de Filipe II concorda que “el viaje del futuro monarca a los Países Bajos y Alemania entre 1548 y 1551 es el paradigma de los viajes de Filipe II tanto por la importancia del mismo como por el valor artístico que lo acompañó y por la proyección del mismo en el mundo de las artes efímeras y permanentes posteriores”.¹⁴

4.2. Práticas de corte e rituais régios filipinos

A presença dos monarcas da Casa de Áustria na Península Ibérica teve início, como se viu, com o casamento entre Filipe I e Joana I de Castela - filha dos Reis Católicos - que pouco contribuíram para a modificação das tradições regionais que vigoravam no tocante às cerimônias régias. Foi somente por ordem de Carlos V que se deu ali a introdução da cortesias no estilo borguinhão, oficialmente praticado pela primeira vez em 15 de agosto de 1548 e considerado por sua pompa “mucho más rico

¹² "Em 1515 a *Joyeuse Entrée* de Carlos V em Bruges exigiu uma completa decoração da cidade com arcos e palcos para *tableaux vivants* e representações. O encontro final de objetivos e intenções da Entrada foi documentado por um texto de autoria de Rémy du Puys, cujo cargo de historiador da corte correspondia ao que Lavanha desempenharia em 1619. Mais tarde, Antuérpia recebeu, em 1520, Carlos V como imperador na, Entrada, a que Dürer assistiu e que admirou, e cujas inscrições se deviam apenas a um único homem, o humanista Petrus Aegidius. Todavia, os monumentos exigiram o trabalho de 250 pintores e de 300 carpinteiros. G. KUBLER, op. cit., p. 116 com referência às Crônicas Oficiais impressas.

¹³ *ibidem*, p.117

¹⁴ Francisco J. PIZARRO GÓMEZ, *Arte y espectáculo en los viajes de Filipe II*, op. cit., p.10. O autor oficial da Crônica de Viagem de Filipe II aos países Baixos em 1548 foi Cristóbal Calvete de Estrella, cuja obra *El felicíssimo viaie d'el muy Alto y muy Poderoso Príncipe Don Phelippe, Hijo del Emperador Don Carlos Quinto Maximo, desde España à sus tierras de la baja Alemania, con la descripción de todos los Estados, de Brabante y Flandres*. Escrito en quatro libros, En Anvers, en casa de Martín Nucui, Año de MDLII. Além dos programas cenográficos, também esta crônica tornou-se a referência para composição e impressão dos relatos de viagem e entradas régias filipinas posteriores.

en magnificéncia y ostentación que el sombrío y austero castellano”.¹⁵ A transmissão do trono espanhol para Filipe II em 1542 e a investidura do título de conde dos Países Baixos ocorreram sob grandes festas. No caminho entre Valladolid e Bruxelas se sucedem os arcos de triunfo, as festas, os discursos, os banquetes, até chegar a Bruxelas, onde o herdeiro do mundo abraça seu pai em primeiro de abril de 1549. Mesmo sob contundentes protestos da parte dos castelhanos, que não desejavam ver suas antigas tradições trocadas pelas pompas da etiqueta da Borgonha, Carlos V mostrou uma aguçada percepção para o significado que assumia o uso do gestual complexo e normalizado nas relações internacionais, em vigor nas cortes fora da Península Ibérica.¹⁶

Com essa atitude sagaz do Imperador, a partir da metade do século XVI passaram a ser praticados na corte espanhola os rituais de cortesia e representação do rei, com base em duas tradições diferentes: a forma protocolar austríaca matizada de tonalidades da cortesia francesa, e a antiga prática castelhana que ainda sobrevivia em alguns reinos hispânicos. Tal mescla resultou em um conjunto de regras extremamente rígidas que passaram a regular os gestos e cerimonial de corte nos raros momentos em que Filipe II se mostrava em público.¹⁷ Essas duas formas foram ainda reunidas a uma terceira, quando das apresentações que os Filipes fizeram em Portugal em 1581 e 1619, que consiste na tradição portuguesa propriamente dita, inaugurada com a Dinastia de Avis. Portanto, para se chegar a estabelecer quais as práticas específicas sobreviventes de cada uma dessas tradições nas cerimônias e cortesias utilizadas nas Jornadas Filipinas a Portugal seriam necessários estudos comparativos ainda mais detalhados do que este.

Para além dessa questão das formas da etiqueta praticada nas cortes do Império Habsburgo e suas influências sobre o cerimonial de Filipe II, é importante destacar os elementos específicos do ritual régio. Na tentativa de refletir sobre o caráter dinâmico dos cruzamentos culturais nas práticas cerimoniais da monarquia espanhola, o

¹⁵ C.LISÓN TOLOSANA, op. cit., 115; Segundo J.H.ELLIOTT, datam de 1527 e 1537 os decretos do futuro Imperador Fernando, que determinam a introdução do cerimonial borguinhão na corte de Viena, o que demonstra o nascimento de uma tendência dentro do Império Habsburgo, já que onze anos depois era também adotada na corte de Madri. *Espanha y su Mundo*, op. cit., p.184

¹⁶ ibidem, p.191

¹⁷ Dentre todas as características usadas para compor a imagem da majestade de Filipe II, talvez a mais presente na literatura da época seja a sua invisibilidade. Para F. Bouza o desaparecimento do uso e modo da etiqueta castelhana pode ter contribuído significativamente para a ampliação da distância do rei em relação aos seus servidores, permanecendo o contato apenas com os serviços mais próximos. F. BOUZA, *La Majestad de Filipe II. Construcción del mito real* in: José Martínez MILLÁN (dir.) *La Corte de Filipe II*, Madrid, Alianza Editorial, 1994, pp.52-53

historiador Teófilo Ruiz identificou como um dos elementos definidores da natureza do poder real na Espanha a ausência de uma tradição de sacralidade na monarquia castelhana. Para ele, a prática do ritual da unção régia, cujas origens remontam ao século VIII nos reinos visigóticos, foi muito irregular em Castela durante a Baixa Idade Média. Nos outros reinos, tais como Leão, Astúrias e Galícia, a unção régia teria convivido com outras formas e atributos de realeza, tais como a eleição e a hereditariedade, referindo-se às conclusões de Sánches Albornoz.¹⁸ Diante dessas variações, para Ruiz a presença muçulmana teria reforçado nos reinos ibéricos a necessidade de exacerbação do caráter militar da realeza, em detrimento da sacralização. Essa necessidade provocara, em Castela, a preservação de ritos e símbolos mais ligados à tradição de uma monarquia guerreira do que sagrada, e que não possuem equivalente nas monarquias francesa ou inglesa. Os ritos e símbolos considerados pelo autor eram: o dom de atributos reais àqueles que possuíam sangue real; a ênfase sobre as atitudes guerreiras dos castelhanos em comparação aos estrangeiros, principalmente aos franceses; a função da hereditariedade na sucessão do trono; a sucessão por eleição; o ato de vestir a armadura; as armas reais; a elevação dos estandartes de Castela acompanhado do grito tradicional; o pacto de compromissos entre o povo e a monarquia; o cavalo real que só pode ser montado pelo rei; e o beijamão.¹⁹ Desse modo, estariam completamente fora de questão as possibilidades de terem existido nas monarquias ibéricas a sacralização régia, assim como a taumaturgia, o que nos afasta de tentar levantar qualquer comparação com o que se passava mais ao norte.²⁰

No século XV, por volta dos tempos do casamento de Fernando e Isabel, em Castela os atributos da realeza eram o sangue, a eleição e o pacto de compromissos,

¹⁸ "Durante quase dois séculos, antes de 1332, nenhum rei castelhano foi ritualmente sagrado, tampouco depois (...). Para Sánchez Albornoz e outros historiadores, a maior parte dos reis das Astúrias, de Leão e da Galícia adotaram, desde o reinado de Afonso II (791-824), os rituais visigóticos de sagração e de coroamento real." Teófilo F. RUIZ, *Une Royauté sans Sacre: La Monarchie Castillane du Bas Moyen Age*, *Annales ESC*, mai-juin, n° 39, 1984, pp.429 e 431.

¹⁹ *ibidem*, p. 436

²⁰ José MATTOSO discorda peremptoriamente dos argumentos deste autor quando afirma que "a realeza portuguesa, e provavelmente também a castelhana, foram tão sensíveis como a de outros países às formas de sacralização do poder, apesar de a intensidade das lutas entre os reis e os bispos terem provocado fenómenos de distanciamento a que se poderia chamar, de certa forma, anticlerical, sem que isso possa ser interpretado, de modo algum, como expressão de um laicismo ou de uma secularização *avant la lettre*." Neste debate levantado por Mattoso, o que parece estar em jogo é a tentativa de adequar ou contrapor as realezas ibéricas aos modelos francês e inglês estudados por Marc BLOCH e Ernest KANTOROWICZ, questão que nos parece um pouco forçada. José MATTOSO, *A coroação dos primeiros reis de Portugal*, In: Francisco BETHENCOURT, e Diogo R. CURTO, (orgs.), *A Memória da Nação*, op. cit., p. 188. Para a questão ver também a discussão levantada por Jacqueline HERMANN, *No Reino do Desejado*, op. cit.

pelo qual o rei estabelecia um contrato com seus súditos e deveria fazer aplicar a justiça e proteger as leis e costumes do reino, confirmando o vínculo com a tradição. Esse pacto era selado na reunião de Cortes, onde estavam representadas as partes da sociedade. Ora, se as Cortes tiveram realmente o papel que Ruiz lhes atribui a partir do final do século XV poder-se-ia deduzir que elas substituíam o caráter simbólico da *Joyeuse Entrée*, que passa a ser desempenhado num âmbito mais institucional.

De um outro ponto de vista parte Guilherme Simões Gomes Jr., que discute o aparecimento de um conjunto de teses que tentaram criar uma imagem de sacralidade em torno da monarquia espanhola a partir do século XVI, quando esta monarquia se associa à Igreja Católica no combate ao protestantismo e à heresia. Desse modo, teólogos de tradição tomista como Juan de Mariana teriam criado um discurso de ataque às monarquias sacralizadas de França e Inglaterra, e principalmente aos pensadores luteranos, em defesa dos reis católicos de Espanha como os verdadeiros representantes de Deus no governo dos homens. Segundo o autor, esse pensamento teria provocado reflexos muito nítidos na literatura barroca de Calderón de la Barca e nas idéias políticas de Saavedra Fajardo no Século de Ouro.²¹

Desde a época do Renascimento até o final do século XVII, as festas públicas espanholas, realizadas em cidades, podiam ser divididas em dois grandes grupos. As Religiosas - realizadas em ocasiões de beatificações e canonizações de santos, traslado de imagens e de relíquias, autos-de-fé, Semana Santa, Corpus Christi, festas de santos titulares e exéquias - ; e as Profanas, em geral associadas à vida e feitos da monarquia, tais como comemoração de nascimentos e batizados, proclamações de herdeiros, bodas, Entradas Régias e de personalidades estrangeiras como príncipes e princesas, bispos e embaixadas, e ainda comemoração de vitórias militares. Esse conjunto de eventos compunha dois calendários, um fixo e um móvel, bastante intensos para a população, especialmente no que se refere à montagem de aparatos cênicos e ao custeio de todas as despesas a cargo das vilas e cidades. Eram custeadas pela Igreja, *ayuntamientos*, gremios, confrarias e em menor grau, pela coroa e pelos nobres, mas nem todas contavam com a presença da arquitetura efêmera, só as mais importantes.²²

²¹ "Com isso os monarcas espanhóis acompanham seus rivais europeus. Na condição de novos representantes de Deus na terra, aos reis falta pouco para substituírem a coroa pela mitra." Guilherme Simões GOMES Jr., *Palavra Peregrina. O Barroco e o Pensamento sobre Artes e Letras no Brasil*, São Paulo, Edusp/Fapesp/Educ, 1998, p.181

²² Teresa ZAPATA F. DE LA HOZ, *Arquitecturas Efímeras y Fiestas en la Corte de Carlos II: Las Entradas Reales*, Madrid, Tesis de Doctorado, 1991, p.09. Cfr. também José M. DIEZ BORQUE, *Relaciones de Teatro y Fiesta en el Barroco Español*, in idem (comp.), *Teatro y Fiesta en el Barroco. España e Iberoamérica*, Ediciones del Serbal, 1986, pp. 12 e sgs

Desde que Filipe II retornou dos Países Baixos a montagem das Entradas Régias passou a ser submetida ao protocolo da etiqueta do Palácio Real, rigorosamente controlado desde o reinado de Carlos V. Segundo Teresa Zapata, “su estructura es la misma a lo largo de todo el siglo y parte del siguiente, desde la entrada de Margarita de Austria em 1599, hasta la de Filipe V em 1701”²³, o que significa que desde o início do reinado de Filipe III há uma preocupação explícita em elaborar o projeto coeso das alegorias, emblemas e discursos nelas envolvidos. Essa padronização se nota pela leitura do texto do *Regimento sobre a Entrada dos Reis em Lisboa*, enviado por Filipe III à cidade em abril de 1619, onde se verifica uma preocupação em estabelecer as regras de condução do Pálio, da Prática do Orador da Cidade e do Recebimento.²⁴

As Jornadas Régias foram uma prática comum no Império Habsburgo, pois faziam parte do sistema de governo conduzido pelos monarcas da Casa de Áustrias, que precisavam se deslocar com frequência em função da extensão dos seus domínios. Vimos no capítulo *Poderes em União* que nos tempos de Carlos V não havia uma corte fixa, e que ao lado das batalhas, as visitas régias tomaram a maior parte do tempo de vida do rei. Filipe II, embora se tenha fixado em Madri, foi um rei ainda mais *viajador*, tendo passado cerca de cinquenta anos de sua vida em trânsito, alojado em cortes, residências de príncipes e fidalgos, e até em acampamentos improvisados.²⁵ Quanto a Filipe III, como temos afirmado desde o início, esteve muito mais tempo preso às cerimônias em sua própria corte, apresentando grandes dificuldades para percorrer seus domínios em viagens e jornadas. Estava distante do tempo em que seu avô representava o poder imperial pessoalmente. Com Filipe III as formas abstratas de representação da monarquia tornaram-se mais comuns, espalhando-se pelos quatro cantos do Império Espanhol.

De modo geral, as Jornadas Régias que eles realizaram compreendiam uma série de compromissos, para os quais estabelecia-se previamente o trajeto que deveria percorrer, demorando-se em algumas cidades do reino. As cidades do caminho, normalmente comunicadas a tempo, preparavam para o rei uma recepção de acordo com sua importância local e regional, não sendo obrigatório que se organizasse a festa nas localidades mais simples e insignificantes politicamente, onde a corte não chegasse

²³ *ibidem*, p.10

²⁴ BAjuda, código 51-VI-46

²⁵ Segundo Francisco J. P. GÓMEZ, desde sua primeira viagem oficial como príncipe a Zaragoza e Barcelona, até a última em 1592 em comemoração das vitórias aragonesas, foram mais de cinquenta anos *jalonados por viajes y desplazamientos que generaron un fenómeno festivo, artístico e literário de extraordinária*

a se fixar, como vimos no capítulo anterior. Também antecedia a viagem a escolha dos locais de estadia do rei e da corte, seguindo-se uma série de critérios previstos e avaliados pelos aposentadores, reposteiros e mordomos d'el Rei. Havia protocolos para a entrada e o aposentamento que resultavam até mesmo em reforma de moradas, alargamento de ruas, demolição de muros, paredes, etc. Daí a importância da correspondência entre os funcionários da casa do rei e as câmaras municipais, que deveriam seguir rigorosamente as orientações.

A chegada ao destino da Jornada coroava o longo tempo da viagem, e era para ele que estavam voltadas as atenções, pois a festa final era a mais importante e plena de significados, sendo também a mais longa. Era quando acontecia a *Entrada Solene ou Triunfal*, que teve durante o século XVI e a primeira metade do XVII uma significativa transformação devido à importância que foi adquirindo, ora enquanto um compromisso oficial entre o rei e a municipalidade, ora como um verdadeiro espetáculo da imagem real. A *Entrada Solene* era mais do que a festa de uma visita real, podendo-se encontrar nela inúmeras representações, que vão desde a confirmação do pacto travado até a rebeldia da população contra um rei ilegítimo.

Quanto ao cortejo das Entradas em Espanha, era complexo e variado, anunciando já o conjunto do que se chamará de Festa Barroca, na qual estavam reunidas várias festas diferentes. Em primeiro lugar a festa dos nobres, encarregados de protagonizar os jogos de canas, de *sortijas*, batalhas simuladas, corridas de touros, cavalgadas, disputas e outros exercícios de destreza eqüestre. Junto com ela havia a festa das corporações ou instituições intelectuais - Universidades e Colégios -, que desfilavam seus carros e representavam suas *mogigangas*, justas poéticas e outros atos de caráter literário. A estas festas vinham se somar as que organizavam os conventos e paróquias, com seus altares de rua, procissões, funções e exercícios piedosos de caráter festivo. Por último, acrescentam-se ainda a festa popular e *carnavalesca* dos grêmios. Cada ofício concorria com suas quadrilhas e grupos a pé, num cortejo múltiplo e divertido. Assim, o desfile começava com luzidios e elegantes jogos de equitação dos nobres, acabava com o mundo rústico e pleno de símbolos da cultura popular, onde estava representado até mesmo o grotesco.²⁶

Certa liberdade era dada para a construção dos arcos de triunfo elaborados pelas corporações de ofício, e pelo *ayuntamiento*, desde que seus programas fossem

importância. *Arte y espectáculo en los viajes de Filipe II*, op. cit., p.9

²⁶ Antonio BONET CORREA, *Arquitecturas Efímeras, Ornatos y Máscaras*, in: José M. DIEZ BORQUE,

submetidos a um fiscal, que poderia tanto ser um superintendente escolhido entre os membros dele, quanto o *maestro mayor de la villa*, encarregado de desenvolver e aglutinar os projetos artísticos e urbanísticos perenes e efêmeros.²⁷ Teríamos aí, possivelmente, a sobrevivência de um fragmento do tradicional direito de preparação da festa pela municipalidade, conservado da *Joyeuse Entrée* medieval. Mas, no caso da Espanha ainda é um pouco mais difícil analisar essas permanências devido ao processo de unificação, pois cada reino independente até século XV tinha uma tradição específica de diálogo com a figura real, que sofre também alterações de acordo com a maior ou menor incidência da concepção de monarquia unificada. Esses aspectos precisam ser levados em conta, bem como as formas praticadas nos territórios em que as tradições monárquicas locais tinham mesmo desaparecido, em função da presença muçulmana que aportava um outro conjunto de símbolos e rituais do poder.²⁸

Ora, não resta dúvida de que a *Joyeuse Entrée* flamenga foi o paradigma artístico das Entradas Filipinas a partir de 1548, ao lado das práticas de etiqueta oriundas da Borgonha, mas mesmo que isso possa ser constatado no âmbito da elaboração artística, não nos parece que em termos de dignidade política fosse possível a uma majestade como a de Filipe II incorporar a superioridade dada aos representantes da cidade e das corporações nas suas cerimônias de Entrada por todo o Império, na forma como era realizado em Flandres. Faz sentido, portanto, recuperar aqui a dimensão complexa desse Império, cujo poder é primeiramente aglutinador e polissinodal, caracterizando-se muito mais como uma encruzilhada de tradições e experiências do que como inventor de modos originais de se praticar a Entrada Régia. Desse modo, fica evidente a relação entre a forma burocrático-administrativa da monarquia filipina e a representação encontrada nas Jornadas e Entradas Régias, onde se encontram o imperador, seus súditos e as municipalidades.

Para melhor compreender essa complexidade, a rigor, é necessário distinguir sempre o contexto hispânico, no qual “monarquía y rey forman parte de una estructura simbólico-moral que va mucho más allá de la organización pragmática político-administrativa, del prosaico regir y mandar y del cotidiano funcionamiento de la máquina estatal”²⁹, considerando-se o processo de ascensão destes monarcas ao

(comp.), *Teatro y Fiesta en el Barroco*, op. cit., p.44

²⁷ ibidem, p.12

²⁸ Não foi possível localizar na pesquisa nenhum estudo que comparasse as tradições locais das Entradas Régias nos reinos espanhóis anteriores a 1469.

²⁹ C. LISÓN TOLOSANA, op. cit., p. 55

poder, que tornam-se soberanos de um complexo historicamente fragmentado e daí exigirem, ou provocarem, a construção de uma representação sensivelmente diferente à que se deu em outros lugares da Europa. A percepção da especificidade desta monarquia explica o fato, por exemplo, de que no período filipino as cerimônias régias tenham ganhado um significado ritual e simbólico mais universalista, que não existia na Península antes do século XVI, enquanto na França, na mesma época, elas ainda representavam o diálogo local entre a monarquia e a municipalidade.

Tal caráter universal pode ser percebido também nas fórmulas semânticas empregadas pelos escritores barrocos espanhóis como Lope de Vega e Calderón de la Barca quando se referem ao rei: *Sacra, Católica, Cesárea, Real Majestad, Máximo, Altíssimo, Rey de Reyes, Excelsa Majestad, Nuestro Señor, Gran Rey Católico, Filipe el Grande, Magno Filipe*, entre outras. O emprego destas fórmulas cria uma imagem que intensifica a idéia de singularidade e de unicidade absoluta, onde estão articulados, harmoniosamente, tanto o caráter cristão, quanto os aspectos moral e sobre-humano do rei, necessários na definição de um poder que tem como função reunir os pedaços políticos do Império.³⁰ Em Portugal o uso desses epítetos para os Filipes foi de extrema necessidade, e isso parece se realizar especialmente nos momentos das visitas reais e nos textos escritos para divulgá-las. Também como já se disse anteriormente, foi durante o reinado de Filipe II que se desenvolveu uma concepção de uso da propaganda e imagem da figura real como sistema de representação do rei ausente. Este programa aplicava-se a diversos tipos de instrumentos de divulgação, que vão desde “a escrita antiga ao panfleto publicitário, da arte efêmera dos arcos de triunfo à estampa de combate”, além da construção de metáforas políticas e do estudo da história universal como atributo real.³¹

Uma prova da existência de uma preocupação com as tradições das partes do complexo conjunto de unidades díspares é a forma de apresentação do corpo do Imperador, que se adaptada ao costume do local do Império em que se encontrava, adotando os emblemas do poder utilizados em cada um dos seus domínios, fosse como Duque de Brabante, como Rei de Nápoles, como senhor de Milão ou como rei de Portugal, onde Filipe II - ao contrário da maneira austera que se mostrava na Espanha - apresentou-se às Cortes de Tomar em 1581 vestido de branco e brocado, sem coroa, tendo o cetro como símbolo da monarquia portuguesa e seguindo a

³⁰ ibidem, p.78

³¹ Fernando BOUZA, *Imagem e Propaganda*, op. cit, p.22

etiqueta tradicional da Casa de Avis. O próprio rei, em situação particular, queixa-se dessa maneira sofisticada do vestir à qual não estava habituado, escrevendo a uma de suas filhas: “Julgo que as Cortes terão início brevemente e primeiro o juramento, porque já está a chegar muita gente, e já deveis saber como querem que me vista de brocado, muito contra a minha vontade, mas dizem que é o costume daqui”.³²

Assim, percebe-se que a capacidade de um rei em apresentar uma imagem adaptável ao local em que se mostra - tão bem praticada por Filipe II -, que aos olhos de hoje pode parecer superficial e mesmo estereotipada, tornou-se, ao longo do século XVII, uma das principais virtudes do monarca espanhol, como demonstra a preocupação do tratado *El Príncipe Instruído*, escrito para a educação de Filipe IV, onde se sugere que a cada domínio territorial correspondia uma forma específica de expressar a majestade monárquica; se em Espanha esta era dominada pela severidade, o contrário devia suceder em Portugal e em França, onde “han de ser muy tractables y conbersables los príncipes ou en Flandres [onde serão] muy humanos y amigos de sus festines y regocijos. Em suma, concluía-se que ‘un Príncipe há de tener la naturaleza de cera, muy dispuesta a acomodar-se com los naturales de sus provincias’”.³³ Ter uma natureza de cera é talvez a marca mais importante e necessária a um senhor universal.

Durante as Jornadas a Portugal os Filipes e os portugueses, além dos moradores estrangeiros de Lisboa e dos espanhóis que compunham a comitiva, estavam pondo em prática vários desses significados que podem ser lidos no estudo das montagens, desenvolvimento e memória dessas festas. Dentro deste quadro é necessário lembrar sempre que Portugal não se constituiu depois de 1581, em termos legais, em um reino plenamente submisso aos Áustrias, como era o caso daqueles formados pela Espanha. O estabelecimento do Conselho de Portugal nas Cortes de Tomar garantia-lhe plenos direitos administrativos, que nem sempre foram respeitados ao longo dos sessenta anos da União. Isso nos leva a sugerir que os momentos de passagem dos reis pelas

³² Outro indicador da capacidade de adaptação de Filipe II era a grande admiração que demonstrava pela natureza de Portugal, e a curiosidade em conhecer pomares e jardins, frutos e flores como se pode notar num trecho em que o pai envia às filhas espécies de Portugal para ele desconhecidas, e compara com outras de Espanha. “No outro dia deram-me o que vai nesta caixa e disseram-me que era lima e, embora julgue que é apenas limão, quis enviar-vo-la porque, se for lima, nunca vi uma tão grande como esta; não sei se chegará aí em bom estado. Se chegar, provai-a e dizei-me o que é, porque não posso acreditar que seja lima por ser tão grande e assim gostaria de saber o que é e que mo escreveis. (...) Também vão umas rosas e flor de laranjeira para que vejais que também as há aqui (...) Não há cá junquinhos, que se os houvesse, julgo que já teriam florescido, mas há outras coisas mencionadas; tendo em conta o que chove, julgo que os haverá aí em breve, quando chegar a minha irmã ou pouco depois.” F. BOUZA, (org), *Cartas Para as Duas Infantas Meninas*, op. cit., pp.22 e Carta I de 3/04.1581, p.59

³³ F. BOUZA, *Memória visual dos afectos na política barroca*, in: Ângela B XAVIER, e Pedro CARDIM, op.cit., p.10. A fonte indicada pelo autor está na Real Biblioteca de Madrid, Mss.II-587

cidades portuguesas teriam sido ocasiões privilegiadas de estabelecimento também de um diálogo entre as partes, mas desta vez entre o Rei-Imperador que vem de fora, símbolo da universalidade do Império, e as Câmaras Municipais locais que colocam seus desejos e necessidades.

Para o século XVII talvez seja mais difícil encontrar nas cerimônias o diálogo entre o rei e a comunidade, pois com Filipe III sustentado por Lerma, o protocolo e a etiqueta ocupam efetivamente todas as gretas dos palácios e os ambientes da corte, isolando ainda mais o rei dos seus súditos. Lançar um olhar para a relação construída na retórica das Jornadas Filipinas em Lisboa nos fornece elementos para esta discussão, que é obviamente extensiva ao Império.

4.3. Festejar os reis em Portugal

Em Portugal, na Baixa Idade Média, devido à existência da corte itinerante, o rei residia temporariamente em algumas cidades tais como Lisboa, Santarém, Évora e Coimbra, prática que, como se viu acima, associava a imagem do poder diretamente à presença física do rei, imagem esta que prescindia de grande teatralidade - ser rei era antes de tudo deambular pelo reino.³⁴ Para Rita M. Costa Gomes “as sociedades medievais atribuíam um grande significado à assistência do rei nas diferentes partes do território, sendo a mobilidade uma característica e um modo de vida estreitamente ligado à própria condição da realeza”. Por volta dos séculos XIII e XIV os motivos da itinerância em Portugal eram, em ordem de importância: o exercício da guerra, acontecimentos solenes, caça, realização de cortes, ocorrência de peste e a deslocação sazonal determinada pelas variações de condições climáticas.³⁵ Não há uma opinião nessa obra que aproxime as Entradas Régias medievais portuguesas da *Joyeuse Entrée*, seja na sua versão francesa, seja na flamenga, mas certamente na maioria dos casos havia toda uma carga simbólica que ancorava os atos, os gestos e os ritos implicados.

A fixação tardia da capital em Lisboa em relação à antiguidade da centralização do poder régio português está relacionada com a opção dos monarcas por cidades diferentes para se estabelecerem. Assim, não encontramos na história de Portugal, até o século XVI, um espaço que realmente tenha se destacado como Paço Régio por

³⁴ Rita M.F. da Costa GOMES, op. cit., p.242

³⁵ A autora não partilha da idéia de que a itinerância fosse provocada pela necessidade da cobrança *in loco* dos impostos devidos ao rei. Argumenta que uma das evidências que derruba esta tese é o fato de que desde finais do século XIII estes pagamentos eram feitos em metal, mesmo o imposto denominado

muito tempo. Santarém, Coimbra e Évora foram as sedes de residências régias temporárias mais significativas, além de lugares nos arredores de Lisboa como Frielas e Belas, e sobretudo Sintra, cujas colinas foram durante muito tempo preferidas como espaço de moradia pelos reis em detrimento das margens do Tejo.

A partir do século XVI, como de fato ocorreu à maioria dos casos apontados, a monarquia portuguesa também sofreu um esforço de sedentarização, a Corte se tornou mais numerosa fixando-se em Lisboa para tornar-se efetivamente o centro. Para Romero de Magalhães, as razões da fixação não eram explícitas, ocorrendo de maneira gradual e favorecida pelo crescimento da burocracia ligada ao rei e ao Império ultramarino.³⁶ O corpo dos funcionários que formava o núcleo da Casa Real nesse tempo estava composto, segundo o estudo de A.M. Hespanha, por 188 ofícios. Os oficiais maiores da coroa eram: mordomo-mór, estribeiro-mór, aposentador-mór, camareiro-mór, porteiro-mór, vedor, armeiro-mór, monsteiro-mór, almotacé-mór, correio-mór, cevadeiro-mór, provedor-mór das obras do paço e meirinho-mór. Além destes ainda eram membros os cerca de cinco oficiais da guarda; os físicos, cirurgiões, e boticários que estavam em torno de quinze; os oficiais da cozinha e copa eram aproximadamente doze; os cerca de dez reis de armas com seus oficiais subordinados; e ainda os cinquenta e cinco músicos e inúmeros artífices que chegaram até o número de trinta e sete.³⁷

A imensa extensão de terras conquistadas exigiu que o rei voltasse os olhos para o Além-mar, no lugar de olhar para suas pequenas vilas e cidades algarvias, alentejanas, minhotas, dourenses, e fincasse pé às margens do Tejo. Esta medida oficializada desde D. Manuel possibilitou o surgimento, em torno do corpo também fixo do rei, de uma aura cerimonial que já não estava associada ao deslocamento. Como exceção, D. Sebastião talvez tenha sido o rei mais *viajador* desses novos tempos, permanecendo poucos anos em Lisboa durante a década que reinou, assumindo uma postura que causava sentimentos contraditórios no reino, pois à medida que sua ausência descontentava a corte habituada a ver sempre o rei, tornava mais enigmática sua imagem de Desejado. Contudo, sua itinerância não era seguida de triunfo, e tampouco de cerimônias.

jantar, que desde meados do século XIV foi convertido em moeda. *ibidem*, pp.242, 243 e 246

³⁶ J. Romero de MAGALHÃES, *As Estruturas Políticas de Unificação*, in. J. MATTOSO, (org.), op. cit., p. 55

³⁷ A relação das funções e de seus números respectivos foram apresentadas por A. M. HESPANHA, *Vésperas do Leviatã*, op. cit., p.228

Na visão de Ana Maria Alves, autora do pioneiro estudo sobre imagem do rei em Portugal, a monarquia portuguesa tinha um caráter notadamente civilista devido à ausência das cerimônias de unção e sagração - rituais simbólicos definidores das monarquias francesa e inglesa -, e também em função da preservação da prática medieval de aclamação e alevantamento. Eram atributos da realeza as roupas do rei, a ausência do trono e da coroa, as refeições, o cortejo régio e todos os objetos de distinção como o pálio, e segundo a autora na época da D. Manuel, “o cortejo régio não é uma procissão religiosa. Estamos na presença de um espetáculo de raiz militar e cortês, de cariz eminentemente laico”.³⁸ Este, acrescido de elementos exóticos oriundos do mundo colonial tais como animais, índios, panos e cores, torna-se uma prática quase cotidiana na Lisboa da passagem do século XV para o XVI - pouco mais de um século antes das festas de recepção a Filipe II.³⁹ Mas, ao analisar a gravura que representa D. Manuel como Rei Mago, difundida pelas *Ordenações Manuelinas*, ela identifica a presença de um conteúdo messiânico e providencialista na imagem, considerando-a um mecanismo de propaganda da imagem do rei português nas possessões ultramarinas do Oriente.⁴⁰

No reinado do Venturoso tornou-se evidente a influência do modelo da Entrada Triunfal italiana, com as alegorias desfilando diante do povo em carros e anexando-se o espaço fluvial como preâmbulo do cortejo no espaço urbano. Ficaram célebres na memória dessa primeira metade do século XVI os animais selvagens que participaram do Triunfo de 1515, símbolos do Império Português da Ásia e da África, tais como o elefante *Hanno* e especialmente o até então desconhecido rinoceronte *Ganda*, que desfilou pelas ruas de Lisboa, foi gravado por Albert Dürer e depois oferecido pelo rei ao papa, mas que não resistiu à viagem e morreu a caminho do Vaticano⁴¹. Quanto ao

³⁸ Ana Maria ALVES, op. cit., p.65. É necessário guardar as devidas diferenças entre os limitados programas de definição da imagem pública do rei em Portugal no início do século XVI e a intensa máquina de fabricação do rei desenvolvida, por exemplo, na França na época de Luís XIV e estudada por Peter BURKE, *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, trad., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994 e Jean-Marie APOSTOLIDÈS, *O Rei-Máquina: Espectáculo e Política no Tempo de Luís XIV*, trad., Rio de Janeiro - Brasília, José Olympio/Edunb, 1993. Não questionamos a necessidade da monarquia manuelina proceder a essa construção, mas daí a considerá-la o produto de uma “ideologia do absolutismo” em Portugal há uma certa distância. Para o caso de Luís XIV a bibliografia é vasta.

³⁹ Recentemente um outro estudo aprofundou a pesquisa documental sobre a representação da imagem do príncipe português na época do Venturoso. Ana Isabel BUESCU, *Imagens do Príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa, Edição Cosmos, 1996

⁴⁰ Ana Maria ALVES, op. cit., p. 49

⁴¹ No decorrer do século XVI os portugueses levaram para a Europa e apresentaram reis e imperadores, com mais de treze elefantes e um rinoceronte. D. Manuel tinha cinco, quatro machos e uma fêmea, que o precediam quando atravessava Lisboa. A abertura do desfile ficava por conta do rinoceronte *Ganda*. Krista JONGE, *A arte da festa em Portugal e nos Países Baixos meridionais, no século XVI e no início do século*

emprego da arquitetura efêmera triunfal em cerimônias públicas, esta aparece somente na realeza pós-manuelina, sendo a primeira referência conhecida a do casamento do príncipe-herdeiro D.João com a princesa espanhola D.Joana - pais de D.Sebastião - em 1552. Existe uma hipótese, entretanto, de que teria sido utilizado um arco de triunfo anteriormente na Entrada de D.João III e de D.Catarina em Coimbra em 1526.⁴² Isso demonstra ser bem tardia, em Portugal, a adoção de conjuntos alegóricos na ocasião das Entradas Régias.

Um outro tratamento triunfal era o que se dedicava às procissões, que parecem ter sido ainda mais privilegiadas enquanto demonstração pública da fé da realeza portuguesa nesses tempos de corte fixa. Nesse sentido, cresce no século XVI a importância da Festa do Corpo de Deus que se manteve como a mais imponente e vistosa pelos séculos seguintes.

Foi, enfim, em torno desse rei português fixo que se definiram, no século XVI, os seis tipos de cerimônias das quais ele participava pessoalmente: o vestir do rei, o comer, as missas, a saída a público com acompanhamento, as audiências e despachos, e as cerimônias fúnebres.⁴³ Nelas não se nota sinal de diálogo em público, pois quaisquer contatos com a população eram estabelecidos por intermédios dos funcionários régios. Ao lado delas, também a Capela Régia ganhou relevo cerimonial no século XVI, que segundo Ramada Curto *participa de um espaço público, estruturado essencialmente em função da presença do rei* e com funcionamento sujeito a regras e disputas.⁴⁴

4.4. O diálogo possível nas Entradas Filipinas em Lisboa

Já foi dito, mas é fundamental retomar agora, que consideramos um grande equívoco tomar as Jornadas Filipinas a Portugal apenas sob o prisma da dominação. A Alta Idade Moderna é um tempo privilegiado para o estudo das possibilidades de cruzamentos entre os diversos níveis de cultura, e embora este não seja um trabalho

XVIII, in. *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, Lisboa, Instituto Português de Patrimônio Cultural, abril-maio 1992, p.92

⁴² Krista JONGE, op. cit., p.82

⁴³ Diogo R.CURTO, *Ritos e Cerimônias da Monarquia em Portugal*, op. cit., p.227-230 e *A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI a XVIII)*, *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas*, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, 1993, pp.143-154. É interessante observar que a Capela Régia, embora existisse como espaço cerimonial da monarquia desde a Baixa Idade Média, só recebeu regulamentação de etiqueta no período filipino - 1592 -, influenciando diretamente a forma de culto que se estabiliza depois da Restauração.

que se proponha a destrinchar todos os cruzamentos culturais possíveis, nota-se que nessas cerimônias e em todos os mecanismos de preservação das tradições e renovação nelas implicados, expressa-se uma intensa dinâmica cultural em função da representação pública dos corpos que constituem os poderes da cidade, do Império e dos reinos unidos.

À primeira vista, a carga dramática das Entradas Régias no período filipino pode ter sido aumentada somente em função da distância em que se encontrava o rei de seus súditos e da excepcionalidade do acontecimento. Ainda segundo Ana Maria Alves, num outro estudo muito superficial, no que se refere à parte organizada pela população portuguesa e pela municipalidade, as Entradas Régias tiveram um caráter nitidamente apelativo, já que era necessário lembrar ao rei suas obrigações para com os súditos distantes.⁴⁴ Esta interpretação, entretanto, consiste apenas em alargar as proporções das Entradas medievais, e acrescentar a elas o elemento espetacular, agora desempenhado pelo rei, como se representasse um papel diante do público de espectadores. Queremos, contudo, descartar aqui a possibilidade de uma idéia de evolução das cerimônias régias na passagem da Idade Média para a Moderna, pois adotá-la significaria ver a sociedade de ordens do Antigo Regime também como uma resultante do simples crescimento da sociedade medieval, sem levar em conta que dentre as mudanças e rupturas dessa passagem uma das mais significativas foi a que se deu na relação entre a monarquia e os súditos. Diante do que se mostrou das Entradas Régias da Baixa Idade Média, e dos rumos particularizados que elas tomaram em França, Flandres, Espanha e Portugal a partir do século XVI, desconfiamos das interpretações simplistas e buscamos uma compreensão mais assentada na relação tensa entre o universal e a definição das monarquias enquanto encarnação do corpo político dos reinos europeus que essa época experimenta.

É preciso entendê-las, portanto, a partir de dois níveis de relações. Primeiro porque fazem parte de um mundo que cada vez mais se universaliza, em função da dinâmica ágil dos meios de comunicação escrita e favorecida pela imprensa, aspecto que discutiremos mais adiante. Em segundo lugar, porque cada monarquia continua a apresentar suas especificidades e particularismos. Assim, as Entradas teriam em seus conjuntos alegóricos, cenográficos e retóricos, aspectos que ultrapassam as fronteiras da língua oficialmente institucionalizada, partilhando com os outros reinos aspectos

⁴⁴ *ibidem*, p.229

⁴⁵ Ana Maria ALVES, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., p.52

que vão além das fronteiras em definição. Essa é também a própria tensão intrínseca ao Império de Filipe II. O fato dessas cortes terem em seu corpo de profissionais a participação de arquitetos italianos e impressores flamengos é um exemplo disso. Mas também conservam e procuram fortalecer imagens e representações que conferem uma certa identidade ao conjunto, tais como o uso de referência à história dos monarcas antecessores, e de símbolos específicos que necessitam ser traduzidos aos que vêm de fora. Por isso, reafirmamos mais uma vez que as Entradas Filipinas podem ser tomadas pelo historiador da cultura política como um momento privilegiado para a aproximação das relações e expectativas que estavam depositadas naquela União de Coroas. Nelas percebemos o encontro de tradições e desejos que viviam intensas transformações naquela passagem do século XVI para o XVII, postos na rua através de uma nova maneira de mostrar a cidade e de exaltar o rei, que se tornava cada vez mais a metáfora explícita do corpo da monarquia.

Para aprofundar essa discussão sobre a imagem do rei e da cidade nas alegorias construídas para as Jornadas de 1581 e 1619, foi necessário elaborar uma descrição que desse uma idéia geral do conjunto cenográfico nas ruas das cidades visitadas, colocado por essas cerimônias. A quantidade de detalhes é vastíssima, e não temos condições de reproduzir tudo o que os cronistas nos contaram, embora cada detalhe esteja repleto de significados relacionados aos códigos retóricos da imagem da realeza e à memória que os impressos das Jornadas quiseram fixar. Importante lembrar que, para o evento de 1581 não existem gravuras ou quaisquer representações iconográficas, o que deu ao texto maior peso nas descrições. Optamos, assim, por uma caracterização breve de cada um dos momentos mais marcantes dos cortejos, no intuito de colocar o leitor no ambiente do evento, e a partir dela buscamos estabelecer relações entre a festa e as representações políticas que são o objetivo deste estudo.

O programa cenográfico da Entrada de 1581 foi dividido por quatro localidades do reino, tendo obviamente a Entrada em Lisboa uma incomparável superioridade em termos de amplitude, duração e complexidade. As vilas de Abrantes, Tomar e Santarém construíram, cada uma, um arco de triunfo, além dos enfeites de rua produzidos pela população. Especialmente no caso de Tomar, entretanto, a presença do rei em função da realização das Cortes no Convento da Ordem de Cristo deu maior significado ao evento. Em Santarém é importante destacar a visita que Filipe II fez à Relíquia do Milagre do Santíssimo Sacramento como uma forma de sobrepor sua

majestade ao perigo representado pela aclamação de D. António, Prior do Crato, verificada no ano anterior.

Já Lisboa, na posição de cabeça do reino e em pleno desenvolvimento da idéia do *Ubilicus Mundi*, preparou sua Entrada com um conjunto de dezenove momentos mais significativos, marcados concretamente por arcos de triunfo, painéis pintados e esculturas policromadas. Da construção e montagem dessa cenografia eventual possuímos informações rarefeitas, já pontuadas por outros pesquisadores; sabe-se, sobretudo, do envolvimento de três arquitetos que faziam parte da corte de Filipe II, nomes de significado no contexto das artes do Império Habsburgo. Foram eles o italiano Filipe Terzi e os espanhóis Juan de Herrera e Baltazar Álvarez. Para alguns autores Juan de Herrera foi uma das personagens mais importantes nos programas cenográficos das Entradas de Filipe II, pois esteve presente em corte desde a Jornada aos Países Baixos, e ao lado do Duque de Alba - sobrinho de Filipe II e primeiro Vice-Rei de Portugal - teria sido o planejador da Entrada em Lisboa e o idealizador do Arco dos Alemães; Baltazar Álvarez, por sua vez, seria o arquiteto do Arco dos Mercadores de Lisboa, segundo na seqüência do cortejo.⁴⁶ Quanto a Filipe Terzi, já nos referimos a sua importante atuação junto aos reis D. Sebastião e Filipe II e na arquitetura maneirista de Lisboa no capítulo anterior.

Se ficaram vagas, como vimos, as circunstâncias da preparação da festa, são detalhadamente conhecidas, as descrições desses dezenove momentos graças aos cronistas Affonso Guerreiro e Izidro Velásques. Filipe II fez a travessia de Almada ao Cais da Ribeira em sua galera real, e desembarcou ao som ensurdecidor de salvas de artilharia lançadas do Castelo de Lisboa; chegando à Praça da Ribeira, inicia a Entrada sobre um cavalo, como era a prática usual na Espanha, mas não em Portugal, onde o rei entrava a pé.⁴⁷

Comparando-se esta Entrada, em termos quantitativos, com as que Filipe II fez em todo seu reinado, nota-se que a de Lisboa foi uma das maiores no tocante aos momentos marcados ao longo do trajeto. Por exemplo, em Bruxelas em 1548 foram dez; em Antuérpia, vinte e quatro; em Toledo, no ano de 1559, montaram-se treze; e

⁴⁶ F. J. PIZARRO GÓMEZ, op. cit. pp. 45-46 e Jorge SEGURADO, *Juan de Herrera em Portugal, As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, 1987, p.100.

⁴⁷ Fontes principais desta Relação: Affonso GUERREIRO, *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa, na entrada del Rey D.Philippe primeiro de Portugal* Impresso em Lisboa com licença do Conselho Real e Ordinário, em casa de Francisco Correa, com privilégio real em 1581 e Isidro VELÁZQUEZ, *La entrada que en el reino de Portugal hizo la SCRM de Dom Philippe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi com su Real presencia, como com el exercito de su felice campo*, impresso por Manuel de

em Madri não passaram de meia dúzia, o que pode demonstrar o grande significado do evento, seja para os portugueses, seja para a corte filipina.⁴⁸ A seqüência da arquitetura efêmera não esgota, contudo, todos os eventos, pois além delas havia as encenações, discursos, danças, missas, torneios, beija-mão, visitas a conventos e mosteiros, que prolongavam o efeito visual do evento de rua.

O desembarque de Filipe II em Lisboa provocou uma grande admiração em Affonso Guerreiro, que optou por descrevê-lo observando a opção do rei em não competir com Deus nas atenções.

Escolheu o tempo da tarde para entrar, dando por razão que, ainda que fosse mais trabalho para ele, que o queria assim, por não causar pela manhã alguma perturbação nos ofícios divinos, e, por causa de sua visita, não perdessem muitas pessoas a de Deus nas missas, que eram obrigadas a ouvir: consideração certo digna de Príncipe tão católico que em todas as cousas quer que se não encontre seu gosto, glória, nem honra com a de Deus, nem a Divina Majestade seja ofendida por a sua ser venerada.⁴⁹

Chegando no Cais de Lisboa, no dia 29 de junho à tarde, Filipe II encontrou em primeiro plano uma **Decoração da Fachada da Alfândega**. Nela estavam representadas em seis alegorias Jano, que desempenha um gesto de entrega das chaves ao rei; Terminus, que embora desobediente a Júpiter reconhece sua vassalagem a Filipe II numa alegoria à fidelidade de Portugal e de Lisboa; a Vitória alada, que se entregava também a ele; Netuno, que lhe oferecia seu tridente como símbolo da força do Mar, imagem amplamente relacionada ao Império Português ; e finalmente Astrea, que lhe oferta a balança da Justiça em alegoria a sua Prudência.

Junto ao Cais estava localizado o primeiro dos monumentos estrangeiros de Lisboa, o **Arco dos Mercadores Alemães**; de proporções consideravelmente imponentes, apresentava conjuntos alegóricos e emblemas nas quatro faces - uma forma de exaltar não só o rei como também a cidade, visto que podia ser apreciado ao mesmo tempo por todos no entorno e também pelo rei, que tinha ainda de contorná-lo para conhecê-lo. "Nos quatro cantos estavam, sobre quatro pedestais, quatro pirâmides do comprimento do edifício, com bolas prateadas nos remates. Nos pedestais das pirâmides se mostravam três faces em cada um, com suas histórias".⁵⁰ Na

Lyra, 1583,

⁴⁸ F.J. PIZARRO GÓMEZ, op. cit., pp.164-173

⁴⁹ Affonso GUERREIRO, *Relação das Festas*, op. cit., p.18

⁵⁰ "Tinha este arco de grossura 36 palmos, de largura 66, e de altura 54. Tinha três portais, um redondo no meio, de altura 30 palmos, e de largura 18; de cada parte, estava outro portal quadrado, e cada um tinha em alto 18 palmos, e de vão nove." GUERREIRO, Affonso, op. cit., pp.25-26. O autor leva 21 páginas para descrevê-lo.

fachada que olhava para a cidade foi representada a alteza de D.Diogo, o príncipe jurado em Tomar, e que nas expectativas dos portugueses daqueles dias permaneceria em Lisboa terminadas as recepções à União que se formava. E ainda, a representação da União das Coroas como União do Mundo no corpo de Filipe II – “El mundo estava dividido entre vuestro visabuelo, dō Fernando Rey de Castilla, y vuestro abuelo dō Manuel Rey de Portugal, agora se junta en uno, siendo vos señor de todo Oriẽte y Occidete, los reynos q os erã devidos enel m~udo aora los posseys y governais”.⁵¹

Na seqüência foi construída uma **Rua Triunfal até as Portas da Ribeira**, uma espécie de galeria emblemática, composta por seis painéis pintados em branco e preto, segundo Guerreiro; o primeiro chamava-se *Fama Menor*, e se refere à fama alcançada no combate às heresias e aos infiéis por Carlos V e Filipe II; o segundo era a *Fama Maior*, e representava a fama dos Imperadores na África, Ásia, Europa e América; depois uma figura de Júpiter, representando Filipe II a guerrear contra os quatro cantos do mundo; em seguida Marte vitorioso, representando Filipe II instituindo a paz; depois, um conjunto de imagens interpretadas pelo cronista como vitória da Religião sobre a Idolatria; e finalmente a Paz, a Verdade e a Justiça juntas finalizavam a galeria. Após passar por esse conjunto de referências Filipe II recebeu as chaves de Lisboa e colocou-se debaixo do pátio, sempre a cavalo e vestido com simplicidade de maneira chã - diferente do modo como fora obrigado a se mostrar nas Cortes de Tomar.

Ia Sua majestade em um cavalo rosilho muito fermoso e rédeas, tudo preto e chão, sem nenhuma maneira de arreio, nem gualdrapa. Ia vestido de preto à portuguesa, com um chapéu, forrado por fora de tafetá, na cabeça, e ferraguolo de raxa desfilado por diante, sem bainha, nem debrum; pelote de filete e botas pretas, tão curtas que lhe não chegavam ao joelho; a qual chaneza de trajo mostrou por ainda andar de dó por a morte da Rainha D.Ana, sua mulher de gloriosa memória. E nesta forma a cavalo, se meteu debaixo do pátio (...) ⁵²

O próximo passo deu-se junto às **Portas de Ribeira**, onde se abria uma outra galeria de oito colunas de capitéis coríntios, entremeadas com dez pedestais, com figuras imitando esculturas vestidas, cada uma com uma túnica preta e um gorro, e que

⁵¹ Isidro VELÁSQUEZ, op. cit., fols.127

⁵² ibidem, pp.55-56. Queremos lembrar aqui que o mostrar-se montado num cavalo, que jamais poderia ser montado por outra pessoa era um dos atributos da realeza medieval castelhana preservado pelos Habsburgos, e aparece com destaque nos relatos da Jornadas Filipinas devido à não utilização desse costume em Portugal. "De même, si au Moyen Age et jusqu'au XVII^e siècle, le roi d'Espagne montait un cheval, personne d'autre ne pouvait le monter ensuite: cette tradition doit sans doute dater de la période médiévale et, comme les autres, elle était associée à la fonction des rois castillans comme chefs de la Reconquête." RUIZ, Teófilo, op. cit., p.441

seguravam coroas representando a majestade de Filipe II nas regiões do mundo dominadas pelos portugueses; também o globo terrestre estava presente, abraçado por quatro figuras femininas. Goa, Cananor, Cochim, Chaul, Dio, Ceilão, Malaca, Ormuz, Etiópia e Brasil eram as terras oferecidas naquela construção patrocinada pelos Mercadores de Lisboa, segundo Guerreiro. É importante lembrar que a Coroa não era utilizada nem em Portugal, nem no Império Português, como atributo da realeza, mas aparece aqui explicitamente associada à representação do poder imperial, externo a Portugal.⁵³

O **Arco das Portas da Ribeira** coroava a definitiva porta de entrada no corpo urbano, formada por dois arcos separados por duas colunas; mostrava, entre outras coisas, um escrito em latim que convidava o rei para que adentrasse o corpo da cidade. O cronista observa que o interior do Arco, por não ter ficado pronto a tempo, estava recoberto de uns panos de tapeçaria coloridos, sem representações de figuras ou alegorias.

Depois, o **Arco na Rua do A-ver-o-Peso** representando a história de S. Jorge que, segundo comentário de Guerreiro, “como a história é vulgar e sabida de todos, não tinha necessidade de letra alguma”, e diante dele apresentaram-se danças que aglomeraram a passagem pelo acúmulo de pessoas que queriam ver Filipe II.

Mais um **Arco junto à Padaria na direção da Sé**, uma representação de S. Vicente, ladeado por duas figuras sem inscrição alguma, mas que poderiam ser a

⁵³ Consideramos interessante reproduzir o texto que caracteriza o Brasil neste edifício, bem como os comentários que fez o cronista sobre o seu conjunto alegórico. Esta é a única vez que o Brasil aparece nas alegorias das duas Entradas Filipinas.

"No pedestal da mão esquerda,...), estava outro com uma estátua, que tinha a cor do rosto parda, como a dos Brasis, cuja província e reino significava.

Tinha na mão umas canas de açúcar, que é o fruto que o Brasil dá, as quais oferecia à Sua Majestade, em sinal de obediência.

Confina esta província com as Antilhas (ao norte), cujos limites faz o rio da Prata (ao sul), à qual, por ser muito larga e espaçosa e ter em si singulares fontes e rios de água doce, e fermosas baías do mar, capazes de grandes naus, com muitos outros frutos e recreações da terra, e, sobretudo, os mais temperados ares do mundo, - costumam os Reis de Portugal degredar, para aquelas partes, alguns condenados, não tanto por a pena de seus delitos, como para, com a indústria deles, aquela província, de sua natureza fértil e temperada, ser cultivada e povoada, para proveito e aumento do Reino; e o principal mantimento, que aos homens serve de pão, se faz das raízes de um pau que, moído, dá farinha de que o pão se faz, a que chamam MANDIOCA; cujo título e versos diziam:

BRASILIA.

Eu sou aquela própria província que produz canas, que têm em si um licor muito doce, e o pão de um brando pau; fui já desterro para os culpados, mas digna de homens merecedores de alguns bens. Agora os favoreço como mãe e os enriqueço. Não tendes em pouco os oferecimentos de um coração fiel, que nenhum outro sacrifício é mais aceito." Affonso GUERREIRO, pp. 82-83

Esperança e a Fortaleza; do alto dessa rua inclinada, afirma o cronista que o rei virou-se para olhar o conjunto que se fechava às suas costas, e que era uma bela visão.

Dois **Arcos no topo da Rua da Padaria** estavam construídos com alegorias referentes ao Tempo e à Ocasão. Um **Arco da Porta de Ferro**, enfeitado com conjuntos de frutas de cera coloridas encerrava a subida em direção à Sé. A **Porta da Sé** apresentava um conjunto de alegorias e representações relativas ao poder da Igreja em aliança com o Reino de Portugal no combate aos hereges e aos infiéis.

No meio deste painel jaziam, caídos e espantados, dous homens, cada um com um martelo na mão, que significavam os herejes, que com suas heresias pretendiam derrubar o edifício espiritual da Igreja Católica: e a causa de seu espanto é porque lhes nascia de uma serpente, que trazia abraçadas as armas de Portugal, por ser o timbre delas, em que lhes mostrava: que, se por uma parte eles procuravam arruinar o edifício da Fé Católica, por as partes orientais e ocidentais da Conquista de Portugal ela grandemente se aumenta com multiplicação de fiéis, por meio do santo zelo dos Reis de Portugal.⁵⁴

Na Sé, o rei era aguardado pelo alto clero português e recebeu a bênção do arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida. Ao término das bênções o cronista conta que vieram os moços do coro pedir ao rei suas esporas, segundo costume local.

Saindo da Sé dirigiu-se o cortejo para o **Arco dos Ourives da Prata na Rua Nova**, que tinha por função principal representar a genealogia dos reis de Portugal, começando por D.Afonso VI de Castela, que teria inaugurado a Dinastia de Borgonha concedendo a mão de sua filha a D.Henrique; neste estava também representado o Milagre de Ourique com D.Afonso Henriques, além da referência às situações em que os dois reinos estiveram na iminência de se unirem, como então se concretizava em latim. “Dividida estava Espanha pelas guerras, que nela houve, em que se derramou muito sangue. Aqui Portugal tem distinto poder, novos títulos e nobres armas, mas Deus houve por bem que vós somente ajuntásseis estes Reinos debaixo do vosso império”.⁵⁵

Em seguida surge uma **Portada na Travessa que sai do Poço da Fontêa** toda pintada de vermelho, com ramos de flores de liz. Mais adiante uma **Fachada sobre o Chafariz da Rua Nova**, com alegorias representavam idéias e conteúdos essencialmente morais, sem referências explícitas ao poder ou à religião, mas que ligavam-se às virtudes dessa ocasião, tais como a vitória da Temperança sobre o Desejo, ou o enfrentamento entre a Fama e o Mexerico. Adiante encontrava-se o **Arco**

⁵⁴ ibidem, p.99

da Porta da Moeda, pequeno mas que oferecia ao rei imagens do regozijo dos habitantes daquela rua com a sua chegada, segundo Guerreiro.

Os Ourives de Ouro ofereceram à festa uma **Estátua da Justiça** no lugar de um arco, que fingia uma escultura de mármore representando uma mulher de aproximadamente vinte palmos, segurando numa das mãos uma coroa dourada, e entre os dedos da mesma mão uma balança da justiça.

Nas **Fangas-da-Farinha** havia uma encenação bastante original dentro desse conjunto; uns nichos colocados na direção ao Paço Municipal recebiam uma estátua de um velho representando o Gênero Humano, e uma mulher que era a Misericórdia, e embaixo delas um grupo de homens trabalhando, fingindo que a obra estava inacabada. Dessa originalidade comenta o “cronista no labor da pedra que lavravam, estavam cantando com tanto concerto e melodia que deleitaram muito à Sua Majestade, e a todos os que passavam, assim por a suavidade da música, como por a invenção do fingido”.⁵⁶

Mais um **Arco na Travessa que vem de São Francisco**, onde estavam representadas as imagens de S. Justa, S. Rufina, a Santíssima Trindade e Adão.

Outro **Arco na Rua da Tanoaria**, que não tinha texto nem divisa, levando apenas uma carranca de Leão dourada, um globo e uma coroa sob duas pirâmides.

E por fim o **Arco do Armazém**, contendo um painel com a nau que representa a cidade de Lisboa, sob as figuras de S.Sebastião, S.António e S.Vicente, e que se oferecia ao rei através de metáforas ligadas à prática da navegação:

A minha Nau com tormentas tem padecido grandes naufrágios; mas, guardada pelos meus Santos, eu fui livre das ondas, e convosco convalesceram minhas forças; e finalmente, esta nau, arrebatada dos ventos, se vos dá, para que sejais âncora, piloto e popa...⁵⁷

Esse conjunto complexo, apresentado aqui de forma sintética, está irregularmente descrito por Guerreiro, sendo que Izidro Velásquez nem chega a descrevê-los todos. Não é possível saber com certeza se as construções mais elaboradas ocupavam realmente a primeira parte do trajeto, ou se foi por outras razões que o autor deixou as últimas quase sem explicação. De fato, foi dada maior ênfase ao trecho que ia do desembarque no Cais até a Porta da Ribeira, onde o rei recebeu as

⁵⁵ ibidem, p.107

⁵⁶ ibidem, p.116

⁵⁷ ibidem, p.118

chaves da cidade, enfraquecendo consideravelmente a partir daí, até passar por pontos em que sequer se pode saber como eram as alegorias. Diante dessa irregularidade narrativa é importante lembrar que nenhum desses dois autores estava oficialmente instituído do papel de cronista oficial da jornada, daí poderem tratá-la com certa displicência.⁵⁸

É extremamente significativo destacar a representação que os portugueses tinham dessa monarquia dual que se iniciava, pela qual o corpo de Filipe II era o resultado da soma dos corpos de seus bisavós, e nesses corpos estavam como que encarnadas as duas partes do mundo de acordo com o escrito do Arco dos Mercadores Alemães. Assim a União era o resultado de algo que já existia na ascendência desses monarcas, e isso pode ser melhor representado em alegorias do que em explicações e em descrições. De maneira predominante nessas alegorias, o corpo do rei Prudente é o corpo do Império que ele juntou na cidade-corte de Lisboa, numa correspondência harmoniosa e equilibrada entre o Império, a Cidade e o Rei.

Mais tarde, com a morte de Filipe II em setembro de 1598, esse corpo físico/político parece ter sido cortado ao meio e repartido; para um lado ficou a *imagem* do rei que se intensificou nas telas dos pintores da corte, nas festas e cerimônias públicas, desaparecendo praticamente o corpo físico; para outro a *inteligência* do rei encabeçada pelo valido, que passa a controlar a vida administrativa e burocrática da União das Coroas. Esta polarização em imagem de um corpo refém da corte teatralizada e corpo administrativo-burocrático é um indício de que a monarquia espanhola estava se tornando mais abstrata. O próprio império espanhol também contribuía para essa parcelização do corpo do rei, que precisava converter-se ainda em outro corpo, na medida em que tinha de fazer representar no mundo colonial em vice-reinados. Entra em marcha, assim, um processo fundamental para a manutenção do poder e da autoridade régias à distância, que são mais eficazes quanto mais regradas e controladas pela etiqueta e pela burocracia. Gostaríamos de aprofundar essa reflexão, contudo não foi possível pensar ainda sobre a imagem e representação do rei no alémmar íbero-americano, onde as figuras do poder podiam adquirir, à distância, outras formas mais suaves, mais idealizadas e mesmo incorporar certas características do próprio estado teatro local.⁵⁹

⁵⁸ Levantamos hipóteses para o envolvimento que cada um teve na escrita da Jornada, e disso trataremos no capítulo sobre a Memória dos Impressos.

⁵⁹ Para essa questão ver o estudo de Rodrigo N. Bentes MONTEIRO, *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e Colonização da América: 1640-1720*, Tese de Doutorado, FFLCH - USP, fotocópia, 1998

Para Fernando Bouza, o importante é tomar a iconografia construída para a festa e publicações como fonte, e dela tentar extrair os dados que permitam perceber os significados deste poder dentro do conjunto de códigos da época, “porque não há dúvida de que o poder se expressa de forma não coercitiva e que entre estes expedientes não violentos se encontram as imagens”.⁶⁰ Como já afirmamos diversas vezes, é possível supor que as expectativas portuguesas na monarquia filipina tivessem um caráter que esbarra no messiânico, tal qual o Sebastianismo, com a diferença de que foi um reinado de fato. Essas esperanças, “mais ou menos visionárias, mais ou menos políticas, depositadas na monarquia de Filipe II com o desaparecimento dos últimos Avis e a consciência de uma mudança no tempo histórico português estão presentes na ocasião da Entrada de 1581 num dos corpos da grande máquina que era o arco dos alemães, com sinais que falavam da perda de D.Sebastião e do Cardeal Rei, mas onde aparece a imagem do único pastor chamado a guardar um só rebanho”.⁶¹ Ora, desde que formulamos nossas primeiras hipóteses sobre a imagem de Filipe II em Portugal, suspeitávamos que estas situações de transferência simbólica fossem possíveis, e as alegorias demonstram bem que isso se sustenta.

Em 1619 a presença de Filipe III foi recebida e exaltada com mais ênfase ainda, como já dissemos. Na cidade de Elvas construiu-se um Arco Triunfal na Porta Principal; em Extremoz foi recebido à noite por trinta homens com tochas na entrada da cidade; em Évora foi adornada a Porta da Alagoa por onde o rei entrou, além um Arco de Triunfo na entrada da Rua da Selaria e do conhecido Auto-de Fé, espetáculo único dessa natureza nessas duas Jornadas; em Montemor-o-Novo havia um arco junto à Ermida de Nossa Senhora da Luz; e finalmente, enquanto esteve em Almada à espera de entrar em Lisboa, sua presença foi saudada com queimas freqüentes de fogos de artifício do outro lado do rio.

O auto-de-fé de Évora, por ter sido o único dessa natureza que marcou a passagem dos Filipes por Portugal, merece um pouco mais de atenção. Está referido por praticamente todos os cronistas, exceto aqueles que só tratam do triunfo em Lisboa, mas foi o relato de um dos acompanhantes da comitiva do rei que retiramos sua descrição, por apresentar a visão de um espanhol que tomava a cerimônia como uma exaltação ao seu monarca triunfante;

⁶⁰ Fernando BOUZA, *Retórica da Imagem Real*, op. cit, p.23

⁶¹ ibidem, pp.41-42

Finalmente, ordenadas y dispuestas todas las cosas necesarias para este tan heróico acto, el domingo 18 de Mayo, dia en que celebraba la Iglesia católica la Pascua del Espíritu Santo, levantado un solemne teatro en la plaza, presentes S.M. y AA., y sacados á ella innumerable gente desta mísera y abominable secta, tanto que pasó de 124 penitenciados, se celebró al auto y se castigaron los delitos y se dieron al fuego miseramente 4 hombres y 8 mujeres, ejemplo al mundo, autoridad á la Justiça, lustre á la fé, honra á la Iglesia, y se hizo servicio á Dios, que es lo principal para que hizo Dios los Reyes. Ansí suceda en lo que está por venir, para que todas estas cosas permanezcan y sea ensalzado como merece sobre nosotros.⁶²

Como se sabe, esse tipo de cerimônia-ritual caracterizou a relação entre as Monarquias Ibéricas e a Igreja Católica, não ocorrendo em outros reinos europeus com a frequência e o significado que se deu ali. A passagem de Filipe III ficou definitivamente marcada pelo “espetáculo” de Évora, e consideramos um elemento extremamente original no conjunto das formas de se praticar a Entrada Régia na Época Moderna. A importância de Évora dentre as cidades portuguesas também já foi destacada, e no caso da Jornada de 1619 ela se equiparou com este auto-de-fé à importância dada a Tomar, que recebeu a reunião das Cortes devido ao surto de Peste em Lisboa em 1581.

Para Francisco Bethencourt, as Entradas Régias envolvem os inquisidores locais, sendo os comportamentos bastante diferenciados. Os jogos de etiqueta desenrolavam-se entre o tribunal da Inquisição e a *Real Chancilleria*, manifestando-se a preeminência deste último organismo. Frequentemente, a competição envolvia o governo da cidade ou outras instituições como a universidade. Para a Entrada em Évora o rei alojou-se na véspera da Entrada junto da cidade, e os inquisidores acorreram ao local para o beijamão. Esta cerimônia permitiu distinguir a homenagem inquisitorial da recepção organizada pela cidade, ao mesmo tempo que o tribunal conseguiu preceder a universidade, pois foi recebido de manhã, enquanto a universidade foi recebida à tarde.⁶³

Em Lisboa, Filipe III teve em sua homenagem mais de vinte arcos, e uma árvore que representava cada um dos reis de Portugal, desde D. Henrique de Borgonha até seu pai, além de inúmeros outros momentos significativos como a Comédia escrita e

⁶² Matias de NÓVOA, *Historia de Filipe III, Rey de España - libro VII - año de 1619*, in *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España* (CODON) por el Marqués de la Fuensanta del Valle y D. José Sancho Rayon, Tomos LX-LXI. Madrid, Imprenta de Miguel Ginesta, 1875, p.206

⁶³ "Em Valladolid, em 1598, a ordem de precedência na cerimônia de recepção do rei, fora da cidade, seguia ainda as tradições estabelecidas durante as décadas anteriores: o presidente da *Real Chancilleria* à frente, seguido pelo *oidor* mais antigo, o inquisidor mais antigo, dois *oidores* presidentes de sala, o segundo inquisidor, dois outros *oidores*, o terceiro inquisidor, os outros *oidores* e *alcades*. " Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitoras, 1994, p.97

encenada pelos Jesuítas, e espetáculos realizados durante o dia e a noite. A nova cenografia, de caráter eminentemente barroco no que se refere à teatralidade, movimento e expressão, empregou recursos bastante mais sofisticados do que os que se conhecem da Entrada de 1581, tais como o uso de seres articulados e de máquinas e engenharias, que por vezes moviam personagens entre os diferentes patamares dos arcos, e outras vezes movimentavam nuvens que se abriam para surgirem diante do rei os seres celestiais.

Desembarque de Filipe II no Cais da Ribeira / João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622.

Um dos momentos mais descritos pelos cronistas desse conjunto de espetáculos foi o cortejo fluvial e a batalha aquática que acompanharam, na manhã de 29 de junho, Filipe III no seu trajeto de Belém a Lisboa pelo Tejo. Baleias, tritões, sereias, delfins e outros seres, mitológicos ou não, esperavam pela galera real, sendo a maior parte deles articulada; soltavam jorros de água por diversos orifícios numa explícita incorporação de recursos teatrais. Além desses monstros e fantasias havia também uma espécie de Carro Triunfal, com Netuno conduzido por cavalos marinhos também articulados, e que percorreu ao lado da galera real todo o percurso rio acima.

Passemos agora a uma descrição da cenografia montada para a Entrada de 1619. Todos os edifícios formaram um conjunto de trinta e seis momentos mais significativos, o que corresponde a quase dobrar os números da Entrada de 1581. Nela estavam representadas praticamente todas as agremiações de ofícios da

Arco dos Homens de Negócio da Praça de Lisboa / João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622

Árvore dos Reis de Portugal dos Prateiros / João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622.

A cerca de trezentos passos do desembarque estava o primeiro **Arco dos Mercadores de Lisboa** (4), também chamado Arco dos Homens de Negócio, composto em quatro fachadas, numa espécie de referência ao dos mercadores alemães que ocupavam o mesmo local em 1581, e que tinha também quatro faces. Entretanto, nesta nova construção a representação era alegórica à união dos impérios português e espanhol, onde estão representados os quatro cantos do mundo dominados pelas Coroas Unidas, com explícitas referências a grandes momentos da história de Portugal.

Em seguida ao arco surgia uma rua que atravessava o terreno da Ribeira e levava na direção da Porta do Pelourinho Velho, ladeada de **Quinze Pedestais** (5), que representavam ilustres personagens da história portuguesa e virtudes a eles relacionadas. Como bem se pode observar na gravura do **Desembarque de Felipe II no cais da Ribeira**.

Na Porta da Alfandega estava um **Tabernáculo da Guerra** (2), constituído pela Guerra, que os gigantes movião a Jupiter. Viãose os gigantes em figura de monstroza grandeza rendidos, e humilhados, e em lugar de Jupiter estava S.Mag^{de}, sentado em seu trono, com huma Aguia aos pés picando o Globo da Terra, e com a mão tirando rayos contra os gigantes, aludindose com esta historia a expulsão dos Mouriscos.⁶⁶

Na Porta do Pelourinho Velho foi erigido o **Arco dos Ingleses** (7), com duas fachadas. Nele estão representadas em alegorias as principais imagens das relações entre os reinos de Inglaterra e Portugal, e especialmente uma alusão à figura de S.Jorge, padroeiro da Inglaterra. Na entrada de 1581 a nação inglesa não estava presente em arquitetura efêmera, mas somente a figura de S.Jorge, que entretanto aparecia em um local próximo ao que se localiza em 1619 este Arco dos Ingleses. Certamente a ausência estava relacionada às rivalidades entre Filipe II e os ingleses, além de ter sido Elisabeth I quem apoiou o desembarque das tropas de D.António. Na época de Filipe III esses problemas tinham sido amainados, daí a importância da presença inglesa na Entrada de 1619. No cume desse edifício estava representada Lisboa em seu barco de S.Vicente, oferecendo as chaves ao rei.

Na boca da Rua do Ver-o-Peso estava o **Arco dos Barbeiros**, da Bandeira de São Jorge (8), seguido de uma outra **Rua de Pedestais** (9) em direção à entrada da Rua Nova. Depois vinha a famosa **Árvore dos Reis dos Ourives da Prata** (10), obra sempre elogiada e destacada em todas as memórias do evento, projetada e construída por um tal Augustin Belo, segundo o poeta Jacinto Cordeiro, “cujas folhas erão todas de prata, e os troncos prateados, e tinha ao pé o conde D.Henrique, e pelo tronco, e ramos os Reys de Portugal de vulto, até ElRey Felipe 1º, vestidos todos à antiga, e com lustrozas armas; os Pilares deste Arco erão cheios de Trofeos de victorias, todos relevados, e dourados”.⁶⁷

⁶⁶ M. Severim de FARIA, doc. cit, fols. 139 r

⁶⁷ ibidem, op. cit., fols.140r

Arco dos Italianos / João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622.

Arco dos Pintores / João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622.

Em direção à Rua da Misericórdia estava, à esquerda, o **Arco dos Serralheiros** (11) e mais adiante o primeiro **Arco dos Tanoeiros** (12). Na entrada da Rua da Padaria, em direção à Sé ficava o **Arco dos Oleiros** (13), onde a figura da Fama tocava uma trombeta, ao lado das Santas Justa e Rufina. Na subida da mesma rua foi construído o **Arco dos Surradores** (14), que representaram D.Afonso Henriques em cena da conquista de Lisboa, no dia de São Crispim e São Crispiniano. Na Porta de Ferro o cortejo encontrou o **Arco dos Cerieiros** (15) e finalmente, a porta principal da Sé, reservada à terceira representação estrangeira, o **Arco dos Italianos** (16).

Saindo da Sé em direção ao Paço havia mais uma sequência de outros edifícios, o **Arco dos Estalajadeiros**, o **Arco dos Tecelões**, o **Arco dos Esparteiros** (17), o **Arco dos Músicos** que levava ao **Arco dos Flamengos** (24). Este tinha uma complexidade muito peculiar, porque representava o conjunto de todas as Províncias da Flandres e Holanda, de um lado as rebeldes e de outro as fiéis ao Imperador, separadas pela figura da Discórdia.

Adiante estavam colocados os seguintes, **Arco dos Pasteleiros** (18), **Arco dos Alugadores de Cavalgaduras**, **Arco dos Taverneiros**, **Arco dos Pintores e Escultores** (23), **Arco dos Moedeiros** (27), e o **Arco dos Ourives de Ouro** (25) na entrada da rua deste nome, onde foram representados Filipe II ao lado de Vasco da Gama e Cristóvão Colombo,

(...) oferecendo a S.Mag^{de} as riquezas dellas com hum prato de perolas e humas barras de ouro. Sobre a cornija estava numa p^{te} hum esfer a e da outra as colunas de Hercules com hum Plusultra, e no remate hum gr^{de} globo da Terra sustentado nos hombros de Portugal e Castella q estavam de vulto, e sobre o globo a religião com suas insignias.⁶⁸

Arco dos Ourives e Lapidários / João Baptist Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade De Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622. Arco dos Alfaiates / João Baptista Lavanha, *Viager da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.* Madrid, por Thomas Junti, 1622.

Antes de chegar ao coração da cidade o rei e o cortejo ainda tiveram de passar pelos **Arco dos Agulheiros**, **Arco dos Pedreiros** (27), **Arco dos Carpinteiros**, **Arco dos Alfaiates** (28) - que M. Severim de Faria considera o mais luzidio de todos. Depois uma **Figura da Abundância** ao lado de um **Carro dos Tanoeiros** (30), um outro **Arco dos Tanoeiros** (29) na Rua da Tanoaria, o **Arco dos Tendeiros** (31) até

⁶⁸ ibidem, fols.143r

chegar a outro ponto culminante do percurso composto pelo **Arco do Santo Ofício** (32), que dividia a Rua da Capela e o Terreiro do Paço.

Reproduziremos a interpretação feita por Francisco Bethencourt deste monumento importante, que destacava o papel do Santo Ofício de Lisboa diante do Rei, a partir da ilustração da obra de Lavanha.

Na parte superior do arco estão colocadas armas da Inquisição - a cruz, o ramo de oliveira e a espada - com a frase *In hoc signo vinces* no escudo oval onde é reproduzida, no lugar do elmo, a cruz dos dominicanos. As armas são acompanhadas, dos dois lados, pela representação de uma pomba que compõe uma divisa representada pela máxima *Columbae et simplices sicut*. Os seis painéis estão ordenados segundo uma lógica vertical, cujo sentido é sublinhado pela representação, em baixo, sobre os três arcos, do ramo de oliveira, da inscrição *Venisti tandem tuaquae expectata per annos* e da espada. As duas imagens do lado esquerdo representam, com efeito, o perdão e a inspiração do Espírito Santo: a superior mostra três penitentes descalços que entram de novo, reconciliados, na Igreja de Cristo, conduzidos pelo Inquisidor que ensina a doutrina; a inferior evoca a Igreja militante, uma mulher transportando a Eucaristia e a cruz, tendo diante de si o Espírito Santo e atrás a fachada de uma igreja. Esta ordem é sublinhada pela inscrição *lumen de lumine*. Os dois painéis centrais estão organizados de acordo com o tema da soberania: o painel superior representa o Papa com os seus atributos, a tiara e a tripla cruz, tendo aos seus pés o escudo da Inquisição; o painel inferior representa a coroação do rei pelas figuras alegóricas da Fé, da Religião e da Justiça, cujo sentido é sublinhado pela legenda *Vera corona*. Os painéis do fogo, simbolicamente reservado aos hereges relapsos; o inferior põe em cena a Inquisição triunfante sobre a hidra de sete cabeças, sentido reforçado pela inscrição *Ipsa conteret caput tuum*. Esta imagem é muito interessante, pois a Inquisição está disfarçada de São Jorge, que mata o dragão da heresia empunhando na mão direita a espada e na mão esquerda o escudo com as armas do tribunal, enquanto a armadura tem gravada a cruz dos dominicanos. Mas o emblema não está completo sem a figura de um santo mártir (vestido de dominicano e com a palma, mas sem os outros atributos de São Pedro de Verona), que aponta para a hidra subjugada pela Inquisição. Esta imagem final, colocada em baixo, à direita do observador, resume, de certa maneira, o sentido de auto-glorificação do tribunal no seu papel de reparador das ofensas perpetradas contra Deus, a Igreja e a Coroa.⁶⁹

Esta etapa do cortejo marcava a passagem para o auge do trajeto, onde se abria uma **Galeria de Pilares** que levava finalmente ao **Arco dos Alemães** (33) representando a Casa de Áustria, “cada fachada se levantava por oito columnas, em cima da Cornija havia hum quadro grande em q estavam pintadas Espanha e Alemanha dandose as mãos em sinal de paz sobre uma concha, com a lua sobre a cabeça”.⁷⁰

⁶⁹ Francisco BETHENCOURT, op. cit., p.86

⁷⁰ M Severim de FARIA, doc. cit., fols.144v

Arco dos Familiares do Santo Ofício / João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622.

Arco dos Alemães / João Baptista Lavanha *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622.

Para Filipe III, na Jornada de 1619 já não era necessário provar a legalidade do seu reinado, mas apenas reforçar os compromissos assumidos nas Cortes reunidas por seu pai em Tomar, e atender ao desejo dos portugueses de ver o rei. Neste evento a retórica da imagem representa Filipe II com objetividade e segurança, portando as *duas coroas reais em perfeito equilíbrio*, como prova da igualdade e da equiparação dos dois reinos em termos de dignidade política.⁷¹ Sua inspiração na visita do pai está expressa em inúmeros momentos apontados pelos cronistas, tais como este em que o Pe. Sardina Mimoso alude ao quadro que Filipe II mandou pintar das danças das padeiras de Lisboa, e cuja cena teve de ser repetida na presença de Filipe III em 1619, episódio que parece ter um valor essencial para pensar a relação entre as duas Entradas.

No fue menester obligar con fuerza a las panaderas, y vendederas de Lisboa, gente sin numero, y de que consta el buen servicio de toda la Ciudad; porque ellas entre si vnidas, vestidas de gala a su usanza, tocando sus aduses, cestros, y sonajas, haziendo dos largas hileras esperaron a su Magestad Y Altezas, dandoles regozijada musica, y echandole muchas bendiciones, procurando ganarles voluntades con sus ademanes, y folias en que son destrissimas, y notablemente agraciadas, como lo testigua el gusto con que el Rey

⁷¹ F. BOUZA, *Retórica da Imagem Real*, op. cit., p.45

Philipe I de Portugal las oyò, y vio, pues mãdò que se le hiziessen vnos quadros en que se pintasse el modo de sus danças y bayles, ~q al sonido de sus instrumentos hazen.⁷²

Fernando Bouza já fizera referência à cena em um dos artigos citados, afirmando que naquela ocasião uma das padeiras dançarinas teria se dirigido a Sua Majestade dizendo recebê-lo e jurar-lhe fidelidade enquanto não voltasse D.Sebastião, mas que quando ele viesse deveria o rei retornar a Madri. Impressionado com o bailado das padeiras, Filipe II teria mandado pintar o quadro mencionado por Mimoso e que hoje está desaparecido. As danças foram repetidas para o triunfo do filho sem que fosse necessário obrigá-las, segundo o cronista.⁷³ Nessas alturas, para onde teriam ido as esperanças das padeiras no retorno de D.Sebastião?

A grandiloquência desse espetáculo em relação ao discreto desembarque de Filipe II em 1581, e principalmente o cruzamento das tensões entre o universalismo da monarquia filipina e os particularismos reforçados por Lisboa e os portugueses, nos levam a concluir que em 1619 o espírito da *Joyeuse Entrée*, na forma como era praticada na Idade Média, jamais poderia ser restaurado inteiramente, como sugeriu George Kubler no artigo já citado. O autor acredita que a Entrada de Filipe III em 1619 em Lisboa, por se tratar de uma confirmação do acordo de Tomar assinado por seu pai em 1581, poderia ter sido tratada e preparada como uma típica *Joyeuse Entrée* flamenga.⁷⁴ Consideramos que é possível perceber, efetivamente, a presença daquele modelo em vários momentos, em especial no que se refere à montagem dos arcos de triunfo pelas corporações estrangeiras que traziam de outras vilas e cidades, mas é importante observar que a própria municipalidade estava fragmentada, com dificuldades em organizar uma festa que expressasse os anseios de sua população e representantes dela.⁷⁵ É interessante observar, apesar disso, que há temas que se repetem na sequência, e que podem significar uma expectativa sobreposta às dificuldades.

Outro fator que anula a possibilidade de se interpretar a Entrada de 1619 como uma *Joyeuse Entrée* flamenga seria que, embora Lisboa quisesse se colocar em posição privilegiada em relação ao rei visitante, teve de se submeter a uma série de decisões

⁷² J.S. MIMOSO, doc. cit., fols. 130v

⁷³ F. BOUZA, op. cit., p.20

⁷⁴ George KUBLER, op. cit.

⁷⁵ O próprio Kubler chega a afirmar em seu texto que "Há uma notável diferença entre os monumentos construídos pelas colônias dos estrangeiros que viviam em Lisboa, como os flamengos, os ingleses, os italianos e os alemães, e outros monumentos com os quais contrastavam e que eram erguidos pelas corporações, comerciantes e instituições de Lisboa. As colônias estrangeiras eram de longe mais

nascidas do problema da demora e dos constantes adiamentos da viagem, no controle da reforma dos Paços incluídos nas jornadas, na exigência do pagamento das sizas pelas vilas e cidades, uma série de posturas que, como se viu no terceiro capítulo, tiveram de ser seguidas para preparar a recepção do rei e que deixaram de mãos atadas os promotores do evento.

Diante de todos esses elementos é possível concluir que a Entrada de 1619 foi marcada muito mais pelo caráter espetacular do que pelo diálogo. Daí sua forte presença na memória construída do evento. A partida de Filipe III deixa os portugueses novamente decepcionados, como é a tônica dos discursos impressos que começaram a surgir a partir dela. Essa é uma outra festa, aquela que passa pela memória, pela busca dos privilégios e mercês conseguidos através das publicações, envolvendo o universo dos impressores régios, dos livreiros, dos censores do Santo Ofício e da Casa Real. Tão significativos quanto os emblemas e as alegorias que as corporações e a municipalidade usaram para a construção da imagem da cidade e do rei visitante, são os conjuntos de textos originados dos dois eventos. Estes transformaram a monumentalidade das estátuas e dos conjuntos alegóricos em prosa e poesia exaltadora, fixando a visão das imagens em textos de função também monumental, tal como é característico da cultura barroca. Para estes monumentos de palavras voltaremos nossa atenção agora.

5. A FESTA EM PAPEL E TINTA: MEMÓRIA DAS ENTRADAS RÉGIAS

“Que los príncipes son humanos, nadie lo puede dudar,
Pero la poesía debe hacer su divinidad brillar”.
Lope de Vega, século XVII

5.1. Imprensa e cerimônias régias

As festas filipinas em Lisboa não se esgotaram no diálogo possível, e tampouco no espetáculo dos desfiles, fogos, torneios, danças, arquitetura efêmera e práticas de etiqueta. Do acontecimento público elas passaram à memória oral e daí se transformaram em memória impressa, inscrevendo-se assim de forma mais duradoura na cultura política e de corte que se reproduziu em muitos eventos semelhantes ocorridos em Portugal no século XVII.¹ Esta memória impressa da festa pode sido um dos legados mais consistentes deixados pelas Entradas Filipinas na cultura portuguesa, ao lado da memória em pedra, marca urbanística e arquitetônica que permanece até hoje em Lisboa, e que nem mesmo a tragédia de 1755 conseguiu eliminar.²

Depois da partida de Filipe III, o sentimento de ausência do rei e da corte somou-se à crescente decepção da nobreza com os procedimentos político-administrativos emanados de Madri, desencadeando a ruptura dos laços que selaram a União das Coroas. Dois anos depois, a morte do rei e a queda do Duque de Lerma

¹ Dos eventos públicos dos reis da dinastia de Bragança foram os casamentos régios que apresentaram maior parentesco com as Festas Filipinas; o casamento da infanta Catarina com Carlos II de Inglaterra em 1662, o de D.Afonso VI com D.Maria Francisca de Sabóia em 1666 e finalmente o casamento-entrada solene de D.Pedro II em 1687. Para o assunto ver: Angela Barreto XAVIER, & Pedro CARDIM, (dir.), *op. cit.*. Discordamos aqui, mais uma vez, da posição de Ana Maria ALVES, *As Entradas Régias Portuguesas*, *op. cit.*, que numa argumentação muito simplista afirma terem declinado as festas da monarquia portuguesa durante o século XVII. As vinculações entre os eventos da Dinastia de Bragança e a memória das festas Filipinas, bem como sua utilização enquanto espetáculo da monarquia estão bastante fundamentadas no estudo de Cardim e Xavier.

² A intervenções arquitetônicas do período filipino em Lisboa foram muito marcantes. As obras são registros da passagem do Gótico Manuelino, predominante no Quinhentos, para o Maneirismo, influenciando significativamente a arquitetura do Seiscentos. Dentre as obras mais importantes que sobreviveram ao terremoto estão o Mosteiro de São Vicente de Fora e o atual Palácio São Bento, sem contar o Torreão da Ribeira que desabou em 1755. Sobre essa questão ver, Miguel SOROMENHO, *Classicismo, italianismo e “estilo chão”*. *O ciclo filipino*, in. Paulo PEREIRA, *História da Arte Portuguesa*, *op. cit.*, vol 2, pp. 377-403; *Do Escorial a São Vicente de Fora: algumas notas sobre Filipe II e a arquitetura portuguesa*, *Monumentos – Revista do Património Artístico e Arquitetónico Português*, março 1995, pp.24-26; e também Miguel SOROMENHO, e Nuno SALDANHA, *O Mosteiro e Igreja de São Vicente de Fora*, in. Irisalva MOITA (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.207-218

acirram o descontentamento já notado em 1619.³ A força da memória dos eventos de 1581 e 1619 se revela também quando verificamos o esforço que se fez em substituir a lembrança das festas pela imagem de uma nova dinastia, tida como mais legítima pelos portugueses. A dinastia estreante, entretanto, não consegue prescindir dos modelos inovadores e internacionais, trazidos ao reino lusitano pelas visitas de 1581 e 1619, e continua a reproduzi-los, substituindo símbolos e divisas da União pelos novos emblemas dos senhores de Vila Viçosa.⁴

Uma das questões que quisemos propor com este estudo refere-se às inovações do espetáculo e da memória das Entradas Filipinas, elaborada em pleno processo de gestação da cultura barroca do século XVII. Dentre as inovações percebidas, talvez a mais evidente, e que já foi várias vezes apontada neste estudo, está relacionada ao privilégio concedido à visão como sentido maior para percepção de todas as coisas do mundo.⁵ Na hora da festa, os atos de "ver" e "ser visto" diferenciavam os assistentes dos participantes do cortejo e, em posição contrária, ser visto pelo rei era o desejo que igualava a todos. Finda a festa era preciso prolongar o efeito glorioso da visão, ou exacerbá-lo, talvez porque se tivesse visto pouco, e para proceder a essa multiplicação das imagens e transformá-las em memória é que entra em ação um outro grupo de envolvidos com o evento, os autores dos relatos impressos das Jornadas Filipinas a Portugal, muitos deles conhecedores da literatura dos emblemas e divisas.⁶

O incremento das práticas icônico-visuais, elementares para o nascimento de um imaginário do Barroco, pode ser verificado a partir da difusão da imprensa e da gravura, e cabe-nos agora enfocar os usos e significados que se fizeram desses novos recursos na construção, divulgação e perpetuação da memória do rei e da monarquia.⁷

³ António OLIVEIRA, *Poder e oposição política em Portugal*, op. cit.

⁴ Em sua tese Rodrigo B. MONTEIRO afirma que estes casamentos da Dinastia de Bragança procuravam principalmente afastar os laços com a monarquia espanhola, buscando em França e Inglaterra o apoio necessário para o fortalecimento de sua independência. Rodrigo N. B. MONTEIRO, op. cit., Cap. Corte Brigantina.

⁵ Diogo R. CURTO, explorando discursos políticos da época escreveu: "A presença visual do rei, que o discurso reclama, não poderá ser dissociada das práticas rituais em que o poder se afirma pelo gesto e pela imagem, nem das ações de propaganda da figura real inscritas na gravura. De forma geral, esta percepção visual do corpo do rei participa de hábitos mentais em que o recurso à imagem impregna o quotidiano. *O Discurso Político em Portugal*, op. cit., p.12

⁶ A propósito da literatura dos emblemas e divisas a bibliografia é vasta; consultamos especialmente Roger PAULTRE, *Les images du livre: emblèmes et devises*, prefácio de Louis Marin, Paris, Hermann, 1991; Fernando R. de la FLOR, *Emblemas: Lecturas de la Imagen Simbólica*, Madrid, Alianza Editorial, 1995 e Alain BOUREAU, *Os livros de emblemas na cena pública. De um e de outro lado do palco*, in: Roger CHARTIER (coord.), *As Utilizações do Objecto Impresso*, trad., Lisboa, DIFEL, 1998

⁷ "As feições características do monarca e dos membros de seu séquito tornaram-se mais nítidas para os súditos espalhados pelo território de um determinado reino. A circulação de impressos e gravuras permitiu à dinastia reinante impor, de um novo modo, uma presença pessoal na consciência das massas." Elizabeth EISENSTEIN, *A Revolução e a Cultura Impressa: Os primórdios da Europa Moderna*, trad., Ática,

Os objetos impressos foram, muitas vezes, tomados simplesmente como complemento ou acessórios às cerimônias da monarquia, o que limitou bastante a sua importância e significado, já que sem eles menos pessoas poderiam saber da festa fora da cidade ou do reino. Seus conteúdos podem ser reveladores de muitos códigos retóricos que marcaram a cultura barroca, especialmente no caso dessas duas jornadas, quando tais objetos começam a cumprir o novo papel de exaltação da grandeza do príncipe, prática pouco usual na monarquia portuguesa. A inovação só pode ser efetivamente notada quando se compara a produção impressa referente à Jornada de Filipe II em 1581, com a produção relativa à Jornada de Filipe III em 1619. Contudo, antes de passar à comparação dos dois conjuntos de edições relativas às Entradas Filipinas, é necessário definir os parâmetros dentro dos quais se pretende discutir o significado do desenvolvimento e da divulgação dos impressos no contexto da cultura erudita da Alta Idade Moderna.

Numa época em que os efeitos favoráveis da imprensa já tinham sido notados, a circulação rápida de panfletos, livros ou gravuras que representassem, descrevessem e exaltassem as festas dedicadas ao rei era essencial. A agilidade alcançada nas publicações, mesmo que elas não atingissem diretamente a maior parte da população, demonstra que era necessário e importante levar para um número elevado de indivíduos, presentes ou não no evento, uma descrição formal e adequada aos cânones estabelecidos para esse tipo de acontecimento. Muitas vezes os impressos podiam atravessar o oceano e chegar à América, incitando a imaginação dos súditos saudosos e dos que ignoravam a figura de um rei e a vida da corte.⁸ A eficácia dessas objetos

São Paulo, 1998, p.113.

“Em termos gerais, podemos dizer que durante a Época Moderna o icônico-visual foi uma forma de comunicação à qual se concedia plena capacidade de significado e à qual, por essa razão, era possível recorrer para perceber, expressar, conhecer e recordar. Contudo, devido à disponibilidade e à generalização de novas técnicas mecânicas de reprodução gráfica, o mundo das imagens assistiu então a uma profunda divisão no seu seio. Como consequência desta divisão, passou a ser possível começar a distinguir entre uma tradicional visão directa e uma nova visão, a qual se caracterizava por ser diferida, e que já não era singular mas sim difundida. E, ainda mais importante, parece que houve plena consciência de que a uma e outra era possível atribuir o cumprimento de funções distintas, aproveitando as séries de específicas virtualidades inerentes a cada uma delas.” Fernando BOUZA, *Memória visual dos afectos na política barroca*, in. Angela Barreto XAVIER, & Pedro CARDIM, (dir.), op. cit., p. 17

⁸ “(...) estas publicaciones, comparables a nuestra prensa diaria, circulaban de mano en mano, se reimprimían después en las provincias y más tarde pasaban a América” CABRERA Y CÓRDOBA, *Relaciones de lo sucedido en la corte ...*, cf. ZAPATA, Tereza, op. cit., p.08. Não temos notícias de que os impressos das Jornadas Filipinas a Portugal tenham chegado à América, mas essa investigação não foi feita. Os exemplares que localizamos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro fazem parte da Coleção Barbosa Machado, que chegou por aqui com a transferência da Biblioteca Real em 1808. Entretanto, um outro exemplo levantado por Elizabeth Eisenstein pode ser bastante elucidativo a esse respeito. Segundo a autora, “Um certo livro de moldes de vestidos, publicado em Sevilha na década de 1520, fez com que a moda 'espanhola' se tornasse conhecida em toda a extensão do vasto império dos Habsburgos. Desse modo, dava-se orientação nova a alfaiates e costureiras, ao mesmo tempo que a

associados às Entradas Régias revelou, efetivamente, que a imprensa se tornara um componente a mais na construção da majestade imperial e dos compromissos acordados entre o rei e a municipalidade, ampliando de maneira considerável a abrangência do evento e a possível eficácia do programa simbólico que o preparava.

Quanto à definição de *objeto impresso* propriamente dito, entende-se como sendo qualquer tipo de produto resultante da multiplicação padronizada de um texto ou gravura, destinado a um público leitor, espectador ou auditor, que teria acesso a ele independentemente do conhecimento da leitura. Como se sabe, na China foram inventados o primeiro papel e a primeira técnica de impressão dos livros, por volta do século II d.C., que consistia num processo de aplicação da tinta em grandes placas de madeira, onde se esculpia toda a página de uma só vez. Também no Oriente surgiu a técnica dos caracteres móveis de barro endurecido com resina, por volta dos anos 1041-1048.⁹ Todo esse desenvolvimento antecedeu em séculos a imprensa ocidental, mas permaneceu, no Oriente, restrito às esferas do poder imperial, tanto no que diz respeito às políticas de autoria, quanto às formas de divulgação e recepção dos textos.

No Ocidente, após uma restrita utilização das placas fixas de madeira nas tipografias dos conventos, desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XV, o processo mecânico de reprodução técnica dos livros com a invenção de Gutenberg - que desconhecia a imprensa oriental - de tipos metálicos móveis que carimbavam letras de tintas oleaginosas em papel com prolongada durabilidade. Seus efeitos práticos foram: a redução do número de horas que o trabalhador/compilador dedicava à manufatura de um só livro, seguida da multiplicação e barateamento do produto final. Em menos de um século o livro se abre para a comercialização particular e torna-se, aos poucos, mais acessível a um número maior de leitores, que passam a formar uma nova categoria entre os consumidores - a de compradores de livros.¹⁰ Coube ao Ocidente, na Época Moderna, acrescentar ao processo mecânico o público leitor, transformando a imprensa num dos elementos mais cruciais da nossa cultura desde então. O *objeto impresso* pode ser ainda resultante da reprodução técnica de imagens gravadas em madeira ou em cobre; podendo aparecer também na forma de folha avulsa para afixar, ou de jornal periódico.

diversidade dos trajes locais se tornava mais surpreendente para os moradores de Bruxelas ou Lima." Trata-se do *Geometria y traza para el oficio de los sastres*, de Diego de Freyle. Elizabeth EISENSTEIN, op. cit., pp. 69 e 72

⁹ Hélio JAGUARIBE, *O Significado do papel para a cultura*, in: Marcio DOCTORS, (org.), *A cultura do Papel*, Rio de Janeiro, Fundação Eva Klabin Rapaport/Casa da Palavra, 1999, pp. 24-25

¹⁰ Fernando BOUZA, *Del Escribano a la Biblioteca*, Madrid, Síntesis, 1992, p.35

A cultura do *objeto impresso*, formada pelas diversas práticas de escrita e leitura surgidas a partir da invenção da técnica de impressão no Ocidente, tem sido profundamente estudada por historiadores, dos quais citaríamos como os estudos mais divulgados aqueles desenvolvidos por Robert Darnton, Daniel Roche, Roger Chartier, Elizabeth Eisenstein, e inúmeros outros pesquisadores da sociologia e história da imprensa, dos livros e da leitura.¹¹ Para Chartier, “a tipografia difunde maciçamente novos objetos, facilmente manuseados, transportados ou afixados, que conferem às imagens e aos textos uma presença mais densa e uma realidade mais familiar”.¹² Para além da inovação técnica que se processa na matéria e na forma de reprodutibilidade do texto, a cultura do objeto impresso “também pode ser entendida como o conjunto de novos gestos”, nascidos da manipulação dessa nova forma, pois sabe-se que foi a partir da Época Moderna que operou-se na cultura ocidental a troca da antiga prática da leitura em voz alta, de um alfabetizado para inúmeros analfabetos, pela leitura individual, silenciosa e interiorizada.¹³

Pensando na transformação vivida pelas elites letradas que, dos métodos de cópias ditadas dos *scriptoria*, passaram a contar com as possibilidades do objeto impresso como forma de troca e divulgação de suas idéias, Eisenstein considera ser “muito difícil especular sobre o abismo que separa nossa experiência da de elites letradas que se baseavam exclusivamente em textos copiados à mão”, e que tinham uma experiência semi-oral, semi-letrada, sem qualquer equivalente nos dias de hoje.¹⁴

Mas além de se ancorar em sinais, números e letras, a cultura impressa pode ser também entendida como a cultura da imagem, pois o desenvolvimento das técnicas de reprodução de imagens gravadas em madeira acompanham, na mesma proporção, o crescimento da imprensa escrita. De baixo custo, elas se difundem entre as obras de autores vulgares e populares, podendo ser facilmente inseridas no corpo da página impressa sem grande esforço do impressor. Já as gravuras de cobre, mais caras, não se encaixam facilmente ao texto; daí passarem a ser privilégio de obras restritas, muitas vezes destinadas a interesses específicos da monarquia ou das altas esferas do clero e da nobreza. “Quer no interior, quer no exterior do livro, a imagem impressa é igualmente susceptível de uma utilização autônoma, que lhe confere uma função

¹¹ Dois balanços dos estudos e linhas de pesquisa sobre História dos Livros e da Leitura podem ser encontrados em Robert DARNTON, *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*, trad., São Paulo, Cia. das Letras, 1990, pp.109-145 e 146-172; e em Roger CHARTIER, *L'Ancien Régime Typographique: réflexions sur quelques travaux récents*, *Annales ESC*, n° 36 (1981), pp.191-209

¹² Roger CHARTIER, (coord), *As Utilizações do Objecto Impresso (séc. XV-XIX)*, Introdução, op. cit., p.09

¹³ *ibidem*, p.10-11

própria, tornando-a um objeto ritual, uma imagem de devoção ou um sinal de reconhecimento”.¹⁵ A imagem, portanto, ganha significado ambíguo pois, ao mesmo tempo que vem associada ao texto, pode ser fruída independentemente dele, em especial no caso dos emblemas e divisas, que ganharam ampla difusão no seio da vida das cortes e monarquias européias a partir do século XVI.

Além disso, é necessário considerar que naqueles tempos todo impresso ainda guardava um embrião de manuscrito, preservando de certa maneira a prática do texto pessoal. Para Fernando Bouza, apesar da transformação inédita provocada pela invenção de Gutenberg, o manuscrito conservou durante toda a Época Moderna, e até recentemente, uma aura de maior veracidade por encontrar-se mais próximo do momento da criação. O texto impresso podia ser passível de engano, de interesses facilmente ocultados pela padronização dos tipos, e até mesmo de erros, enquanto a intimidade de um autor, opiniões particulares, memórias e cartas familiares eram conservadas na forma de manuscrito autógrafo, aportando por isso um teor mais autêntico.¹⁶ Enfim, escrever para a leitura de muitos justificava a imprecisão, o exagero, as formas empoladas e o ocultamento de muitos aspectos daquilo que se queria descrever.

É importante reiterar que essas inovações técnicas levaram ao surgimento de um elemento fundamental para essa cultura, o público leitor, que fez com que viesse à tona um também novo sentido para a intencionalidade da obra, e o perigo da divulgação de idéias que fugissem ao controle das instituições do poder das elites. Tanto o nascimento do público leitor, quanto a sobrevivência do texto pessoal são partes de um complexo conjunto de posições determinantes para a análise do caso de uma cultura de impressos, que visava a divulgação e preservação da memória da passagem de um rei por uma cidade que sente saudades da vida de corte e da imagem do príncipe. O investimento das monarquias na produção de livros de teor oficial e encomiástico também cresceu consideravelmente na segunda metade do Quinhentos, acompanhando a moda da leitura que se alastrava pelas elites tradicionais, e que no século seguinte passaria a tocar também as camadas mais privilegiadas da burguesia. Tamanha apropriação, calcada consideravelmente no controle e na censura sobre os impressos, alimentou ainda mais a sobrevivência do manuscrito particular, que continua a guardar seu caráter secreto e privado como forma de preservar o autor da

¹⁴ Elizabeth EISENSTEIN, op. cit., pp. 20 e 22

¹⁵ ibidem. p.16

¹⁶ Fernando BOUZA, *Del Escribano a la Biblioteca*, op. cit., p.43

divulgação pública de suas idéias.¹⁷ Por outro lado, também a resistência ganha espaço, e abundam impressos anônimos de teor contestatório, especialmente os folhetos afixados.

A origem do emprego dos textos impressos como acessórios da Entrada Régia é desconhecida, mas seu amplo uso deve ter se iniciado nos Países Baixos no século XVI, associados que foram ao desenvolvimento da *Joyeuse Entrée*, que como vimos também teve origem nessa região; de lá a prática de impressão e uso dos panfletos descritivos e encomiásticos teria migrando para a Espanha durante a monarquia de Carlos V, na mesma época chegava à França durante o reinado de Francisco I e possivelmente à Inglaterra, Itália e outras regiões da Europa, vinculando-se especialmente à cultura de corte. Nesse sentido, a autoria e publicação de um *Libreto*, ou uma *Relação de Jornada*, ou um *Romance*, enfim, qualquer texto ligado à visita do rei que atingisse admiração régia podia levar seu autor a compartilhar das graças e mercês concedidas e ardorosamente disputadas em tempos de corte ausente. Por outro lado, com o passar dos anos, e dos séculos, esses panfletos e livros adquiriram novo sentido, e perdeu-se a noção do volume da edição, das maneiras como eram utilizados, se realmente eram lidos em público, quantas e quais pessoas os adquiriam e se estavam presentes nas bibliotecas de particulares.¹⁸

Adotada desde o início, a prática de governar, e de se fazer presente por meio de objetos impressos das mais diversas formas e características, fez de Filipe II um rei ausente bastante representado *em papel*. Um exemplo muito significativo desta experiência são as centenas e até milhares de reproduções de uma gravura da figura do rei ao lado de seu pai, ambos diante de Cristo, recebendo o título de *Defensores da Fé nos Países Baixos*, de autoria de Hieronymus Wierix em 1587.¹⁹ A origem desse uso e de sua ampliação pelos quatro cantos do Império pode, seguramente, ser localizada no contato que teve Filipe II, quando ainda era príncipe herdeiro, com o desenvolvimento

¹⁷ “Na perspectiva que a vincula às censuras da Igreja ou do Estado como naquela que a associa à propriedade literária, a função-autor está plenamente inscrita no interior da cultura impressa. Nos dois casos, ela parece decorrer de transformações fundamentais trazidas pela imprensa: esta tornou mais ampla e, portanto, mais perigosa a circulação de textos desafiando a autoridade, bem como criou um mercado que pressupõe o estabelecimento de regras e convenções entre todos os que dele tiram proveito (econômico ou simbólico): o escritor, o livreiro-editor, o impressor.” Roger CHARTIER, *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, trad., Brasília, Ed.UnB, 1994, pp.52-53

¹⁸ Para o caso francês há um estudo muito completo a propósito da relação entre impressos e cerimônias públicas. Trata-se de Michèle FOGEL, *Les cérémonies de l'information dans la France du XVI^e au XVIII^e siècle*, Paris, Fayard, 1989. Na Península Ibérica, e especialmente em Portugal, não encontramos nada do gênero.

¹⁹ Fernando BOUZA, *Imagen y Propaganda*, op. cit., p17

da imprensa e das técnicas de gravuras nos Países Baixos. O desdobramento, ou a ampliação da Entrada Régia e sua memória em diversos tipos de objetos impressos confirma o fato de que, além do uso cortesão das artes plásticas – especialmente a pintura –, a cultura impressa dos textos e gravuras foi mais uma das importantes descobertas do reinado de Filipe II para os mecanismos de transmissão da imagem e da propaganda régias.

A prática representativa do texto ou da gravura, utilizadas como meio de grande reproduzibilidade, parece resultar da necessidade de levar a imagem do rei aos pontos mais distantes do extenso Império, e sua ampliação é inversamente proporcional ao crescimento da invisibilidade física do monarca - característica já apontada do reinado de Filipe II. Para Walter Benjamin as técnicas de reprodução, se por um lado retiram da obra de arte o seu cunho tradicional, sua autenticidade, por outro atualizam o objeto reproduzido diante do espectador. Ora, aparentemente, a intensificação da reprodução da imagem de um rei poderia levá-la ao afastamento da essência ritualística do poder, enfraquecendo seu caráter de *objeto de culto*, mas num outro sentido, esta reprodução enquanto um mecanismo de atualização aproxima-a daquele que, à distância, a contempla ou a possui como objeto pessoal.²⁰ Esta eficácia jamais poderia ser alcançada por um quadro de Tiziano, por exemplo. Ao elaborar a célebre análise a que nos referimos aqui, Benjamin não pensava no uso da imprensa na época do Rei *papelero*, tampouco na cultura de corte; entretanto, o emprego de sua interpretação não nos parece de todo anacrônica, já que tratamos aqui também da técnica de reprodução que deu origem a todas as outras que Benjamin conhecia em seu tempo, sem contar que em seu estudo sobre o barroco alemão a questão já se colocava de forma contundente. Notar-se-á, assim, que a diferença entre a cultura monárquica e cortesã e o universo em que se insere o objeto do filósofo - o cinema - é que na Época Moderna o poder real tinha natureza híbrida - ritual e política. Por isso Filipe II, que já era objeto de culto pela própria natureza, torna-se também onipresente através da multiplicação das gravuras e dos textos narrativos das visitas e festas reais, acrescentando, ao ritual, a política.²¹

²⁰ “Com a reproduzibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária, destacando-se do ritual. (...) Mas, no momento em que o critério da autenticidade deixa de aplicar-se à reprodução artística, toda a função social da arte se transforma. Em vez de fundar-se no ritual ela passa a fundar-se em outra práxis, a política.” Walter BENJAMIN, *Obras Escolhidas I - Magia e Técnica, Arte e Política* -, trad. Sergio Paulo Rouanet, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p.171-172

²¹ Para A. BONET CORREA "o livro mais belo desse gênero no barroco espanhol é o de Torre Farfán, *Fiestas de la Santa Iglesia Metropolitana y Patriarcal de Sevilla al Nuevo Culto del Señor Rey San Fernando* (Sevilla 1671), em que em um tomo *in folio* se reproduzem em lâminas destacadas as obras efêmeras de Murillo, Valdés Leal, Herrera el Mozo, Bernardo Simón Pineda, Arteaga, etc..." *Arquitecturas Efêmeras*,

A multiplicação dos recursos técnicos para a reprodução dos textos é, enfim, fator determinante para a discussão da memória das festas que se fizeram em Portugal para as Jornadas de Filipe II e Filipe III, e sobre esses impressos propusemos algumas interpretações, na medida em que foi possível utilizar os dados disponíveis na própria obra. Não encontramos documentos externos que comprovassem as condições de produção e impressão, tampouco de comercialização. Todas as conclusões que tiramos nasceram da interpretação e do cruzamentos desses dados encontrados em informações nos próprios textos, e de hipóteses que para elas colocamos.

5.2. Os dois conjuntos de relatos: uma idéia geral

Muitos pesquisadores têm buscado chegar à totalidade dos textos impressos produzidos a partir dessas festas, mas a relação que ainda continua valendo como fonte de referência é a de Alenda y Mira, de 1903, da qual partimos para localizar a maior parte dos impressos analisados nesta parte do trabalho.²² Entretanto, é importante apontar uma ressalva, pois Alenda y Mira colocou em sua relação apenas as obras que foram escritas tendo como assunto central as festas feitas em Portugal para receber os reis Filipes, enquanto muitos outros textos de caráter político e cronístico incluíram em um ou mais de seus capítulos a descrição das Jornadas Filipinas em Portugal. São exemplos, dentre muitos, a obra de que tratamos no segundo capítulo, de autoria de Luís Torres de Lima, *Avisos do Céu. Sucessos de Portugal*; e outra ainda não mencionada de D. Antonio de Herrera y Tordesilhas, *Cinco Libros de la Historia de Portugal, y conquista de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*, personagem de destaque nos quadros da *intelligentsia* da corte filipina na passagem do século XVI para o XVII, e considerado o primeiro historiógrafo das Índias.²³ Também nessa mesma linha o conhecido *Memorial* de Pero Roiz Soares, que no capítulo 116, *Conta a Uinda del Rey a primeira ues a este Reino e cidade de liz*.²⁴ Por isso, é importante que este estudo sobre a memória das Jornadas Filipinas em Lisboa leve em conta também a influência que os relatos impressos tiveram sobre uma determinada literatura política da época.

Ornatos y Máscaras, in. José M. DIEZ BORQUE, (comp.), *Teatro y Fiesta en el Barroco*. op. cit., p.52

²² ALENDA Y MIRA, *Relaciones de solemnidades y fiestas públicas de España*, Madrid, Tipografia “Sucessores de Rivadenya”, 1903

²³ Dirigida a don Luys Carrafa de la Marra, Principe de Stillano. En Madrid, en casa de Pedro Madrigal, año de 1591, da qual localizamos um exemplar na Biblioteca do IEB-USP. Seria bastante interessante fazer um cotejamento desses textos com as relações da jornada impressas para conhecer melhor a presença de umas nas outras. Herrera y Tordesilhas viveu entre 1559 e 1625, durante os reinados de Filipe II e Filipe III, portanto.

²⁴ Pero Roiz SOARES, *Memorial*, leitura e revisão de M Lopes de Almeida, Coimbra, Acta Universitatis

Para além do conjunto de impressos da época, recentemente se localizaram manuscritos inéditos que ampliaram bastante a relação desses textos, especialmente a de 1619, alguns dos quais já foram levados à publicação mas em condições absolutamente diferentes daquelas que consideramos para os relatos da Jornada.²⁵ A eles também tivemos acesso, de modo a compor uma multiplicidade de olhares sobre os acontecimentos. A relação de fontes que construímos, e que está anexada no final do texto, foi uma tentativa de elencar a maior quantidade de escritos referentes às Jornadas Filipinas, e nela o leitor vai encontrar um rol desses impressos e manuscritos para cada ocasião, inclusive aqueles que não foram feitos com o intuito de registrá-los ou exaltá-los especificamente.

Foram de diversos tipos os objetos impressos vinculados às cerimônias públicas das monarquias europeias do Antigo Regime, e principalmente às Entradas Régias nos séculos XVI e XVII. A forma mais simples - e que parece ter sido amplamente difundida nos Países Baixos - era o *Libreto de Entrada*, semelhante àquele usado nos espetáculos de ópera, que também teriam surgido nessa época. De maneira geral, esses *Libretos* eram preparados como uma espécie de programa interpretativo da cenografia formada pela arquitetura efêmera - arcos de triunfo, *tableaux vivants*, painéis pintados e outras formas de expressão ²⁶ comumente utilizadas nas cerimônias. À medida que as festas públicas da monarquia foram se sofisticando, seu conteúdo se descola do imaginário coletivo da população letrada, tornando-se essas descrições extremamente necessárias para que também se tivesse acesso ao conteúdo das alegorias, emblemas e divisas representadas. As descrições eram elaboradas por autores anônimos, contratados pelas próprias corporações de ofício, que também custeavam a impressão e responsabilizavam-se pela sua distribuição antes ou durante a festa.

Os *Libretos de Entrada* podiam ainda ser encomendados pela Câmara Municipal, embora não tenhamos notícia de algum que se enquadrasse neste caso para as Entradas Filipinas de Lisboa. Também as festas religiosas passaram a adotar essa prática de imprimir descrições de seus conteúdos simbólicos, lançando folhetos

Conimbrigensis, 1953, às páginas 418-435

²⁵ São eles *Relacion y Historia Verdadera* que trata de la Jornada que hizo el Rey nuestro señor Don Phellipe Tercero AlReyno de Portugal haçer Cortes a la Çiudad de Lisboa, y a jurar Al Príncipe Don Phellipe Quarto nuestro señor, Anônimo, publicada por Pedro GAN GIMÉNEZ, *Jornada de Filipe III a Portugal (1619)*, in *Chronica Nova* - Revista de la Universidad de Granada, nº 19, 1991, pp.407-431; *Carta que se mandou a hum amigo acerca das festas del Rey em Lx^a a 20 de outub. De 619 BNL* – código 589 fls.58v-62; *Cópia de una carta q escreveu un cortesano de Madrid a un canonigo de Toledo su amigo pidiendole q le diesse nuevas de lo q avia en la Jornada de Portugal y la certesa q se podia tener della avisandole en particular de todo lo q ballasse q sentian las personas de aqui*. BNParis, Fondo Espagnol 448, fls.74-79

²⁶ Carlos VELOSO, *Festa Barroca e Arquitetura efêmera em Portugal*, Boletim Cultural da Câmara Municipal de

impressos das procissões mais elaboradas como recurso complementar à compreensão dos espectadores, até mesmo o próprio rei.

Um caso destes foi registrado pelo próprio Filipe II que, ao descrever em uma carta às suas infantas a procissão de São Gião da qual participara em Lisboa, anexou um desses folhetos para que elas tivessem uma idéia de tudo o que se passava.

(...) ainda que me tenham dito muito sobre ela, não esperava que me parecesse tão bem e pareceu-me ainda melhor do que todos esperávamos; tenho muita pena que não a tenhais visto, nem vosso irmão, ainda que tenha havido diabos que pareciam as pinturas de Jerónimo Bosch de que julgo que teria medo. Na tarde anterior deram-me um papel com as coisas invulgares que entravam na procissão e foi muito necessário, porque tivemos conosco e com ele percebemos o que era cada coisa; aqui vo-lo envio, para que possais entender, ainda que entre o visto e o escrito haja uma grande diferença, e o que não entenderdes, poderá explicar-vos D.Maria Manuel.²⁷

Trata-se de um trecho extremamente valioso para esta discussão, já que a importância do impresso da procissão foi captada literalmente pelo próprio *rei papelerero*, que demonstra com clareza a diferença existente entre participar pessoalmente de uma procissão, onde se pode experimentar a emoção despertada pela sensação da visão, e ler uma descrição dela. Apesar de afirmar que a visão é superior ao relato, tem absoluta certeza de que o papel impresso pode servir como meio para levar o conhecimento e a informação à distância, mesmo que se trate da descrição de uma cerimônia pública repleta de sons e cores, que têm o poder de dramatizar e dar vida aos diabos de Jeronimus Bosch, dando a perceber "o que era cada coisa" com distinção. De tudo que temos dito acerca da perspicácia de Filipe II para a importância das cerimônias na construção imagem pública da monarquia e na sustentação do poder à distância, esta declaração do pai à filha serve como uma espécie da idéia-chave, que sintetiza e destrava um universo de sentidos para a leitura da relação entre as cerimônias e o conjunto de impressos que tratamos aqui.

Sendo os *Libretos* a forma primeira, e mais simples de preservar a memória através de objetos impressos ligados a esses acontecimentos, passemos à segunda categoria, a das *Relações de Jornadas*, que consistiam num tipo de relato encomendado pela própria corte ou pelo rei, mas que apesar disso, continuavam a passar pela aprovação do Santo Ofício antes da impressão. Neste caso o texto é de autores conhecidos e ligados à corte, como o de João Batista Lavanha, do qual trataremos especificamente no capítulo seguinte a este. De maneira geral, as *Relações de Jornada*

Tomar, nº21, Outubro 1997, p.45

²⁷ F. BOUZA (org. e notas), *Cartas para Duas Infantas Meninas*, op. cit., Cartas XXIV de Lisboa a 3 de setembro de 1582, pp.161-162

ênfatisam o teor descritivo do texto, desenvolvendo o acontecimento de forma cronológica e nada poética, na intenção de formular uma memória bastante presa aos passos percorridos pelo rei e sem se importar muito com os acontecimentos do entorno. Entre 1547 e 1592 Filipe II fez oito jornadas pelo Império, e nelas os cronistas oficiais desempenharam papel fundamental, registrando trajetos, descrevendo os espaços natural e urbano, bem como os programas cenográficos preparados para recebê-lo.²⁸ As *Relações de Jornada* foram os principais textos responsáveis pela formulação de uma memória oficial do evento, e acreditamos que foi delas que os outros autores partiram ao escreverem esse capítulo da História da Monarquia Filipina.

Um terceiro tipo de impresso que detectamos, e que constitui a maioria dos que analisamos, são os *Triunfos da Jornada*, obras mais literárias, em geral compostas em versos, que procuram exaltar o acontecimento central de todo o programa. Os *Triunfos de Jornada* são amplamente laudatórios, escritos por autores fidalgos, clérigos, e até mesmo soldados que participaram da viagem, dedicando-os a pessoas importantes da corte que se encontram em situação de grande proximidade dos quadros superiores da monarquia. Muitas vezes é o próprio homenageado quem custeia os gastos da impressão, o que demonstra a existência de um rede de relações entre os vários níveis da sociedade - que pedem e que concedem privilégios -, articulados em função da memória do evento e dela recolhendo benefícios.

Por fim, mas não menos importantes, temos os *Romances de Jornada*, obras de cunho literário – romances, dramas ou comédias teatrais - que inserem o evento no corpo de sua trama. Esses romances parecem utilizar as informações dadas pelas Relações e Triunfos, já que não precisam atestar a autenticidade do relato. Seus autores são indivíduos reconhecidos na corte, nomes vinculados a obras de valor literário para a época. É o que acontece no caso da comédia de Jacinto Cordeiro, extremamente original e interessante no âmbito da literatura cortesã do início do século XVII e que discutiremos também no próximo capítulo.

Percebemos que cada um desses quatro tipos de impressos se constitui, ao mesmo tempo, num produto e num produtor da memória da Entrada Régia, e por seu

²⁸ No estudo de Francisco J. Pizzarro GÓMEZ encontramos a relação dos principais cronistas de viagem de Filipe II, e uma pesquisa sobre a vida dos mais conhecidos: " Entre los hombres que han hecho de sus crónicas sobre los viajes de Filipe II algo más que una mera relación histórica abreviada, podemos destacar a escritores como Cristóbal Calvete de Estrella, Juan de Mal Lara, Juan López de Hoyos, Sebastián de Horozco y Covarrubias y Enrique Cock, aunque dispongamos de otros muchos nombres como Vicente Álvarez, Cornelii de Schryver, Inocentio de Cigognara, Teodoro Glociaro, Andrés Muñoz, Juan de Caraña, Alvar Gómez de Castro, Gaspar Rodríguez, Juan Fernández de Herrera, Juan Váez de Sepúlveda, Alfonso Guerreiro, Isidro Velázquez, etc." op. cit., p.34

duplo caráter mereceriam um estudo separado, pois seus usos e funções parecem depender significativamente do público leitor e de seu alcance. Dentre todos, certamente o que possuía maior penetração popular era o *Libreto*, pequeno, barato - às vezes gratuito -, de fácil manuseio e por isso também mais perecível.

A multiplicidade de imagens e referências simbólicas expressa na retórica da festa foi selecionada e preservada pelos autores. Esses impressos contribuíram obviamente, para a ampliação da imagem dos Filipes dentro e fora da Península Ibérica, na medida em que reproduziram e fixaram determinados padrões de representação, exaltação e mesmo de propaganda, até então desconhecidos entre os leitores de Portugal e Espanha. Foram também colaboradores do fortalecimento da idéia da *Lisboa Ubilicus Mundi*, pois em geral engajam-se na campanha que se arma em favor da transferência da capital para as margens do Tejo, como forma de reparar os problemas surgidos nos últimos anos do reinado de Filipe II e durante todo o confuso reinado de Filipe III.

Passemos agora a uma comparação dos dois conjuntos de impressos sobre as Jornadas Filipinas em Portugal. Ao observarmos as suas datas de publicação, notamos que as oficinas gráficas começavam a trabalhar antes do evento, e intensificaram o ritmo de produção imediatamente após o acontecimento quando começavam a aparecer as primeiras memórias, e continuavam por alguns anos como um recurso para manter viva a lembrança. A propósito dessas datas, sobre a Jornada de Filipe II, observamos que ainda em 1581 foi impressa a descrição portuguesa de Mestre Affonso Guerreiro e somente dois anos depois apareceu o texto espanhol de Izidro Velazques - Salamantino em 1583, no ano que o rei regressou a Madri.

Quadro I. Obras autógrafas da Jornada de 1581

autor/data de impressão	origem	ocupação	cidade	impressor
AffonsoGuerreiro 1581	português	clérigo	Almodovar	Frco.Correa Lisboa
IzidroVelazques 1583	espanhol	cavaleiro	desconhecida	Manuel de Lyra Lisboa
Andrés Falcão de Resende	português	magistrado e poeta	Évora	-

Das outras doze publicações que escolhemos, relacionadas à Entrada de Filipe III em 1619, três eram *Libretos*, o primeiro deles impresso antes do evento, e os outros dois logo depois da visita. Quatro obras foram aprontadas ainda no mesmo ano da Entrada - as de Jacinto Aguillar y Prado, Francisco Arce, V.M. de Castelo Branco e Elói de Sá Sotomaior -; duas vieram à luz em 1620 - as de Sardinha Mimoso e Francisco M. de Sá -; a comédia de Jacinto Cordeiro foi impressa em 1621; a obra de João Batista Lavanha, única com gravuras representando os Arcos Triunfais, é de 1622; outra de autoria do nosso já conhecido Francisco Rodrigues Lobo, aquele da *Corte na Aldeia*, lançada em 1623; e a última de 1624, escrita pelo poeta Gregório de San Martín.

Não foi possível conhecer o volume das edições, e nesse caso teremos de adotar as estatísticas médias dadas pelos estudos de história da imprensa, que calculam entre aproximadamente 450 e 500 exemplares a tiragem de um livro no início do século XVII, mas que poderia ser maior para o caso de obras de função administrativa e normativa, ou complementares às cerimônias da Igreja e da Monarquia, como é o caso destas que tratamos aqui.²⁹

Os escritos podem ser divididos também entre os que foram elaborados em prosa e os que adotaram a forma poética.³⁰ Estes especialmente carregam significados que compõem um complexo conjunto retórico com as descrições das imagens dos emblemas, dos brasões e das alegorias, pois muitos trechos poético eram usados na

²⁹ "Um homem nascido em 1453, ano em que se deu a queda de Constantinopla, bem que poderia em seu quinquagésimo aniversário, olhar para trás e contemplar uma vida durante a qual haviam sido impressos cerca de 8 milhões de livros, mais talvez do que todos os escribas da Europa haviam produzido desde que Constantino fundara sua cidade no ano de 330 d.C." Elizabeth EISENSTEIN, op. cit., p.29. Segundo Fernando BOUZA, no século XVII a média de tiragem já era de mil exemplares, *Documentos antigos e imprensas novas na pretensão ao trono português. Sobre a propaganda escrita de Filipe I.* in. *Portugal no Tempo dos Filipes*, op. cit., p.53

³⁰ Especificamente sobre os textos poéticos escritos por ocasião da Jornada de Filipe III em 1619 temos como referência principal o artigo de José de Ares MONTES, *Los poetas portugueses, cronistas de la Jornada de Filipe III a Portugal*, op. cit.

própria arquitetura efêmera e vice-versa. Segundo Alain Boureau, estaria demarcado no primeiro século da literatura emblemática, de 1530 a 1650, a conjugação de duas utilizações distintas desse tipo de representação. De um lado a utilização cognitiva “que aperfeiçoa as capacidades formais dos autores e dos leitores através da prática da esquemática metafórica”, contribuindo para a definição de uma “cultura heróica e estatal” ligada à cena pública; e de outro a utilização decorativa e celebrativa, “que capta o olhar do leitor-espectador através da multiplicação prolífera da imagem sob formas variadas”.³¹ Para Cristian Jouhaud, “na festa, estas imagens retóricas misturam-se com as imagens materiais que nada mais são do que poesias mudas. As imagens desenhadas pelas palavras são pinturas eloqüentes que vêm em socorro do desenhador ou do pintor, cuja arte não pode igualar a perfeição do objecto que ela transpõe”.³²

Quadro II. Obras autógrafas da Jornada de 1619

autor/data de impressão	origem	ocupação	cidade	impressor
Jacinto Aguilar y Prado 1619	espanhol	soldado	Granada	Pedro Craesbeck Lisboa
Francisco Arce 1619	espanhol	poeta escritor	desconhecida	Jorge Rodrigues Lisboa
Elói de Sá Sotomaior 1619	português	bacharel em cânones	Lisboa	Pedro Craesbeck Lisboa
Vasco M. de Castelo Branco 1619	português	advogado/poeta	Setúbal	Jorge Rodrigues Lisboa
Francisco de Matos Sá 1619	português	desconhecida (talvez clérigo)	Freixo de Espada à Cinta	Jorge Rodrigues Lisboa
Juan Sardina Mimoso 1620	português	clérigo jesuíta	Setúbal	Jorge Rodrigues Lisboa
Jacinto Cordeiro 1621	português	alferes	Lisboa	Jorge Rodrigues Lisboa
João Baptista Lavanha 1621	português	cronista-mór, físico e geógrafo	Lisboa	Thomas Iunti Madrid
Francisco Rodrigues Lobo 1623	português	fidalgo poeta e cortesão		Pedro Craesbeck Lisboa
Gregório de San Martín 1624	português	desconhecida	Lisboa	Pedro Craesbeck Lisboa

³¹ Alain BOUREAU, *Os livros de emblemas na cena pública*, op. cit., p.364

³² Christian JOUHAUD, *Imprimir o acontecimento. La Rochelle em Paris*, in CHARTIER, Roger, *As Utilizações do Objecto Impresso*, op. cit, p. P.383.

Os impressos, acompanhados ou não de ilustrações, têm por isso múltiplas funções tanto práticas como simbólicas, tanto públicas quanto particulares, servindo também de relato para os ausentes, memória da festa para gerações futuras, lembrança para os que presenciaram e não tiveram tempo de decifrar todos os enigmas, modelo para a montagem de outras cerimônias. Tornavam-se ainda “um novo monumento à glória do príncipe”.³³ Novo monumento para a Península Ibérica, pois na Alemanha os livros impressos com gravuras foram usados pela primeira vez como propaganda de um príncipe por Maximiliano I, por volta de 1515, para quem trabalharam artistas de vulto na área das artes da gravura impressa como A. Dürer e Hans Burkmaier.³⁴

Os impressos denunciam também o quanto a festa pública não pode ser presenciada na sua totalidade por nenhum dos seus participantes, nem mesmo pelo próprio rei, que é o centro dela. O texto impresso associado às Entradas Régias ou Procissões, qualquer que seja seu tipo ou estilo de escrita, reorganiza em última instância o cortejo e os acontecimentos de forma que o leitor, contemporâneo do evento ou quatrocentos anos depois, tenha uma imagem coesa e da sua seqüência no tempo e no espaço.

É praticamente impossível para o historiador reconstituir, a partir desses impressos, o ambiente das outras ruas no momento em que o cortejo real está se desenvolvendo no caminho para ele determinado, pois tendo o rei como foco de sua atenção e narrativa, é como se o resto da cidade permanecesse na mais completa escuridão. Eventualmente, eles parecem voltar seus olhares para o público, mas sempre de modo a evidenciar um determinado gesto do rei, ou a exuberância de alguma das partes da cenografia. Por isso não quisemos aprofundar, no capítulo anterior, o uso dessas fontes na ilusória intenção de uma reconstrução efetiva do acontecimento, que parece realmente impossível de ser alcançada.

³³ Luís Manuel Ramalhosa GUERREIRO, *La Représentation du Pouvoir Royal à l'Âge Barroque Portugaise (1687-1753)*, Thèse pour le Doctorat en Histoire présentée à École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995, pp.68-69.

³⁴ Diogo R. CURTO, *A visão europeia do mundo...*, op. cit., p.32. Caberia aqui uma observação sobre a importância de Maximiliano I criador de uma prática de mecenato no Império Habsburgo, e que certamente exerceu influência sobre as atitudes de Carlos V e Filipe II, como já apontamos anteriormente no tocante às práticas de etiqueta e cortesãs. Em um ensaio curto mas muito sugestivo, H. TREVOR-ROPER destaca "Like a Roman Emperor ... Always Maximilian remembered his imperial mission and his imperial pedigree, and the function of the arts, as he saw it, was to represent and glorify both the mission and the pedigree. Within those dynastic limits, he was a universal patron. He himself drew up the program for his artists, he himself drafted the propaganda, he himself suggested, checked, corrected the details." *The Emperor Maximilian I, as patron of the arts, Renaissance Essays*, London, Fontana Press, 1985, p.19

Os autores também dedicam pouco tempo para a descrição das danças e folias que acontecem durante a madrugada ou nos momentos em que o rei não está na rua. Assim, consideramos que para além do seu carácter material, os impressos sobre as Jornadas e Entradas Régias na Época Barroca levavam consigo um amplo conjunto de significados pensados, responsáveis até por corrigir possíveis deslizes do próprio evento enquanto prática. “Não só a escrita, mas também o registro pela imagem - nomeadamente a gravura - contribuem para organizar antes, durante e depois, a seqüência dos acontecimentos conferindo-lhe sentidos diversos, que favorecem formas partilhadas de sua apropriação”.³⁵

A maior riqueza de detalhes no texto é diretamente proporcional ao tempo de permanência do rei num dado local - a chegada à Sé, por exemplo, é sempre privilegiada pela sua magnitude. Por isso é necessário que sejam cotejadas as fontes constituídas por relatos tipologicamente diferentes, que possibilitem captar a visão de seus autores em momentos dispersos daquela festa e daquele dia. Além disso, alguns deles são textos criados a partir de estruturas diferentes, como são a comédia e o diálogo, enriquecendo as possibilidades de leituras da festa, pois o recurso a tais esquemas pode também significar a preocupação dos seus autores em convencer o leitor do realismo do seu relato.

Diferentemente destes impressos que atingiam um maior número de leitores, temos os manuscritos de circulação restrita ou que nunca circularam, destinados a informar a um conhecido ausente dos acontecimentos políticos e festivos, ou escritos para guardar a memória do autor sobre as sensações vivenciadas durante o evento. Estas fontes têm um carácter panfletário menor e quando cotejadas com as impressas podem apresentar desvios importantíssimos para a reconstrução das cerimônias e das passagens consideradas menos importantes pela visão oficial da festa. Para além do conteúdo, também os códigos retóricos, embora presentes de forma generalizada nessa documentação de descrição de festas reais, podem ser menos rígidos nos manuscritos, já que não precisam obedecer padrões oficialmente estabelecidos. É interessante observar, paradoxalmente, que muitas vezes os manuscritos repetem determinadas formas dos impressos, demonstrando mais uma vez que predominam certos padrões, ainda que haja uma suposta liberdade nestes textos de carácter privado.

Devemos considerar também que a possibilidade de identificar com segurança a intencionalidade do texto manuscrito é bastante remota, procedimento relativamente

³⁵ Diogo R. CURTO, *A cultura política em Portugal*, op. cit., p.268

mais fácil quando se trata dos impressos. Por não ser encomendado, não ter a intenção de conquistar graças e mercês e não se submeter ao julgamento do Santo Ofício, o autor do manuscrito pode colocar-se de maneira mais livre, comentando e observando determinados trechos do acontecimento muitas vezes ignorados num impresso que, antes de chegar às mãos do público, necessita passar pela leitura criteriosa dos clérigos censores e receber as devidas licenças régias.³⁶ É o que ocorre com o texto do Chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, que escrevendo a Diogo de Couto que vivia na Índia, nos fornece elementos bastante diferentes que não apareciam nos textos oficiais e laudatórios, como o caso de duas lutas entre membros da guarda portuguesa e espanhola diante dos olhos do próprio rei, uma das quais acabou em massacre de pessoas comuns.³⁷

5.3. Censura e impressores

Num sentido paradoxal a toda liberdade que essa difusão da imprensa poderia representar, ao longo do século XVI ela provocou o nascimento de uma rede de relações de dependência entre autores, editores, impressores, expedidores, livreiros e o público de leitores – passivos ou ativos –, abrindo um campo inesgotável de formas de controle e apropriação do conteúdo das obras por parte das instâncias de poder da monarquia e da religião. Numa das pontas dessa rede estava o grande público de leitores, na outra o Rei e a Igreja, no centro estavam autores e impressores, e regulando essas relações vieram as formas de censura e de propriedade dos conteúdos. É como se um novo mundo, tão vasto e rico quanto as terras da América, África e Ásia juntas, pudesse ser reduzido e controlado a partir das oficinas tipográficas dos impressores oficiais dos reinos europeus. Segundo Daniel Roche, “antes de publicação havia um habilidoso exercício de censura, aplicado através de uma política de privilégios seletivos, que envolvia a inspeção prévia do conteúdo dos manuscritos e a recompensa aos editores que, em troca da sua cooperação com a ordem estabelecida desfrutavam as vantagens do monopólio”.³⁸ Todas as instâncias da produção de um

³⁶ “Será que a vigilância exercida sobre o impresso leva a um refúgio de manuscrito? Os dados para formular uma reposta são escassos, embora uma comparação entre os conteúdos dos panfletos manuscritos e impressos sugira que os primeiros tendem a atingir personagens e os segundos envolver situações e doutrinas, preenchendo portanto funções diferentes.” Diogo R. CURTO, *O discurso político em Portugal*, op. cit., p.82

³⁷ M. Severim de FARIA, *História Portuguesa e de outras Provincias do Occidente*. op. cit.

³⁸ Daniel ROCHE, *A Censura e a Indústria Editorial*, in: Robert DARNTON e Daniel ROCHE (orgs.) *Revolução Impressa. A Imprensa na França 1775-1800*, trad. Marcos Maffei Jorge, São Paulo, EDUSP, 1996, pp. 21-22

objeto impresso eram supervisionadas pelo que ele denomina de “oficiais da polícia do livro”.

Em Portugal, Diogo R. Curto enfatiza que a “censura inscreve-se num conjunto de estratégias destinadas a promover o modelo cultural das elites (...) transpondo para o plano intelectual conflitos sociais diversos”, sendo um dos mais evidentes a perseguição aos cristãos-novos. Dentre os censores do Tribunal do Santo Ofício encontravam-se, majoritariamente, frades com formação universitária e pouco conhecidos; predominavam os padres dominicanos, seguidos pelos jesuítas. Muitos eram também autores de obras impressas, fato que fazia dessa censura uma “instância legitimadora do campo intelectual”.³⁹

Quanto aos impressores do material, estes eram escolhidos pelo protocolo real e tiveram, na época, papel significativo na construção da imagem do rei e da representação da cidade onde se realizou a festa. As duas obras impressas que relatam a Jornada de 1581, de Affonso Guerreiro e Izidro Velásques foram executadas em oficinas diferentes, uma na de Francisco Correa e outra na de Manuel de Lyra, ambos de Lisboa. É intrigante que não tenha ocorrido nenhuma publicação espanhola, já que se sabe que o Alonso Gómez, impressor régio de Filipe II entre 1579 e 1584, acompanhou o rei na Jornada a Portugal, cumprindo importante função na divulgação de decisões e posturas antes mesmo das Cortes de Tomar.⁴⁰ Paira ainda a dúvida sobre por que não teria ele se envolvido na edição de uma obra oficial sobre a Jornada? Talvez estivessem os portugueses mais interessados em angariar privilégios com essas edições em homenagem ao monarca e à cidade de Lisboa do que os próprios espanhóis, já agraciados com outras mercês.

A comparação desta dupla de impressores com o da Jornada de 1619 revela que pode ter havido, na segunda, um programa de divulgação ainda mais articulado e equilibrado, já que as três publicações anônimas e as dez autógrafas que escolhemos saíram novamente, e apenas, de duas tipografias em Lisboa e uma em Madri. Seis delas, sendo uma o *libreto* anônimo do Arco dos Ingleses, foram impressas nas oficinas de Jorge Rodrigues em Lisboa. Outras seis, dentre as quais os *libretos* dos Arcos dos Flamengos e dos Alemães, saíram da tipografia do conhecido Pedro Craesbeck. Apenas o texto que contém a versão considerada oficial - o de João Baptista Lavanha -

³⁹ Diogo R. CURTO *O Discurso Político ...* pp. 83 e 90, o autor refere-se à fonte que não consultamos de Fr. Pedro Monteiro, "Origem dos revedores dos livros e qualificadores do Santo Offício" *Collecção dos documentos, estatutos, e mais memórias da Academia Real da Historia Portuguesa*, IV, 1724, nº XX.

⁴⁰ Fernando BOUZA, *Documentos antigos e imprensas novas...*, *Portugal no Tempo dos Filipes*, op. cit., p.59

recebeu impressão bilingüe em Madri por Thomas Iunti. A existência desse impresso oficial também diferencia o programa da Jornada de 1619 que como dissemos não teve similar para a de 1581. Isso demonstra ainda a existência de um excessivo controle sobre as atividades tipográficas, além dos privilégios que certamente estariam associados aos nomes de Pedro Craesbeck e de Jorge Rodrigues nesse contexto da Jornada de 1619.

Seria necessário, a partir desses dados, confirmar as hipóteses sobre o envolvimento dos próprios impressores lisboetas na divulgação e construção da memória do evento, e ainda sobre os motivos que os teriam levado a investir nesses relatos, mas faltam dados que possam assegurar essas suposições. Dentre os impressores, o que tem sua trajetória mais conhecida foi Pedro Craesbeck. A família Craesbeck, de origem flamenga, iniciou suas atividades em Lisboa em 1592, possuindo representações também em Évora e Coimbra. Poeter van Craesbeck - o pioneiro - era discípulo de Plantino em Antuérpia, onde trabalhou entre 1580 e 1586. Suas impressões, em caracteres redondos e itálicos, espalharam-se pelos reinos durante a União das Coroas, entre 1597 e 1632 - ano de sua morte -, tendo sido nomeado cavaleiro régio por um alvará de Filipe III em 28 de maio de 1620, o que lhe deu o *status* de Impressor Régio. O nome dos Craesbeck manteve-se ligado às mais importantes obras impressas em Portugal até o século XVIII.⁴¹

Segundo João José A. Dias, a imprensa dos Craesbeck publicou cerca de dois mil títulos entre 1595 e 1690. A presença desses impressores de origem flamenga no quadro da cultura política da época filipina em Portugal é a prova de que o aumento do volume de publicações voltadas para este tipo de divulgação da imagem do poder régio pela via impressa estava seguramente vinculado a uma processo mais amplo de crescimento da tipografia na Península Ibérica, ocorrido na segunda metade do século XVI para além do eixo Alemanha - Itália - Flandres, de onde se originou e desenvolveu a atividade tipográfica ocidental.⁴² Sobre as atividades de Jorge Rodrigues não localizamos nenhum estudo.

Vale a pena destacar ainda que, na passagem do século XVI para o XVII, não se verifica em Portugal uma clara distinção entre as funções de livreiros e impressores, e

⁴¹ ANSELMO, op. cit., p.141 e CURTO, Diogo R., *O Discurso Político*, op. cit., pp.104-105, João José Alves DIAS, *Craesbeck: uma dinastia de impressores em Portugal*, Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros e Alfarrabistas, 1996

⁴² Diogo R. CURTO, *A visão europeia do mundo em finais do século XV: continuidades, rupturas e resistências*, in *Gravura e Conhecimento do Mundo. O livro impresso ilustrado nas coleções da BN*, Lisboa, Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, 1998, pp. 23-42

que os pontos de vendas não eram também muito específicos, podendo-se encontrar livros em “tendas, boticas e confeitarias”.⁴³ Raramente vêm registrados na folha de rosto o nome e endereço do livreiro, já que não havia um mercado específico para os livros em Portugal e podiam ser adquiridos juntamente com outros produtos de consumo geral. Em Lisboa, os impressores e livreiros estabeleciam suas atividades na zona da Rua Nova e estavam associados à confraria da Real Irmandade de Santa Catarina, representados pela bandeira de S. Miguel, junto com os boticários, sirigueiros e sombreiros.⁴⁴

Mas afinal, quem eram os autores dos impressos? Quais intenções poderiam ter com essas obras, muitas vezes de cunho exageradamente encomiástico e laudatório? Que ligações tinham com a corte espanhola e quais as formas de representação do rei ausente eles conseguiram construir para seu público leitor? Procurando nas entrelinhas de seus textos rigorosamente vigiados, passamos a conhecê-los um pouco melhor.

⁴³ D.R. CURTO, *O Discurso Político ...op. cit.*, p.104

⁴⁴ *ibidem*, p.106

6. O PÚBLICO E O PESSOAL: RELATOS DAS JORNADAS FILIPINAS

“Yuan delante todas las danças, inuenciones, trompetas, y cheremies que huuo, quando entrò su Magestad, añadiendo una dança de diablos, que hasta los diablos parece regozijarse este dia”.

Francisco de Arce, 1619

Para além da compreensão do papel que essas obras desempenharam, seja a serviço de uma propaganda da monarquia filipina, seja em favor da reivindicação da transferência da capital para Lisboa, há uma outra dimensão fundamental que precisa ser considerada e discutida dentro do universo da cultura barroca e ligada à sociedade de corte. Trata-se de compreender melhor as razões desses autores e seus impressos, suas ligações com a monarquia e a corte filipina e os vínculos da sua existência com os conteúdos que passaram ao público.

No intuito de realizar uma espécie de prosopografia desses indivíduos enfrentamos alguns obstáculos bastante limitadores. O acesso à biografia deles é muito restrito, pois não foram grandes representantes da prosa e da poesia de seu tempo; eram clérigos, fidalgos, cortesãos e até soldados, levados por motivos muito particulares à criação de seus escritos, não deixando na história grandes registros sobre suas vidas e feitos. Alguns deles sequer são mencionados nos dicionários bibliográficos que começaram a surgir a partir do século XVIII¹, outros são apenas referidos e tratados com reticência pelos bibliófilos, o que os torna ainda mais interessantes, pois

¹ Estas obras de referência são: António Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926. Reedição 1977; Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana. História, crítica, e cronológica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portugueses e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, reedición Coimbra, Atlântida Editora, 1965; *Biblioteca Nacional, Portugal, Catálogo dos Impressos de Tipografia Portuguesa do século XVI*. A coleção da Biblioteca Nacional, introd. organ. e índices por Maria Alzira Proença Simões, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1990; Domingo Garcia PEREZ, *Catalogo Razonado de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y Ciegos, 1890; Innocencio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859; D. Bartolomé José GALLARDO, *Ensayo de una Biblioteca Española de Libros Raros Y Curiosos*, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1863; Cristóbal PÉREZ PASTOR, *Bibliografía Madrileña o Descripción de las Obras Impresas en Madri, por el presbítero Don Cristóbal Pérez Pastor*, Madrid, Tip. De los Huerfanos, 1892-1907, 3 vols. (1- século XVI; 2 – 1601 a 1620; 3 – 1621 a 1625)

nos sugere a idéia de pertencerem a um grupo relativamente anônimo, um escalão inferior da elite letrada seiscentista, ou que a ele aspirava. Alguns, em especial, foram o que se poderia chamar de homens de letras da aurora do barroco, aparentados com grandes poetas como Lope de Vega, ou cronista de Sua Majestade como J. B. Lavanha, compondo uma parcela mais próxima do rei e da corte, com mais acesso ao programa da memória do evento. Procuramos então extrair o máximo de pistas possíveis sobre a existência desses autores, investigando nas entrelinhas de seus textos as razões que os teriam levado a exaltar o rei, sua jornada e a festa.

6.1. Autores e obras da Jornada de 1581

A primeira obra impressa sobre a viagem de Filipe II a Portugal foi a já mencionada de autoria do Mestre Affonso Guerreiro², que nasceu em Almodovar na Província do Alentejo e formou-se em Teologia, tendo sido Prior da Igreja de S. Christóvão na cidade de Lisboa. Barbosa Machado relata que ele costumava se retirar a uma quinta junto de Lisboa para escrever e estudar, onde certa noite foi surpreendido por “alguns homens ímpios com intento de o roubarem, o privarão violentamente da vida no anno de 1581”.³ Por causa desse assalto seguido de morte, sua obra sobre as *Festas que se Fizerão em Lisboa* teria ficado incompleta. Esse dado não pôde ser propriamente comprovado, mas de fato o texto perde muito em detalhes e riqueza nas últimas partes, como nos referimos na descrição da festa de 1581

O impresso original é muito raro e foi novamente publicado em 1950, em uma edição muito curiosa e repleta de dados e referências a documentos sobre a Jornada e Entrada de Filipe II, organizados e comentados pelo historiador português do início deste século, e também clérigo, Ruela Pombo.⁴ A falta de contato com a edição original dificulta a localização de algumas informações significativas para o estudo comparativo que quisemos desenvolver, já que não se pode conhecer, por exemplo, o formato do livro, nem a categoria dos caracteres utilizados. Apesar disso, Ruela Pombo preocupou-se em manter os textos das licenças de impressão, que foram

² Affonso GUERREIRO, *Das Festas que se fizeram na Cidade de Lisboa, na entrada del Rey D. Philippe primeiro de Portugal* Impresso em Lisboa com licença do Conselho Real e Ordinário, em casa de Francisco Correa, com privilégio real em 1581

³ D.Barbosa MACHADO, op. cit., vol I, p.38

⁴ A Relação de Afonso GUERREIRO está publicada em *Nódoas de Lisboa. Lisboa de Luto e em Festa*, comentários de Ruela Pombo, Lisboa, Empresa da Revista “1640”, 2ª ed., 1950 - Para a consulta utilizamos esta edição que contém a obra de Guerreiro com ortografia atualizada.

concedidas em 24 de julho de 1581, isto é, menos de um mês depois da Entrada de Filipe II em Lisboa.

O relato foi dedicado ao Arquiduque e primeiro Vice-Rei de Portugal Alberto de Áustria, numa explícita intenção de receber os privilégios conquistados pelo trabalho e despesas nele empregadas pelo período de cinco anos.

E, porque eu sou testemunha de vista e de ouvida do que todos, à boca cheia, dizem e sentem disto, não temi, em cousa tão pública e manifesta, firmá-lo com tácito consentimento de todos, dirigindo à V.Alteza a RELAÇÃO das Festas, que se fiseram no triunfo de S. Majestade, para os louvar, e, juntamente com ela, as vontades dos Portugueses, com que desejam agradar à V.Alteza, para os amar e favorecer. (...) E, o que eu mais estimarei, por entrar no conto dos que sentem a obrigação que têm e mais desejam ter à V.Alteza, é querer aceitar este TRATADO breve com tal vontade que me dê animo a lhe oferecer outros maiores de diferentes matérias, para, com tal amparo, eles serem favorecidos, e eu honrado.⁵

O texto de Guerreiro chega a ser superficial, como já dissemos no quarto capítulo. Mais detalhista no início do que no final, menciona raramente o que acontecia fora da cena protagonizada pelo rei, e dedica-se principalmente a descrever a arquitetura efêmera, “a rogo de amigos presentes e ausentes”, sem grandes arroubos de interpretação ou elogios. Preocupa-se especialmente em traduzir para o português as divisas que apareceram em latim “para as pessoas que os não entenderem”, e na dedicatória ao leitor esclarece que o fato de ter escrito uma obra pouco erudita se justifica por falta de tempo, “por satisfazer depressa a desejos de muitos”, mesma razão de não ter mandado imprimir desenhos e retratos dos arcos que descreve. E que, enfim, Deus cuidará de resolver os defeitos dela

Mas, com o favor divino, nas seguintes impressões, se emendará uma cousa e acrescentará outra. Recebe, pois, o curioso leitor agora estas primícias mal maduras, para satisfazer ao apetite desta nova fruta, que por ser pouco usada, poderá dar recreação aos que não viram e ainda aos que foram presentes, que não puderam ver e notar tudo, tanto em particular como aqui vai declarado.⁶

O outro autor de uma relação desta Jornada foi Izidro Velazquez⁷, chamado Salamantino por ser provavelmente originário da cidade de Salamanca, e cuja biografia não aparece em nenhuma das principais obras de referências bibliográficas portuguesas ou espanholas, embora seu relato seja o mais conhecido e utilizado nos estudos desse

⁵ ibidem, p.07

⁶ ibidem, p.08

⁷ *La Entrada que en el Reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Philippe, invictissimo Rey da las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi com su Real presencia, como com el exercito de su felice campo* Hecho por Isidro Velazquez Salamantino, andante en Corte. Impresso com licencia, examen, y aprobacion, por Manuel de Lyra. Acosta de Symon Lopez Librero. Ano 1583

acontecimento. Nada indica que tivesse parentesco com a família do sevilhano que no século seguinte pasmaria as cortes de Filipe IV, do Papa e de toda a Europa com seu pincel. Sua existência pouco conhecida, bem como o significado da sua ausência das bibliografias setecentistas e oitocentistas, pode ser melhor compreendida pela expressão que acompanha seu nome no título da obra, *andante em corte*, ou pela sua própria dedicatória ao rei, na qual afirma que acompanhava como andante a Jornada de Filipe II e nada mais há que explique sua posição ali. Curiosa mistura de soldado com autor de relato de viagem, pois parece que não ia nela com esta intenção. A substituição da espada pela pluma, “por não fazer aquela falta numa jornada de pouco sangue”, acabou resultando no memorial mais completo e bem escrito desta viagem do monarca a Portugal, acompanhada do relato de fatos antecedentes da história do reino e boa parte da descrição da Entrada em Lisboa. Pela própria função que ocupou na Jornada, Velazquez parece mais preocupado com o que se passa nos antecedentes, com as lutas do que com as festas, da qual ele ignora muitas partes. Por outro lado, é rigoroso na descrição de trajes e práticas de etiqueta cerimonial, e certamente conhece outras obras dessa mesma natureza, pois reproduz fórmulas retóricas de maneira impecável para um soldado.

Como acontece inúmeras vezes com este conjunto de obras, o texto de Velazques também foi escrito em espanhol e publicado por um impressor de Lisboa; é uma descrição detalhada da viagem, assumindo em muitos momentos um certo teor jornalístico, com descrição da vegetação e do clima nos lugares por onde passava a Corte. Ultrapassa o formato de Relação da Jornada e Entrada porque relata também toda a história de ascensão de Filipe II ao trono de Portugal, dedicando vários capítulos iniciais à tragédia de D.Sebastião no Norte da África, ao processo de sucessão em Portugal e aos conflitos ocorridos entre a Espanha e o exército de D. Antônio, Prior do Crato, após a morte do Cardeal D.Henrique, além de apresentar um teor encomiástico a propósito da União dos Dois Reinos.

(...) pues en christianidad, la Castellana, y Portuguesa nacion, una cosa son, que porque se conserve este pedaço de christianidad, que tiene Dios esta union de reynos, para que ligados en hermandad, gobernados por el único defensor de la fee, venga esta virtud a ser tan ensalçada, que todas las perfidas naciones se avassalem a tal Rey, para que alcançando vitoriosamente la palma, quepa a tan christianos Reynos el Lauro, en señal de gloria, que se merecera en la union de tal reducion.⁸

Mas justifica sua posição, expressando clara percepção de que sobre esse assunto poderia ser interpretado como tendencioso, “aunque parezca en el proceder ser el

autor Castellano, culpando a la nacion Portuguesa, por la poca consideracion que quiso tener eneste particular”.⁹ Seu impresso apresenta apenas uma data de licença e não tem dedicatória, bem como não consta que tenha sido taxado ou recebido privilégio. Isso nos coloca numa situação um pouco vaga a respeito das condições de acesso de um público de leitores à obra. Não é poeta, daí provavelmente sua liberdade com a prosa, o que dá ao texto um caráter mais próximo da crônica de viagem. A obra mais completa sobre a Jornada de Filipe II a Portugal foi feita por um homem que o rei não viu.

Andrés Falcão Resende é o terceiro autor da Jornada de 1581. Sua inclusão neste grupo foge um pouco aos padrões determinados na seleção aqui realizada, porque sua obra¹⁰ não chegou a ser impressa, apesar de sua forma atender aos critérios de elaboração que caracterizam o conjunto. Natural de Évora, Falcão de Resende era sobrinho do conhecido cronista Garcia de Resende; graduado em Direito Civil na Universidade de Coimbra, foi Magistrado (Juiz de Fora) em Torres Vedras, e depois Auditor da Casa de Aveiro. Morreu de avançada idade, quando a peste assolava Lisboa entre 1598 a 1603. Foi poeta notável e amigo de Camões, a quem dirigiu algumas de suas composições e cuja superioridade reconhecia. Poucas eram as suas poesias conhecidas antes da compilação que fez de todas elas o professor do Colégio das Artes de Coimbra, Sr. Joaquim Ignácio de Freitas, que para a impressão de seu manuscrito chegou a obter em 1829 as necessárias licenças, não podendo realizar seu propósito por ter falecido pouco tempo depois.

Mais tarde a edição foi retomada na Imprensa da Universidade, sob os auspícios de uma Comissão; mas também devido à morte de um de seus membros, que era o encarregado de anotar as poesias, ficou interrompido o livro. A parte publicada só compreende as poesias portuguesas e sete sonetos, uma ode, um vilancico e o princípio de uma glosa em castelhano. Para reparar de algum modo esta falta, o catalogador Diogo G. Perez decidiu publicar alguns poemas que faltavam, entre eles uma parte deste a que nos referimos. O trecho a seguir trata da saída de Filipe II da Sé em direção ao Palácio. Nele podemos perceber que não há uma preocupação em descrever, mas em louvar e fazer brilhar a glória e divindade do príncipe com o poema, tal como mais tarde Lope de Vega afirmaria.

⁸ *ibidem*, fol. 17v

⁹ *ibidem*, fols. 17

¹⁰ Andrés Falcão de RESENDE, *Romance sobre a Entrada del Rey Filipe II em Lisboa em 1581*, manuscrito publicado por Domingo Garcia PERES, *op.cit.*, pp. 174-179

Buelven todos al camino,
Al palacio adereçado
Com mil fiestas y invenciones
De juegos acompañado;
Las calles y las ventanas
Y quanto del Rey es mirado
Todos es lleno de ornamento
De plata y oro entallado:
Y de triumphales arcos
Y columnas de alto grado
Y de misticas figuras
De esculpido y dibuxado,
Significaban del Rey
La gran Monarchia y estado
Y su corona invencible
Y gran centro sublimado.
El Rey todo lo mirando
De buena gracia y grado,
Com muy apacible gesto
A todos há contentado.
Y asi al real palácio
Llegando se há apeado;
Y quando el Sol se ponía,
Ya se havia aposentado.
Buena sea su venida,
Para bien sea llegado,
Sea su coroa y ceptro
Para siempre prosperado.
Ya acrescentada su vida
Por bien de su pueblo amado
Y Dios dador de los bienes
Para siempre sea loado.¹¹

Resende destaca em seu poema a importância do olhar do rei, e que todas essas coisas, festas e cenografias, só faziam sentido se fossem por ele *miradas*. Além deste poema, Falcão de Resende foi autor de outros com temas semelhantes.¹² As repetidas tentativas de publicar o texto demonstram seu valor literário e, especialmente, a importância da obra a partir do reconhecimento do autor.

Dois portugueses e um espanhol; um padre, um juiz erudito de alta função com excelentes relacionamentos na Corte e um soldado combatente ignorado. Este é o restritíssimo universo dos autores que escreveram especificamente sobre a Jornada de 1581. De qualquer forma, não deixa de ser intrigante que o acontecimento tenha sido registrado de forma quase displicente, se comparado ao trabalho desempenhado pelos cronistas das outras Jornadas de Filipe II, estudados por Francisco Pizarro Gómez.

¹¹ *ibidem*

¹² Outras obras do autor desta mesma natureza são: *Sonetos á la villa de Madrid*; *Romance da Jornada do Imperador Carlos V a Viena D'Austria e da retirada do Grão Turco Solimão (1523)* e *Soneto a El Rey Filipe II na morte da Rainha sua Mulher* (em *eccó*). Segundo Fernando Bouza há uma cópia manuscrita deste poema na Biblioteca de Évora CV/1-3/d

Não há entre eles um autor da estirpe de Calvete de Estella já mencionado, de Sebastián de Horozco y Covarrubias, ou um Juan de Mal Lara, que escreveu a crônica da Entrada de Sevilha.¹³ No entanto, como já dissemos anteriormente, a Entrada de 1581 em Lisboa foi, dentre todas, a mais longa realizada por Filipe II, o que faz da ausência de registros eruditos e oficiais uma questão intrigante, talvez resultado do pouco interesse que o acontecimento despertasse nos espanhóis, acompanhado de uma falta desta prática entre os súditos portugueses.

Todavia, a produção não se esgota nesses três impressos, pois a vida e o reinado de Filipe II foram objeto de uma infinidade de obras históricas e literárias que, como afirmamos, utilizaram provavelmente esses relatos como fontes de informações para a elaboração da memória dos tempos do rei Prudente. Já mencionamos os casos dos conhecidos cronistas, o português Pero Roiz Soares e do espanhol Juan de Herrera y Tordesilhas, mas queremos lembrar também da possível influência sobre a obra monumental que Luís Cabrera y Córdoba escreveu sobre o reinado de Filipe II, publicada em 1619 e que representa a essência do pensamento historiográfico da monarquia Filipina.¹⁴

Isso posto, é importante levantar ainda uma questão sobre em que medida essas memórias impressas da Jornada de Portugal compartilharam de uma imagem construída de Filipe II durante sua permanência no reino? Mesmo antes de viver em Lisboa e tornar-se o senhor das Duas Coroas, o Prudente era tido como uma espécie de conselheiro, que procurava colocar limites nas aventuras do sobrinho D. Sebastião e apaziguar as aflições da tia regente D. Catarina. Não que seus conselhos tivessem sido seguidos pelo Desejado, pois ele desobedeceu a todos, mas sua opinião era sempre consultada em caso de importantes decisões, como o casamento ou a Jornada de África. Os desentendimentos entre tio e sobrinho acabaram por reforçar a imagem de ousadia e inconseqüência de D. Sebastião, destacando em contrapartida as idéias de prudência e equilíbrio que aparecem associadas à figura de Filipe II.¹⁵

Depois da estadia de quase três anos em Lisboa a imagem de um senhor piedoso, de amplos poderes e absoluta autoridade se fortaleceu, passando à memória.

¹³ Juan de MAL LARA, *Recibimiento que hizo la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla a la C.R.M. del Rey D.Philippe N.S.*, Sevilla, 1570

¹⁴ Luís Cabrera y CÓRDOBA, *Filipe Segundo Rey de España*, Impresso em Madrid por Luís Sanches Impressor del Rey N.S. Año 1619

¹⁵ Para Jacqueline HERMANN, D.Sebastião desconhecia os interesses do tio em alianças com os muçulmanos do Norte da África. Filipe II fez uma espécie de jogo duplo, procurando evitar que D.Sebastião se indispusse definitivamente com os seus aliados, mas de certa forma impelindo o sobrinho a se arriscar na empreitada de Alcácer Quibir. *No Reino do Desejado*, op. cit., p.109

Segundo Diogo R. Curto, Filipe II entra para a galeria dos reis exemplares, pois “a valorização de sua memória surge por vezes a par das referências ao 'Príncipe Perfeito'”, ao ponto de se verificar, ao nível da cultura letrada, maior hostilidade em relação à memória de D. Sebastião do que à de Filipe II.¹⁶ Essa imagem manteve-se quase inabalada até o século XIX, quando fortaleceu-se a Lenda Negra em torno do seu reinado. Seu herdeiro nunca correspondeu a ela, decepcionando aos poucos as expectativas dos portugueses até chegar à total descrença. Antes disso, esses relatos que apresentamos, mesmo que pouco significativos em termos da quantidade de leitores que pudessem atingir, eram uma pequena parte de um conjunto de impressos destinados a contar as passagens do rei pelas localidades do Império, a forma como as cidades o recebiam e o exaltavam e suas conquistas. Se tomadas separadamente, as crônicas da Jornada de Filipe II a Portugal e de sua Entrada de Lisboa são inexpressivas, mas quando colocadas ao lado de suas similares produzem um conjunto mais coeso e que faz bastante sentido para a construção de uma memória impressa da monarquia de Filipe II.

Da mesma forma que o processo da União das Coroas tem sido tratado aqui como um processo de incorporação de Portugal ao Império Habsburgo, também esses relatos se mostram uma parte integrante das relações de distribuição de mercês existentes num contexto de produção de textos destinada à memória dele. Não tendo sido investido um cronista oficial, mesmo estando presente na Jornada o impressor Alonso Gómez, as atitudes de Affonso Guerreiro e Izidro Velásques convergem para a busca individual das vantagens de uma sociedade de privilégios. O padre recebeu o quinhão que lhe cabia, como demonstra o trecho da licença que reproduzimos, o poeta não chegou a imprimir sua obra, mas tinha comprovadamente meios para conseguir se mostrar; quanto ao soldado, nunca se saberá se recebeu o reconhecimento pelo esforço de ter trocado a espada pela pluma, e ter escrito um dos melhores testemunhos sobre a formação da União Ibérica.¹⁷

Confrontamos esse tímido conjunto de obras impressas por esses três homens de *status* discrepantes com as que nasceram a partir da Jornada e 1619, e foi nessa comparação que pudemos observar com maior segurança o quanto a concessão de

¹⁶ "Panfletos e cartas há, sobretudo posteriores a 1640, que atacam os que ainda esperavam o regresso de D. Sebastião, isto é, os Sebastianistas são alvo de uma desqualificação pelo facto de não possuírem razão e também por se identificarem com o *povo ignorante*." Diogo R. CURTO, *O Discurso Político em Portugal*, op. cit., p.25.

¹⁷ As referências indicam a existência de uma outra obra sobre a Jornada de 1581, mas que não localizamos no período de pesquisa em Portugal e Espanha, Trata-se de A. de ESCOBAR, *Recompilación de la felicíssima jornada que Phelipe II hizo en la conquista de Portugal*, Valencia, 1586

mercês e privilégios esteve vinculada a esses eventos. Num conjunto mais amplo de autores e de obras de natureza e estilos mais variados, as possibilidades de apreensão da intencionalidade dos poetas e cronistas torna-se ainda mais óbvia.

6.2. Autores e obras da Jornada de 1619

Libretos

Dos três casos de *libretos* elaborados para a Entrada de Filipe III em 1619, um tem grandes possibilidades de ter sido utilizado como roteiro pelos acompanhantes da visita, os outros parecem não ter saído do prelo a tempo de acompanhar a entrada do rei. O primeiro deles foi a descrição do Arco Triunfal da Nação Flamenga¹⁸, que estava localizado no trecho do trajeto que ligava a Sé ao Paço. O *libreto* recebeu as licenças necessárias entre oito e nove de junho, datas que indicam ter sido aprontado a tempo para o dia da festa; não constam quaisquer informações de que fora taxado e por isso deve ter sido distribuído aos participantes e não vendido, ficando seus encargos às expensas da própria corporação.¹⁹ Na estampa do *libreto*, onde aparece o título, há uma gravura impressa de um leão que simboliza a Bélgica, acompanhado das inscrições: *Gallorum autem fortissimi sunt Belga*.

Sua descrição é detalhadíssima, traduzindo inclusive as inscrições em latim que apareciam no arco, porque isso era necessário. Na introdução, ou apresentação, estão indicados explicitamente os interesses da corporação ao confeccionar e oferecer o arco e o panfleto ao rei.

No menos por antiguo amor, que por deuida obligacion regozijan los de la nacion Flamenca, la felice entrada en este Reyno de Portugal, de la Sacra Catolica Real Magestad del Rey nuestro señor Don Phelipe tercero de las Españas, y segundo de Portugal. Porque a demas del bien que les resulta de su Real proteccion y amparo, les

¹⁸ *Arco Triunfal que la Nacion Flamenca hizo levantar a la Entrada en Lisboa de la SCR Magestad del Rey Don Phelipe tercero de las Españas, y segundo de Portugal, en el año de mil seiscientos y diez y nueve*. Com todas las licencias necesarias, En Lisboa por Pedro Craesbeeck. O exemplar da Biblioteca Nacional de Madrid apresenta o carimbo e uma coroa colada que correspondem à Biblioteca Real. Tem dezenove fólios sem numeração em formato quarto.

¹⁹ Localizamos alguns exemplares do *libreto* do Arco Triunfal da Nação Flamenga em Portugal. Na Espanha há dois, um na Biblioteca Nacional de Madri e outro na Real Academia de História. Um levantamento mais detalhado sobre a quantidade de exemplares sobreviventes foi impossibilitada pela dificuldade de mapeamento dos acervos das inúmeras bibliotecas e arquivos da Espanha e Portugal. Tal busca teria permitido uma melhor idéia do alcance que atingiam essas edições. Na Espanha tem sido desenvolvido um programa de unificação informatizada dos acervos de arquivos e bibliotecas denominado Catálogo Colectivo del Patrimonio Bibliográfico Español, mas que apresenta ainda muitas lacunas.

queda esperança segura, que correspondiendo al gran deseo que tuuiron los de la dicha nacion de ver en este reyno a su Real Magestad (...) ²⁰

Menciona em seguida o desejo que têm os flamengos de Lisboa na manutenção dos privilégios alcançados e na preservação de mercês concedidas pelos reis antepassados, sugerindo ainda o aumento delas. Apela, enfim, para o parentesco que os une - rei e flamengos - à Casa de Borgonha.

(...) no solo les conseruará los priuilegios por sus antepassados concedidos, pero se los acrecentará, y aumentará com nueuas mercedes y honras, mostrando en ello el amor y afficion que tiene a los Payses Bajos, y a la casa de Borgoña, como legítimo patrimonio de sus antepassados (...) que sea por largos años para amparo y proteccion de los que son sus vassallos leales, y obedientes, de que en particular se precian los de la dicha nacion Flamenca residentes en esta noble y siempre leal Ciudad de Lisboa, naturales de los dichos Payses bajos a que en Latín los Escriptores nombran Gallia Belgica, a la qual està annexa la casa de Borgoña, y la dicha Gallia Belgica se reparte en diez y siete Prouincias, de que en esta empresa se trata, las quales derechamente pertenecen a su Real Magestad (...) ²¹

A apresentação destaca também a postura dos membros daquela corporação em relação aos conflitos existentes entre as Províncias Unidas da Holanda e a Coroa Espanhola, posicionando-se favoravelmente às atitudes dos Filipes na questão dos Países Baixos. Como já foi mencionado no quarto capítulo, o Arco dos Flamengos representava a imagem alegórica da Discórdia, separando as províncias fiéis daquelas rebeladas. Neste caso fica evidente que o *libreto* serviu de referência para os autores das *Relações de Jornada*.

(...) auque al presente por inducion de personas mal afficionadas a su real seruicio, se leuantarón, y rebelaron algunas de menos consideracion, (...) Y los estados inobedietes a que llaman Olandeses com lo restante dellas. Y el principal motiuo quer los de la dicha nacion Flamenca tienen en hazer este arco triunfal, fue el deseo grãde q ay en ellos de que todas se vengan a unir, y reduzir en un cuerpo a la obediencia de su natural señor, como se echarà de ver de las empresas y sustancias del dicho arco que adelante se declaran. ²²

O segundo *libreto* foi a descrição do Edifício e Arco Triunfal dos Mercadores Alemães ²³, que foi plantado no coração de Lisboa - o Paço da Cidade – e coroava o percurso. Recebeu as licenças entre quatro e nove de julho, ou seja, depois da festa. Composto no mesmo formato do anterior, embora em papel mais frágil, foi liberado para taxação, mas não consta preço. Na folha de rosto onde está o título também vem

²⁰ *Arco Triunfal que la Nacion Flamenca*, op. cit., Apresentação

²¹ idem

²² idem

²³ *Edificio y Arco Triunfal que los Mercaderes Alemanes Imperiales que assisten en esta ciudad de Lisboa hizieron quando en ella entro la S.C.R. Mag. del Rey D.Philippe III. De las Hispañas y II de Portugal el año de 1619*. A 29 de junio.

estampado o emblema da Casa de Áustria, representado pela coroa sobre a águia de duas cabeças sustentadas por Marte e pela Religião

Diferentemente do procedimento padrão, a página com as licenças desse panfleto foi acrescentada ao final do texto, único caso dentre todos os impressos que utilizamos neste estudo. Isso poderia significar que a impressão fora iniciada antes de correrem as licenças, mas não que tenha sido concluída, pois o próprio conteúdo do texto denuncia que a impressão ocorreu depois da visita, quando descreve que o rei, ao passar apressadamente pelo arco, não teve oportunidade de vê-lo com toda a atenção necessária, retornando no dia seguinte com o príncipe, a princesa e a infanta que o acompanharam a Lisboa, para com a devida calma poderem apreciar o conteúdo simbólico do edifício :

El circuito, y reconocimiento del edificio, y vna outra calle, estuuieron cubiertas de flores, y yeruas olorosas, quando su magestad entro a ver este arco, que fue a las nueue de la noche,²⁴ com muchas achas encendidas, y tres vezes detuuu la rienda al cauallo, por mirarle, y oyr la musica que auia enel, que era excelente de vozes y instrumentos: y al outro dia mando su magestad dezir a los Alemanes, que auia de boluer a ver el arco, porque la noche no le dexara ver muy despacio, y las cinco de la tarde boluio com el Principe, princesa, e Infanta, y le vieron todo muy despacio, y mostro del, entonces, y despues, tanta satisfacion, que tomaron los Alemanes osadia de ofrecerle de nueuo toda la fabrica, lo que su magestad aceptó benignamente: y desta merced quedaron ellos tan contentos y satisfechos, y proprias vidas, por el gusto y servicio de su magestad, en otras ocasiones, a quien Dios de muchos, y mayores triunfos, sujetando a su Señorío el Barbaro cuello de los q no reconecen la verdadera Religion, y les coceda largos años de vida, cõ suma felicidad en la tierra, para gloria de los cielos, y al serenissimo Principe, y a su Real familia, guarde por muchos dichosos años.²⁵

O único libreto impresso em português foi o referente à descrição do Arco dos Ingleses, e parece ter tido maiores dificuldades para sair a público do que os outros.²⁶ A primeira licença de impressão está datada de 22 de junho, isto é, enquanto Filipe III estava em Belém à espera dos preparativos para a Entrada em Lisboa. Até o dia 26 de junho tinham sido assinadas todas as autorizações, mas a liberação final e a taxação em oito réis somente em 9 e 12 de setembro, o que significa que a razão de não ter ficado pronto estivesse relacionada ao processo tipográfico e não ao conteúdo do volume.

Impresso en Lisboa com las licencias necesarias por Pedro Craesbeck año 1619

²⁴ De acordo com o texto de Sardina MIMOSO, op. cit., utilizado na relação do capítulo 4, Filipe III iniciou sua Entrada em Lisboa por volta das quatro da tarde, levando certamente cerca de cinco horas para percorrer todas as ruas e arcos, além da cerimônia da Sé. Por isso deve ter chegado às nove ao Arco dos Alemães que era o ponto final do trajeto.

²⁵ idem

²⁶ *Porta e Arco Triumfal que a Nação Ingresa ordenou ao recebimiento, e entrada em Lisboa da S.C.R.M. del Rei Filippe III de Espanha, e II de Portugal, o Anno de 1619*, Impresso em Lisboa com todas as Licanças necessarias, por Iorge Rociques, neste anno de 619

Esses três casos, excepcionalmente interessantes, sugerem que os impressos mais efêmeros, de consumo público imediato, desempenhavam também um papel importante no âmbito das relações internacionais do Império, pois além da própria municipalidade eles demonstram que os estrangeiros fazem uso da festa para articular melhor seu posicionamento político e sua visibilidade diante do rei. É bastante significativo que somente as corporações estrangeiras - flamengos, alemães e ingleses - tenham investido na fabricação de libretos. Não temos notícia de que os Italianos e as corporações de ofício lisboetas, também representadas com seus arcos triunfais na festa, tenham realizado algo dessa natureza. Esse aspecto parece confirmar a idéia de que a Entrada de Lisboa teve um caráter internacional no contexto do reinado de Filipe III, e que é abonado por um outro texto anônimo.

Fora da Península Ibérica a Jornada de Filipe III a Portugal recebeu ainda uma edição franco-flamenga publicada no mesmo ano da visita.²⁷ Não tivemos oportunidade de acesso à obra integral, mas as partes que pudemos conhecer demonstram que se trata de um relato em prosa escrito em treze fólhos. Narra os principais acontecimentos da festa e os arcos construídos pelos mercadores, que parecem ter importância destacada para o autor. Dá também uma idéia do caráter político e universalista da festa, com uma explícita insinuação aos interesses que teriam levado os flamengos a construir um edifício tão caro e sofisticado. Na opinião desse autor, a Entrada de Filipe III em Lisboa foi um evento de importância para o Império, e aproveitada pelos estrangeiros que podiam conservar seus negócios naquele terreno relativamente neutro que era Portugal.

(...) ce qui a animé, en partie, toutes les nations qui lors se trouverent en icelle ville sçavoir, comme i'ay dit, les Anglais, les Italiens, Flamans, bas-Allemands, Aosterlins, & plusieurs autres nations, mais entre toutes celles qui ont voulu tascher à contrecarrer les Espagnols, les Flamans en ont emporté le prix, tout pour les inventions d'habits, pour les grandes richesses de quoy ils estoient ouvez, que pour leur gentilez & dexteritez.²⁸

²⁷ *Entrée du Roy d'Espagne en la ville de Lisbonne. Avec les Trionphes et magnificences faits au couronnement du Prince d'Espagne son Fils, Roy de Portugal, le 29 Iuillet dernier. Et généralement tout ce qui s'y est passé a ce sujet.* A Paris, Iouste la Copie Imprimee à Anvers, en Flamand, chez Abrahhan Verhoeuem à la Lombarde Veste, au Soleil d'Or. 1619 BNP Oc 314. A indicação deste texto foi gentilmente cedida pelo Prof. Diogo Ramada Curto, a cuja inestimável colaboração agradeço mais uma vez.

²⁸ *ibidem*, fols. 11 r

Textos autógrafos

Seguindo a partir de agora a ordem cronológica das publicações autógrafas temos, primeiramente, a de Jacinto Aguilar y Prado.²⁹ Novamente um soldado espanhol, natural de Granada, a declarar no próprio título ter participado da Jornada de Portugal, e que acabou por realizar a obra de maior visibilidade internacional sobre o evento - depois da versão oficial do cronista-mór J. B. Lavanha. O texto deve ter agradado muito ao rei e ao seu homenageado, assim saudado no título da obra:

Ao Conde de Saldaña, Apolo presente de la nacion Española, Cauallerizo mayor del Principe de Castilla, Gentilhombre de Camara del Rey nuestro señor, y primer Gentilhombre de la de su Alteza, Comendador mayor de Calatrava, Capitan de una de las compañías de los hombres de Armas de Castilla, hijo del Ilustrissimo y excelente Cardenal de Lerma, tan conocido en el mundo, por sus grandezas, como por su antigua calidad.

Foi impressa em Lisboa em tempo curto, levando somente trinta e seis dias entre a primeira licença do Santo Ofício e a autorização para taxação em trinta réis, concedida em 25 de agosto de 1619. Escrita em prosa, contém ao todo vinte fólios encadernados em formato simples de quarto. Segundo o bibliógrafo Bartolomeu Gallardo, houve um segundo escrito do mesmo autor elaborado depois de acabada a Jornada de Filipe III a Portugal, e que seria publicado em Flandres no corpo de uma obra mais completa intitulada *Poema Histórico del Soldado Andaluz*.³⁰ Os manuscritos do poema épico e da Relação da Jornada de 1619, entretanto, foram perdidos pelo autor em um naufrágio que lhe sucedeu, mas depois dessa tragédia conseguiu reescrevê-los e imprimir às suas próprias custas um *Compêndio* de todas as suas obras no ano de 1629 na cidade de Pamplona, dedicado ao Duque de Medina de las Torres, genro de Olivares; nele Aguilar y Prado conta como perdeu a obra que compusera.

Nesse *Compêndio*, ao qual não tivemos acesso, a *Certíssima Relacion* aparece com o título modificado para *Escrito Primero de La Entrada que Hizo su Magestad, y sus Altezas en Lisboa*, mas reproduz exatamente o texto original segundo Gallardo. Pelo que se pode notar, Aguilar y Prado era um soldado bastante erudito para sua condição, e preocupado com assuntos pouco comuns em sua função, por exemplo, a terceira parte

²⁹ Jacinto AGUILAR y PRADO, *Certissima Relacion de la Enrada que hizo su Magestad, y sus Altezas en Lisboa; y de la Jornada que hizieron las galeras de España, y de Portugal, desde el Puerto de Santa Maria, hasta la famosa ciudad de Lisboa. Donde se refiere las prevenciones, fiestas, y grandezas que se hizieron en ella, y otras muchas cosas notables, sucedidas en estafacion*. Compuesta por don Iacinto de Aguilar y Prado, natural de la ciudad de Granada, y soldado de su Magestad, que en esta iornada se halló. Com todas las licenças necessarias. Impresso en Lisboa, por Pedro Craesbeeck. Año de MDCXIX. 1619

³⁰ D. Bartolomé José GALLARDO, *Ensayo de una Biblioteca Española de Libros Raros y Curiosos*, coordinados y aumentados por D.M.R. Barco del Valle y D.J. Sancho Rayon, Madri, Imprenta Y

deste *Compêndio* chama-se *Epitome de Alguns papeles escritos en diferentes asvntos en la illustre Academia de Madrid*.³¹ Viveu intensamente os acontecimentos políticos dos reinados de Filipe III e Filipe IV, esteve em França e foi inclusive enviado ao Brasil na ocasião da expulsão dos holandeses da Bahia, de cuja Jornada resultou um *Escrito Historico de la Insigne, y Baliente Iornada del Brasil, que se hizo en España el año de 1625 al Capitan Martin de Iuztiz, noble de la muy antigua y leal prouincia de Guipuzcoa*.³²

A narrativa de Aguilar y Prado é objetiva e desperta interesse, iniciando-se na época da preparação e partida das galeras do porto de Sevilla, entre 10 de maio e 10 de junho. Depois conta todo o trajeto das galeras até chegarem a Lisboa, saindo pelo Porto de Cádiz, passando pelo Cabo de São Vicente e por Setúbal. Descreve ainda um encontro seu com o Rei na Torre de Belém em 22 de junho. Preocupa-se, sobremaneira, com as situações de manobras das embarcações, pois seu interesse estava evidentemente calcado nas estratégias preparadas para a viagem, embora ela não tivesse um objetivo militar, é a única deste conjunto de 1619 que apresenta tal teor.

Quando inicia a descrição da festa, deixa explícitas três razões de não descrever detalhadamente cada arco de triunfo disposto pelo trajeto. Em primeiro lugar, porque outros livros foram impressos com essa função, “por no repetir cosas q outro há dicho, porque deste, y de los demas Arcos, de cada vno de por si, se há impresso vn libro”, referindo-se provavelmente aos *libretos* encomendados pelas corporações de que tratamos anteriormente. Isso demonstra o quanto as obras impressas travavam um diálogo entre si, como veremos em vários outros casos.

Em segundo, porque acha que nenhum espanhol teria paciência de ler seu texto se contivesse todas as descrições, “y fuera la cosa mas prolixa y cãhada del mundo: por lo qual me parece cosa acertada, auer hecho de cada vno mecion de porsí”. Temos aqui um elemento excepcional para esse conjunto de impressos, pois como veremos adiante, predomina uma tendência entre os autores mais eruditos de valorização da descrição das alegorias e detalhes simbólicos. Para o soldado, escrever sobre eles implicava num certo desperdício de tempo e palavras, e preocupava-se especialmente com seus leitores que possivelmente encontravam-se fora da esfera dos iniciados em cultura clássica e cortesã. Isso nos leva a concluir que as possíveis mercês aspiradas por Aguilar y Prado não dependiam somente de uma descrição capaz de exaltar a festa, mas também de levar em conta a capacidade estratégica da comitiva régia.

Estereotípi de M. Rivadeneyra, 1863, Tomo I, p. 50

³¹ incluído no compêndio às fols. fols. 45 a 60, segundo Gallardo, op. cit.

³² ibidem às fols. 63 a 81

Enfim, para Aguilar y Prado as descrições muito prolixas ainda aumentavam o volume de papel e encareceriam os custos da sua obra; opta então por dizer apenas o preço do arco que recebia o rei no ancoradouro do Tejo - aquele que apresentava a idéia da *Lisboa Ubilicus Mundi* -, “y me parece esto declaracion mas verdadera, y inteligible, pues el precio del fue (bie~ informado yo de los artifices) diez y ocho mil ducados, por donde se entenderà mas bien lo q~ podia ser”. Assim podemos supor que também conversou com os artífices, que informou-se dos fatos e dos gastos da empresa e que era importante registrar o modo como chegou a tais informações.³³

Da festa, o estrategista declaradamente gosta de contar apenas as danças e a participação da massa de súditos que se organizam em grupos de mulheres e crianças para homenagear o rei. Nada de descrever as vestimentas com detalhes, como outros autores mais afeitos à cultura cortesão, nem os gestos e o protocolo das cerimônias.

Siguiose a esto mas de cinquenta coros de aldeanas, q~ dançando cantauan dulcissimas Cantilenas, lleuando todas en las manos vnos arcos, a modo de medias lunas; en ellos, com artificioso primor, hechas de cera y colores, frutas y flores, tan bien mentidas, que parecïa muy proprias; esto lleuauã en sus manos: pero en sus razonables talles el ror amontonado, en cadenas, Agnusdeyes, y joyas, com tanta abundancia q~ mas parecia q~ venian de las Indias que de las aldeas: entre ellas, a estancia, yuã pueriles niños, que en esta tierra llamã mininos, ricamente adereçados en ocho, baylando en concertada dança: a este mismo modo yuan tãbien hermosas niñas dando a entender, que dende el mayor al menor se alegrauan en tan solene fiesta.³⁴

Também se nota, sobretudo, uma idéia interessante e muito cara ao seu tempo de que a visão da Majestade civilizava a barbárie e humanizava a selvageria, representadas por homens vestidos com trajes de animais tais como “Leones, Tigres, Orsos, y otros a este modo, en significaciõ, que hasta los silbestres brutos, por gozar de tal Rey y señor, estauan contentissimos, dexando su seluatiquez”³⁵, revelando toda uma expectativa de transformação da ordem do mundo pela presença dos gestos do monarca.

Outro aspecto do olhar desse autor, que se deixa revelar por observações muito pessoais e raras neste tipo de relato, diz respeito à admiração pela beleza das mulheres ricamente trajadas e adornadas para ver o rei, mas num toque sutil faz questão de lembrar que as de sua terra parecem mais abençoadas pelo deus do amor,

(...) el ventanaje y damas, no se como lo pinte, porq~ era tanto, y tan bueno, que a sus balcones el Aurora pudiera tener a tanta hermosura embidia: no alabo la gala, donayre, y

³³ AGUILAR Y PRADO, op. cit. fols. 13v e 14r

³⁴ ibidem, fols. 15v

³⁵ ibidem. fols. 15r

traje de las desta ciudad, porque lo de Castilla no me da lugar, si ya el amor de la patria no me engaña: pero finalmente, las q̃ son hermosas a parte, el Dios de amor es poco poderoso en este Reyno para los q̃ sabe~ del de Castilla.³⁶

Pouco tempo depois do relato de campanha de Aguilar y Prado, em outubro do mesmo ano de 1619, aparece o texto do também espanhol e quase desconhecido escrivão Francisco de Arce.³⁷ Descreve a chegada do rei a partir do Tejo e alguns dos arcos triunfais de forma bastante imprecisa, destoando assim do conjunto que apresenta teor mais erudito. Sua originalidade, entretanto, advém da adoção de um ritmo excepcional da composição feita em quadras e não oitavas, esta usada pela maioria, apresentando por isso maior dinâmica para a leitura. O impresso também é de pequeno formato e sem paginação, razão provável de seu preço reduzido e acessível de trinta réis. Na primeira página, junto com o título está uma gravura interessante de um escritor – um fidalgo vestido à moda da época, com uma pena na mão - que pode ser o próprio autor, ladeada pelas seguintes inscrições muito sugestivas: embaixo – “En los quarenta años de mi edad, el famoso Enrique me fecit”; na lateral esquerda da gravura “Quien se retira es santo muy glorioso Pues no viue embidiado ni embidioso”, e à direita “Viuiendo muero triste y desdichado, Porque procuro ser siempre embidiado”. Ao fundo uma construção que pode ser um castelo ou um cárcere, segundo a interpretação de Gallardo.³⁸

Por ser o único caso em que aparece um retrato do autor, vale tecer algumas considerações a respeito dessa prática. Para Roger Chartier, “o retrato do autor torna imediatamente visível a atribuição do texto a um eu singular”, tendo sido muito freqüente no livro impresso do século XVI. Essa forma de representação nasce da idéia, cara à literatura da Época Moderna, segundo a qual o escritor é também o autor da obra, em detrimento da concepção medieval que entendia o escritor primeiramente como compilador de textos e idéias. Assim, o escritor torna-se plenamente responsável pelas idéias que a obra autografada veicula, demonstrando isso com a estampa de sua própria imagem.³⁹

³⁶ ibidem, fols.17v

³⁷ Francisco de ARCE, *Fiestas reales de Lisboa, desde que el Rey Nuestro Señor entró, hasta que salió*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1619, licenças em 30 de agosto, 03 e 16 de setembro. O impresso não possui numeração de fólhos.

³⁸ “El retrato que lleva al piè *En los quarenta...*, es curioso para la historia de los trajes de aquel tiempo. Al lado de él está figurado un edificio que presumo sea una cárcel.” B. J. GALLARDO, op.cit., vol. 1, p. 263

³⁹ “Por um lado, em uma época na qual as palavras 'escrever' e 'escritor' adquirem em francês, um sentido moderno, indicando não apenas a cópia, mas também a composição dos textos, eles [retratos impressos] permitem entrever uma escrita autógrafa que não mais dá a entender o ditado a um secretário.” Roger CHARTIER, *A Ordem dos Livros*, op. cit., p.53

A composição irregular de Francisco de Arce é nitidamente inferior, em termos literários, se comparada às outras, mas é infinitamente rica em elementos cruzados entre o erudito e o popular. Parece ter sido publicada às pressas, pois o autor explicita na dedicatória ao rei e ao povo de Lisboa pedidos de perdão e clemência, acusando inimigos de calúnia e inveja. Dessa maneira, parece-nos extremamente revelador o fato de Francisco de Arce, que declarava precisar de urgentes favores da majestade de Filipe II, tenha feito retratar a si próprio com a pena na mão à moda do século anterior, denunciando sua própria condição de homem simples e pouco erudito.

No quiero mas do que por premio de mi servicio grande, merezca yo la atencion del retrato ao viuo q he copiado, donde sin arengas prolijas ni prosas largas, usando quanto pude del verso mas sentencioso y facil, en circulo tan pequeno como este, pinto la grandiosidad de fiestas Reales que a nuestro mayor Monarca del mundo Filipe Tercero hizo vuesa Señoria, a quien suplico passe sus ojos por mis torpes riglones muy siguro que com esto el enemigo imprudente, que me desestima aprendiendo a hablar se esforçara a leer, y el mordaz embidioso que me vitupera, quedara en silencio. Dios guarde a Vues. Señoria, com la felicidad de vida, y estado que puede, y deseo.⁴⁰

A ênfase nas suas precárias e humildes condições de vida, entre ratos, gatos, e pulgas, reforçam os apelos pelo olhar régio. De todos os impressos da Jornada de 1619 não há outro que explicita com tanta clareza a espera do privilégio real,

Retirandome yo luego para trabaxar y escriuir toda esta noche hasta la mañana com la pluma en la mano entre Sastres, y ratones como gatos de Refeitorio, y Chinchas como el puño, dandome unas lancetadillas las señoras pulgas en tiempo que pudieran dezarme ganar la triste vida, y refozilarse com todo un Convento, como gente mas desocupada y menos trabajada entonces aviendo este peregrino solo andado su largo camino, cavallero en un pollin, de venta en monte, com el colchon y la mediamanta acuesta, trabaxos y persecuciones, que son testigos que no gana holgado el pan.⁴¹

Ou ainda quando precisa afirmar as razões do seu desaparecimento da corte,

Mas enemigos traydores
dizeron que me auian muerto,
refusere, desmentiles,
verdad es que estuve preso.

Há, sobretudo, no texto deste homem atormentado uma interessante parte em prosa onde são descritas as procissões, danças, palhaços, bailes, gestos de ciganos e toda sorte de jogos populares feitos em homenagem ao rei, e especialmente a dança de uns diabos em contraste com as cruzes de prata das paróquias, numa evidente confluência de ritmos celestiais e infernais. Arce não se sabe, mas nos transmite um

⁴⁰ Francisco de ARCE, *Fiestas reales de Lisboa*, op. cit.

⁴¹ ibidem, s/ numeração

ambiente completamente diferente daquele apresentado pelos autores oficiais e representantes dos poderes constituídos.

Yuan delante todas las danças, inuenciones, trompetas, y cheremies que huuo, quando entrò su Magestad, añadiendo una dança de diablos, que hasta los diablos parece regozijarse este dia. Y la de Gitanos, que estos com sus Gitanas, com piedras sutiles por castañeras, com bueltas diabolicas y extraordinarias. No fueron de menos gusto y contento tantas harpas, rabelillos, violones, viguelas, panderillos, morteretes, folias, sonajas, e instrumentos de pandorga, que en toda fueron mas de veynte danças, unos cantando, y otros baylando.

Luego prosiguió la procisson general, yuan delante las cruces de Plata de las Parroquias, com sus mangas ricas, algunos de costa e bordadura preciosa. Y luego los Estandartes ricos de seda, y oro fino, de las mismas Iglesias, en cada uno la Imagem del Santo advocacion de cada Parrochia, y los extremos de las cruces, unos gallardos gallardetes donde estauan esculpidas las significaciones de todos los officios de Lisboa, Cofrades, y no Confrades que esto que vi mas por excellencia en esta Ciudad.⁴²

Diz também ter encontrado conhecidos pelas ruas - Alvaro Bello vi allí - e pede a uma dama para que lhe ajude a desvendar os mistérios dos emblemas expressos pelos arcos de triunfo, numa declaração de que não dominava os códigos da parte erudita da festa, sugerindo que este era um jogo que também resultava na aproximação entre homens e mulheres de diferentes categorias sociais. No final, volta às rimas para compor uma grande exaltação ao rei.

Podemos encontrar semelhanças entre os impressos compostos pelos dois espanhóis. Ambos insistem em dizer que estiveram presentes na Jornada e por isso estariam a contar com maior convencimento do leitor o que viram, ouviram e presenciaram. Aguilar y Prado prioriza o relato em prosa, mais do que Arce, que às vezes parece aspirar a uma posição privilegiada através da composição poética. Quando partem para o uso da prosa, valem-se dela para dar uma idéia mais realista dos acontecimentos, descrevendo como se estivessem ao pé dos fatos. Nesse caso não trabalham a linguagem como arte de exaltação, não constroem alegorias com as palavras que eles conhecem e valorizam, mas que não sabem fazer com propriedade devido a suas origens mais populares e suas existências pouco cultivadas. Constituem uma categoria de escritores distantes da erudição dos jogos barrocos de palavras, que já faziam parte das práticas dos fidalgos e cortesãos desde o Renascimento, e que predominam na maior parte dos textos de clérigos e juristas que trataremos a seguir. Percebemos aqui uma intersecção entre erudito e popular, uma vontade de homens dos extratos inferiores em ascender a posições mais altas através de suas viagens em companhia da comitiva da majestade. Aguilar y Prado e Francisco Arce parecem

⁴² idem

aspirar, de forma um pouco picaresca, o espírito do *hidalgo* espanhol - misto de Dom Quixote e Don Juan.⁴³

O primeiro impresso de autor português a sair foi o de Elói de Sá Sotomayor, que compôs em castelhano uma canção com oito estrofes de doze versos sobre a Entrada de Filipe III em Lisboa.⁴⁴ Este homem foi bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, mas natural de Lisboa. Nada mais se sabe das suas circunstâncias pessoais e não há referências nos catálogos a esta obra⁴⁵, taxada em quatro réis em papel em setembro de 1619. Excepcionalmente, a taxaço de este impresso foi registrada com alguns dias de antecedência das licenças do Santo Ofício e da autorização definitiva para impresso. A canção de Sotomayor parece bastante acessível pelo preço e pelo formato, enquadrando-se quase na mesma categoria dos *libretos* de descrição dos arcos. Na folha de rosto, abaixo do nome do impressor consta, numa rara informação, a indicação do nome do livreiro onde poderia ser adquirido - Martin Parra, na rua da Misericórdia. Os outros impressos não têm indicação de livreiros, como era comum não se fazer em Portugal.

O tu del Mundo no enbidiosa
Ciudad de todas triumphadora,
A dezir fuerte tan altiua
Baste ser tu la ma dichosa,
Ya tu ceruiz, si se desdora,
Biue tu pues, y el, que te abiua,
Con parabienes
e que en tu gloria te mantengas,
Si tras bayuienes
A lo que es bien, que bien te auengas,
De ti no injusta
La Magestad Cesarea Augusta

Extremamente impessoal, esta canção não permite que se coloquem hipóteses sobre as intenções de seu autor com a publicação da obra, exceto que possivelmente tenha sido custeada pelo próprio. Não foi dedicada a ninguém.

⁴³ Eduardo FRANÇA assim definiu o espírito do *hidalgo* espanhol. " Há no *hidalgo* uma fusão dos tipos que a literatura imortalizou - Dom Quixote e *Don Juan*. Com as qualidades e os defeitos do herói castelhano e do herói andaluz, da Espanha cavaleiresca, inquieta e empreendedora do século XVII. (...) Um, dessa Castela de longínquos horizontes, árdega e tenaz, ascética e sofredora, enrijecendo energias e exportando homens. Outro, da Andaluzia meridional e ardente, contente e desenfreada em sua prosperidade, feita de arrojo e imprevidência, acolhendo aventureiros. Um sonhador com alma de herói, um aventureiro com alma de pícaro. Fundidos os dois tipos no clima barroco, ter-se-á o *hidalgo* da época imperial, fremente, alevantado e cheio de ambições na vida. *Portugal na Época da Restauração*, op. cit., p.75

⁴⁴ Elói de Sá SOTOMAYOR, *A la felicissima entrada de Su Magestad en esta ciudad de Lisboa por el Licenciado ... Vezino, y natural desta Ciudad de Lisboa*, en Lisboa, por Pedro Craesbeeck 1619

⁴⁵ INNOCENCIO, op. cit., tomo II, p. 225

Ainda no mesmo ano de 1619 encontramos o texto de autoria de outro português, Vasco Mousinho de Quevedo Castelo Branco, este mais enquadrado nos esquemas da literatura erudita relativa a festas e cerimônias régias.⁴⁶ O autor era homem de letras, também formado em direito civil canônico na Universidade de Coimbra, exerceu por muitos anos a profissão de advogado. Natural de Setúbal, não são conhecidas as datas de seu nascimento e morte, nem aparecem registros de outras circunstâncias individuais que lhe digam respeito, ou que expliquem melhor sua relação com a Corte Filipina. Ficou mais conhecido como autor de um poema épico – *Affonso Africano: poema heróico da presa de Arçilla e Tanger*, comparado por alguns a *Os Lusíadas* de Camões. Pertenceu à escola literária espanhola que dominou em Portugal entre a segunda metade do século XVI e meados do XVII.⁴⁷

Seu manuscrito foi licenciado pelo Santo Ofício e autorizado para impressão em dezembro de 1619, dedicado ao presidente Ivan Furtado de Mendonça e ao Senado da Câmara, ou seja, personagens representantes da cidade e não do Império. Seu poema é uma obra extensa de exaltação ao rei composta em castelhano e constituindo um total de 384 oitavas ⁴⁸ divididas em seis cantos, perfazendo sessenta e seis fólios encadernados em doze e taxado em oitenta réis. Na dedicatória ao leitor encontramos a referência talvez mais importante deste texto, a alusão ao cronista João Batista Lavanha, na tentativa de desculpar sua tentativa de compor uma obra que somente a ele estava atribuída. Fica declarada a necessidade de reconhecimento do privilégio do cronista-mór do reino diante da ousadia do erudito português.

Pero fuè parca, aunque generosa, deste Infante mio, el Chronista mayor Iuan Baptista Lauaña, à quien por razon del cargo, y merecimiento de persona, cabe solamente esta empresa. Y so le offrezco imperfeto es para que sirua de Alba de su Sol, y sea stimulo al desseo, y motiuo à la esperança..

Nos primeiros três cantos Quevedo exalta incansavelmente a cidade de Lisboa. A partir do quarto começa a descrever o Triunfo da Entrada de Filipe III nos moldes de interpretação detalhada das alegorias, dos arcos e dos emblemas. Possui um tom empolgado e exaltador se o comparamos aos outros impressos, acompanhando toda a seqüência do trajeto feito pelo rei na cidade. Mas desta vez o autor está praticamente ausente do evento e do texto, nada sugere que ele tenha visto ou participado do

⁴⁶ Vasco Mousinho QUEVEDO, *Triunpho del Monarcha Philippo Tercero en la Felicissima Entrada de Lisboa. Dirigida Al Presidente Ivan Furtado de Mendonça, y Senado de la Camara*, Impresso en Lisboa. Con todas las Licencias necesarias por Iorge Rodrigues. Año 1619.

⁴⁷ Innocencio F. da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, tomo VII, p.409

acontecimento, ou então não tenta seduzir seu leitor com essa possibilidade. Quevedo também não parece preocupado se vai cansar seu leitor com seus sofisticados volteios, provavelmente mais habituado a textos de caráter laudatório. Nesse sentido é uma obra que se enquadra nos parâmetros de uma elite letrada que, da mesma forma que os soldados Arce e Aguilar y Prado, buscava reconhecimento diante do rei e do Senado da Câmara de Lisboa, mas desta vez dominando plenamente os códigos da arte de exaltar o rei pela retórica.

O primeiro impresso a aparecer em 1620 foi o livro de Francisco de Matos Sá ⁴⁹, português nascido em Freixo de Espada à Cinta, considerado grande poeta e autor de obras de teor religioso, não sendo também conhecidas suas datas de nascimento e de morte.⁵⁰ O texto de Matos Sá foi liberado para impressão em janeiro e taxado em trinta réis. Escrito em oitavas e em castelhano para ser divulgado em toda Espanha, apresenta, em um total de dezesseis fólhos, uma gravura do brasão das quinas de Portugal com a Coroa impressa na folha de rosto: “que por essa razão, o escrevi em romance Castellano, por ser mais facil de entenderse, que a nossa lingua Portuguesa. Pera que se divulgasse por toda Espanha, & fose notorio, & manifesto às Prouincias mais remotas de nossa Europa”. Seu homenageado era fidalgo português de relevo - D. Alfonso de Lencastre - Alcaide-mór das vilas de Óbidos, Soure e Celir do Porto e Comendador-mór da Ordem de Christo. A ele declara explícita gratidão pela proteção – “que sendo recebido de V.S. debaixo de sua protecção, & amparo pode caminhar por todas as quatro partes do mu~do sem temor, nem covardia”. A maior originalidade do texto de Matos Sá é o relato feito de uma procissão de Corpus Christi, presenciada pelo rei, inédita na outras obras.⁵¹

Em seguida, também no ano de 1620, foi impresso o texto que já utilizamos em parte no quarto capítulo de Juan Sardina Mimoso, encarregado de elaborar o relato da Real Tragicomédia que os padres da Companhia de Jesus compuseram e encenaram para Filipe III em Lisboa.⁵² Era natural de Setúbal e presbítero, tendo ocupado a posição de abade em Santa Maria de Meixedo no arcebispado de Braga. Morreu em

⁴⁸ José de Ares MONTES, op. cit., p.16

⁴⁹ Francisco de Matos SÁ, *Entrada y Triunpho qve la Ciudad de Lisboa hizo a la C.R.M. del Rey D.Phelipe Tercero De las Españas, y Segundo de Portugal*. Com la Explicacion de los Arcos Triunphales que se levantaron a su felicissima Entrada. Dirigido al Ilustrissimo Señor D.Alfonso de Lencastre Comendador Mayor de Portugal. Impressa en Lisboa cõ todas las licencias necessarias por Iorge Rodriguez. Año 1620

⁵⁰ INNOCENCIO, op. cit., tomo III, p. 08; PEREZ, op. cit., p.361; MACHADO, op. cit., vol. II, p.196

⁵¹ Dedicatória de J. Sardina MIMOSO, *Relacion de la real tragicomedia*, op. cit.

⁵² ibidem.

Lisboa em novembro do ano de 1644.⁵³ Seu texto também escrito em castelhano é mais específico, pois leva a maior parte dele a contar a comédia. Na última parte apresenta com riqueza de detalhes o relato da Entrada do Rei em Lisboa. Não existe nenhuma referência de que tenha sobrevivido o texto original da Real Tragicomédia, mas seu autor era um jesuíta, Padre Antonio de Sosa, a quem foi dedicado um dos sonetos que abrem a Relação de Sardina Mimoso.

Esta Relação foi licenciada em fevereiro de 1620 e taxada em 8 vinténs. Sua dedicatória foi dirigida a D. Theodósio, Duque de Bragança, figura muito significativa naquele momento em que as ligações entre as duas coroas pareciam bastante abaladas. Com seu texto espera atingir diretamente o espírito dos jovens em formação, apelando para o passado da monarquia portuguesa, pois os “estudantes que (...) aprendem com as letras humanas, virtudes, & costumes divinos, representarão ao seu Rey algumas das muytas prosperidades q a este Reyno trouxe o felicissimo Rey Dom Manoel”, e pelo parentesco existente entre D. Theodósio e D. Manoel, considerou prudente dedicar sua obra a este duque.

Finalmente, a dedicatória se abre aos interesses mais explícitos. Pondo “V. Excellencia os olhos neste pequeno servisso ficarmeão esperanças de os por neste criado, pera que com tal favor possa emprender dignas cousas do servisso de Vossa Excellencia”.⁵⁴ Preocupa-se também em redigir em castelhano para que se conhecessem as riquezas e a perfeição com que os portugueses tinham engenhado a cerimônia e a encenação. Temos aqui um autor preocupado em granjear os privilégios que poderiam resultar da nobreza da terra, pois não é pelo olhar do rei que clama o dedicado e talentoso jesuíta.

A propósito da Comédia dos Padres da Companhia de Jesus e da obra do padre Sardina Mimoso relatou Manuel Severim de Faria ao seu correspondente.

As invenções forão raras, porq vierão ao Theatro Naos com pessas de Artilharia, representandose as ondas do mar com monstros marinhos. Nelle houve cercos de cidades com baterias de pessoas, e assaltos, de numeroza gente sahirão ao teatro animais raros de Africa e Asia, e Brasil tudo com tanta perfeição q enganava a vista as apparencias, admirando, e deleytando juntam^{te} a todos os que as vião e particularm^{te} sua AA e Elrey, q confessou nunca haver visto couza semelhante, e mandou que se lhe fizesse huma relação obra em que se apontasse p^{ar} m^{ce} cada figura, com os vestidos e joyas q levavão p^a q ficasse perpetua memória de tão assinalada couza.⁵⁵

⁵³ Domingo Garcia PEREZ, op. cit., p.385

⁵⁴ MIMOSO, J.S., *Dedicatória ao Excelentissimo Senhor D.Theodosio segundo deste nome. Duque de Bragança*, in. *Relacion de la real tragicomedia*, op. cit.

⁵⁵ M. Severim de FARIA, op. cit., fls.154v

Depois desta temos outro texto interessante e original; trata-se da obra de Jacinto Cordeiro⁵⁶, outro alferes de uma Companhia das Ordenanças da Corte e considerado um poeta de vulto, especialmente no ramo da poesia cômica.⁵⁷ Natural de Lisboa, Cordeiro morreu aos 40 anos de idade em 28 de fevereiro de 1646. Escreveu duas obras em português e todas as outras em castelhano, das quais fazem parte quinze comédias, em geral bem escritas na avaliação de José Ares Montes, que acrescenta ainda ter sido ele um seguidor de Lope de Vega.⁵⁸ Nas obras escritas em português dedicou-se principalmente a elogios e relatos da corte de D.João IV sendo, portanto, um adepto da causa da Restauração. Pela data, é provável que sua comédia tenha sido composta quando o autor tinha por volta de quinze anos de idade. Tem trinta e nove fólios e custava quarenta réis

A comédia de Jacinto Cordeiro foi dedicada ao Bispo Inquisidor Geral de Portugal, D.Fernando Martins de Mascarenhas, apesar de seu caráter profano, e liberada para impressão em junho de 1621. Trata-se de um texto teatral bastante elaborado, onde personagens humanas e mitológicas vivem uma comédia de erros, concomitante à estadia de Filipe III em Lisboa em 1619. Fidalgos portugueses e espanhóis encontram-se na corte estabelecida temporariamente, presenciam a Entrada Triunfal, descrevem as festas, e praticam os hábitos cortesãos tais como os jogos de adivinhação do conteúdo alegórico dos Arcos Triunfais. Dentre as obras que encontramos esta talvez seja uma das mais originais, não se comparando à outra comédia encenada pelos padres da Companhia de Jesus. Cordeiro não exalta personagens históricas, usa a ocasião para representar uma trama de amor e traição que se passa no ambiente cortesão.

No texto o autor mostra um rei mais fascinado por Lisboa do que a cidade pelo seu senhor. A uma certa altura, em um diálogo que Filipe III trava com o duque de Uceda, o rei exalta sua beleza

Duq. Quiere vuestra Magestad
Recogerse del rigor
Del aire dessa ventana

Rey. No importa, Duque dexad
Huelgo de ver la Ciudad

⁵⁶ Jacinto CORDEIRO, *Comedia de la Entrada del Rey em Portugal. De Iacinto Cordero natural de Lisboa*. Dirigida ao Ilustrissimo & Reverendissimo Senhor Bispo D.Fernando Martins Mascarenhas. Inquisidor Geral de Portugal. Impressa com as Licenças necessarias. Em Lisboa por Iorge Rodriguez Anno de 1621. Vendese na Rua Nova dos Livreiros.

⁵⁷ Innocencio SILVA, op. cit., tomo III, p.237

⁵⁸ José de Ares MONTES, op. cit., p.33

Com tanta luz sobre humana,
Y fuera de buena gana
Averla esta noche yo
Pues com amor me abligo
A hazer aquestos estremos.⁵⁹

Finalmente, em 1621, publicou-se a aguardada obra de João Baptista Lavanha que, de todos os cronistas relacionados, foi o que ocupou posição mais próxima ao rei e mais proeminente nas cortes portuguesa e espanhola, portanto o cortesão mais conhecido em seu tempo dentre todos os autores da Jornada.⁶⁰ Existem muitos estudos sobre a obra e a vida de Lavanha, devido a sua importância como sábio e homem de ciências nas cortes ibéricas entre os reinados de D.Sebastião e Filipe III. De ascendência judaica, Lavanha era natural de Lisboa do ano de 1555, filho de um escudeiro-mór, casou-se e teve seis filhos. Iniciou sua atuação ao lado do rei D.Sebastião, por quem foi enviado a Roma para aprimorar seus conhecimentos em artes e ciências, e de volta ao reino tornou-se professor das disciplinas Matemática, Letras Humanas, e Histórias Sagrada e Profana. Durante a União das Coroas, por conselho de Juan de Herrera, foi convidado a se transferir para a corte de Filipe III, que o nomeou Cosmógrafo e Cronista-Mór do reino na recém fundada Academia de Ciências em 1618.⁶¹ “Es pues, ante todo, un cargo científico el que ostenta y así se desprende de su declaración, ya que firma como ‘catedrático de matemáticas residente en la corte’”.⁶²

Foi também o enviado a Flandres para reunir as notícias necessárias para a composição de uma *Historia da Monarchia de Espanha e Genealogia dos seus Monarchas* e encarregado de preparar a segunda edição das *Décadas* de João de Barros lançada em

⁵⁹ Jacinto CORDEIRO, op. cit., fols. 6r

⁶⁰ João Baptista LAVANHA, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622

⁶¹ “Nombram^{to} Para el off^{te} de cronista mayor de Portugal q fide Juan Bap^{ta} Lauaña

El Visrey responde q Ju^a Bap^{ta} Lauaña es muy a proposito p^a este cargo y tambien propone a di^o sabia hijo, de quien tambien fue cronista y aprueba mucho su persona.

El consejo numbro en primer lugar a Ju^a B.L. com milor calidades para ello y mando dar nota y don Ant^o Pereyra amadeu al dito di^o de [?], y dije el consejo q antiguame^{te} no teria sol^o este off^{te} porq se davan ayudas de costa. Y q el ultimo por quien vazo turno 100v rs de salario y parece q se reduzga a lo antiguo/ el duque de Villa [?] en papel aparte ofreceria a Lauaña.

ANTT, C650, Liv.216, – consejo de Portugal, 24-26 de jan de 1618 Doc. 108

Q a Ju^a Bap^{ta} Lauaña se le podrian dar 300# de ayuda de costa para su viaje a Lisboa . Al Padre Confessor - Doc.145 – 25/05/1618

Q a Ju^a Bap^{ta} Lauaña se le podiam dar 300# de ...el padre confessor lo aprueba como preze. - Doc. 160 – 20/07/1618. Agradeço novamente a indicação dessas fontes ao Dr. Diogo Ramada Curto

⁶² Agustín HERNANDO, *La Imagen de un País. Juan Bautista Labaña y su mapa de Aragón (1610-1620)*, Zaragoza, Instiución “Fernando ElCatólico”, 1996, p. 31

1615, tal como noticia Manoel Severim de Faria.⁶³ Entre 1610 e 1619 esteve encarregado de elaborar um mapa da Província de Aragão, nos moldes da cartografia flamenga que ele aprendera durante sua estadia.

Na ocasião da Jornada de 1619 o cronista acompanhou a comitiva real e foi encarregado de elaborar o seu relato oficial. Pelo que consta nos arquivos, Lavanha parece ter tido problemas financeiros na velhice, o que lhe teria causado uma sobrecarga de funções devido à necessidade de pagar seus muitos credores. O relato da Jornada pode ter sido um desses encargos, recebendo por ele 100 mil réis e dois privilégios régios por dez anos a partir de 1621. Precisou de apenas duas licenças de impressão, assinadas por um padre e um cronista do rei em julho e agosto desse mesmo ano em Madri, já que foi Tomas Iunti quem a editou. Foi taxada em treze reais em papel.

Pela importância da obra dentro do quadro de memória da Jornada de Filipe III a Portugal parece relevante observar também que, diferentemente dos padrões de aprovação da maioria dos impressos que analisamos - curtos e objetivos -, estas trazem pareceres específicos acerca do conteúdo do texto, da qualidade da impressão e das virtudes intelectuais do autor, tais como este do

Padre Antonio Colaço de la Compañia de Iesus.

Por comission del señor Doctor Diego Velea Vicario general desta villa de Madrid vi vn libro en lengua Castellana, intitulado Viagem de la Catholica Real Magestad del Rey don Filipe III, nuestro señor a su Reyno de Portugal: compuesto por Iuan su Cronista mayor: y me parece historia muy verdadera, y que en pocas palabras comprehende, y declara muchas cosas: y que es muy digna de ser estimada de todos, assi por la curiosidad de lo que descriue, como por el estilo, com que lo trata, ni tiene cosa alguna contra nuestra santa Fè, y buenas costumbres. Por lo qual me parece, que se le deue dar la licencia que pide. En Madrid en el Colegio Imperial de la Compañia de Iesus, a 23 de iulio de 621.

E a aprovação do *Maestro Gil Gonzalez Dauila Coronista de su Magestad*.

Muy poderoso señor.

Por mandado de V.Alteza he visto el libro del viagem, que la Magestad Catholica del señor rey don Filipe III que està en gloria, hizo al Reyno de Portugal, y la relacion del aparato de su recibimiento, escrito com singular diligencia por Iuan Bautista Lauaña su Cronista Mayor, en que manifiesta el gran conocimiento, que tiene de las cosas admirables de aquel Reyno. Merece, que V.Alteza, honrando sus muchas letras, le dè licencia, para que se imprima: y tengan por este medio noticia las Naciones vezinas y remotas de su grande erudicion: y del amor, lealtad y zelo, com que siruió el Reyno de Portugal a la grandeza de su Magestad Catholica. Madrid, Iulio veynteseys, 1621.

⁶³ Diogo Barbosa MACHADO, op.cit., 1965, vol.II, pp.598-600; e "Houve neste anno poucas impreções, e o livro de mor consideração, que sahio, foi a 4ª Decada de João de Barros, estampada com mappas, e Anotações de João Bautista Lavanha cosmografo mór." M. Severim FARIA, *História Portuguesa e de outras Províncias do Occidente*, BNL Mss. 241, Fls.58v

Sua crônica foi editada em português e castelhano, sendo uma das obras mais referidas na bibliografia sobre Corte e Entradas Reais em Portugal, devido ao fato de ser a única obra do gênero que incorporou ao texto as gravuras que representam detalhadamente os Arcos Triunfais construídos para a festa.⁶⁴ Como já dissemos anteriormente, o esboço das gravuras foi executado por Domingos Vieira Serrão e gravadas em Antuérpia por Hans Schorckens, que teria utilizado como modelo de representação às descrições das *Joyeuses Entrées* dos duques Alberto e Isabel nos Países Baixos, de autoria de Joannes Bochijs.⁶⁵ O trabalho de Lavanha destaca-se pela qualidade da impressão, demonstrando a ampla atividade tipográfica que cercava a monarquia de Filipe III, herdada como vimos de seu pai - *rei papelero*.

O texto de Lavanha só pôde ser conhecido pelo público após a morte de Filipe III em 1621, o que lhe dá um tom ainda mais célebre e monumental, possivelmente mais ligado à aclamação de Filipe IV do que ao próprio pai. Lavanha faleceu na Corte de Madrid em março 1624, deixando para seus filhos os privilégios alcançados com a composição. Teve como discípulos na corte castelhana, além do príncipe Filipe, os poetas Miguel de Cervantes e Lope de Vega.⁶⁶

Em 1623 foi lançado o *Romance* de Francisco Rodrigues Lobo⁶⁷, nosso conhecido autor de *Corte na Aldeia*, um homem de cortes européias por excelência. É quase impossível não pensar no quanto parece contraditório o fato desse mesmo autor ter participado ativamente da *intelligentsia* que se formou pelo movimento da Aclamação de D.João IV. Neste caso, fica evidente que, estando próximo da corte filipina Rodrigues Lobo demandava privilégios, não importando ainda qual seria sua futura posição. Por isso, embora o dado seja fundamental para que se compreenda melhor a trajetória de Rodrigues Lobo, procuramos olhar sua obra da mesma maneira que vimos os anteriores, pensando nas possíveis necessidades de composição de um texto adulatorio e encomiástico ao rei da União das Coroas, que visitava Portugal depois de

⁶⁴ A obra traz catorze gravuras, incluindo doze que representam a arquitetura efêmera do evento: 1. Desembarque de Filipe II no Cais da Ribeira; 2. Arco dos Homens de Negócio da Praça de Lisboa; 3. Arco dos Ingleses; 4. Arco dos Oficiais da Bandeira de São Jorge; 5. Árvore dos Reis de Portugal dos Prateiros; 6. Arco dos Cerieiros; 7. Arco dos Italianos; 8. Arco dos Pintores 9. Arco dos Flamengos; 10. Arco dos Ourives e Lapidários; 11. Arco dos Moedeiros; 12. Arco dos Familiares do Santo Ofício; 13. Arco dos Alemães; 14. Planta da sala que S.Magestade fez Cortes.

⁶⁵ George KUBLER, *A Arquitetura Portuguesa Chã*, op. cit. p.112

⁶⁶ As referências mais completas e atualizadas sobre a vida e obra de J.B.Lavanha estão no prefácio de Francisco Contente Domingues à recente edição do seu *Livro Primeiro da Architectura Naval*, Lisboa, Academia de Marinha, 1996 e em Armando CORTESÃO, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos sécs XV-XVI (Contribuição para um estudo completo)*, 2vls., Lisboa, Edição da Seara Nova, 1935

⁶⁷ Francisco Rodrigues LOBO, *La Iornada que la Magestad Catholica del Rey don Phelippe III de las Hespañas hizo a su Reyno de Portugal; y el Triunpho, y pompa com que le recebió la insigne Ciudad de Lisboa el año de 1619,*

tantos pedidos de transferência da Corte. Lembramos ainda que a obra *Corte na Aldeia* foi impressa no mesmo ano da Jornada, o que coloca esse autor no rol daqueles que participavam da elite de literatos ligados à dinâmica dos impressos dirigidos a um público de fidalgos de Portugal, e especialmente de Lisboa.

Os poemas de Rodrigues Lobo demoraram mais de um ano entre a primeira licença do Santo Ofício em novembro de 1621 e a data de conferência da impressão com o original em março de 1623, mas não houve possibilidades de verificar as razões dessa demora, se por motivos perigosos aos olhos do Santo Ofício, ou por atrasos dos juízes do Tribunal. A obra foi taxada para venda em quatro vintéis, e consiste numa composição muito menos sofisticada do que a *Corte na Aldeia*. Não contém dedicatória, ausência que nos impede de inferir as possíveis intenções de Rodrigues Lobo com sua impressão, como temos feito com outros autores.

A espera do Rei, o desejo de vê-lo e por ele ser visto são os temas de maior ênfase nesta obra de Rodrigues Lobo, provavelmente cansado de viver em sua singela corte de aldeia.

Agraviado, y descontento
Se quexava ha muchos años
De la ausencia de su Rey
El buen Reyno Lusitano.
Llamavante las ciudades,
Davan bozes los vassalos,
los Tribunales sospiros,
el vulgo dava otros tantos.
Los Templos, los edificios,
Los Castillos, los Palácios
Con eccos en sus vazios
Le esavan siempre llamando
Deseavan todos verle,
Y que del fuessen mirados,
Que el bien sin ser conocido
No puede ser bien amado.

Em 1624, quase três anos após a morte de Filipe III, as tipografias continuavam a trabalhar sobre a Entrada de 1619, publicando o extenso poema de Gregório de San Martín⁶⁸, mais um autor natural de Lisboa e casado com uma sobrinha do poeta Lope de Vega. Morreu em Portugal em 1642. Além da obra de exaltação da Entrada de Filipe III em Lisboa, escreveu também versos de exaltação à aclamação de D.João

compuesta en varios romances, em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, ano 1626

⁶⁸ Gregório de SAN MARTÍN, *El triumpho mas famoso que hizo Lisboa a la entrada del Rey Don Phelippe Tercero d'Espanña, y Segundo de Portugal*, em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, año 1624. A propósito do lançamento da obra depois da morte de Filipe III, o autor incluiu o assunto num dos capítulos intitulado *Que trata de la Muerte del Rey Don Phelippe Tercero de las Españas, y Segundo ded Portugal, y de la Coronacion del*

IV.⁶⁹ Esta é uma situação que ocorre por vezes com estes autores, confirmando a tese da importância do aparecimento desse tipo de obra nas ocasiões em que o rei se mostrava em público, especialmente nas ocasiões festivas, ou então ligando um presente político à memória de eventos passados, sejam eles longínquos ou recentes.

O poema de San Martín é o mais extenso e também o impresso mais caro desta relação, composto em sete cantos com um total de 933 oitavas. Foi avaliado por quatro censores do Santo Ofício e taxado em cento e quarenta réis, tendo levado cerca de sete meses entre a data da última autorização do Tribunal e a taxaço. O autor recebeu privilégio real pela obra, como vem registrado junto ao próprio título.

Nas dedicatórias do autor há referência à obra de Lavanha, que a essas alturas já tinha sido lançada, “aviendo menester para tan alta y rara empresa outro mas alto, y levantado estilo, para contar, y relatar por extenso grande maquina que hizo esta mi patria celeberrima a su magestad”. Apesar disso, ele lança mão da tónica da Lisboa *Ubilicus Mundi* e oferece seu poema com interesses de receber por ele as justas recompensas dos mecenas.

(...) que assin se dize solo Lisboa (quitado Roma) es la Metropole de la tierra, por sus unicos y soberanos templos, rica de thesoros Orientales, y Occidentales, y proprios suyos, donde salieron Cesarones Albuquerque, Gamas, y Viriatos, y otros de cuya fama se puede com razon de ellos dezir, non plus ultra, quales son los ilustres Mecenes deste Reyno, a quien ofresco este humilde mi tratado, para que cada qual lo ampare a el, y a su Autor, com alegre, y agradable semblante, aunque pequeno a sus excelencias, y señorias, que com grandiosos, y liberalisimos Alexandros me admitan en su servicio, si meresco ser el su menor criado, debaxo de cuyos arboles quedar è mas seguro de los contrarios vientos, y leguas de murmuradores.⁷⁰

Reafirma, em seguida, que conhecera alguns dos tratados lançados sobre a Entrada de 1619, mas nenhum deles contava o que ele pretendia contar, e que era importante corrigir alguns erros que seus autores cometeram, justificando sua tardia publicação.

(...) mas lo que me dió confiança para lo hazer estampar, y salir com esta obra a luz, fue veer algunos Tratados que en este tiempo han salido, y ninguno relatar por extenso lo que yo relato(...): y ansi por servir a la patria, y eternizar su nombre, y los memorables hechos de mis naturales, trabaje por alcãçar todo lo que he podido.⁷¹

Príncipe fols.145v-158v

⁶⁹ Intitulados *Sucessos felices, intitulado Finezas de Amor, ofrecidas á los poderosissimos Reys de Portugal y França*, Lisboa, por Manuel da Silva. cf. PEREZ, op. cit., p.351

⁷⁰ SAN MARTÍN, op. cit., Dedicatórias: A los ilustres y excelentissimos señores deste Reyno

⁷¹ ibidem

San Martín é um poeta talentoso, e gosta de se incluir no evento, inserindo no texto diálogos seus com a infanta e a princesa por ocasião da decifração dos arcos de triunfo, de forma a enriquecer, mesmo em versos, o realismo do texto e insistir na sua proximidade com as personagens da Corte e da família real.⁷² Descreve situações inusitadas que mais se assemelham ao sentimento bucólico caro ao barroco, como a incorporação de uma jovem camponesa que dançou para o rei e o encantou logo no início da jornada.

La graciosa Niña inquieta
Hizo muchos floreos com las manos,
Tan liberal en gracia qual discreta,
Com donaire y juguetes cortezanos:
El coche fue siguiendo, y no quieta
Hasta que los invictos Reyes Hispanos
Para eternizarem mas su fama
De Palacio la hizieron luego Dama.

*

Al momento entrò la Zagaleja
En el hermoso coche de las Damas,
Que venia conforme a la pareja
De que del Rey por apellido llamas:
La Reyna y la Princesa la festeja,
Y las nobles Duquezas cortezanas
Todos alegres com tan altos gozos
Siguieron a los prados venturosos.⁷³

O teor da obra de San Martín sugere algumas hipóteses. Em vários momentos o autor menciona e insiste em sua proximidade com fidalgos de Portugal, declarando ser amigo de um dos que esteve presente na reunião dos Estados Gerais na ocasião da aclamação do príncipe. Enquanto constrói sua obra de exaltação à Jornada de Filipe III, insiste em chamar a atenção para as virtudes de Lisboa e dos portugueses de maneira bastante explícita, contra os que advogavam pelo retorno do rei a Madri.

Quisieron referir que no viniesse
Algunos avisados Ciudadanos
A esta Ciudad, que Corte ser merece,
No pueden assentar los Reyes Hispanos:
Y que de la Madrid no se saliesse,
Consejos que al querer salieron vanos,

⁷² Estranhamente, para José de Ares MONTES, San Martín era "machacón, retórico y escasso poeta; sus descripciones y moralidades cansan y pocas veces asoma a ellas una nota de buena poesía. ", *op.cit.*, p.24

⁷³ Gregório de SAN MARTÍN, *op. cit.*, fol. 08v

Y que para los suyos no es deciente
Estar sin voluntad de ellos ausente ⁷⁴

Ou quando elogia sutilmente a polémica performance de D. Teodósio, Duque de Bragança, ao desrespeitar o protocolo da reunião das cortes e preceder o mordomo-mór do rei, que reage à altura a esta declarada atitude insubordinada.

Del Padre (que ya goza el alto cielo)
Venia Don Theodosio de delante
Condestable mayor del patrio suelo
Que al Tajo reiga, al Nilo semejante:
Com vn estoque leuantado al buelo
Mostrando el Portuguez talle arrogante,
Com donayre, prudencia, y confiança
Este Señor das terras de Bragança.

El fuerte Don Manrique noble Conde
Mayordomo mayor de su Alteza
A la precisa duda corresponde
Com gallardo aparato y realeza:
En la misma occasion mirada, donde
Da la alta prosapia Portuguesa
Los mejores del Reyno que se hallaron
A su inuicto Rey acompañaron.⁷⁵

San Martín não termina seu texto da mesma forma que começou, muda o ritmo e o assunto, encerrando com a saída de Filipe III de Lisboa. Não conta o trajeto do retorno e salta diretamente da festa à notícia da morte do rei. Passa então a divagar sobre a morte e a vanidade da vida, enfatizando a decadência do mundo, no mesmo sentido do que já foi visto sobre o texto de Luís Torres de Lima e a tópica barroca da crise no segundo capítulo. Monarquia, festa e morte estão associados no poema de San Martín, como se pode perceber nas duas estrofes seguintes.

Oy no cabe en Palacio el verdadero
Que com lealdad de las virtudes trata,
Que el falso, desleal, y lisonjero
A la verdad com mil lisonjas mata:
Este es querido, el sabio, y lo primero,
Que la muerte del justo alfin relata,
Y no quiere oyr verdad, o razones,
Si no llega el aflicto com doblones.
(...)
O invicto Rey jamas consientas
Lisonjeros, y falsos Consejeros,

⁷⁴ ibidem, fols.5r

⁷⁵ ibidem, fols.138r. A atitude arrogante de D. Teodósio diante de Filipe III é um dos momentos mais comentados pelos cronistas da Jornada e Cortes de 1619, com esta atitude inserida no contexto dos gestos da corte, D. Teodósio sinaliza na presença do rei o incômodo dos portugueses com a maciça invasão de Lisboa pelos fidalgos espanhóis.

Que dan, y suelen dar grandes afrentas
A tus humildes hijos verdaderos:
Goviernate qual sabio, y solo intentas,
Com sabios, y ancianos Caualleros,
Com prudencia, valor, astucia, y arte,
Y tenga de tal gloria el mundo parte.⁷⁶

A leitura das entrelinhas parece revelar mais uma vez o descontentamento dos portugueses com o estado das coisas na corte de Madri na altura de 1623, quando já "reina", soberano, o Conde-Duque Olivares; é possível que suas insinuações tenham sido a causa de ter levado tanto tempo para a obra sair dos prelos. Foi a última obra impressa sobre a Entrada de 1619 que se tem notícia.

Diante dessa multiplicidade de hipóteses que procuramos colocar para as intenções dos autores que se envolveram na construção da memória impressa das duas Jornadas, restam ainda algumas observações a título de conclusão parcial. Em primeiro lugar, é indiscutível que a força da memória da imagem de Filipe II frutificou em 1619, e seus esforços em desenvolver uma forma de poder através da cultura impressa parecem ter permanecido ao longo do reinado do filho. Em segundo lugar, poder-se-ia supor que a partir do momento que a prática de concessão de privilégios e mercês aos autores de Relatos de Jornadas se tornou comum, mais autores ficaram interessados em agradar ao rei e seu círculo mais próximo de cortesãos, publicando seus discursos encomiásticos e adulatórios. Neste caso poderia ter sido a corte de Filipe III muito mais afeita a essa forma de relação de troca de favores por elogios impressos, e ter feito uso disso. Por fim, a colocação de Diogo R. Curto apontada anteriormente nos conduz a uma terceira hipótese, a de que poderia ter se iniciado durante o reinado de Filipe III um intenso combate, por parte da elite letrada, contra o fortalecimento das expectativas sebastianistas que se espalhavam pelos meios populares, resultando no incremento das produções de eruditos voltadas para a exaltação da figura do rei e da festa sofisticada que a cidade lhe oferecera. A intensificação do volume de objetos impressos a partir da Entrada de 1619 coincide com o crescimento, nos níveis letrados, das histórias da Batalha de Alcácer Quibir e as lendas sobre o retorno do Encoberto, difundidas por via oral.⁷⁷

⁷⁶ SAN MARTÍN, op. cit., pp.155v e 158r

⁷⁷ É muito significativo que todas as tentativas de resgate do Sebastianismo e da imagem de D.Sebastião ocorridas neste século tenham partido de preocupações extremamente eruditas e sofisticadas, como é o caso do poema *Mensagem* de Fernando Pessoa e do debate entre Carlos Malheiro Dias e António Sérgio nos anos 20. António M. B. Machado PIRES, *D.Sebastião e o Encoberto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969

6.3. Relatos pessoais

Este olhar mais atento que procuramos dirigir para as formas e a multiplicidade de elementos que compõem os impressos, aparentemente padronizados, ganha ainda outras nuances quando esses textos são colocados diante de alguns manuscritos que relatam os mesmos acontecimentos. Não se trata aqui de comparar conteúdos *stricto sensu*, pois nossa preocupação não se restringe à reconstituição dos acontecimentos que envolveram as Jornadas Filipinas, e tampouco consideramos que isso seja possível diante de fontes desse tipo. Para nós, os relatos pessoais possibilitam o acesso a enfoques dos acontecimentos surgidos de uma maior liberdade em relação às censuras régia e inquisitorial. As cartas particulares trazem especialmente essa possibilidade.

A primeira e mais evidente diferença que existe entre um texto impresso, em louvor ao rei e à festa, e uma missiva particular consiste na intencionalidade do autor. Como já foi tratado anteriormente, é indiscutível que o impresso se destina a um público que o manuscrito não vislumbra, podendo apresentar um tratamento diferente dos eventos que nos propusemos estudar.

São raros e muito consistentes os textos conhecidos de caráter privado, e ocorrem somente para a Jornada de 1619. Um deles, escrito por um espanhol, é pouco aproveitado pelos historiadores das jornadas - *História de Filipe III, Rei de España* de Matias de Nóvoa. Este relato fez parte de uma obra mais completa que está publicada integralmente em VIII livros, cobrindo o período desde 1578 – ano do nascimento de Filipe III - a 1626. O autor do prólogo realizou uma incrível pesquisa para chegar ao nome do verdadeiro escritor, que não vem indicado na obra, e que fora durante muito tempo atribuída a um certo D. Bernabé de Vibanco. Essa pesquisa, detalhadamente relatada no prólogo, conclui que o autor Matias de Nóvoa foi “nascido indudablemente em Toledo, y cerca del Alcázar, segun su proprio dicho. Tampoco, y esto es más raro, he logrado descubrir su fe de defuncion, ni saber á ponto fijo el dia de su morte”.⁷⁸ Supõe, entretanto, que sua morte tenha ocorrido no dia 15 de maio de 1652. Foi criado de quarto de Filipe III durante cinco anos, entre 1615 e 1620, acompanhando-o nas jornadas que descreve, e embora não conste nas listas de criados que estiveram na jornada de Portugal, o pesquisador deduz que essa omissão se deva

⁷⁸ Matias de NÓVOA, *Historia de Filipe III, Rey de España* - libro VII - año de 1619, in *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España* (CODON) por el Marqués de la Fuensanta del Valle y D. José Sancho Rayon, Tomos LX-LXI. Madrid, Imprenta de Miguel Ginesta, 1875, p. LXXXIV

ao fato de estarem aí mencionados apenas os “que llevaban gajes y Novoa no los llevaba”.⁷⁹

O mais consistente dos relatos manuscritos, entretanto, é de um português. Trata-se da já utilizada correspondência que Manuel Severim de Faria trocou com o Vice-Rei da Índia Diogo de Couto⁸⁰. Relembramos que, excetuando-se J.B.Lavanha, Severim de Faria era, de todos os autores dos impressos sobre as Jornadas Filipinas, o homem melhor posicionado nos quadros da elite intelectual portuguesa. O cargo eclesiástico de Chantre da Sé de Évora certamente lhe concedia o acesso às informações mais detalhadas, acerca das novidades envolvendo as negociações da Jornada e todo o seu desenvolvimento. Sua obra pode ser colocada no mesmo patamar de importância que o muito conhecido, e impresso há décadas, *Memorial* de Pero Roiz Soares, que tem sido bastante utilizado pelos pesquisadores da passagem do século XVI para o XVII em Portugal.

Utilizando-se do formato de crônica anual, o autor não conta ao seu interlocutor de onde obtém tantas informações - pois o próprio já devia sabê-lo -, tampouco explica porque conhece detalhes de decisões e negociações em vários âmbitos do poder. Para ensaiar um esboço de análise estrutural, diríamos em primeiro lugar que o texto está organizado cronologicamente, sucedendo-se os anos, e em cada ano os acontecimentos organizados em meses. De maneira narrativa, o autor esgota cada assunto para passar ao próximo, mesmo que ao mudar de tema tenha que retroceder no tempo. Em seu relato os anos não começam no dia primeiro de janeiro e terminam no dia 31 de dezembro, como seria normal num anuário, variando algumas vezes de março a fevereiro, ou de janeiro a março. Desconhecemos o motivo desse critério, que não foi explicitado na obra. Dentre as notícias que mais o empolgaram nos anos todos que construiu seu relato estão as catástrofes e fenômenos naturais ocorridos no reino, tais como terremotos, tempestades e cometas, adicionando a eles interpretações e previsões. Os falecimentos de fidalgos importantes e as mudanças nos quadros eclesiásticos também são notícias relevantes, assim como os eventos mais significativos dos reinos da França, Inglaterra e Alemanha.

Uma outra característica particular do seu relato são ainda algumas notícias de impressão de livros em Portugal, a partir das quais pudemos identificar a importância de certos autores e obras para o início do seiscentos. Dessas notícias, duas chamam atenção especial pelo seu vínculo com as fontes que utilizamos. Numa delas Severim

⁷⁹ idem, p.LXXVIII.

de Faria escreve que envia junto com as suas *Notícias* um impresso das festas da corte de Madri ocorridas naquele ano, do qual infelizmente não transcreve o título, para que o amigo distante conheça a qualidade dos versos e o nível como as coisas têm andado na corte. Esta notícia aponta para o valor literário que teria este tipo de relato já no início do século XVII, e nos dá um sinal de que os textos circulavam pelo império, como já tivemos a oportunidade de suspeitar anteriormente.⁸¹ Outra notícia das impressões foi o aparecimento da *Quarta Década* de João de Barros - para ele a obra mais importante do ano -, publicada após a morte do autor e cujo encarregado de organizar, ilustrar e acrescentar as partes incompletas foi o cronista João Baptista Lavanha, fato importante na vida do cronista, como também foi levantado acima.⁸²

Mas é no ano de 1619 que Severim de Faria se põe a escrever quase que incansavelmente, valorizando demasiadamente a Jornada Régia e tudo o que a envolveu. Mesmo que já viesse dando todas as notícias complicadas e controversas sobre a decisão da vinda do rei desde o início do seu relato, ele não se poupa de contar detalhadamente tudo o que pode sobre as festas preparadas para receber Filipe III. Não nos interessa, entretanto, seguir os acontecimentos narrados por Severim de Faria - opção que teria indubitavelmente um valor neste trabalho -, mas tomar desse relato partes que revelem as marcas de ter sido este um texto diferente daqueles que analisamos anteriormente, que não visa público nem mercês régias.

Na escolha dos episódios narrados por Severim de Faria podemos encontrar, por um lado, um sinal de representatividade das expectativas de certo grupo de portugueses na resolução do impasse causado pelo abandono, por parte do Conselho de Portugal e da Corte de Madri, dos princípios acordados em Tomar. Num outro prisma, encontramos mais uma vez a mesma posição de veneração da imagem do rei, que surge quase que completamente descolado dos problemas. Assim, todas as vezes que encontramos o rei em sua descrição, esse vem cercado de uma aura de beleza e exuberância, completada pela cenografia das ruas e pelo amor que os súditos lhe dedicam em público.

Tendo sido seguramente testemunha em Évora, é importante reiterar que Faria sempre desconfiou que Filipe III realizasse a Jornada, influenciado que era pelo válido e pelo protocolo, tecendo ácidas censuras ao comportamento, à postura dos membros do Conselho de Portugal, à posição da corte em relação a essa jornada e à cobrança

⁸⁰ Manoel S. de FARIA

⁸¹ idem, fols 2

⁸² idem, fls. 58v

das fintas. Mas ver o rei desfilar pelas ruas é espetáculo imperdível, repleto de sensações físicas, visuais e olfativas.

Estavão todas as ruas por onde S.Mag^{de} havia de passar, excellentem^{te} ornadas, e calçadas de gente, e de todas as janelas lhe lançavão nuvens de rosas e varias flores, confeitos, e agua de cheiro. Hia sua Mag^{de} com passo vagaroso perguntando pelas cousas q via, e na praça se passou a ver a Fonte da Agoa da Prata, q estava fermosissima lançando g^{de} copia de agoa pelos canos e o conde de Basto o advertia das Donas Fidalgas, que estavam pelas janellas, a quem Elrey fazia cortezia tirandolhe o chapeo. (...) Em todos estes dias era o coche de S.Mag^{de} seguido de infinita gente q tinha vindo à cidade som^{te} a ver Elrey por ser cousa em Portugal tão desejada e q havia tantos annos faltava.⁸³

A passagem do rei também é associada à abundância de mantimentos e prosperidade, e não se menciona uma linha sobre o problema da dificuldade na cobrança e pagamento das fintas por parte da população ao Rei, tema amplamente abordado nos anos de dúvida sobre a Jornada. Esquece também os excessivos gastos dos fidalgos em roupas e cavalgaduras, pois na presença do rei parece que valeram a pena.

Ao lado da admiração pela figura real, o outro tema que ganha amplitude no relato é a beleza de Lisboa, tópica já discutida anteriormente e que tivera o poder de converter o príncipe preguiçoso ao amor às letras na versão do Chantre. Segundo ele, enquanto aguardava em Almada o rei pôde ver os preparativos de Lisboa, que ia a cada manhã ficando mais bela. Depois de tanta espera é como se os noivos se preparassem, enfim, para o dia do matrimônio triunfal.

Ao outro dia que forão 25 appareceo á vista de todos aquella admiravel maquina de Lisboa, vendose tantos montes quantos se alcançavão com a vista da outra p^{te} coroados de soberbos edificios e os campos branqueados de magnificas quintas. Foi esta vista tão nova p^a S.Mag^{de} e AA q excedeo m^{to} o conceito presente ao q a Fama lhe tinha de Lx^a publicado.⁸⁴

O que Severim de Faria descreve da estadia de Filipe III e a corte em Lisboa pouco se compara aos impressos, que se dedicaram a construir um edifício retórico em homenagem ao rei, centralizando seus esforços na Entrada Triunfal. Este autor, por outro lado, segue os passos diários do Rei, enlaçando-os com os dos fidalgos convidados para audiências, carregando nos detalhes do protocolo e das cortesias. A passagem de Filipe III, na visão de Severim de Faria, parece ser um grande hiato de civilização no contexto de desrespeito aos acordos de Tomar e aos direitos dos portugueses. A propósito das práticas a serem utilizadas na Entrada, o uso do cavalo

⁸³ Manoel S. de FARIA, op. cit., fls. 131; 132-132v

por fidalgos espanhóis tornou-se motivo de polêmica espinhosa, que foi resolvida com prudência e interesse pelo rei.

Nestes dias se tratarão algumas duvidas q havia sobre a Entrada, e p^{ra} m^{to} pedio a Cam^{ra} a S.Mag^{de} não levasse no acompanham^{to} nenhum castelhano a cavalo, por ser costume nestes reinos acompanharem em semelhantes actos grandes aos reys apé e descubertos, até os mesmos infantes; no q sua Mag^{de} veyo com facilidade e assim o não acompanhou o Duque de Uzeda a cavalo, como tinha feito até então. Também se lhe pedio admitisse no serv^o de sua pessoa os officiaes da Casa Real Portugueses, conforme aos capitulos das Cortes de Thomar. Esta materia foi muy difficultosa, porquanto ao q tem os lugares juntos dos Reys pertendem não os largar, ainda q a tempo, pela facilidade com q algumas vezes se muda a officiação dos Principes. E assim Elrey por accomodar a todos admitio som^{te} q assistissem os officiaes portugueses no Paço, e mesa com suas insignias, e q os mossos fidalgos e da Cam^{ra} servissem nas couzas exteriores e os de Castela continuacem com a p^{te} serv^o de sua pessoa.⁸⁵

A propósito da Entrada de Lisboa propriamente dita, Severim de Faria realiza dois relatos diferentes. Primeiramente descreve um a um os arcos triunfais, sem contar a festa, como se quisesse colocar seu interlocutor dentro do clima que antecede a Entrada Régia. Alguns são descritos de forma mais detalhada do que outros, pois deles considera que

“(…) os sete principaes forão tão sumptuosos e ricos de pinturas e esculturas, q com o que custavão se podia fazer outros de marmore, q competirão com os antigos de Roma. Mas diz que não precisa contar tudo com muito esmero porque m^{tos} sairão as relações impressas e brevem^{te} sahirá a História Universal de todos, hiremos som^{te} dando huma breve noticia delles”.⁸⁶

Depois descreve a trajetória do rei pelas ruas da cidade, seus gestos e a participação dos fidalgos portugueses no cortejo. Nesta parte se ocupa da relação estabelecida entre os súditos e a imagem viva do rei, e destaca a superioridade dos trajes e ornamentos vestidos pelos fidalgos portugueses que chegaram a por inveja nos espanhóis.

Erão todos de varias cores cubertas de seguilhas, em que demonstrava a natureza vencida da arte, fazendo nas mesclas com q se diferenciavão humas das outras. Houve m^{tos} veludos cheos de passamanes, e de ouro e prata com trancelins abotoaduras de ouro, e de todas forão as guarnições douradas viose nesta Corte a grande mudança q em pocos anos fes o tempo. Porque os s^{rs} Castelhanos que acompanhavão a S.Mag^{de} se houverão com tanta temperança que não som^{te} nenhum deu libré, mas nem com verem as pessoas reaes de festa excedrão os trajos ordinarios, com que possuiam os nossos Portugueses antigos, e pelo contrario os Portugueses representavão os mais luzidos

⁸⁴ ibidem, fls.133-133v

⁸⁵ ibidem, fls.136v-137

⁸⁶ ibidem, fls.137-137v

cortezãos de Espanha, e Italia. Todo este custo se fes subitam^{te} e em poucos dias, donde bem conhecerão ser a riqueza de Portugal m^{to} mayor do que vulgarm^{te} a estimavão.⁸⁷

Em Lisboa, sua tendência pela exaltação dos portugueses se agudiza, e vai num ritmo crescente a cada novo passo desenvolvido pelo cortejo. O ponto culminante dessa idéia, contudo, se encontra em dois episódios narrados pelo Chantre, nos quais portugueses e castelhanos se enfrentam em batalha campal, aparentemente iniciadas por razões banais. Sem cair na armadilha de tomar o relato de Severim de Faria como mais autêntico por ter sido a testemunha mais isenta de preocupação com as censuras, queremos entretanto ressaltar que desconhecemos qualquer alusão a esses dois episódios em outro texto ou estudo sobre a União das Coroas e as Jornadas Filipinas em Lisboa. Mais do que provar algo que já se sabia ocorrer, sua descrição revela a existência de uma tensão cotidiana que não poderia ser tratada nos impressos encomiásticos, e é esse o sentido que queremos lhe atribuir aqui.

No primeiro deles a briga foi iniciada enquanto o rei fazia uma visita à Igreja de N. Sra. da Luz em dez de setembro, já terminada a reunião das Cortes. Um moço de cozinha do rei envolve-se numa discussão em uma taverna por causa do pagamento da conta. Portugueses presentes, que eram de origem camponesa, passam a insultá-lo e a seus companheiros, que são obrigados a correr para a igreja onde estava o rei. Em seguida retornam os castelhanos com reforços de homens armados e são recebidos com pedras e paus pelos portugueses, que ao perceberem a superioridade dos castelhanos decidem se retirar da contenda; a ira dos soldados resultou em vingança indiscriminada e sangrenta.

Pelo que não achando os Tudescos com quem brigar entrarão por baixo dos arvoredos, onde estava m^{ta} gente comendo e outra repouzando, sem terem entrado na briga, e dando de subito nelles, forão ferindo e matando, sem guardar sexo, nem idade com q fizerão hum bruto estrago. E ainda q m^{tos} os da guarda ficarão feridos, comtudo dos Portugueses foi mayor o numero, e alguns mortos em que entrarão huma m^{er} e huma menina de seis annos, e hum homem que estava dormindo e outros semelhantes os feridos passarão de sessenta, dos quaes alguns depois morrerão. Este foy o sucesso de N.S^{ra} da lus, no qual sendo tão culpados os Estrangeiros fizerão entender a S Mag^{de} o contrario, e assim não forão castigados os que o merecião. Tanto pode m^{tas} vezes a opinião maes que a verdade.⁸⁸

O outro episódio parece ter uma carga política ainda mais forte, pois aconteceu também na presença do rei, mas desta vez num momento em que se realizava uma audiência com o Duque de Bragança. Do lado de fora do palácio onde estavam

⁸⁷ ibidem, fls. 147

⁸⁸ ibidem, fls.155v-156v

reunidos o rei e o duque passava um coche, e para este passar foi preciso afastar o cavalo do duque. Seus lacaios reagiram à ousadia e iniciaram o conflito com tanto barulho que foi ouvido do lado de dentro, chamando a atenção das pessoas. O rei assume a ofensa ao duque e ordena um pregão condenando à morte todos aqueles que daí por diante quisessem afastar o cavalo do duque. Dois dias depois, voltando o duque para se despedir do rei começaram os conflitos, pelos quais foram presos dois soldados do Castelo de Lisboa que se lançaram contra os lacaios de D.Teodósio. Condenados à forca, um deles entretanto foi perdoado a pedido do duque.

O episódio parece muito significativos porque, em última instância, Filipe III sai dele como um rei justo e respeitador da fidalguia portuguesa, representada pelo Duque de Bragança, que “deste modo partio o Duque p^a villa viçosa muy bem quisto de todos”.⁸⁹ Nesse sentido, os dois conflitos são exemplares, tanto no que diz respeito à existência de disputas de rua muito acirradas nesses tempos de visita real, e que não podem aparecer nas fontes oficiais e laudatórias, quanto no que toca a apropriação que Severim de Faria faz deles para também tirar uma imagem engrandecida das personagens mais importantes deste cenário - o rei e o duque - denegrindo, em última instância, o sentimento de vingança e o desejo de massacre dos soldados castelhanos contra a população indefesa.

Para além da discussão sobre a maior ou menor proximidade que sua narrativa possa ter do fato, é extremamente importante observar mais uma vez que ela só pode ter sido realizada, ou construída, porque se tratava de um manuscrito privado, favorecendo o tom mais livre e por vezes irônico do autor, seja em relação à presença dos espanhóis em Lisboa, seja em relação às próprias disputas que eles travavam com a população portuguesa nas ruas.

Aqui notamos um paralelo com o que foi discutido a respeito da polêmica travada na Câmara dos Vereadores de Lisboa em 1605, que analisamos no terceiro capítulo. Naquela ocasião, a disputa pela colocação dos palanques dos vereadores e do Vice-rei podia ser explicitamente vivida pelos dois lados porque o rei estava ausente, e a cerimônia em homenagem ao nascimento do infante era uma forma de fazer Sua Magestade se representar. Assim, concluímos que havia uma relação direta entre a ausência do corpo do rei e a explicitação pública dos conflitos de preeminência em torno do posicionamento e da visibilidade dos senhores locais e da corte - aqueles ficariam no lugar do rei. Neste relato de Severim de Faria, os conflitos reveladores da

⁸⁹ ibidem, fls. 154

tensão cotidiana acontecem diante do rei, sob seus olhos, invalidando, de certa forma, as conclusões anteriores. Entretanto, percebemos que os conflitos, tanto aqueles ocorridos na ausência como os que se deram na presença do rei, jamais foram descritos nos impressos, que por isso tornam-se, juntamente com a festa pública, os verdadeiros objetos da representação da imagem e do poder dos Filipes em Portugal.

Há, desse modo, uma correspondência entre a construção da imagem do poder que se assiste no espetáculo público - no cortejo e nas alegorias dos arcos triunfais - e aquela que se observa no texto dos impressos. Ambas as construções encontram-se engajadas num sistema de códigos narrativos e simbólicos anunciadores da cultura política barroca, e absolutamente necessárias para a sustentação das formas de poder e da relação entre as ordens da sociedade e o monarca, na passagem do século XVI para o XVII. Em contrapartida, nos textos de caráter restrito e pessoal - os manuscritos do processo da Câmara e a carta de Severim de Faria - , a imagem do poder se desmancha em partes, fragmentos de disputas e tensões, como uma metáfora do próprio Império Habsburgo - espetacular na forma e polissinodal na estrutura. Desse modo, fecha-se o círculo, pois vislumbramos nos textos das festas e cerimônias a interpretação que se construiu para o caráter da monarquia filipina durante a União das Coroas no primeiro capítulo.

Finalmente, o autor vai acompanhando a partida do rei passo a passo, todas as vilas e cidades visitadas, os caminhos, descortinando a expectativa partilhada por todos de que ficasse no reino. E conta que, quando consultado se poderia permanecer reinando de Lisboa, Filipe III teria se justificado dizendo que os negócios da Itália e da Alemanha exigiam sua presença em Madri, e Severim de Faria observa, desconfiado, que “esta razão davão alguns senhores castelhanos, tendoa por bastante p^a se fazer tão entempestiva mudança, como se as couzas de Alemanha e Italia senão podessem prover de Lix^a por mar com maes facilidade que por terra do meyo do sertão de Espanha”.⁹⁰

⁹⁰ ibidem, fls. 158-158v

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sessenta anos que se passaram entre a morte do rei cardeal D.Henrique e a aclamação de D.João IV é um dos períodos menos investigados da História de Portugal e do Brasil, e isso não se deve à ausência de fontes documentais como ocorre para períodos mais remotos. Entre 1580 e 1640 é possível encontrar grande volume de documentação, embora ela esteja dispersa em muitos arquivos - o que certamente dificulta o trabalho de investigação. A existência do sistema de Dupla Coroa favoreceu essa dispersão e pode também ter ajudado a diluir as fronteiras das instituições e de seus conjuntos de registros, além de ter criado novas formas de administração totalmente dependentes da escrita e da imprensa. Dificilmente algum dia se consiga juntar tamanho oceano de papéis, que vão desde as correspondências burocráticas entre a corte e as principais cidades portuguesas, os registros locais de concelhos e senhorios, passando pela documentação eclesiástica e inquisitorial dos dois reinos e enriquecendo-se ainda mais com as fontes impressas de caráter político, literário e religioso, que ganharam particular incremento nas últimas décadas do século XVI.

Contudo, não é somente a debandada das fontes que nos afasta de uma compreensão mais focalizada sobre o período, mas principalmente o grande trauma que marcou a historiografia portuguesa, causado pela dificuldade de aceitação do risco de perda da autonomia política para a Coroa Espanhola, situação que não nos parece ter sido tão séria na América Portuguesa, que pela distância foi mais poupada desse temor. Aqui deste lado do Atlântico a história da União Ibérica tem um sotaque flamengo.

A onda recente de pesquisas e publicações de estudos sobre a época da Monarquia Filipina em Portugal sugere o crescimento de um empenho ainda inicial dos historiadores de ambos os lados em enfrentar essa questão delicada, mas que pode dar frutos bastante suculentos à medida que forem se somando a novas comparações e análises. Percebemos, depois deste estudo, que para alguns historiadores espanhóis e portugueses já não é tão inaceitável reconhecer que a aliança entre as Coroas de Portugal e Espanha não se restringiu a uma invasão das tropas de Filipe II, que iniciou um tempo de amplas arbitrariedades de espanhóis sobre portugueses, mas foi o resultado de um pacto firmado nas Cortes de Tomar de 1581, aos poucos quebrado em favor da Espanha. Essa mudança de enfoque coloca também um novo problema,

o de que a União das Coroas não pode ser tomada como um bloco monolítico, que teve uma dinâmica que movimentou a relação entre os reinos, variando de acordo com a composição dos poderes e das instituições envolvidas.

Para se chegar a essa outra leitura do processo foi fundamental tomar como base a idéia de que as Monarquias da Alta Idade Moderna - séculos XVI e XVII - não tinham o caráter de Estado Nacional a elas atribuído a partir do século XIX, mas eram mais um dos componentes de um sistema de múltiplas forças, muitas delas ainda sobreviventes dos poderes locais e senhoriais. Nesse sentido, foi necessário quebrar com o paradigma estadualista para que a composição a que chamamos União Ibérica pudesse ser encarada como um fenômeno previsível e amplamente eficaz no quadro das relações de poder que se estabeleceram entre as mais poderosas e as não tão expressivas coroas européias na época da expansão do Império dos Áustrias.

Hoje já é mais comum afirmar que o período filipino da História de Portugal é parte de um contexto mais amplo da História Européia, em que o Império Habsburgo buscava ultrapassar seus limites já alargadíssimos em 1580, e transformar todo o Ocidente em súditos do Imperador Cristão, tal como acontecia com a Holanda e o Reino de Nápoles, para citar apenas outros dois exemplos. A incorporação de Portugal a esse processo é vista atualmente como inevitável, já que se tratava também de salvar o reino da ameaça protestante, iminente na figura do Prior do Crato que se apegava na força da Inglaterra de Elizabeth I para levar adiante seu desejo de ser rei, saída que nos parece ainda mais improvável, mesmo sendo a figura de D.António tão enigmática e proto-barroca como a do rei D.Sebastião.

Apesar da apreensão constante, internamente a aliança com a Coroa de Filipe II despertava grande expectativa de salvação das agruras e dificuldades econômicas para muitos portugueses no pós-Alcácer Quibir, assim como o retorno de D.Sebastião foi desejado por muitos, e até o Prior do Crato deve ter sido para outros. De fato, nessas três possibilidades políticas, diante das quais o reino de Portugal se viu confrontado em 1580, o que há de comum é a *Espera*, seja a espera por um rei encantado que vagava encoberto nas areias do deserto no norte da África; seja a espera de um concreto imperador defensor dos cristãos; seja a de um arrebatado herdeiro ilegítimo, sobrevivente da catástrofe contra os mouros. Foi por que percebemos este elemento comum nas três correntes que decidimos tratar da História das Jornadas Filipinas a Portugal. Qual seria realmente o desejo dos portugueses depois de Alcácer Quibir? Em que condições suportaram durante sessenta anos a dominação dos vizinhos espanhóis?

Estudar a espera e a expectativa na história dos homens parece um assunto vago, fugaz, pouco demonstrável, mas a cada nova possibilidade colocada pela documentação que localizamos percebíamos que os discursos dos historiadores anti-filipinos não combinavam totalmente com os de alguns autores da época, e principalmente não correspondiam à pompa que as vilas e cidades portuguesas arranjaram para receber e festejar a passagem dos Filipes pelo reino em 1581 e 1619. No contexto da espera, percebemos também que os discursos mudavam de acordo com a presença ou a ausência do rei entre os portugueses, tornando-se mais ou menos resistentes, mais ou menos esperançosos, prova de que quando o corpo físico e o corpo político se juntavam nas monarquias do Antigo Regime era mais claro para todos o sentido da existência do ser e das coisas do mundo.

Dentre todas, a maior expectativa portuguesa foi transformar Lisboa na capital do Império Filipino, fazê-la novamente Esposa do Rei, os Olhos da Europa, *Ubilicus Mundi*, o que aconteceu durante pouco mais de dois anos. Esse pedido norteia tanto os discursos de alguns dos autores mais significativos do período - Luís Mendes de Vasconcelos, Antonio Rodrigues Lobo e Luís Torres de Lima -, quanto o programa cenográfico das festas para receber o Rei, sempre aludindo ao feliz encontro, ao casamento entre o Monarca e a Cidade. A importância da conservação da Corte no reino como centro organizador do universo é a preocupação da elite erudita, onde as crenças sebastianistas praticamente não entravam, aparece nos discursos dos representantes da Câmara da cidade e ecoa nas alegorias dos arcos triunfais e práticas retóricas, fazendo questão de representar os Filipes como herdeiros do trono português. Excetuando-se os episódios de confronto com o exército de D. António, foi sem qualquer resistência que os portugueses receberam as Jornadas Filipinas de caráter absolutamente festivo e nada militar.

Mas, não foi só da Espera do Rei que viveram os portugueses na Monarquia Filipina, a decepção pelo descaso após a ascensão de Filipe III ao trono foi uma outra vertente do mesmo sentimento coletivo, pois a demora pela vinda do rei, os constantes adiamentos seguidos de promessas, fizeram com que se acirrasse entre os lusitanos a sensação de malogro, de desengano daquela aliança. Em relação a esse aspecto, percebemos que houve uma particularidade fundamental na forma de governar de Filipe II, que mesmo ausente se fazia presente através dos mecanismos de representação política criados por ele e por sua burocracia. Atento e prudente, Filipe II conseguiu manter a confiança dos partidários da União e combater os Sebastianistas e Antonistas, eliminando os focos de resistência com absoluto controle de sua imagem,

situação que não se nota após sua morte, e principalmente depois que Filipe III e Filipe IV delegaram aos validos - Lerma e Olivares - o controle do funcionamento das instâncias de poder e representação da monarquia.

Assim, a comparação dos preparativos das Jornadas de 1581 e 1619 revela que houve na primeira maior proximidade entre o Rei e as vilas e cidades de Portugal, especialmente no caso da Entrada Régia de Lisboa, quando o casamento simbólico entre a Cidade e o Monarca tende a expressar uma União de fato. Já na segunda, a artificialidade, a teatralidade, os gastos excessivos, a profusão de elementos simbólicos nas alegorias, parecem esconder uma situação de ruptura anunciada. O Rei não fica, não se faz presente, não vê nem é visto pelos seus súditos, não corteja sua esposa. Nesse sentido, os relatos manuscritos do Chantre de Évora expressam uma extrema admiração pela imagem da realeza, mas em contrapartida descortina os conflitos diários que se davam entre espanhóis e portugueses nas ruas de Lisboa, na presença de seu próprio Senhor.

A outra expectativa que se percebe está ligada à atitude de Contar a Festa através da produção dos impressos de memória e exaltação das Jornadas. Esta é uma expectativa diferente porque é particular, aquela que coloca o súdito autor diante da possibilidade de alcançar privilégios e mercês do Rei ou da nobreza, por meio do instrumento de comunicação que mais crescia no Ocidente - o livro. Objetos impressos de variados tipos surgiram desses dois acontecimentos, cada um revelando um interesse particular, específico da condição de seu autor, mas todos voltados para a exaltação do rei e da cidade em festa. A produção literária portuguesa desse período é muito particular e pouco conhecida, e acreditamos ter podido lançar um leve foco de luz sobre o que ainda é uma grande caverna escura. Analisá-las sob o viés da busca de privilégios e mercês régias em tempos de monarquia ausente deu-nos a chave para entender certas dinâmicas subjacentes às relações travadas entre a Corte e o Conselho de Portugal, entre o rei e os súditos portugueses.

São, em geral, textos padronizados, com pouca originalidade, que repetem formas comuns de contar um acontecimento festivo, mas que demonstram um grande desejo de visibilidade do indivíduo na sociedade rígida de ordens do Antigo Regime. Tempo em que a censura da palavra escrita era plenamente aplicada, com poucas possibilidades de resistência pública. Alguns conseguem ser mais originais por expressarem uma convergência de elementos das culturas erudita e popular, como é o caso de Francisco Arce que apela para todos os recursos em sua composição. Além disso, parece-nos bastante significativo que nenhum dos grandes autores da literatura

erudita portuguesa, ou espanhola, do período tenha escrito sobre esses eventos, mesmo os mais memoráveis, o que nos leva a deduzir que era assunto para escritores quase desconhecidos, de médio talento nas letras, padres e juristas afeitos a textos encomiásticos. O mesmo já não ocorria com as representações iconográficas do Rei e da Corte, para as quais eram chamados os mais brilhantes artistas como El Greco, Antonio Moro, Tiziano ou Velázquez, entre outros.

Nesse sentido, a memória dos impressos das Jornadas Filipinas não serve apenas como um apêndice da festa-evento, ou como a preservação da imagem do rei que passa e vai embora, serve como mais um meio incrementador das relações sociais e de políticas pessoais que mobilizaram desde os autores, passando por impressores e livreiros, chegando até ao público leitor do qual pouco conseguimos apreender neste estudo.

Entre os conjuntos de impressos das duas Jornadas fica evidente que a maior utilização da imprensa ocorre em 1619, - que conta inclusive com João Baptista Lavanha no papel de cronista-mór, tornando-a um elemento fundamental da sua exaltação, e que vem compor, com a própria cenografia da festa, a imagem de um Rei artificial e distante, tão ausente que se perde nas alegorias retóricas dos autores ansiosos de reconhecimento. O fato de a imprensa ter se desenvolvido consideravelmente em Portugal durante a Monarquia Filipina é um dado que, ao contrário do que poderia parecer, corrobora esta conclusão. O possível crescimento do volume dos impressos portugueses na passagem do século XVI para o XVII, embora não tenha sido objeto de estudo específico até hoje, confirma que o livro tornou-se um elemento fundamental na dinâmica das relações político-culturais da União Ibérica, na sua grande maioria expressas em castelhano. Filipe III não ganha nessas memórias uma marca própria, mas se serve de um aparato cenográfico de plena utilização nas festas públicas barrocas do século XVII espanhol que ele inaugura. Em Portugal esta artificialidade é também expressão da angústia nascida da decepção, e anuncia o desgaste da União das Coroas, que logo depois da morte de Filipe III começa a ser combatida com mais intensidade pelos portugueses, saudosos de ter novamente um rei que pudesse ver e ser visto pelos seus súditos. Mas, explicar até que ponto a Dinastia de Bragança correspondeu ou não a essa nova expectativa já é assunto para o Padre Vieira.

Dessa forma, concluímos que no seu conjunto a imagem e a memória das Jornadas dos Filipes a Portugal guardam em si a essência das interpretações feitas por A.M. Hespanha e Fernando Bouza às instituições e ao poder da monarquia filipina -

por um lado limitada pelo poder de forças e instâncias locais na abrangência do império, mas espetacular e propagandista em suas representações. As alegorias dos arcos do triunfo e os textos dos impressos são correspondentes, pois ao mesmo tempo que se constituem em mecanismos de representação do poder do rei, tornam-se meios de alcançar privilégios e mercês para as corporações de ofício e para os desconhecidos autores das obras, espanhóis e portugueses. A artificialidade que impera nesses dois instrumentos é a expressão do nascimento de uma cultura barroca que vigorará por todo o século XVII, calcada no rebuscamento das imagens e da palavra escrita destinada ao universo público. Em contrapartida, a sobrevivência do relato manuscrito e privado sinaliza a permanência dos conflitos locais, particulares, que resistem à construção dessa imagem pública formal, expressando a dinâmica das relações locais e tradicionais entre indivíduos e grupos em disputas de poder que a monarquia propagandista e espetacular jamais conseguiu eliminar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Abreviatura de Bibliotecas e Arquivos Pesquisados

BNRio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Brasil
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa - Portugal
BAjuda	Biblioteca do Palácio da Ajuda - Lisboa - Portugal
ACML	Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa - Portugal
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa - Portugal
AHMT	Arquivo do Município de Tomar - Portugal
BPE	Biblioteca Pública de Évora - Portugal
BNM	Biblioteca Nacional de Madrid - Espanha

1. FONTES

1.1. Referentes à Jornada de Filipe II a Portugal - 1581

Manuscritos

Relação do q se passou em as Cortes de Thomar em 16 de Abril do Anno de Mil e Quinhentos e Oitenta e hum BNL código 10.607-F.3.547 fls.128-132

Pratica q fez no Acto de Alevantam^o de elRey D.Filipe nas Cortes de Thomar o Bispo de Leiria D.Ant^o Pinheiro em 16 de Abril do Anno de Mil e quinhentos e oitenta e hum BNL código 10.601-F.3547 fls.132v-134v *Repota do Dottor Damiam de Aguiar Procurador da Cidade de Lisboa* fls.135

O que jurou e prometeu el Rey Filipe 1^o nas Cortes de Tomar BNL código 10.601-F.3547 fls. 136-137v

Relação da Vizita q el Rey Phelipe Primeiro fes q^{do} veyo a este reino a senhora D.Caterina Duqueza de Bargaça BNL código 10.601-F.3547 fls. 143-145

Da entrada do duque d'alva c'o exercito neste Reino, di como foy alevantado o Snor Dõ Ant^o p Rei p^a o defender BNL código 8570 fls 125-128

De como o Duque d'Alva tomou Cascaes e degolou Dom Diogo de Menezes BNL código 8570 fls. 129-134v

Advertimientto dela intenzión y justas causas com que la Mag^{de} del Rey Catholico se mueve atomar la posesión de los Reynos de Portugal por su propria autoridad sin agoardar mas tiempo ANTT Mss da Livraria n^o 1134 fls.506-509

Contasse a entrada dos Castelhanos na cidade de Lx^a e saca della couza nunca vista desde al Rei D.Afonso Henriques ANTT Mssda Livraria n^o 1147 fols.344-348

Carta de nouas danisita q ElRey Fellipe 2^o de Castella fes a ^{sta} D.Catarina Duqueza Debargansa BAjuda código 50-V-27 n^o33

Carta de nouas das Cortes de Tomar a 16 de abril de 1581 BAjuda código 50-V-27 n^o34

- Persuação do Auto e levantamento de ellRey Phellipe 1º nas Cortes de tomar por o bispo D.Antonio pinheiro em Abril de 1581* BAjuda códice 50-V-27 nº 35
- O que jurou eprometeo ElRey Phellipe 2º de Castella nas Cortes q se selebrarão navilla de Tomar* BAjuda códice 50-V-27 nº36
- Noticia das Cortes que se celebraram na Vila de Tomar, em que se jurou e aclamou EL Rey Filipe e seu Filho D.Diogo 1580* BAjuda códice 50-V-23 no 7 fols 61-62
- História da Entrada de D.Filipe em Portugal.* Anônimo BPE códice CIV/1-18
- Descripcion donde se trata de la solemnidad y triunfo com que el Rey Catholico D^a Philippe segundo n.s. fue recebido en el Reino de Portugal, y jurado por Rey y señor natural y unibersal destos Reinos en las Cortes de la Villa de Tomar in *Descripcion de las cosas sucedidas en los Reynos de Portugal desde la Jornada que el Rey Don Sabastián hizo en Africa, hasta que el invictissimo Rey Catolico D. Felipe II deste nombre n.s. quedo universal y pacifico herdero dellos, com la conquista de la Tercera y las demas islas.* Recompilado por el L.^{do} Diego Queipo de Sotomayor. Dirigida Al Ill^{mo} señor Don Francisco Çapata conde de Barajas, del consejo de Estado de su Mag.^{de} y su Presidente de Castilla. BNM códice 1753 fls. 124-166
- Cópia de uma carta de dõ Philippe publicada nos lugares, q se lhe devão em Portugal* BNL códice 8570 fls.137-138
- Falecim^{to} d'Elrey Dõ Filippe 1º de Portugal, e alevant^o d'Elrey Dõ Filippe 2º seu fº e as cerimonias eplumadas q se fizerão en honras* BNL códice 8570 fls.165-167v
- A su Mag^{de} en Enero de 1597. Sobre la guarnicion desta ciudad [Lisboa], y fortificacion de la marina* - ANTT Mss da Livraria nº 1104 fls. 287-290
- Lei de Filipe I, regulando os tratamentos da Corte, da Nobreza, do Clero e dos Altos funcionários públicos. Lisboa, 16 de setembro de 1597* BAjuda códice 44-XIII-32, nº 12
- Decreto de Filipe I sobre as Cortesias 1597* BAjuda códice 44-XIII-50 fols.118-119
- Carta de Don Juan de Idiaques sobre el Reino de Portugal – maio de 1581* BAjuda códice 50-V-25 nº 3 fls.6v-7v
- Cartas do Rei Filipe II a D.Duarte de Castelo Branco, merinho-mór do Reino.* BAjuda códice 49-X-1
- 15 de abril de 1580 - Obras nos Paços de Almeirim e Sintra para a vinda do rei. fls.251.
- 21 de outubro de 1580 - Ofício divinos da morte do Cardeal D.Henrique fls. 255
- 10 de janeiro de 1581 - Rei convoca D.Duarte de Castelo Branco para as Cortes fls. 289
- 14 de janeiro de 1581 - Obras do Terreiro do Paço em Lisboa e as de Almeirim fls. 299
- 1º de fevereiro de 1581 - Preparação da Sala das Cortes em Tomar e dos aposentos do Rei nos Paços da Ribeira em Lisboa fls. 314
- 14 de Abril de 1581 - Reforma dos Paços da Ribeira Fls.372
- Respostas de D.Duarte de Castelo Branco, meirinho-mór ao Rei Filipe II* BAjuda códice 49-X-2
- 30 de janeiro de 1581- Resposta ao rei sobre a ida às Cortes de Tomar fls. 247-247v
- Orientação para a Jornada com o corpo do rei D. Henrique, do Infante D.Fernando e de D. Sebastião fls 330-331v
- Respostas de D.Duarte de Castelo Branco, meirinho-mór ao Rei Filipe II* BAjuda códice 49-X-4
- 10 de fevereiro de 1581- Preparativos para as cortes de Tomar fls. 257-258v
- 18 de fevereiro de 1581- Obras do Paço da Ribeira fls. 262 –262v

19 de abril de 1581- Obras do Paço da Ribeira e o pagamento de Filipe Terzi fls.310-311

Sem data - Carta ao rei tratando dos gastos e das despesas do Tesouro fls. 321-321v

Sem data - Carta sobre o problema da peste em Lisboa fls. 335

Libro III de la Embajada sobre la subcession del Reino de Portugal desde 1º de Febrero de MDLXXX hasta su Magestad entrar en Portugal BNM código 2062 -

Relacion de como se han entregado al Rey nos sñor la ciudade de Elvas q las Villa de CampoMayor fls.459-459v

Relacion del viagem que parece deve hazer su Mag.^{de} desde la villa de Tomar hasta la ciudad de Lisboa y dellaposento que en ella avra fls. 516-520

La orden que S.M. [Filipe II] há de tener en la jornada a Portugal 1580 BNM código 10.249 fls.37-38

Impressos

GUERREIRO, Mestre Affonso, *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa, na entrada del Rey D.Philippe primeiro de Portugal*, Impresso em Lisboa com licença do Conselho Real e Ordinário, em casa de Francisco Correa, com privilégio real em 1581

VELAZQUEZ, Isidro, *La entrada que en el reino de Portugal hizo la SCRM de Dom Philippe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi com su Real presencia, como com el exercito de su felice campo*, Hecho por Isidro Velazquez Salamantino, andante en Corte. Impresso com licencia, examen, y aprobacion, por manuel de Lyra. Acosta de Symon Lopez Librero. Ano 1583

HERRERA, Antonio de, *Cinco Libros de la Historia de Portugal, y conquista de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*. Dirigida a don Luys Carrafa de la Marra, Principe de Stillano. En Madrid, en casa de Pedro madrigal, año de 1591

RESENDE, Andrés Falcão, *Romance sobre a Entrada del Rey Filipe II em Lisboa em 1581*, publicado por PERES, Domingo Garcia, *Catalogo Razonado de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y Ciegos, 1890 pp.174-179

Mare Liberum. Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal, organizadas por Julieta Teixeira Marques Oliveira, *Mare Liberum – Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997

Provisam del Rey Nosso Senbor de como se há de falar & escreuer, publicada na Chancelaria em Lisboa a 4 de outubro de 1597, vende-se em casa de Iorge Valente, livreiro del Rey nosso Senhor

Cartas de Filipe II à Câmara da Vila de Tomar publicadas em *Anais do Municipio de Tomar. Crónica dos Acontecimentos Citadinos nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX*. Tomo IV 1581-1700, Tomar, Edição da Câmara Municipal de Tomar, 1968, pp.134-141

Cartas para Duas Infantas Meninas. Portugal na Correspondência de D.Filipe I para as suas filhas (1581-1583), organização, introdução e notas de Fernando Bouza Álvarez, *Anais da Biblioteca de História, Publicações Dom Quixote*, 1999

1.2. Referentes à Jornada de Filipe III a Portugal - 1619

Manuscritos

Por las razones que aqui se poner constara a los gobernadores de Portugal que S.M. no puede venir en lo que de su parte le han pedido el obispo de Coimbra y Man. De Melo cerca de q espere las Cortes han mandado combocar. ANTT Mss da Livraria n° 1134 fls. 509v – 513

Relação da vinda del Rey Dom Phelippe ii a Evora, e do Recebimento que acidade lhe fez em mayo de 1619 BNL código 8570 fls.233-236

Sobre a vinda de Filipe III – anônimo BNL – PBA 249 fls.368-368v

Regimento da Entrada de 1619 BNL – PBA 249 fls.325-327v e 341-342

Carta que se mandou a hum amigo acerca das festas del Rey em Lx^a a 20 de outub. De 619 BNL – código 589 fls.58v-62

Prática q fez D.frey Fº Pereira Bispo de Miranda nas Cortes q fes el Rey Phelipe em L^{xa} a 14 de Junho de 1619 BNL código 10.601-F.3547 fls.138-140v *Resposta do Douttor Nuno da Fonseca.* fls. 141-142v

Consulta a El-Rei Filipe do Estado da Nobreza de Corte de 28 de agosto 1619 BAjuda código 44-XIII-32 n° 100

Carta tratando do posicionamento do Conselho ao lado de Filipe III nas festas de 1619 BAjuda código 51-IX 13 fls.22

Papel do Conde de Portalegre a ElRey sobre ficar no Reyno. S.C.R.Mg.^{de} BAjuda código 51-VI-46 n° 6 fls.15-18v

Regimento de Filipe III sobre a entrada dos Reis em Lisboa - 1619 BAjuda código 51-VI-46 n° 35 fols.101-104

Auto das Cortes q se celebrarão em Lisboa a 18 dias do mes de julho 1619 - BNM código 2350 - *Succesos del Año 1619* fls. 69-74v

Auto e estromento do juramento q Elrey Dom Phellipe nosso sñor fez e do q lhe fizerão em cortes os tres estados dos Reinos de Portugal no Reconhecimento preito homenage do Principe Dom Phillipe seu filbo primogenito nosso sñor na Cidade de Lixboa a 14 dias do mes de julho de 1619 BNM código 2.350 - *Succesos del Año 1619* fls. 49-68

Jornada del Catholico Rey Filipe Tercero à Portugal, y el Recevimiento que le hizieron los generosos y leales Portugueses en la populosa ciudad de Lisboa. BNM código 2350 *Succesos del Año 1619* fls.1-6

Relacion de lo sucedido en el juramento hecho á su Mag^d en el Monasterio de Tomar en el Reyno de Portugal á de Abril 1581 BNM código 1761 fls 70-71v 94-95v e 100

Copia de una carta q escrivio un cortesano de Madrid a un canonigo de Toledo su amigo pidiendole q le dicesse nuevas de lo q avia en la Jornada de Portugal y la certesa q se podia tener della avisandole en particular de todo lo q ballasse q sentian las personas de aqui. BNParis Fondo Espagnol 448 fls.74-79

Practica q fez o conigo Caçolla à Mag. di Philippe 3 quando entrou na cidade di Elvas 15 de Mayo 1619 BPE código CV/2-12 fls. 131

Auto de Juramento do Filipe II e do Principe em 1619 BPE código CIX/1-13 fls.84-90v

Auto de Cortes de 1619 BPE código CIX/1-13 fls.91-94

Cartas das Cidades de Lisboa, Évora, Coimbra e Santarém sobre as obras e apreparação da vinda do Rei BPE código CIX/1-15 fls. 48-63v

História Portuguesa e de outras Provincias do Occidente. Desde o anno de 1610 até o de 1640. Da felice Acclamação de ElRey Dom João o 4º Escrita em trinta e humas relações por Manoel Severim de Farias, Chantre da Sé de Évora - BNL código 241 – F.1441

Carta sobre a proibição de um livro BNL – PBA 249 fls.93-94

Relação da Entrada da Senhora Duquesa em Villa-Viçosa e festas que se fizeram por Antonio Gomez, Evora, 1603 BNL Código 8522

Relaçam da Entrada de ElRey Moleyxegue em Faro, e recibimento que se lhe fes. Anno 1609 Mss Anônimo BAjuda código 51-II-26

Relação do Casamento do Rei Filipe III e do Arquiduque Alberto com a Infanta irmã do Rei ANTT Mss da Livraria nº 1113 fls.174-175

Relacion de las Fiestas q se hizieron a su Mag^{de} en la Villa de Denia i Valencia ANTT Mss da Livraria nº 1113 fls.199-204

Regimento de que hade usar Dom frey Aleixo de Meneses Arcebispo de Braga Primas de hespanha, no cargo de Viso Rey dos Reynos, e senhorios de Portugal, de que V.Mg^{de} encarrega. Para V.Mg^{de} ver todo. (... e este meu Regimento vay escrito em dez meas folhas, cõ esta. Alberto d'Abreu o dez em S^t louren,co a quatorze de Agosto, de mil seisçentos e quatorze e eu Fernando de Mattos o fiz escrever. Assinado pelo Rei.) ANTT Mss da Livraria nº 1111 fls. 270-272v

Memorial de Duarte Nunes de Leão, rellação dos seus serviços, para o valido del Rey Filipe. Cópia do original da propria letra do Author: tirado do Gabinete do Ex^{mo} Sñr Marquez de Gouvea que foi do Ex^{mo} Sñr Conde de Porto Alegre ANTT Mss da Livraria nº 844 fls.84-89

Parecer de un pulitico de Filipe Tercero aconsejandolhe q ya mas salyse el, ni su Corte de la çudad de Lisboa. Deste mesmo parecer foi Manoel Severim de Faria emhum discurso Politico q escreveu, edeu ao mesmo Monarcha Castelhana. 1619 ANTT Mss da Livraria nº 844 fls.92-104

Discurso Politico de Manoel Severim de Faria sobre o muito que importa para a conservação da Monarchia de Espanha asister a Magestad de Filipe Terço Nacorte de Lisboa. 1619 ANTT Mss da Livraria nº 844 fls.105-163

Cortes polyticas de appolo celebradas neste anno de 1618 na villa de Cinthra resumidas e divulgadas por mandado de S.Majestade Santíssima pello excelentissimo Principe Mercurio embaixador, e interprete dos Deoses, e presidente do conselho da reformação serenissima. ANTT Casa da Fronteira nº21, Papéis Vários e Curiosos Tomo III Fls. 67-109

Impressos

Arco Triunfal que la Nacion Flamenca hizo levantar a la Entrada en Lisboa de la SCR Magestad del Rey Don Fhelipe tercero de las Españas, y segundo de Portugal, en el año de mil seisçientos y diez y nueue. Com todas las licencias necessarias, En Lisboa por Pedro Craesbeeck.

Edificio y Arco Triunfal que los Mercaderes Alemanes Imperiales que assisten en esta ciudad de Lisboa hizieron quando en ella entro la S.C.R. Mag. del Rey D.Philippe III. De las Hispanias y II de Portugal el año de 1619. A 29 de iunio. Impresso en Lisboa com las licencias necessarias por Pedro Craesbeck año 1619

Porta e Arco Triunfal que a Nação Ingresa ordenou ao recebimiento, e entrada em Lisboa da S.C.R.M. del Rei Philippe III de Espanha, e II de Portugal, o Anno de 1619, Impresso em Lisboa com todas as Licanças necessarias, por Iorge Rocrigues, neste anno de 619

- ARCE, Francisco de, *Fiestas reales de Lisboa, desde que el Rey Nuestro Señor entró, hasta que salió*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1619
- CASTELO BRANCO, Vasco Mousinho de Quevedo, *Triunpho del monarcha Philippo tercero en la felicissima entrada de Lisboa*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1619
- CORDEIRO, Jacinto, *Comedia de la entrada del Rey em Portugal*, em Lisboa, por Iorge Rodriguez, 1621
- LAVANHA, João Baptista, *Viagem da Catholica Real Magestade Del Rey Filipe II N.S.*, Madrid, por Thomas Junti, 1622
- LOBO, Francisco Rodrigues, *la Iornada que la Magestad Catholica del Rey don Phelippe III de las Hespañas hizo a su Reyno de Portugal; y el Triunpho, y pompa com que le recebió la insigne Ciudad de Lisboa el año de 1619, compuesta en varios romances*, em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, ano 1626
- MIMOSO, Juan Sardina, *Relacion de la real tragicomedia con que los padres de la Compañia de Iesus en su Colegio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magestad Catolica de Filipe II, de Portugal, y de su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas, y Ciudades en que entrò*. Recogido todo verdaderamente, y dedicado al Excelentissimo señor Don Theodosio segundo Duque de Bragança, &c. Por Iuan Sardina Mimoso Sacerdote, natural de Setubal. Impresso en Lisboa por Jorge Rodrigues, com Privilegio, Año 620
- AGUILAR y PRADO, Jacinto, *Certissima Relacion de la Enrada que hizo sv Magestad, y sus Altezas en Lisboa; y de la Iornada que hizieron las galeras de España, y de Portugal, desde el Puerto de Santa Maria, hasta la famosa ciudad de Lisboa. Donde se refiere las prevenciones, fiestas, y grandezas que se hizieron en ella, y otras muchas cosas notables, sucedidas en estafacion*. Compuesta por don Iacinto de Aguilar y Prado, natural de la ciudad de Granada, y soldado de su Magestad, que en esta iornada se halló. Dirigida al generoso Conde de Saldaña, Apolo presente de la nacion Española, Cauallerizo mayor del Principe de Castilla, Gentilhombre de Camara del Rey nuestro señor, y primer Gentilhombre de la de su Alteza, Comendador mayor de Calatrava, Capitan de una de las compañías de los hombres de Armas de Castilla, hijo del Ilustrissimo y excelente Cardenal de Ierma, tan conocido en el mundo, por sus grandezas, como por su antigua calidad. Com todas las licenças necesarias. Impresso en Lisboa, por Pedro Craesbeeck. Año de MDCXIX. 1619
- SÁ, Francisco de Matos de, *Entrada y Triunpho que la ciudad de Lisboa hizo a la CRM del Rey D.Phelipe Tercero de las Españas, y Segundo de Portugal. Com la explicacion de los Arcos Triunphales que se levantaron a su felicissima entrada*. Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1620
- SAN MARTIN, Gregório de, *El triunpho mas famoso que hizo Lisboa a la entrada del Rey Don Phelippe Tercero d'España, y Segundo de Portugal*, em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, año 1624
- SOTOMAIOR, Elói de Sá, *A la felicissima entrada de Su Magestad en esta ciudad de Lisboa*, en Lisboa, por Pedro Craesbeeck 1619
- NÓVOA, Matias de, *Historia de Filipe III, Rey de España - libro VII - año de 1619*, in *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España* (CODOIN) por el Marqués de la Fuensanta del Valle y D. José Sancho Rayon, Tomos LX-LXI. Madrid, Imprenta de Miguel Ginesta, 1875, pp. 193-243
- Relacion y Historia Verdadera que trata de la Jornada que hizo el Rey nustro señor Don Phelippe Tercero AlReyno de Portugal haçer Cortes a la Çiudad de Lisboa, y a jurar Al Príncipe Don Phelippe Quarto nuestro señor*, Anônimo, publicada por GAN GIMÉNEZ, Pedro *Jornada de Filipe III a Portugal* (1619), in *Chronica Nova - Revista de la Universidad de Granada*, n° 19, 1991, pp.407-431

Entrée du Roy d'Espagne en la ville de Lisbonne. Avec les Trionphes et magnificences faits au couronnement du Prince d'Espagne son Fils, Roy de Portugal, le 29 Iuillet dernier. Et generalmente tout ce qui sy est passé a ce sujet. A Paris, Iouxte la Copie Imprimmee à Anvers, en Flamand, chez Abrahhan Verhoeuem à la Lombarde Veste, au Soleil d'Or. 1619

Le serment de fidelite fait au Prince d'Espagne, à l'ouverture des Etats du Royaume de Portugal. Ensemble l'extrait de deux lettres escrites de Lisbonne à quelques particuliers de la ville d'Anvers, sur les affaires du dit pays. A Paris, chez Nicolas Alexandre, rue S.Estienne des Gracs, MDCXIX

Entrada do Marques de Castello Rodrigo em Lisboa no Anno de 1600, Manuscrit Portugais - código 28 da BNParis, publicado em SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Tempo dos Filípes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 1994

Ley e Premática sobre os trajos e feitos delles, e provisam da execuçam da dita ley. Em Lisboa. Impressa por Antonio Alvarez, Anno 1610 BAjuda código 44-XIII-55 nº 80 fls.142-146v

Consulta del Consejo Supremo de Castilla, 1º de fevereiro de 1618, publicada em *Biblioteca de Autores Españoles. Desde la formacion del lenguaje hasta nuestros dias*, Tomo XXV, Madrid, Atlas, 1947

1.3. Referentes a outros temas

VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*, (org. e notas de José Felicidade Alves), Lisboa, Livros Horizonte, 1990

LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na Aldeia*, introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa, Presença, 1991

LIMA, Luís Torres de, *Avisos do Ceo, sucessos de Portugal. Compendio das mais notáveis cousas, que no reyno de Portugal aconteceram desde a perda del-Rey D.Sebastiam até o anno de 1627, com outras cousas tocantes ao bom governo, e diversidades de Estados*, Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1722

2. BIBLIOGRAFIA

2.1. Obras de Referência

- ATLAS de Lisboa: A Cidade no Espaço e no Tempo*, Lisboa, Contexto Editora, 1993
- ACADEMIA das Ciências de Lisboa*, Livros quinhentistas portugueses da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, introd. por José V. de Pina Martins, catalogação e notas bibliográficas por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Academia das Ciências, 1990
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926. Reedição 1977
- BIBLIOTECA Nacional*, Portugal, Catálogo dos Impressos de Tipografia Portuguesa do século XVI. A coleção da Biblioteca Nacional, introd. org. e índices por Maria Alzira Proença Simões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990
- BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez Latino*, 10 vols., Lisboa-Coimbra, 1712-1728
- ENCICLOPÉDIA Einaudi*, Religião-Rito, vol 30, trad., Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994
- GALLARDO, D. Bartolomé José, *Ensayo de una Biblioteca Española de Libros Raros Y Curiosos*, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1863
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana. História, crítica, e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portugueses e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*. Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, reedição Coimbra, Atlântida Editora, 1965
- MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, 3 vls., Lisboa, Palas Editores, 9ª ed., 1983
- MATTOSO, José (direção), *História de Portugal*, vol. III - *No Alvorecer da Modernidade - 1480/1620* e vol. IV – *O Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993
- OLIVEIRA, Eduardo Freire, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typografia Universal, 1887 Período Filipino: Tomos II e III
- PEREIRA, Paulo (direção), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Col. Temas e Debates, Ciclo de Leitores, 3vs., 1995
- PERES, Damião, *História de Portugal*, Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, Barcelos, Portucalense Editora, MCMXXXIII, Terceira Época, 1ª Parte, por J.M. de Queiroz Velloso
- PEREZ, Domingo Garcia, *Catalogo Razonado de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y Ciegos, 1890
- PÉREZ PASTOR, Cristóbal, *Bibliografía Madrileña o Descripción de las Obras Impressas en Madri , por el presbítero Don Cristóbal Pérez Pastor*, Madrid, Tip. De los Huerfanos, 1892-1907, 3 vols. (1- século XVI; 2 – 1601 a 1620; 3 – 1621 a 1625)
- SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, s/d, 4vs.
- SILVA, António de Moraes e, *Diccionario da Língua Portuguesa*, 2 tomos, Lisboa, Oficina Simão Tadeu Ferreira, 1789
- SILVA, Innocencio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859

- SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, MCMXLIX
- VITERBO, Souza, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 3 vols.

2.2. Artigos, Livros e Teses

- ALBUQUERQUE, Martim de, *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa, ISCSP, s.d.
- ALCINATO, Andreas, *Emblemas. Traducidos en rhimas españolas. Añadidos de figuras y de nuevos Emblemas*. Dirigidos ao Illustre S.Iud. Vazquez de Molina, En Lyon por Gvillielmo Rovillio, 1549 Introduccion de Manuel Montero Vallejo, Madrid, Editora Nacional, 1975
- ALENDAY MIRA, *Relaciones de solemnidades y fiestas públicas de España*, Madrid, Tipografía “Sucesores de Rivadenya”, 1903
- ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas: uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.
- _____, *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino. À procura de uma linguagem perdida*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985
- ANDERSON, Perry, *Linhas do Estado Absolutista*, Trad. João Roberto Martins Filho, São Paulo, Brasiliense, 3ª ed., 1995
- APOSTOLIDES, Jean-Marie, *O Rei-Máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*, trad. Claudio Cesar Santoro, Rio de Janeiro, José Olympio e Brasília, Ed. da UnB, 1993
- ARAÚJO, Renata, *Lisboa: a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990
- ATAÍDE, Maia, A Igreja de São Roque, in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 227-238
- AZEVEDO, João Lúcio, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica, 1947
- BARBEITO, Jose Manuel, Velásques y las obras reales in. CHECA, Fernando (dir.), *El Real Alcázar de Madrid. Dos siglos de Arquitectura y Coleccionismo en la Corte de los Reyes de España*, Madrid, NEREA, 1994, pp. 80-95
- BASTOS, Arthur de Magalhães, O nacionalismo português no tempo dos Filipes, *Revista de Guimarães*, vol. XLI, n.º 1-2, jan-jun 1931, pp 85-100 e 145-159
- BENEVOLO, Leonardo, *A História da Cidade*, 2ª. ed., trad. Silvia Mazza, São Paulo, Perspectiva, 1993
- BENJAMIN, Walter, *Obras escolhidas I - Magia e Técnica, Arte e Política* -, trad. Sergio Paulo Rouanet, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986
- BENNASSAR, Bartolomé, *L'Homme Espagnol: attitudes et mentalités du XVI^e au XIX^e siècle*, Paris, Hachette, 1975
- _____, *La Espana del siglo de Oro*, trad. Pablo Bordonava, Barcelona, Editorial Crítica, 1983
- BERCÉ, Yves-Marie, *Le Roi Caché. Saveurs et Imposteurs. Mythes politiques populaires dans l'Europe moderne*, Paris, Fayard, 1990
- BERNAND, Carmen e GRUZINKI, Serge, A Europa Imperial, in. *História do Novo Mundo: da Descoberta à Conquista, uma Experiência Europeia 1492-1550*, trad. Cristina Murachco, São Paulo, Edusp, 1997, pp. 217-267

- BERNARDI, Bernardo, *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*, trad., Lisboa, Edições 70, s/d
- BERTELLI, Sergio, *Il Corpo del Re. Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna*, Firenze, Ponte Alle Grazie, 1990
- BERTINI, Giuseppe, Parma, Lisboa, Bruxelas, in. *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, Lisboa, Instituto Português de Patrimônio Cultural, abril-maio 1992, pp.75-79
- BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 201-265
- BLOCH, Marc, *Os Reis Taumaturgos*, trad. Julia Mainardi, São Paulo, Cia das Letras, 1993
- BONET CORREA, Antonio, Arquitecturas Efímeras, Ornatos y Máscaras, in. DIEZ BORQUE, José M. (comp.), *Teatro y Fiesta en el Barroco. España e Iberoamérica*, Ediciones del Serbal, 1986, pp. 41-70
- BOTTINEAU, Yves, Architecture Éphémère et Baroque Espagnol, *Gazette des Beaux-Arts*, VI^{ème} période, Tome LXXI, 110^{ème} année, 1191^{ème} livraison, 1968, pp. 213-230
- _____, *El Arte Cortesana en la España de Filipe V (1700-1746)*, trad., Madrid, Fundación Universitaria Española, 1986
- BOUREAU, Alain, Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique, *Annales ESC*, novembre-décembre, n.6, 1991, pp 1253-1264
- _____, Os livros de emblemas na cena pública. De um e de outro lado do palco, in. CHARTIER, Roger (coord.), *As Utilizações do Objecto Impresso*, trad. Ida Boavida Lisboa, DIFEL, 1998
- _____, *Le Simple Corps du Roi. L'impossible sacralité des souverains français X^v-XVIII^e siècles*, Paris, Éditions de Paris, 1988
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando Jesús, *Portugal en la Monarquía Hispánica: 1580-1640*, Madrid, Tese de Doutorado, Universidade Complutense, fotocópia, 1987
- _____, Retórica da imagem real: Portugal e a memória figurada de Filipe II, *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, Quetzal, n° 4, nov. 1989, pp.19-58
- _____, La Majestad de Filipe II. Construcción del mito real in. MILLÁN, José Martínez (dir.) *La Corte de Filipe II*, Madrid, Alianza Editorial, 1994, pp.37-72
- _____, Corte es decepción. Don Juan de Silva, Conde de Portalegre, in. MILLÁN, José Martínez (dir.) *La Corte de Filipe II*, Madrid, Alianza Editorial, 1994, pp.451-502
- _____, Lisboa Sozinha, Quase Viúva. A Cidade e a Mudança da Corte no Portugal dos Filipes in. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, Quetzal, n° 13, 1994, pp.71-93
- _____, De las alteraciones de Beja (1593) a la revuelta lisboeta dos ingleses (1596). Lucha política en el último Portugal del primer Filipe, *Separata Svdia Historica*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 17-1997
- _____, (org. e notas) *Cartas para Duas Infantas Meninas. Portugal na Correspondência de D.Filipe I para as Suas Filhas (1581-1583)*, Lisboa, Anais da Biblioteca de História/Publicações D.Quixote, 1999
- _____, *Del Escribano a la Biblioteca*, Madrid, Síntesis, 1992
- _____, *Los Austrias Mayores: Imperio y Monarquía de Carlos I y Filipe II*, Madrid, Información e História, Temas de Hoy, 1996

- , *Imagen y propaganda: capítulos de historia cultural del reinado de Filipe II*, Madrid Tres Cantos, Akal, 1998
- , Para qué imprimir. De autores, público, impressores y manuscritos en el Siglo de Oro, *Cuadernos de Historia Moderna*, n° 18, Universidad Complutense de Madrid, 1997, pp.31-50
- BRASIO, António, O problema da sagração dos monarcas portugueses in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2a. série, vol.12, 1962, pp. 21-49
- BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, tradução apoiada pelo Ministério da Cultura Francês, feita a partir da 4a. edição francesa (1979), revista e corrigida pelo autor, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1984, 2vs.
- BRYANT, Lawrence M., La Cérémonie de L'Entrée à Paris au Moyen Age, *Annales ESC*, mai-juin 1986, n°3, pp.513-542
- BUESCU, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa, Edição Cosmos, 1996
- BURKE, Peter, *O Mundo como Teatro: estudos de antropologia histórica*, trad.Vania Maria Anastácio, Lisboa, DIFEL, 1992
- , *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*, trad. Maria Luiza X. de A. Borges, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994
- , *As Fortunas d'O Cortesão: a recepção europeia a O Cortesão de Castiglione*, trad. Alvaro Hattnher, São Paulo, Ed. da Unesp, 1997
- CANADINE, David & PRICE, Simon, *Rituals of Royalty: Power and Cerimonial*, in *Traditional Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992
- CARDIM, Pedro, *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998
- , Centralização Política e Estado na Recente Historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime, *Nação e Defesa*, outubro de 1998, n° 87, 2ª série, 129-158
- CARDOSO, Angela Miranda, *Um rei leva sua alma às sedes etéreas: representações do poder no Portugal de quinhentos*, Dissertação de Mestrado na Faculd. de Letras da Univ. de Lisboa, fotocópia, Lisboa, 1997
- CASTELO-BRANCO, Fernando, *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.195-226
- CASTILHO, Julio de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. 2ª ed, Câmara Municipal de Lisboa, 1935-1939, 12 vols
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio, *Escrituras y Escribientes. Prácticas de la Cultura Escrita en una Ciudad del Renacimiento*, Las Palmas, Fundación de Enseñanza Superior a Distancia de Las Palmas de Gran Canaria, 1997
- CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (orgs.), *História da Leitura no Mundo Ocidental - 2*, trad., São Paulo, Ática, 1999
- CENTENO, Yvette Kace (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra, 1993
- CHARTIER, Roger, L'Ancien Régime Typographique: réflexions sur quelques travaux récents, *Annales ESC*, n° 36 (1981), pp.191-209
- , Le monde comme representation, *Annales ESC*, novembre-décembre 1989, n. 6, pp.1505-1520
- , *A História Cultural: entre práticas e representações*, trad. Maria Manuela Galhardo, Lisboa, DIFEL, 1990

- _____, *A Ordem dos Livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, trad. Mary Del Priore, Brasília, Editora da UnB, 1994
- CHECA CREMADES, Fernando, *Las Casas del Rey: casas de campo, cazaderos y jardines, siglos XVI y XVII*, Madrid, El Viso, 1986
- _____, *Filipe II - Mecenas de las Artes*, 2ª ed., Madrid, Nerea, 1993
- _____, *Las Maravillas de Filipe II*, Bilbao, Banco Bilbao Vizcaya, 1997
- CIDADE, Hernani, *A literatura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Sá da Costa, 1948
- CIVIL, Philippe II et le portrait: images du pouvoir politique, in. CARRASCO Raphaël et MILHOU, Alain, (coord), *La "Monarchie Catholique" de Philippe II et les Espagnols*, Paris, Editions du Temp, 1998, pp.175-188
- COELHO, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal no séc. XVI*, Lisboa, Editorial Caminho, 1986
- CORREIA, José Eduardo Horta, O Mecenato de Filipe II e a Arquitectura Portuguesa, in. *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, Lisboa, Instituto Português de Património Cultural, abril-maio 1992, pp.67-73
- CORTESÃO, Armando, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos sécs XV-XVI* Lisboa, Edição da Seara Nova, 1935, 2 vols
- COULET, Noël, et GENET, Jean Philippe, *L'Etat Moderne: le droit, l'espace et les formes de l'Etat*, Paris, CNRS, 1990
- _____, De l'integration à l'exclusion: la place des juifs dans les cérémonies d'entrée solennelle au Moyen Âge, *Annales ESC*, juillet-août 1979, n° 3-4, pp.672-683
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares da Casa de Bragança*. Lisboa, Estampa, 2000
- CURTO, Diogo Ramada, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988
- _____, Ó Bastião! Ó Bastião! (Actos políticos e modalidades de crença, 1578-1603) in. CENTENO, Yvette K., *Portugal: Mitos Revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra, 1993
- _____, *A Cultura Política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, ritos e negócios*, Tese de Doutoramento em Sociologia Histórica, Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, fotocópia, 1994
- _____, Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII), in. BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo R. (orgs.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, pp.201-265
- _____, A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI a XVIII), *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas*, Anexo V- Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII, Porto, 1993, pp.143-154
- _____, A visão europeia do mundo em finais do século XV: continuidades, rupturas e resistências, in *Gravura e Conhecimento do Mundo. O livro impresso ilustrado nas coleções da BN*, Lisboa, Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, 1998, pp.23-42
- CUSATIS, Brunello de, *O Portugal de Seiscentos na Viagem de Pádua a Lisboa de Domenico Laffi. Estudo crítico*, Lisboa, Editorial Presença, 1998
- DELUMEAU, Jean, *Mil Anos de Felicidade. Uma História do Paraíso*, trad. Paulo Neves, São Paulo, Cia das Letras, 1997
- DANVILA, Afonso, *Filipe II y la sucesión de Portugal*, Madrid, Espasa-Calpe, 1956
- DIAS, João José Alves, *Craesbeck: uma dinastia de impressores em Portugal*, Lisboa, Associação Portuguesa de Liveriros e Alfarrabistas, 1996

- DÍAZ-PLAJA, Fernando, *La vida y la época de Filipe III*, Barcelona, Editorial Planeta, 1998
- DÍAZ Y PÉREZ, Nicolas, *Resenha histórica de las fiestas reales celebradas em Badajoz*, Madrid, Tipographía de Alfredo Alonso, 1899
- DIEZ BORQUE, José Maria, Relaciones de Teatro y Fiesta en el Barroco Español, in idem (comp.), *Teatro y Fiesta en el Barroco. España e Iberoamérica*, Ediciones del Serbal, 1986, pp.11-40
- EISENSTEIN, Elizabeth, *A Revolução da Cultura Impressa: Os primórdios da Europa Moderna*, trad.Osvaldo Biato, Ática, São Paulo, 1998
- ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*, trad. Ana Maria Alves, Lisboa, Editorial Estampa, 1986
- _____, *O Processo Civilizador*, trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Zahar, 1993, 2 vols
- ELLIOTT, John, *España y su mundo: 1500-1700*, trad. Angél Rivero Rodríguez, Madrid, Alianza Editorial, 1991
- _____, La Decadencia de España, in. CIPOLLA, *La decadencia económica de los Imperios*, trad., Madrid, Alianza Editorial, quinta reimpressão, 1989, pp.129-155
- FLOR, Fernando R. de la, *Emblemas: Lecturas de la Imagen Simbólica*, Madrid, Alianza Editorial, 1995
- FOGEL, Michèle, *Les cérémonies de l'information dans la France de XVI^e au XVIII^e siècle*, Paris, Fayard, 1989
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira, *O Poder Real em Portugal e as Origens do Absolutismo*, São Paulo, USP, 1946
- _____, *Portugal na Época da Restauração*, São Paulo, Hucitec, 1997
- FOUCAULT, Michel, *As Palavras e as Coisas*, trad. Salma Tannus Michail, São Paulo, Martins Fontes, 6^a ed., 1995
- GAILLARD, Claude, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne. L'action de Diego Silva y Mendoza*, Grenoble, Ministère de l'Education Nationale, sd/
- GALLEGO, Julian, *Visión y Simbolo en la Pintura Espanola del Siglo de Oro*, 3^a ed., Madrid, Ediciones Cátedra, 1991
- GARCÍA GARCÍA, Bernardo José, *La Pax Hispanica: política exterior del Duque de Lerma*, Leuven, Leuven University Press, 1996
- GEERTZ, Clifford, *Negara. Um Estado-Teatro no século XIX*, trad. Miguel Vale de Almeida, Lisboa,DIFEL,1980
- GIESEY, Ralph, *Le roi ne meurt jamais*, Paris, Flammarion, 1987
- _____, Modèles de Pouvoir dans les Rites Royaux en France, *Annales ESC*, mai-juin n^o 3, 1986, pp. 579-599
- GINZBURG, Carlo, Représentation: le mot, l'idée, la chose, *Annales ESC*, novembre-décembre, n^o 6, 1991, pp. 1219-1234
- _____, *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*, trad. Federico Carotti, São Paulo, Cia das Letras, 1989
- GIRARDET, Raul, *Mitos e Mitologias Políticas*, trad. Maria Lúcia Machado, São Paulo, Cia. das Letras, 1981
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio II – Sobre a História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1968
- GOMES Jr., Guilherme Simões, *Palavra Peregrina. O Barroco e o Pensamento sobre Artes e Letras no Brasil*, São Paulo, Edusp/Fapesp/Educ, 1998

- GOMES, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da Festa em Lisboa no Antigo Regime*, Lisboa, Inst. Português de Ensino a Distância, 1985
- GOMES, Rita Maria F.da Costa, *A Corte dos Reis Portugueses no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995
- GUERREIRO, Luís Manuel Ramalhosa, *La Représentation du Pouvoir Royal à l'Âge Barroque Portugaise (1687-1753)*, Thèse pour le Doctorat en Histoire présentée à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, fotocópia, 1995
- HATHERLY, Ana, *A Casa das Musas: uma releitura crítica da tradição*, Lisboa, Estampa, 1995
- HERMANN, Jacqueline, *No Reino do Desejado: a construção do Sebastianismo em Portugal - séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998
- HERNANDO, Agustín, *La Imagen de un País. Juan Bautista Labaña y su mapa de Aragón (1610-1620)*, Zaragoza, Institución "Fernando El Católico", 1996
- HESPANHA, António Manuel, O governo dos Áustrias e a modernização da constituição política portuguesa, in. *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 12, 1989
- _____, *As Vésperas do Leviatã: Instituições e Poder Político em Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994
- _____, *La Gracia del Derecho: economía de la cultura en la Edad Moderna*, Cap.VI La Corte, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993
- _____, (org) *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d
- HOBBSBORN, Eric e RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das Tradições*, trad. Celina Cardim Cavalcante, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997
- HUNT, Lynn (org.), *A Nova História Cultural*, trad. Jefferson Luiz Camargo, São Paulo, Martins Fontes, 1992
- JONGE, Krista, A arte da festa em Portugal e nos Países Baixos meridionais, no século XVI e no início do século XVIII, in. *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, Lisboa, Instituto Português de Património Cultural, abril-maio 1992, pp.81-95
- JORDAN-GSCHWEND, Anne Marie, Imagens de Magestade: O Retrato de Corte em Portugal (1552-1571) in. *Portugal e Flandres: visões da Europa 1550-1680*, Lisboa, Instituto Português de Património Cultural, abril-maio 1992, pp. 113-135
- _____, *Retrato de Corte em Portugal: o legado de António Moro, 1552-1572*, Lisboa, Ed. Quêtzal, 1994
- KAMEN, Henry, *El Siglo de Hierro*, trad. María Luisa Balseiro, 2ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1982
- KANTOROWICZ, Ernest, *Os Dois Corpos do Rei. Um estudo sobre teologia política medieval*, trad. Cid Knipel Moreira, São Paulo, Cia das Letras, 1998
- KUBLER, George, *A Arquitetura Portuguesa Chã: entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706*, trad. José Henrique Pais da Silva, Lisboa, Vega, s.d.
- LADURIE, E. Le Roy, *O Estado Monárquico: França 1460-1610*, trad. Maria Lucia Machado, São Paulo, Cia. das Letras, 1994
- LAVANHA, João Baptista, *Livro Primeiro da Architectura Naval*, com nota biográfica de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Academia de Marinha, 1996
- LECOQ, Anne-Marie, *François I^{er} Imaginaire: symbolique & politique à l'aube de la Renaissance française*, Paris, Macula, 1987

- LE GOFF, Jacques, *História e Memória*, trad. , 3ª ed., Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994
- LISÓN TOLOSANA, Carmelo, *La Imagen del Rey. Monarquía, Realeza y Poder Ritual en la Casa de los Austrias*, Madrid, Espasa Calpe, 1991
- LÓPEZ, Consuelo Gomes, Orden, teoria y realidad. Intervenciones del rey Filipe II en las ciudades, in. *Reales Sitios*, Revista del Patrimonio Nacional, Año XXXIV, nº134, 4º trimestre 1997, pp.50-59
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, 2ª ed., Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1982
- _____, *Mitologia da Saudade seguido de Portugal como Destino*, São Paulo, Cia das Letras, 1999
- LOZANO BARTOLOZZI, Maria del Mar, *Fiestas y arte afimero en Badajoz en el siglo XVIII: los viajes reales organizados para intercambio de las princesas*, Cáceres, Servicio de Public. de la Universidad de Extremadura, 1991
- LÚXAN MELÉNDEZ, Santiago de, Los funcionarios del Consejo de Portugal: 1580-1640, in. *Cuadernos de Investigación Historica*, nº 12, 1989, pp.197-228
- MACEDO, Jorge Borges de, Portugal na Europa dos Habsburgos: da procura de equilíbrio à experiência do cerco, in. *Portugal e Flandres: visões da Europa (1550-1580)*, Lisboa, Instituto Português do Patrimônio Cultural, abril-maio 1992, pp.23-29
- MARAVALL, José Antonio, *Estado Moderno y Mentalidad Social (siglos XV a XVII)*, Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1972
- _____, Teatro, Fiesta e Ideologia en el Barroco, in. DIEZ BORQUE, José M. (comp.), *Teatro y Fiesta en el Barroco. España e Iberoamérica*, Ediciones del Serbal, 1986, pp.71-97
- _____, *A Cultura do Barroco*, trad. Silvana Garcia, São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 1997
- MARÍAS, Fernando, Realidad e imagen decorosa: Las ciudades españolas de Filipe II, in. *Reales Sitios*, Revista del Patrimonio Nacional, Año XXXIV, nº 134, 4º trimestre 1997, pp.40-49
- MARIN, Louis, *Des pouvoirs de l'image*, Paris, Seuil, 1993
- _____, *De la Représentation*, Paris, Gallimard/Le Seuil, 1994
- MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986
- MATTOSO, José, A coroação dos primeiros reis de Portugal, In. BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo R. (orgs.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, pp.187-200
- MEGIANI, Ana Paula Torres, *O Jovem Rei Encantado: aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*, Dissertação de Mestrado pelo Departamento de História da FFLCH - USP, fotocópia, 1995
- _____, Crença e esperança no poder do jovem rei encantado, in. *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*, IEA/USP, v.I, n.I, 1997, pp. 54-66
- _____, Messianismo nas Novelas de Cavalaria Portuguesas, *Con(s)ciência Revista Cultural Técnica e Científica da UESB - Vitória da Conquista*, nº7, 1997, pp.105-125
- MERÊA, Paulo, Sobre a aclamação dos nossos reis, *Separata da Revista Portuguesa de História*, tomo X, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1962

- MONTEAGUDO ROBLEDO, Maria Pilar, *El espectáculo del poder: fiestas reales en la Valencia moderna*, Valencia, Ayuntamiento de Valencia, 1995
- MONTEIRO, Rodrigo N. Bentes, *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e Colonização da América: 1640-1720*, Tese de Doutorado pelo Departamento da História da FFLCH - USP, fotocópia, 1998
- MONTES, José de Ares, Los poetas portugueses, cronistas de la Jornada de Filipe III a Portugal, *Filología Románica*, nº7, Madrid, Editorial Universidad Complutense, 1990
- MORENO, Humberto Baquero, Os Princípios da Época Moderna, in TENGARRINHA, José (org), *História de Portugal*, Bauru/ São Paulo/ Lisboa, EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000, pp.45-55
- MOTA, Isabel Maria H.F. da, A Imagem do Rei na História Genealógica da Casa Real Portuguesa, *Revista de História das Idéias*, vol. II, 1989, pp. 103-111
- MUCHEMBLED, Robert, *Les Temps des Supplices: De L'obéissance sous les rois absolus - XV-XVIII siècles*, Paris, Armand Colin, 1992
- MUNHOS, Alicia Cámara, *Arquitectura y sociedad en el Siglo de Oro: idea, traza y edificio*, Madrid, Ediciones El Arquero,
- NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª ed., Sao Paulo, Hucitec, 1995
- OLIVEIRA, António, O atentado contra Miguel de Vasconcelos em 1634, Coimbra, *Separata da Revista O Instituto*, vols 140-141, 1981
- _____, *Poder e oposição política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, DIFEL, 1991
- _____, As cidades e o poder no Período Filipino, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXI, vol.2, 1996, pp. 305-340
- ORTIZ, António Dominguez, *El Antiguo Regimen: Los reyes católicos y los Austrias*, Madrid, Alianza, 1977
- OSSOLA, Carlo, Dal Cortegiano all Uomo di Mondo. *Storia di un libro e di un modello sociale*, Torino, Einaudi, 1987
- PAIVA, José Pedro, O Cerimonial da Entrada dos Bispos nas suas Dioceses: Uma Encenação de Poder (1741-1757), in *Revista de História das Idéias*, vol. 15, Rituais e Cerimônias, 1993, pp. 117-146
- PARKER, Geoffrey, *Felipe II*, tradução Ricardo de la Huerta Hozores, Alianza Editorial, 1991
- PAULTRE, Roger, *Les images du livre: emblèmes et devises*, preface de Louis Marin, Paris, Hermann, 1991
- PEREZ, Javier Portus, El Retrato Vivo. Fiestas y ceremonias alrededor de un rey y su palacio in. CHECA, Fernando (dir.), *El Real Alcázar de Madrid. Dos siglos de Arquitectura y Coleccionismo en la Corte de los Reyes de España*, Madrid, NEREA, 1994, pp.112-130
- PHILIPS, Carla Rahn, *Seis galeones para el rey de España: la defensa imperial a principios del siglo XVII*, trad., Madrid, Alianza Editorial, 1991
- PIERSON, Peter, *Filipe II de Espanha*, México, Fondo de Cultrua Econômica, 1984
- PIRES, Antonio M. B. Machado, *D.Sebastião e o Encoberto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969
- PIZARRO GÓMES, Francisco Javier, La Jornada de Filipe III a Portugal en 1619 y la Arqitetura Efémera in. DIAS, Pedro, *As relações artísticas entre Portugal e Espanha*

- na *Época das Descobertas – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Coimbra, Livraria Minerva, 1987, pp.123-146
- _____, *Arte y espectáculo en los viajes de Filipe II*, Madrid, Ediciones Encuentro, 1999
- REGLÁ, Juan, *Contribución al estudio de la anexión de Portugal a la corona de España (La correspondencia cruzada entre Filipe II y el aristócrata gallego don García Sarmiento de Sotomayor)*, Madrid-Diana, Instituto Jerónimo Zurita, 1961
- RIBEIRO, Renato Jenine, *A Etiqueta no Antigo Regime*, 4ª ed., São Paulo, Ed. Moderna, 1999
- ROUX, Jean-Paul, *Le Roi*, Paris, Fayard, 1995
- RUBIO, Julian María, *Filipe II de España, Rey de Portugal*, Madrid, Cultura Española, 1939
- RUIZ, Teófilo F., Une Royauté sans Sacre: La Monarchie Castillane du Bas Moyen Age, *Annales ESC*, mai-juin, n° 39, 1984
- SALLMAN, Jean-Michel, *Charles Quint: L'Empire éphémère*, Paris, Ed. Payot, 2000
- SANTOS, Georgina Silva dos, *A Senhora do Paço. O papel da rainha na construção da identidade nacional portuguesa (1282-1557)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 1995
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.) *A Festa*, Atas do Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, 3 vols., Lisboa, novembro de 1992
- SANTOS, Ricardo Evaristo dos, *El Brasil Filipino: 60 años de presencia española. 1580-1640*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1993
- SARAIVA, António José, *A Cultura em Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand Editora, 1981, 2 vols.
- SCHAUB, Jean-Frédéric, La crise Hispanique de 1640. Le modèle des révolutions périphériques en question (note critique), in. *Annales. HSS*, 1, Jan-Fev, 1994
- _____, *La vice-royauté espagnole au Portugal au temps du compte-duc d'Olivares (1621-1640). Le conflit de juridiction comme exercice de la politique*, Thèse pour le Doctorat, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995
- _____, La Penisola Iberica nei secoli XVI e XVII: la questione dello Stato, in. *Studi Storici*, anno 36, 1 (Jan-Mar. 1995)
- SEGURADO, Jorge, *Da obra filipina de São Vicente de Fora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1976
- SENEILLART, Michel, *Machiavélisme et raison d'Etat XII^e - XVIII^e siècle*, Paris, PUF, 1989
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, Coimbra, 1956
- _____, *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1968
- _____, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 1994
- SERRÃO, Manuel Vitor, O Arquitecto Maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras (1616-1636), in. *Boletim Cultural da Assembléia Distrital de Lisboa*, n° 83, 1977, pp.143-202
- _____, Lisboa Maneirista: oito notas a propósito da imagem da cidade nos anos 1557-1668, in. MOITA, Irisalva (coord.) *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.195-206
- SILVA, J. H. Pais da, *Estudos sobre o Maneirismo*, Lisboa Editorial Estampa, 1986
- SILVA, Francisco Ribeiro da, A Viagem de Filipe III a Portugal: itinerários e problemática, in. *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense*, vol.II, 1987, pp. 223-260

- SILVA, Maria de Lurdes Martins Ribeiro, O município de Lisboa e a dinâmica urbana ao tempo do Domínio Filipino, in. *Mare Liberum - II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial*, nº 10, dezembro 1995, pp.131- 140
- SIMÕES, J.M. dos Santos, A Entrada de D.Filipe II em Tomar – 1619, *Estudos Tomarenses*, Tomar, Tip. Santos Gouveia, 1943
- SKINNER, Quentin, *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, 1ª reimpressão, trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta, São Paulo, Cia das Letras, 1999
- SOROMENHO, Miguel, Classicismo, italianismo e “estilo chão”. O ciclo filipino, in. PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Col. Temas e Debates, Ciclo de Leitores, 1995, vol.2, pp. 377-403
- , Do Escorial a São Vicente de Fora: algumas notas sobre Filipe II e a arquitetura portuguesa, *Monumentos – Revista do Patrimônio Artístico e Arquitetónico Português*, março 1995, pp.24-26
- SOROMENHO, Miguel e SALDANHA, Nuno, O Mosteiro e Igreja de São Vicente de Fora, in. MOITA, Irisalva (coord.) *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.207-218
- STELLA, Roseli Santaella, *Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes. 1580-1640*, Tese de Doutorado defendida no Departamento de História da FFLCH - USP, 1993
- STRONG, Roy, *Les Fêtes de la Renaissance: Art et Pouvoir*, trad. Bruno Cocquio, Arles, Solin, 1991
- SOUZA, Armindo de, Imagens e Utopias em Portugal nos fins da Idade Média: A Imagem consentida do Rei, in. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXI, vol.2, 1996, pp.1-18
- TEIXEIRA, José, *O Paço Ducal de Vila Viçosa. Sua Architectura e suas Coleções*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1993
- TORGAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Lisboa, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982, 2 vs.
- TORRES, João Carlos Brum, *Figuras do Estado Moderno: representação política no Ocidente*, São Paulo, CNPQ/Brasiliense, 1989
- TREVOR-ROPER, Hugh, *Renaissance Essays*, Londres, Fontana Press, 1985
- , *Príncipes y Artistas. Mecenasgo e Ideología en cuatro Cortes de los Habsburgo 1517-1623*, Madrid, Celeste Ediciones, 1992
- VALENSI, Lucette, *Fábulas da Memória: a Batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo*, trad. Maria H. Franco Martins, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994
- VALENTE, José Carlos Costa, Mentalidade técnica no Livro Primeiro da Architectura Naval de João Baptista Lavanha (C.1600-1620), in. *Mare Liberum - II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial*, nº 10, dezembro 1995, pp.597- 606
- VEIGA, José Carlos Margaça, Entre o rigor do castigo e a magnanimidade da clemência: os perdões concedidos por Filipe II a Portugal, in. *Mare Liberum - II Congresso Luso Espanhol dos Descobrimentos e Expansão Colonial*, nº 10, dezembro 1995, pp.142-155
- VELOSO, Carlos, Festa Barroca e Architectura Efémera em Portugal, in. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Tomar*, nº 21, outubro 1997, pp.41-70
- VELLOSO, J. M. Queiroz, *O reinado do Cardeal D.Henrique: a perda da independência*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946

- _____, A perda da independência: fatores internos e externos que para ela contribuíram, in. *Publicações do Congresso Mundo Potuguês*, tomo I, vol.VI, 1940
- _____, *O Interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D.António*, Lisboa, Sociedade Industrial Tipográfica João Pinto, 1956
- VILAR, Pierre, El Tiempo del Quijote, in. CIPOLLA, *La decadencia económica de los Imperios*, trad., Madrid, Alianza Editorial, quinta reimpressão, 1989, pp.113-127
- VITERBO, Sousa, O Theatro na corte de D. Filippe II (duas cartas de D.Bernarda Coutinho), in *Arquivo Histórico Português*, vol.I, nº1, janeiro de 1903, pp. 01-07
- VOVELLE, Michel, *Ideologias e Mentalidades*, trad. Maria Julia Goldwasser, São Paulo, Brasiliense, 1987
- XAVIER, Angela Barreto & CARDIM, Pedro (dir.), *Festas que se fizeram pelo casamento do rei D.Afonso VI*, Lisboa, Quetzal, 1996
- ZAPATA FERNÁNDEZ DE LA HOZ, Tereza, *Arquitecturas efímeras y festivas en la corte de Carlos II: las entradas reales*, Tesis Doctoral en la Universidad Autónoma de Madrid, 1991